LIDO
Em 02/12/03
Assessoria de Plenário

CÂMARÁ LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO

SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 4ª LEGISLATURA

ATA DA 56ª
(QÜINQUAGÉSIMA SEXTA)
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,

EM 26 DE NOVEMBRO DE 2003.

SÚMULA

PRESIDÊNCIA: Deputados Benício Tavares e Gim.

SECRETARIA: Deputados Gim, Odilon Aires, Carlos Xavier e Izalci.

LOCAL: Plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

INÍCIO: 15 horas e 49 minutos.

TÉRMINO: 19 horas e 23 minutos.

1 – ABERTURA

Presidente (Deputado Benício Tavares):

- Está aberta a sessão.
Sob a proteção de Deus, são iniciados os trabalhos.

1.1 - COMUNICADOS DA MESA

- Mensagem n° 278, de 2003, do Governador do Distrito Federal.
- Mensagem n° 279, de 2003, do Governador do Distrito Federal, que encaminha o **Projeto de Lei n° 952/2003.**
- Mensagem n° 280, de 2003, do Governador do Distrito Federal.
- Mensagem n° 281, de 2003, do Governador do Distrito Federal.
- Projeto de Lei n° 953, de 2003, de autoria do Deputado Izalci Lucas.
- Projeto de Lei n° 954, de 2003, de autoria do Deputado Izalci Lucas.
- Projeto de Lei n° 955, de 2003, de autoria do Deputado Peniel Pacheco.
- Projeto de Lei n° 956, de 2003, de autoria do Deputado Chico Vigilante.
- Projeto de Lei n° 957, de 2003, de autoria da Deputada Erika Kokay.
- Projeto de Lei n° 958, de 2003, de autoria do Deputado Izalci Lucas.
- Projeto de Decreto Legislativo n° 201, de 2003, de autoria da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.
- Projeto de Decreto Legislativo n° 202, de 2003, de autoria da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

- Projeto de Decreto Legislativo n° 203, de 2003, de autoria da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.
- Projeto de Decreto Legislativo n° 204, de 2003, de autoria do Deputado Brunelli.
- Projeto de Decreto Legislativo n° 205, de 2003, de autoria do Deputado Izalci Lucas.
- Moção n° 680, de 2003, de autoria do Deputado Pedro Passos.
- Moção n° 681, de 2003, de autoria do Deputado Pedro Passos.
- Moção n° 682, de 2003, de autoria do Deputado Pedro Passos.
- Moção n° 683, de 2003, de autoria do Deputado Pedro Passos.
- Moção n° 684, de 2003, de autoria do Deputado Pedro Passos.
- Moção n° 685, de 2003, de autoria do Deputado Pedro Passos.
- Moção n° 686, de 2003, de autoria do Deputado Pedro Passos.
- Moção n° 687, de 2003, de autoria do Deputado Pedro Passos.
- Moção n° 688, de 2003, de autoria do Deputado Pedro Passos.
- Moção n° 689, de 2003, de autoria do Deputado Pedro Passos.
- Moção n° 690, de 2003, de autoria do Deputado Pedro Passos.
- Moção n° 691, de 2003, de autoria do Deputado Pedro Passos.
- Moção n° 692, de 2003, de autoria do Deputado Pedro Passos.
- Moção n° 693, de 2003, de autoria do Deputado Pedro Passos.
- Moção n° 694, de 2003, de autoria do Deputado Pedro Passos.
- Moção n° 695, de 2003, de autoria do Deputado Pedro Passos.
- Moção n° 696, de 2003, de autoria do Deputado Pedro Passos.
- Moção n° 697, de 2003, de autoria do Deputado Pedro Passos.
- Moção n° 698, de 2003, de autoria do Deputado Pedro Passos.
- Moção n° 699, de 2003, de autoria do Deputado Pedro Passos.
- Moção n° 700, de 2003, de autoria do Deputado Pedro Passos.
- Moção n° 701, de 2003, de autoria do Deputado Pedro Passos.
- Moção n° 702, de 2003, de autoria do Deputado Pedro Passos.
- Moção nº 703, de 2003, de autoria do Deputado Pedro Passos.
- Moção n° 704, de 2003, de autoria do Deputado Pedro Passos.
- Moção n° 705, de 2003, de autoria do Deputado Pedro Passos.

- **Moção n° 706, de 2003,** de autoria do Deputado Pedro Passos.
- **Moção n° 707, de 2003,** de autoria do Deputado Pedro Passos.
- **Moção n° 708, de 2003,** de autoria do Deputado Pedro Passos.
- **Moção n° 709, de 2003,** de autoria do Deputado Pedro Passos.
- **Moção n° 710, de 2003,** de autoria do Deputado Pedro Passos.
- **Moção n° 711, de 2003,** de autoria do Deputado Pedro Passos.
- **Moção n° 712, de 2003,** de autoria do Deputado Pedro Passos.
- **Moção n° 713, de 2003,** de autoria do Deputado Pedro Passos.
- **Moção n° 714, de 2003,** de autoria do Deputado Pedro Passos.
- **Moção n° 715, de 2003,** de autoria do Deputado Pedro Passos.
- **Moção n° 716, de 2003,** de autoria do Deputado Pedro Passos.
- **Moção n° 717, de 2003,** de autoria do Deputado Pedro Passos.
- **Moção n° 718, de 2003,** de autoria do Deputado Pedro Passos.
- **Moção n° 719, de 2003,** de autoria do Deputado Pedro Passos.
- **Moção n° 720, de 2003,** de autoria da Deputada Eurides Brito.
- **Moção n° 721, de 2003,** de autoria da bancada do PT e outros deputados.
- **Requerimento n° 778, de 2003,** de vários deputados.
- **Requerimento n° 780, de 2003,** do Deputado Pedro Passos.
- **Requerimento n° 781, de 2003,** do Deputado Pedro Passos.
- **Requerimento n° 782, de 2003,** da Deputada Aríete Sampaio.
- **Requerimento n° 783, de 2003,** do Deputado Izalci Lucas.
- **Requerimento n° 784, de 2003,** do Deputado Izalci Lucas.
- **Requerimento n° 785, de 2003,** da Comissão de Constituição e Justiça.
- **Requerimento n° 786, de 2003,** de vários deputados.
- **Indicação n° 1.765, de 2003,** de autoria do Deputado Pedro Passos.
- **Indicação n° 1.766, de 2003,** de autoria do Deputado Pedro Passos.
- **Indicação n° 1.767, de 2003,** de autoria do Deputado Pedro Passos.

- **Indicação n° 1.768, de 2003,** de autoria do Deputado Pedro Passos.
- **Indicação n° 1.769, de 2003,** de autoria do Deputado Pedro Passos.
- **Indicação n° 1.770, de 2003,** de autoria do Deputado Pedro Passos.
- **Indicação n° 1.771, de 2003,** de autoria da Deputada Eliana Pedrosa.
- **Indicação n° 1.772, de 2003,** de autoria do Deputado Odilon Aires.
- **Indicação n° 1.773, de 2003,** de autoria do Deputado Odilon Aires.
- **Indicação n° 1.774, de 2003**, de autoria do Deputado Odilon Aires.
- **Indicação n° 1.775, de 2003,** de autoria do Deputado Odilon Aires.
- **Indicação n° 1.776, de 2003,** de autoria do Deputado Odilon Aires.
- **Indicação n° 1.777, de 2003,** de autoria do Deputado Odilon Aires.
- **Indicação n° 1.778, de 2003,** de autoria do Deputado Gim Argello.
- **Indicação n° 1.779, de 2003,** de autoria do Deputado Izalci Lucas.
- **Indicação n° 1.780, de 2003,** de autoria do Deputado Chico Leite.

6

Fls. 76 / 91 / 03

MENSAGEM
Nº 276 /2003- GAG

Brasília, 21 de novembro de 2003.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência e a seus ilustres pares com o objetivo de comunicar que, nos termos do art. 74, § 1° da Lei Orgânica do Distrito Federal, **vetei parcialmente o Projeto de Lei nº 815/2003, que "prorroga o prazo de validade das atuais permissões do Sistema de Transporte Público do Distrito Federal, durante a elaboração do Plano Diretor de Transportes Urbanos",** pelos seguintes

MOTIVOS DE VETO

Embora louvável a intenção do legislador, há de se ressaltar inicialmente que a proposta em questão, no que respeita aos seus aspectos jurídicos, merece considerações, porquanto apresenta dispositivos que esbarram em impedimento constitucional relacionados à origem, ao dispor sobre matéria cuja iniciativa legislativa somente compete ao Chefe do Executivo local, contrariando a proposição parcialmente o art. 71, § 1°, IV, da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Assim, na forma em que o projeto foi aprovado, referido dispositivo da Lei Orgânica do Distrito Federal estaria sendo descumprido, já que a matéria, em determinados artigos, cria atribuições para os órgãos do Executivo para tratar das questões relativas à execução de serviço público, interferindo, pois, nas atribuições cometidas a órgão do Governo, e, ainda, afrontando o princípio da separação e independência dos poderes, que a mesma lei expressa em seu art. 53, *caput.*

Acrescente-se, também, que o egrégio Tribunal de Contas do Distrito Federal vem negando validade a atos praticados sob a égide de dispositivos de lei aprovados em desacordo com a aludida Lei Orgânica (art. 71, § 1°), sob a alegação de vício formal insuperável. Do mesmo modo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal tem-se firmado no sentido de declarar a inconstitucionalidade de leis aprovadas em desconformidade com o processo legislativo respectivo, em especial a reserva de iniciativa do Executivo.

Excelentíssimo Senhor
Deputado BENÍCIO TAVARES
DD. Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal
M 17 O T A

Recebi em, 04.11.03

Desse modo, a princípio, poder-se-ia aventar com a hipótese de veto total à proposição em questão. Entretanto, por disciplinar ela também matérias independentes e de relevante importância e interesse público para a gestão do transporte público coletivo, como é o caso do art. 1°, *caput*, e seu parágrafo único, do art. 3°, *caput*, e seu parágrafo primeiro, bem como dos arts. 6° e seus incisos l e II, e arts. 9° a 13, a proposta em questão não está a merecer total rejeição.

Por seu turno, o mesmo não ocorre com o art. 2°, § 1° e § 2° e seus respectivos incisos, § 3° e § 4°, com o § 2° e incisos do art. 3° e, também, com os arts. 4°, 5°, 7°, 8° e seus § 1° (e incisos), § 2° e § 3°, estes por guardarem correlação direta com o mencionado art. 2°, e, ainda, com o parágrafo único do art. 6°. Com efeito, os órgãos técnicos da administração tentaram, em vão, definir na proposta oferecida os períodos para renovação de frota, para colocação dos equipamentos do tipo GPS e da bilhetagem eletrônica, que é fundamental para implantação da integração, aberta e temporal, entre Metro e Ônibus, procurando garantir legalmente que as melhorias fossem concretizadas, ao contrário de deixar à mercê de longas discussões com permissionários, como ficou estabelecido no art. 4° do projeto aprovado, a fixação de um cronograma de implementação de medidas.

Assim, diante da conjugação de dispositivos que não atendem ao interesse público, comunico que, com fulcro no art. 74, § 1° da Lei Orgânica do Distrito Federal, VETEI o art. 2°, seus parágrafos e respectivos incisos, o § 2° (e seus incisos) do art. 3", os arts. 4", 5°, 7° e 8" (e seu parágrafo primeiro - com respectivos incisos - e parágrafos 2° e 3°) e, ainda, o parágrafo único do art. 6", todos do Projeto de Lei nº 815/2003, pugnando pela manutenção do veto por essa egrégia Casa Legislativa.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência e a seus ilustres pares as expressões do meu apreço e consideração.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ
Governador do **Distrito Federal**

8

LEI Nº 3.229 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2003
(Autoria do Projeto: Vários Deputados)

Prorroga o prazo de validade das atuais permissões do Sistema de Transporte Público do Distrito Federal, durante a elaboração do Plano Diretor de Transportes Urbanos.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, FAÇO SABER QUE A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1° O Poder Executivo encaminhará à Câmara Legislativa do Distrito Federal, no prazo improrrogável de até vinte e quatro meses, a contar da data de publicação desta Lei, projeto de lei dispondo sobre o Plano Diretor de Transportes Urbanos do Distrito Federal.

Parágrafo único. As despesas decorrentes da elaboração do Plano Diretor de Transportes Urbanos do Distrito Federal correrão à conta das dotações orçamentarias da Secretaria de Estado de Transporte,

Art. 2° V E T A D O.

Art. 3° Fica prorrogado, durante o prazo estabelecido no art. 1° desta Lei, a validade das atuais permissões outorgadas pelo Distrito Federal para operação do Serviço de Transporte Público Alternativo - STPA.

§ 1° As permissões, cujo prazo de vigência tenha expirado até a data da publicação desta Lei, ficam convalidadas e prorrogadas nos prazos e condições por ela estabelecidos.

§ 2° V E T A D O.

Art. 4° V E T A D O.

Art. 5° V E T A D O.

t 6° Os serviços complementares de transportes coletivos não vinculados às modalidades ivas ou convencional do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal estarão a sistema de gerenciamento eletrônico, tipo GPS, a registros, a supervisão e a fiscalização dos s órgãos:

amento e turismo: Secretaria de Estado de Transportes;

colar: Departamento de Trânsito do Distrito Federal.

rafo único. V E T A D O.

Art. 7° V E T A D O.

Art. 8° V E T A D O.

Art. 9° O art. 28 da Lei n° 239, de 1992, com a redação dada pela Lei nº 953, de 1995, passa a vigorar cora a seguinte redação:

"Art.28.....

§2°.....

I - multas com valor mínimo de dois mil reais e máximo de cinco mil reais;

....."

Art. 10. O art. 6° e o inciso XII da Lei nº 2.706, de 27 de abril de 2001, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6° Sem prejuízo do disposto no art. 2° e da ressalva contida no inciso XII, compete privativamente ao Fiscal de Atividades Urbanas, na Área de Especialização Transporte:

.....

XII - coibir o transporte de passageiros sem autorização do Poder Público, com o auxílio da Polícia Militar do Distrito Federal - PMDF e do Departamento de Trânsito do Distrito Federal - DETRAN/DF, cabendo aos agentes destes a lavratura do Auto de Infração e Apreensão do veículo irregular, independente da presença do Fiscal de Atividades Urbanas".

Art. 11. Esta Lei será regulamentada pelo Poder Executivo no prazo de sessenta dias contados da data de sua publicação.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Art. 13. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, de outubro de 2003
116° da República e 44° de Brasília

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

(Autoria *da Projeto: Vários* Deputados)

Prorroga o prazo de validade das atuais permissões do Sistema de Transporte Público do Distrito Federal, durante a elaboração do Plano Diretor de Transportes Urbanos.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal/decreta:

Art. 1° O Poder Executivo encaminhará à Câmara Legislativa do Distrito Federal, no prazo improrrogável de até vinte e quatro meses, a contar da data de publicação desta Lei, projeto de lei dispondo sobre o Plano Diretor de Transportes Urbanos do Distrito Federal.

Parágrafo único. As despesas decorrentes da elaboração do Plano Diretor de Transportes Urbanos do Distrito Federal correrão à conta das dotações orçamentarias da Secretaria de Estado de Transporte.

Art. 2° Fica prorrogado, durante o prazo estabelecido no art. 1° desta Lei, a validade das permissões outorgadas pelo Distrito Federal para operação do Serviço de Transporte Público Coletivo - STPC.

§ 1° A prorrogação do prazo de validade das permissões dos Serviços de Transporte Público Colelivo - STPC , a que se refere o *caput,* fica condicionada às seguintes exigências:

I - participação do operador em novo/modelo de integração aberta e temporal;

II - renovação da frota, cujo prazo paira permanência em operação tenha expirado;

III - implantação, em toda frota, de dispositivos de leitura e registro de oferta e demanda, que permitam a cobrança de tarifas pelo sistema de bilhetagem eletrônica, e cujas características sejam compatíveis com todos os modos e serviços;

IV - implantação, em toda a frota, de dispositivos de tecnologia de ponta, que facilitem a operação;

V - equipagem de quantitativo da trota, a ser estabelecido pelo Poder Executivo, com equipamentos que permitam e facilitem o adequado acesso de idosos e portadores de necessidades especiais, nos termos da Lei Federal nº 10.048, de 2000;

VI - implantação, em toda a frota, de sistemas de controle eletrônico, tipo GPS, para monitoramento da operação;

VII - comprovação de regularidade em relação ao disposto na Lei nº 445, de 1993.

§ 2° A prorrogação das permissões previstas neste artigo, aplicam-se apenas às empresas que comprovarem, no prazo improrrogável de dois anos:

I - não terem débito inscrito na Dívida Ativa do Distrito Federal;

II - estarem adimplentes com suas obrigações tributárias;

III - estarem em dia com o sistema de seguridade social e com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

§ 3° As permissões outorgadas pelo Distrito Federal decorrentes de licitação pública regem-se pelas cláusulas dos respectivos contratos e legislação aplicável à espécie.

§ 4° Ao órgão gestor do Sistema de Transporte Público do Distrito Federal é assegurado amplo e irrestrito acesso, inclusive por meio de auditagem, às informações e aos programas de computador necessários à implementação das medidas previstas nos incisos 111, lV e Vl do *caput* deste artigo.

Art. 3° Fica prorrogado, durante o prazo estabelecido no art. 1º desta Lei, a validade das aluais permissões outorgadas pelo Distrito Federal para operação do Serviço de Transporte Público Alternativo - STPA.

§ 1° As permissões, cujo prazo de vigência lenha expirado até a data da publicação desta Lei, ficam convalidadas e prorrogadas nos prazos e condições por ela estabelecidos.

§ 2° A prorrogação do prazo de validade das aluais permissões do Serviço de Transporte Público Alternativo - STPA fica condicionada às seguintes exigências:

I - participação do permissionário em recadastramento da Secretaria de Transportes;

II - compromisso firmado, pelo permissionário, de operar dentro das condições estabelecidas pelos novos modelos de operação e exploração que reavaliará, inclusive, o conjunto de áreas, linhas e rotas a serem atendidas por essa modalidade, respeitando-se o equilíbrio económico do serviço;

III - adequação do veículo colocado em operação objetivando o melhor atendimento à população, em especial aos idosos e portadores de necessidades especiais;

IV - enquadramento do veículo na nova programação visual a ser elaborada para o serviço, para facilitar a informação e orientação do usuário;

V - implantação, em toda a frota, de sistemas de controle eletrônicos, tipo GPS, para monitoramento da operação;

VI - implantação, em toda frota, de dispositivos de leitura e registro de oferta e demanda, que permitam a cobrança de tarifes pelo sistema de bilhetagem eletrônica, e cujas características sejam compatíveis com todos os modos e serviços.

Art. 4° A implementação das medidas descritas nos incisos l a VI do § 1° do art. 2° desta Lei obedecerão ao prazo estabelecido no art. 1º, segundo cronograma lixado no ato da prorrogação.

Art. 5° Os operadores do Serviço de Transporte Público Coletivo - STPC e os operadores do Serviço de Transporte Público Alternativo - STPA que, no prazo estabelecido no art. 1º, procederem à renovação da frota e cumprirem integralmente

Sanciono com veto 21/11/2003

as exigências contidas nos artigos 2° e 3° desta Lei terão suas permissões renovadas pelo prazo improrrogável de sele anos, contados da data da publicação desta Lei.

Art. 6° Os serviços complementares de transportes coletivos não vinculados às modalidades alternativas ou convencional do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal estarão sujeitos a sistema de gerenciamento eletrônico, tipo GPS, a registros, a supervisão e a fiscalização dos seguintes órgãos:

I - fretamento e turismo: Secretaria de Estado de Transportes;

II - escolar: Departamento de Trânsito do Distrito Federal.

Parágrafo único. A Secretaria de Estado de Transporte, por meio do órgão gestor, concederá autorização e fiscalizará os transportes de que trata este artigo.

Art. 7° Fica assegurada ao usuário a opção pelo pagamento da tarifa em moeda corrente.

Art. 8° Com a implantação dos dispositivos de leitura e registro de oferta e demanda, que permitam a cobrança de tarifas pelo sistema de bilhetagem eletrônica, serão asseguradas as funções de motorista e cobrador em cada veículo e em lodo o itinerário.

§ 1° Os cobradores terão suas funções ampliadas com a execução de novas atividades, especialmente as relativas a:

I - recebimento das tarifas pagas em moeda corrente;

II - supervisão da utilização pelos usuários dos descontos e graluidades previstas em Lei;

III - auxílio aos usuários idosos ou portadores de necessidades especiais;

IV - orientação aos usuários quanto aos procedimentos envolvidos no novo procedimento de coleta de tarifas por meio eletrônico;

V - provimento aos usuários de informações sobre o Sistema de Transporte Público Colelivo do Distrito Federal.

§ 2° A ampliação das funções de cobrador referidas no parágrafo anterior não poderá resultar em redução salarial.

§ 3° As condições estabelecidas neste artigo farão parte das exigências a serem incluídas nas licitações que vierem a ser realizadas para a operação do Sistema de Transporte Público Colelivo do Distrito Federal.

Art. 9° O art, 28 da Lei nº 239, de 1992, com a redação dada pela Lei nº 953, de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 28.....

§2°.....

l - multas com valor mínimo de dois mil reais e máximo de cinco mil reais;

....."

Art. 10. O art. 6° e o inciso XII da Lei nº 2.706, de 27 de abril de 2001, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6° Sem prejuízo do disposto no art. 2° e da ressalva contida no inciso XII, compele privativamente ao Fiscal de Atividades Urbanas, na Área de Especialização Transporte:

.....

XII - coibir o transporte de passageiros sem autorização do Poder Público, com o auxílio da Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF e do Departamento de Trânsito do Distrilo Federal - DETRAN/DF, cabendo aos agentes dcsles a lavratura do Auto de Infração e Apreensão do veículo irregular, independente da presença do Fiscal de Atividades Urbanas".

Arl. 11. Esta Lei será regulamentada pelo Poder Executivo no prazo de sessenta dias contados da data de sua publicação.

Art. *12. Esta* Lei entra em vigor na data de sua publicação

Arl. 13. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 01 de outubro de 2003

Deputado BENÍCIO TAVARES
Presidente

12

Em 16/11/03
Assessoria de Plenário

MENSAGEM
N° **279 / -GAG** **Brasília, 25 de Novembro de 2003.**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal

Tenho a honra de submeter à elevada apreciação de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Anual do Distrito Federal (Lei n° 3.119, de 30 de dezembro de 2002) crédito especial, no valor de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) em favor da Secretaria de Estado de Fazenda.

O presente crédito tem como finalidade criar na programação orçamentaria daquela Unidade operação especial específica para Participação Acionária em Empresas do Distrito Federal.

Os recursos necessários ao atendimento do crédito decorrerão da anulação parcial de dotação orçamentaria consignada ao vigente orçamento, nos termos do art. 43, § 1°, inciso III, da Lei n° 4.320, de 17 de março de 1964.

Tendo em vista o disposto no art. 41 inciso II, da Lei nº 4.320, de 17 março de 1964, e considerando o que estabelece o art. 151, inciso V, da Lei Orgânica do Distrito Federal, submeto o Anexo Projeto de Lei à apreciação dessa Câmara Legislativa.

Por estas razões espero contar com a sua aprovação, com a brevidade possível, levando em conta o caráter de urgência, nos termos do art. 73 da Lei Orgânica do Distrito Federal .

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ
Governador do Distrito Federal

Excelentíssimo Senhor
Deputado **BENÍCIO TAVARES**
Digníssimo Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal
N E S T A

005 - 26/11/03 - 15:47.06

PROJETO DE LEI Nº PL 952/2003 , DE 2003.

Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito especial à Lei Orçamentaria Anual do Distrito Federal, no valor de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Orçamento Anual do Distrito Federal (Lei nº 3.119, de 30 de dezembro de 2002), para o exercício financeiro de 2003, crédito especial, no valor de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), para atender à programação orçamentaria indicada no Anexo II.

Art. 2° Os recursos necessários ao atendimento do crédito decorrerão da anulação parcial de dotação orçamentaria consignada no vigente orçamento, nos termos do art. 43, § 1°, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), conforme Anexo I.

Art. 3° Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4° Revogam-se as disposições em contrário.

ANEXO | R$ 1,00

CRÉDITO ESPECIAL - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

CANCELAMENTO

ANEXO À LEI Nº

ÓRGÃO : 19000 SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL

UNIDADE : 19101 SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES	
04 ADMINISTRAÇÃO	500.000
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES	
126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	500.000
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS	
1000 DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLÓGICO	500.000
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA	
100 ORDINÁRIO NÃO VINCULADO	500.000
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	500.000
TOTAL ...	500.000
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	500.000

ANEXO I — R$ 1,00

CRÉDITO ESPECIAL . REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES

CANCELAMENTO

ANEXO À LEI N°

ÓRGÃO : 19000 SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL

UNIDADE : 19101 SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	ESF	GND	MOD	FTE	DOTAÇÃO
1000		DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLÓGICO					500.000
		PROJETOS					
04 126	1000 1826	MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DÊ PROCESSAMENTO DE DADOS					500.000
04 126	1000 1826 0001	MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO	F	3	90	100	500.000
TOTAL • FISCAL							500.000
TOTAL • GERAL							500.000

(*) Prioridade LDO (**) Projeto em Andamento (***) Conservação de Patrimônio

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES	
28 ENCARGOS ESPECIAIS	500.000
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES	
846 OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	500.000
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS	
0001 PROGRAMA PARA OPERAÇÕES ESPECIAIS	500.000
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA	
100 ORDINÁRIO NÃO VINCULADO	500,000
INVERSÕES FINANCEIRAS	500.000
TOTAL ...	500.000
INVERSÕES FINANCEIRAS	500.000

ANEXO II R$ 1,00

CRÉDITO ESPECIAL • **REMANEJAMENTO** DE DOTAÇÕES

SUPLEMENTAÇÃO

ANEXO À LEI **Nº**

ÓRGÃO : 19000 SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL

UNIDADE : 19101 SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	ESF	GND	MOD	FTE	DOTAÇÃO
0001		PROGRAMA PARA OPERAÇÕES ESPECIAIS					500.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS					
28 846	**0001 9056**	**PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA EM EMPRESAS DO DISTRITO FEDERAL**					**500.000**
28 846	**0001 9056 0001**	**PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA EM EMPRESAS DO DISTRITO FEDERAL**	**F**	**5**	**90**	**100**	**500.000**
TOTAL - FISCAL							500.000
TOTAL • GERAL							500.000

(*) Prioridade LDO (**) **Projeto** em Andamento (***) Conservação de Património

ANEXO I | Despesa | R$ 1,00

CRÉDITO ESPECIAL - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES | ORÇAMENTO FISCAL

CANCELAMENTO

ANEXO AO DECRETO N° | RECURSOS DE TODAS AS FONTES

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
130103/00001 19101 SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA				500.000
04 126.1000.1826 MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS				
Ref. 002680 0001 MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO				
	33.90.39	100	500.000	
				500.000
2003AC00617			TOTAL	500.000

ANEXO II | Despesa | R$ 1,00

CRÉDITO ESPECIAL - REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES | ORÇAMENTO FISCAL

SUPLEMENTAÇÃO

ANEXO AO DECRETO Nº | RECURSOS DE TODAS AS FONTES

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
130103/00001 19101 SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA				500.000
28.846.0001.9056 PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA EM EMPRESAS DO DISTRITO FEDERAL				
Ref. 002758 0001 PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA EM EMPRESAS DO DISTRITO FEDERAL				
	45.90.65	100	500.000	
				500.000
2003AC00617			TOTAL	500.000

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO
GABINETE DO SECRETÁRIO

EXERÇA A CIDADANIA E FISCALIZE NO DIA-A-DIA

JUSTIFICATIVA - PROJETO DE LEI DE CRÉDITO ESPECIAL

Em cumprimento ao disposto no art. 12, § 1°, da Lei n° 3.042, de 09 de agosto de 2002 (LDO/2003), apresento, abaixo, justificativa referente ao Projeto de Lei de abertura de crédito ESPECIAL, no valor de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).

Os demonstrativos aos quais se refere a mencionada legislação constam do relatório de Execução Orçamentaria extraído do Sistema Integrado de Gestão Governamental - SIGGO, em anexo;

Quanto ao cancelamento, que ocorre em dotação orçamentaria pertencente ao programa de trabalho 04.126.1000.1826.0001 - Modernização do Sistema de Processamento de Dados da Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento, não repercute negativamente nas metas estabelecidas para o presente exercício.

A Alteração proposta tem como finalidade criar nova operação especial na programação orçamentaria da própria Secretaria de Fazenda para realização de gastos com participação acionária em empresas do Distrito Federal.

Para abertura do crédito especial em questão, a matéria deverá ser submetida à apreciação da Câmara Legislativa do Distrito Federal, tendo em vista o disposto no art. 41 inciso II, da Lei n° 4.320, de 17 março de 1964, e no art. 151, inciso V, da Lei Orgânica do Distrito Federal .

Brasília, 21 de novembro de 2003.

RICARDO PINHEIRO PENNA
Secretário de Planejamento e Coordenação

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Quadro **Detalhamento** Despesa

Exercício: 2003

Unidade Orçamentaria 19101 SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA **PSIOO010**

Mês de Referência Novembro **Posição em 21/11/2003**

Natur.	Fonte	Lei	Alteração	Contingenciado	Bloqueado	Despesa Autorizada	Empenhado	Disponível	Liquidado
339092	100	0,00	1.000,00 C	0,00	0,00	1.000,00 C	1.000,00 C	0,00	1.000,00 C
SUBTOTAL		2.790.000,00 C	519.953,00 C	0,00	0,00	3.309.953,00 C	2.812.542,41 C	497.410,59 C	2.812.542,41 C
Esfera 1	FISCAL	Programa Trabalho	04.123.3500.1811.0001	FORTALECIMENTO E MODERNIZAÇÃO DA ÁREA FINANCEIRA					
339014	100	2.000,00 C	0,00	0,00	0,00	2.000,00 C	0,00	2.000,00 C	0,00
339030	100	2.000,00 C	0,00	0,00	0,00	2.000,00 C	0,00	2.000,00 C	0,00
339033	100	2.000,00 C	0,00	0,00	0,00	2.000,00 C	0,00	2.000,00 C	0,00
339035	100	30.000,00 C	0,00	0,00	0,00	30.000,00 C	0,00	30.000,00 C	0,00
339036	100	30.000,00 C	0,00	0,00	0,00	30.000,00 C	0,00	30.000,00 C	0,00
339039	100	11.000,00 C	0,00	0,00	0,00	11.000,00 C	0,00	11.000,00 C	0,00
339092	100	5.000,00 C	0,00	0,00	0,00	5.000,00 C	0,00	5.000,00 C	0,00
449051	102	70.000,00 C	0,00	0,00	0,00	70.000,00 C	0,00	70.000,00 C	0,00
449052	102	100.000,00 C	0,00	0,00	0,00	100.000,00 C	0,00	100.000,00 C	0,00
SUBTOTAL		252.000,00 C	0,00	0,00	0,00	252.000,00 C	0,00	252.000,00 C	0,00
Esfera 1	FISCAL	Programa Trabalho	04.126.1000.1826.0001	MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO					
339030	100	0,00	2.319.715,00 C	0,00	0,00	2.319.715,00 C	2.096.714,70 C	223.000,30 C	2.096.714,70 C
339039	100	0,00	15.668.447,00 C	0,00	255.000,00 C	15.413.447,00 C	10.577.875,60 C	4.835.571,40 C	10.552.576,10 C
339039	101	0,00	2.710.777,00 C	0,00	0,00	2.710.777,00 C	2.710.000,00 C	777,00 C	2.709.506,52 C
339092	100	0,00	2.948.160,00 C	0,00	0,00	2.948.160,00 C	2.948.159,68 C	0,32 C	2.948.159,68 C
339092	101	0,00	698.223,00 C	0,00	0,00	698.223,00 C	698.222,67 C	0,33 C	698.222,67 C
449052	100	0,00	2.796.605,00 C	0,00	0,00	2.796.605,00 C	2.689.013,34 C	107.591,66 C	1.269.904,96 C
SUBTOTAL		0,00	27.141.927,00 C	0,00	255.000,00 C	26.886.927,00 C	21.719.985,99 C	5.166.941,01 C	20.275.084,63 C
Esfera 1	FISCAL	Programa Trabalho	04.129.2000.1083.0015	REFORMA DA AGÊNCIA DA RECEITA DO DISTRITO FEDERAL EM SOBRADINHO					
449051	102	558.000,00 C	548.000,00 D	0,00	0,00	10.000,00 C	0,00	10.000,00 C	0,00
SUBTOTAL		558.000,00 C	548.000,00 D	0,00	0,00	10.000,00 C	0,00	10.000,00 C	0,00
Esfera 1	FISCAL	Programa Trabalho	04.129.2000.1083.0016	REFORMA DA AGÊNCIA DA RECEITA DO DISTRITO FEDERAL EM CEILÂNDIA					
449051	102	558.000,00 C	548.000,OOD	0,00	0,00	10.000,00 C	0,00	10.000,00 C	0,00
SUBTOTAL		558.000,00 C	548.000,00 D	0,00	0,00	10.000,00 C	0,00	10.000,00 C	0,00
Esfera 1	FISCAL	Programa Trabalho	04.129.3500.2001. 0001	PROMOÇÃO DE CAMPANHAS DE INCENTIVO À ARRECADAÇÃO					
339039	100	1.633.000,00 C	898.000,00 C	0,00	0,00	2.531.000,00 C	2.520.681,31 C	10.318,69 C	2.519.941,85 C
SUBTOTAL		1.633.000,00 C	898.000,00 C	0,00	0,00	2.531.000,00 C	2.520.681,31 C	10.318,69 C	2.519.941,85 C
Esfera 1	FISCAL	Programa Trabalho	04.129.3600.1002.0001	FORTALECIMENTO E MODERNIZAÇÃO DA ÁREA TRIBUTÁRIA					
329022	135	30.000,00 C	0,00	0,00	0,00	30.000,00 C	21.250,00 C	8.750,00 C	21.250,00 C
338041	100	1.900.000,00 C	1.300.000,00 D	0,00	0,00	600.000,00 C	519.922,72 C	80.077,28 C	519.922,72 C
338041	135	3.000.000,00 C	0,00	0,00	0,00	3.000.000,00 C	2.103.750,00 C	896.250,00 C	2.103.750,00 C
339014	100	50.000,00 C	0,00	0,00	0,00	50.000,00 C	2.135,90 C	47.864,10 C	2.135,90 C

Emitido por: ANITA

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Quadro **Detalhamento** Despesa

Exercício: 2003

Unidade Orçamentaria 19101 SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA PSIOO010

Mês de Referência Novembro Posição em 21/11/2003

Natur.	Fonte	Lei	Alteração	Contingenciado	Bloqueado	Despesa Autorizada	Empenhado	Disponível	Liquidado
339033	100	50.000,00 C	0,00	0,00	0,00	50.000,00 C	10.000,00 C	40.000,00 C	5.295,73 C
339035	100	1.060.000,00 C	1.060.000,00 D	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
339039	100	0,00	169.000,00 C	0,00	0,00	169.000,00 C	0,00	169.000,00 C	0,00
339092	100	100.000,00 C	0,00	0,00	0,00	100.000,00 C	28.132,50 C	71.867,50 C	28.132,50 C
449051	100	0,00	800.000,00 C	0,00	0,00	800.000,00 C	799.754,72 C	245,28 C	222.777,66 C
449052	102	500.000,00 C	257.684,00 D	0,00	0,00	242.316,00 C	217.677,01 C	24.638,99 C	47.010,62 C
449092	102	0,00	257.684,00 C	0,00	0,00	257.684,00 C	87.054,54 C	170.629,46 C	87.054,54 C
SUBTOTAL		6.690.000,00 C	1.391.000,00 D	0,00	0,00	5.299.000,00 C	3.789.677,39 C	1.509.322,61 C	3.037.329,67 C
Esfera 1	FISCAL	Programa Trabalho	04.131.3200.8505.0039	PUBLICIDADE E PROPAGANDA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO					
339039	100	0,00	1.633.000,00 C	0,00	0,00	1.633.000,00 C	0,00	1.633.000,00 C	0,00
SUBTOTAL		0,00	1.633.000,00 C	0,00	0,00	1.633.000,00 C	0,00	1.633.000,00 C	0,00
Esfera 1	FISCAL	Programa Trabalho	28.841.0001.9031.0001	AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA REFINANCIADA - INTERNA					
329021	100	42.696.000,00 C	20.772.000,00 D	0,00	4.000.000,00 C	17.924.000,00 C	13.483.469,36 C	4.440.530,64 C	13.483.469,36 C
329021	101	0,00	30.472.000,00 C	0,00	0,00	30.472.000,00 C	29.867.615,43 C	604.384,57 C	29.867.615,43 C
469071	100	11.156.000,00 C	5.460.000,00 D	0,00	1.172.000,00 C	4.524.000,00 C	3.248.897,81 C	1.275.102,19 C	3.248.897,81 C
469071	101	0,00	7.960.000,00 C	0,00	0,00	7.960.000,00 C	7.906.592,38 C	53.407,62 C	7.906.592,38 C
SUBTOTAL		53.852.000,00 C	12.200.000,00 C	0,00	5.172.000,00 C	60.880.000,00 C	54.506.574,98 C	6.373.425,02 C	54.506.574,98 C
Esfera 1	FISCAL	Programa Trabalho	28.843.0001.9030.0001	AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA CONTRATADA - INTERNA					
329021	100	42.858.000,00 C	17.947.000,00 D	0,00	0,00	24.911.000,00 C	22.606.769,47 C	2.304.230,53 C	22.596.356,70 C
329021	101	0,00	4.467.000,00 C	0,00	0,00	4.467.000,00 C	4.412.979,19 C	54.020,81 C	4.412.979,19 C
329021	102	0,00	1.280.000,00 C	0,00	0,00	1.280.000,00 C	1.280.000,00 C	0,00	1.280.000,00 C
469071	100	36.939.000,00 C	16.193.000,00 D	0,00	0,00	20.746.000,00 C	18.068.779,21 C	2.677.220,79 C	18.040.984,66 C
469071	101	0,00	4.273.000,00 C	0,00	0,00	4.273.000,00 C	4.273.000,00 C	0,00	4.273.000,00 C
469071	102	0,00	2.220.000,00 C	0,00	0,00	2.220.000,00 C	2.203.560,56 C	16.439,44 C	2.203.560,56 C
SUBTOTAL		79.797.000,00 C	21.900.000,00 D	0,00	0,00	57.897.000,00 C	52.845.088,43 C	5.051.911,57 C	52.806.881,11 C
Esfera 1	FISCAL	Programa Trabalho	28.844.0001.9029.0001	AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA CONTRATADA - EXTERNA					
329021	100	29.520.000,00 C	3.436.189,00 D	0,00	0,00	26.083.811,00 C	19.063.418,29 C	7.020.392,71 C	19.063.418,29 C
469071	100	16.319.000,00 C	1.312.189,00 C	0,00	0,00	17.631.189,00 C	17.631.188,20 C	0,80 C	17.631.188,20 C
SUBTOTAL		45.839.000,00 C	2.124.000,00 D	0,00	0,00	43.715.000,00 C	36.694.606,49 C	7.020.393,51 C	36.694.606,49 C
Esfera 1	FISCAL	Programa Trabalho	28.846.0001.9001.0014	EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS DO DISTRITO FEDERAL					
312091	100	46.588.000,00 C	0,00	0,00	0,00	46.588.000,00 C	1.500.000,00 C	45.088.000,00 C	1.500.000,00 C
312091	142	35.000.000,00 C	0,00	0,00	0,00	35.000.000,00 C	0,00	35.000.000,00 C	0,00
312091	143	1.000.000,00 C	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00 C	0,00	1.000.000,00 C	0,00
319091	144	119.389.000,00 C	0,00	0,00	0,00	119.389.000,00 C	0,00	119.389.000,00 C	0,00
332091	100	162.000,00 C	0,00	0,00	0,00	162.000,00 C	0,00	162.000,00 C	0,00

Emitido por: ANITA

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Quadro **Detalhamento** Despesa

Exercício: 2003

Unidade Orçamentaria 19101 SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA — PSIO0010

Mês de Referência Novembro — Posição em 21/11/2003

Natur.	Fonte	Lei	Alteração	Contingenciado	Blogueado	Despesa Autorizada	Empenhado	Disponível	Liquidado
SUBTOTAL		202.139.000,00 C	0,00	0,00	0,00	202.139.000,00 C	1.500.000,00 C	200.639.000,00 C	1.500.000,00 C
Esfera 1	FISCAL Programa Trabalho 28.846.0001.9033.0001	FORMAÇÃO DO PATRIMÓNIO DO SERVIDOR PÚBLICO							
339047	100	80.718.000,00 C	31.012.350,00 D	0,00	1.000.000,00 C	48.705.650,00 C	39.937.269,09 C	8.768.380,91 C	39.607.100,33 C
339047	101	0,00	7.750.000,00 C	0,00	0,00	7.750.000,00 C	7.358.615,12 C	391.384,88 C	7.358.615,12 C
339047	102	0,00	3.500.000,00 C	0,00	0,00	3.500.000,00 C	3.147.581,49 C	352.418,51 C	3.147.581,49 C
339092	100	2.000.000,00 C	5.228.000,00 C	0,00	0,00	7.228.000,00 C	7.227.422,89 C	577,11 C	7.227.422,89 C
SUBTOTAL		82.718.000,00 C	14.534.350,00 D	0,00	1.000.000,00 C	67.183.650,00 C	57.670.888,59 C	9.512.761,41 C	57.340.719,83 C
Esfera 1	FISCAL Programa Trabalho 28.846.0001.9050.0076	RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO							
319092	100	0,00	83.000,00 C	0,00	0,00	83.000,00 C	79.543,25 C	3.456,75 C	79.543,25 C
319096	100	318.000,00 C	3.900,00 D	0,00	0,00	314.100,00 C	152.955,83 C	161.144,17 C	152.955,83 C
339093	100	1.000.000,00 C	4.892.000,00 C	0,00	0,00	5.892.000,00 C	5.151.025,97 C	740.974,03 C	5.141.317,61 C
339093	102	0,00	952.000,00 C	0,00	0,00	952.000,00 C	952.000,00 C	0,00	952.000,00 C
SUBTOTAL		1.318.000,00 C	5.923.100,00 C	0,00	0,00	7.241.100,00 C	6.335.525,05 C	905.574,95 C	6.325.816,69 C
Esfera 2	SEGURID Programa Trabalho 09.272.0001.9004.0018	PAGAMENTO DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO							
319001	100	50.983.000,00 C	37.433.884,00 D	0,00	0,00	13.549.116,00 C	5.396.340,64 C	8.152.775,36 C	5.396.340,64 C
319001	106	50.421.000,00 C	40.711.842,00 C	0,00	0,00	91.132.842,00 C	82.023.015,06 C	9.109.826,94 C	82.023.015,06 C
319003	100	14.066.000,00 C	8.305.760,00 D	0,00	0,00	5.760.240,00 C	5.760.239,35 C	0,65 C	5.760.239,35 C
319003	106	0,00	12.097.860,00 C	0,00	0,00	12.097.860,00 C	7.503.192,67 C	4.594.667,33 C	7.503.192,67 C
319092	100	100.000,00 C	559.200,00 C	0,00	0,00	659.200,00 C	659.199,14 C	0,86 C	659.199,14 C
319092	106	0,00	43.900,00 C	0,00	0,00	43.900,00 C	43.890,59 C	9,41 C	43.890,59 C
SUBTOTAL		115.570.000,00 C	7.673.158,00 C	0,00	0,00	123.243.158,00 C	101.385.877,45 C	21.857.280,55 C	101.385.877,45 C
TOTAL GERAL		727.413.000,00 C	50.828.791,00 C	0,00	6.427.775,00 C	771.814.016,00 C	479.426.326,88 C	292.387.689,12 C	475.666.826,07 C

Emitido por: ANITA

23

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO
GABINETE DO SECRETÁRIO

EXERÇA A CIDADANIA E FISCALIZE NO DIA-A-DIA

E.M.
N° 22 /03-GAB/SEPLAN **Brasília, 24 de novembro de 2003.**

Senhor Governador,

Tenho a honra de submeter à elevada apreciação de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Anual do Distrito Federal (Lei n° 3.119, de 30 de dezembro de 2002) crédito especial, no valor de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) em favor da Secretaria de Estado de Fazenda.

O presente crédito tem como finalidade criar na programação orçamentaria daquela Unidade operação especial específica para Participação Acionária em Empresas do Distrito Federal.

Os recursos necessários ao atendimento do crédito decorrerão da anulação parcial de dotação orçamentaria consignada ao vigente orçamento, nos termos do art. 43, § 1°, inciso III, da Lei n° 4.320, de 17 de março de 1964.

Tendo em vista o disposto no art. 41 inciso II, da Lei n° 4.320, de 17 março de 1964, e considerando o que estabelece o art. 151, inciso V, da Lei Orgânica do Distrito Federal, proponho o envio do Anexo Projeto de Lei à apreciação da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência protestos de elevada estima e consideração.

RICARDO PINHEIRO PENNA
Secretário de Planejamento e Coordenação

Excelentíssimo Senhor
JOAQUIM DOMINGOS RORIZ
Digníssimo Governador do Distrito Federal
N E S T A

GDF - GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SEPLAN - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO
DIRETORIA DE ANÁLISE, CONTROLE E AVALIAÇÃO DO ORÇAMENTO

RESUMO DE CRÉDITO

PROJETO DE LEI

DATA
21/11/2003

PROCESSO
040.009.189/2003

INTERESSADO	**VALOR EM R$**
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA	500.000

ASSUNTO
CRÉDITO ESPECIAL (ANULAÇÃO) R$ **500.000**

FONTE DE RECURSOS
100 - ORDINÁRIO NÃO VINCULADO

FINALIDADE:
O PRESENTE CRÉDITO TEM COMO FINALIDADE CRIAR NA PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTARIA DA SECRETARIA DE FAZENDA OPERAÇÃO ESPECIAL PARA VIABILIZAR A PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA EM EMPRESAS DO DISTRITO FEDERAL.

RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO : ANITA TIBURTINO NEVES
RESPONSÁVEL(EIS) PELA CONFERÊNCIA: RAFAEL RIBEIRO DO AMARAL
DIRETOR : BARÃO MELLO DA SILVA

LIDO
Em 26 / 11 / 03
Assessoria de Plenário

MENSAGEM
Nº 280 /03-GAG

Brasília, 25 de Novembro de 2003.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa,

Tenho a honra de submeter à deliberação desta Casa a Mensagem aditiva ao Projeto de Lei nº 905/2003, encaminhado através da Mensagem nº 247/2003, que ***"Reestrutura a Carreira de Cirugião-Dentista do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, fixa seus vencimentos e dá outras providências"*** para substitíção do anexo I.

A alteração visa manter o quantitativo atual de vagas do cargo de Cirurgião-Dentista, pois no anexo encaminhado anteriormente constou um número maior que o existente.

Esperando a aprovação desta Casa, renovo protestos de elevada estima e consideração a Vossa Excelência.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ
Governador do Distrito Federal

Exmo. Senhor
Deputado Benício Tavares
Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal
NESTA

007-26/11/03. 15:38:32

ANEXO I

ESTRUTURA DO CARGO CIRURGIAO-DENTISTA

(Art. 1º, §1º, da Lei nº /2003)

CARGO	CLASSE	PADRÃO	QUANTITATIVO
CIRURGIAO-DENTISTA	ESPECIAL	V	283
		IV	
		III	
		II	
		I	
	PRIMEIRA	VI	
		V	
		IV	
		III	
		II	
		I	
	SEGUNDA	VII	
		VI	
		V	
		IV	
		III	
		II	
		I	
	TERCEIRA	VII	
		VI	
		V	
		IV	
		III	
		II	
		I	

LIDO
Em 26/11/03
Assessoria de Plenário

MENSAGEM
N° 281 /03-GAG

Brasília, 25 de Novembr de 2003.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa,

Tenho a honra de submeter à deliberação desta Casa a Mensagem aditiva ao Projeto de Lei n° 906/2003, encaminhado através da Mensagem nº 246/2003, que ***"Reestrutura a Carreira de Assistência à Saúde do Distrito Federal, de que tratam as Leis nº 740, de 28 de julho de 1994 e nº 2.816, de 13 de novembro de 2001, e dá outras providências"*** para substitição dos anexos I, H, III e VI.

A substituição objetiva, tão somente, manter o quantitativo atual de vagas para os cargos da Carreira, vez que nos anexos encaminhados anteriormente não foram considerados os cargos criados pela Lei n° 2.879/2002, constando, então número menor que o já existente.

Esperando a aprovação desta Casa, renovo protestos de elevada estima e consideração a Vossa Excelência.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ
Governador do Distrito Federal

Exmo. Senhor
Deputado Benício Tavares
Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal
NESTA

26/11/03 15:38:0

ANEXO I

Carreira Assistência Pública à Saúde do Distrito Federal

(art. 2° da Lei nº /2003)

SITUAÇÃO **ATUAL**			SITUAÇÃO **NOVA**		
CARGO	CLASSE	**PADRÃO**	PADRÃO	CLASSE	V **CARGO/ QUANTITATIVO**
ASSISTENTE SUPERIOR DE SAÚDE	ESPECIAL	V	V	ESPECIAL	ESPECIALISTA EM SAÚDE (999)
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
		I	I		
	PRIMEIRA	VI	VI	PRIMEIRA	
		V	V		
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
		I	I		
	SEGUNDA	VII	VII	SEGUNDA	
		VI	VI		
		V	V		
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
		I	I		
	TERCEIRA	VII	VII	TERCEIRA	
		VI	VI		
		V	V		
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
		I	I		

ANEXO II

Carreira Assistência Pública à Saúde do Distrito Federal

(art. 2° da Lei n° /2003)

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO NOVA		
CARGO	CLASSE	PADRÃO	PADRÃO	CLASSE	CARGO/ QUANTITATIVO
ASSISTENTE INTERMEDIÁRIO DE SAÚDE II	ESPECIAL	V	V	ESPECIAL	TÉCNICO EM SAÚDE (14.422)
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
		I	I		
	PRIMEIRA	VI	VI	PRIMEIRA	
		V	V		
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
		I	I		
	SEGUNDA	VII	VII	SEGUNDA	
		VI	VI		
		V	V		
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
		I	I		
	TERCEIRA	VII	VII	TERCEIRA	
		VI	VI		
		V	V		
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
		I	I		

ANEXO III

Carreira Assistência Pública à Saúde do Distrito Federal

(art. 2°, §1°, da Lei nº /2003)

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO NOVA		
CARGO	CLASSE	PADRÃO	PADRÃO	CLASSE	CARGO/ QUANTITATIVO
ASSISTENTE INTERMEDIÁRIO DE SAÚDE I e ASSISTENTE BÁSICO DE SAÚDE	ÚNICA	XX	XX	ÚNICA	AUXILIAR DE SAÚDE (4.043)
		XIX	XIX		
		XVIII	XVIII		
		XVII	XVII		
		XVI	XVI		
		XV	XV		
		XIV	XIV		
		XIII	XIII		
		XII	XII		
		XI	XI		
		X	X		
		IX	IX		
		VIII	VIII		
		VII	VII		
		VI	VI		
		V	V		
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
		I	I		

ANEXO VI
Carreira Assistência Pública à Saúde do Distrito Federal
(Art. 2º, parágrafo único, da Lei nº /2003)

CARGO	ESPECIALIDADE	ESCOLARIDADE
Auxiliar de Saúde	AOSD - Anatomia Patológica	Até 8ª Série do Ensino Fundamental
	AOSD - Anestesiologia (extinto ao vagar)	
	AOSD - Apoio Administrativo	
	AOSD - Copa	
	AOSD - Eletrocardiografia	
	AOSD - Eletroencefalografia	
	AOSD - Enfermagem (extinto ao vagar)	
	AOSD - Farmácia	
	AOSD - Fisioterapia	
	AOSD - Hematologia e Hemoterapia	
	AOSD - Lavanderia Hospitalar	
	AOSD - Serviços Gerais	
	AOSD - Operador de Máquinas	
	AOSD - Ortopedia e Gesso	
	AOSD - Padioleiro	
	AOSD - Patologia Clínica	
	AOSD - Radiologia	
	AOSD - Toxicologia (extinto ao vagar)	
	Auxiliar de Artífice	
	Agente de Portaria	
	Ascensorista	

32

CÂMARA LEGISLATIVA
DO DISTRI

PL 953 /2003

PROJETO DE LEI N" DE 2.003

(Do Senhor Deputado IZALCI LUCAS - PFL)

Em 26/11/03

Assessoria de Plenário

Introduz alterações na Lei nº 2.185, de 30 de dezembro de 1998, que "*Dispõe sobre o registro e o funcionamento de academias e de estabelecimentos que atuam na área do ensino e prática de modalidades esportivas no Distrito Federar.*

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

Art. 1° O art. 2° da Lei nº 2.185, de 30 de dezembro de 1998 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2" Os proprietários dos estabelecimentos de que trata esta Lei deverão fazer o registro de suas atividades junto à Administração Regional".

Art. 2° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições contrárias.

JUSTIFICAÇÃO

A alteração proposta tem por objetivo facilitar o funcionamento das diversas academias existentes no Distrito Federal e, ao mesmo tempo, desafogar a Secretaria de Esportes do DF no tocante às suas atribuições administrativas.

Deve ser dito que o fato de os proprietários de academias terem que se deslocar até a sede da Secretaria de Esportes para efetuar o registro de suas atividades representa um grande contratempo, posto que em seguida devem requerer à Administração Regional a concessão do alvará de funcionamento, portanto, é necessária a centralização das ações, qual seja, a emissão do registro e do alvará pela Administração Regional, fato que contribuirá, não só a desburocratizar o processo, mas, também, possibilitar um maior controle sobre o funcionamento das academias.

042 25/11/03 15 54

CÂMARÁ LEGISLATIVA
DO DISTRITO FEDERAL

Ressaltamos que a Câmara Legislativa tem competência para legislar sobre a matéria em tela, cuja garantia encontra-se estatuída nos arts. 30 e 32 da Constituição Federal, *in verbis*:

> ***"Art. 30. Compete aos Municípios:***
> ***"I - legislar sobre assuntos de interesse local;***
> ***(...)***
> ***Art. 32. O Distrito Federal, vedada sua divisão em Municípios, reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos com interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços da Câmara Legislativa, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição.***
> ***§ 1" - Ao Distrito Federal são atribuídas as competências legislativas reservadas aos Estados e Municípios."***

Diante do exposto, rogo aos nobres pares o apoio para a aprovação deste Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em de de 2.003

DEPUTADO IZALCI LUCAS
Autor

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
LEI Nº 2185, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1998

Dispõe sobre o registro e o funcionamento de academias e de estabelecimentos que atuam na área do ensino e prática de modalidades esportivas no Distrito Federal.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL. FAÇO SABER QUE A CÂMARA LEGISLATICA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º As academias e os estabelecimentos que atuam na área do ensino e da prática de modalidades esportivas terão seu registro e funcionamento regulados pelo disposto nesta Lei.

Art. 2° Os proprietários dos estabelecimentos de que trata esta Lei deverão fazer o registro de suas atividades junto à Secretaria de Cultura e Esporte do Governo do Distrito Federal.

Parágrafo único. Para fins de registro, os estabelecimentos referidos no *caput* apresentarão os seguintes documentos:

I - comprovação de registro da empresa na Junta Comercial do Distrito Federal;

II - cédula de identidade do proprietário ou diretor do estabelecimento;

III - indicação do nome do supervisor ou responsável técnico pelo estabelecimento, que será obrigatoriamente um profissional de Educação Física devidamente habilitado;

IV - certificado de vistoria sanitária;

V - atestado de vistoria do Corpo de Bombeiros.

Art. 3° Somente após o cumprimento das exigências estabelecidas no artigo anterior, a respectiva Administração Regional expedirá o alvará de registro e funcionamento.

Art. 4° A efetivação de matrícula nos estabelecimentos de que trata esta Lei dependerá da apresentação, pelo interessado, de atestado médico específico para a prática esportiva para a qual pretende se inscrever.

Parágrafo único. O atestado de que trata este artigo deverá ter data de emissão não inferior a trinta dias da matrícula e será renovado a cada doze meses, ou a critério do médico responsável pelo estabelecimento.

Art. 5° É obrigatória a manutenção de cadastro atualizado com os dados pessoais dos matriculados, bem como com as informações médicas pertinentes, em especial o atestado a que se refere o artigo anterior.

Art. 6° Os estabelecimentos de que trata esta Lei manterão, em lugar visível, quadro contendo o nome, a qualificação e o horário de expediente dos profissionais que trabalham ou prestam serviço no local.

Parágrafo único. Durante todo o período de funcionamento deverá estar presente no estabelecimento um profissional com as qualificações previstas no art. 2°, parágrafo único, III, desta Lei.

Art. 7º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de noventa dias.

Art. 8° O desrespeito às disposições desta Lei implicará aplicação de multa de R$ 976,30 (novecentos e setenta e seis reais e trinta centavos), sujeita à aplicação em dobro, a cada reincidência.

Art. 9° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

Publicada no DODF de 31.12.1998

35

CÂMARA LEGISLATIVA
DO DIST

PL 954/2003

PROJETO DE LEI Nº DE 2.003
(Do Senhor Deputado IZALCI LUCAS - PFL)

RECEBIDO
Em 26/11/03
Assessoria de Plenário

Declara de utilidade pública a União Metropolitana dos Estudantes Secundaristas de Brasília - UMESB.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

Art. 1° Fica declarada de utilidade pública a União Metropolitana dos Estudantes Secundaristas de Brasília - UMESB.

Art. 2° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições contrárias.

JUSTIFICAÇÃO

Fundada em 1962, a União Metropolitana dos Estudantes Secundaristas de Brasília - UMESB, foi criada para defender os interesses dos estudantes do Distrito Federal, sobretudo os mais necessitados, que não tinham e que em, muito dos casos ainda não têm, como se defender das inúmeras agressões perpetradas contra eles pelo sistema ou pelos acontecimentos cotidianos, alheios à sua vontade e provocação.

Nesses mais de 30 anos a UMESB tem cumprido o seu papel histórico, mesmo enfrentando dificuldades hercúleas, muitas das quais suscitadas pela incompreensão do Poder Público quanto ao papel que está obrigada a desempenhar em defesa de seus representados.

003 25/11/03 15:52:10

CÂMARA LEGISLATIVA
DO DISTRITO FEDERAL

A UMESB é uma entidade histórica e que merece o nosso respeito. Mas com o fim de tornar o seu trabalho mais efetivo e de mais fácil realização, propomos a sua declaração de utilidade pública, fazendo, assim, justiça a sua trajetória de luta e de conquistas para os estudantes do Distrito Federal.

Diante do exposto, rogo aos nobres pares o apoio para a aprovação deste Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em de de 2.003

DEPUTADO IZALCI LUCAS
Autor

CÂMARÁ LEGISLATIVA **DO DISTRITO FEDERAL**
GABINETE DO DEPUTADO **PEN1EL** *PACHECO – PSB*

PL 955 /2003

Em 26/11/03
Assessoria de Plenário

PROJETO DE LEI Nº _/03
(Do Deputado Peniel Pacheco - PSB)

Cria normas para autorização de funcionamento das empresas de prestação de serviço de manobrista e guarda de veículos, que prestem serviços a estabelecimentos comerciais e afins, no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

Art. 1° A autorização para funcionamento das empresas de prestação de serviços de manobra e guarda de veículos, conhecidos como "vale park" ou "valet", em áreas públicas e privadas do Distrito Federal, deverá observar rigorosamente as condições previstas nesta lei.

Art. 2° A empresa prestadora dos serviços mencionados no artigo anterior deverá:

I - estar regularmente constituída;
II - ter em seus quadros motoristas devidamente registrados, nos moldes estabelecidos pela Consolidação das Leis do trabalho - CLT, assim como regularmente habilitados para a condução de veículos automotores na categoria profissional ("B"), que deverão se apresentar devidamente uniformizados e identificados;
III - comprovar que celebrou acordo com os trabalhadores eventuais junto ao Sindicato da categoria e na Delegacia do Trabalho;
IV - possuir local adequado e seguro para o estacionamento dos veículos;
V - apresentar relatório técnico de impacto de vizinhança;
VI - celebrar seguro para cobertura de incêndio, furto, roubo, abalroamentos, perda total e colisão do veículo e, caso seja necessário, o seguro de percurso;

SAIN...Parque Rural....70086-900....Brasília...DF

26/11/03 15:42

VII - emitir recibo ou "ticket" a ser entregue ao cliente, para eventual comprovação futura de que se utilizou dos serviços de "vale park" ou "valet", no qual conste:

a) o nome da empresa;
b) número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;
c) o dia e horário da entrega e retirada do veículo;
d) o nome do modelo, da marca e a placa do automóvel;
e) o local onde o veículo foi estacionado; e
f) a frase "A **empresa prestadora dos serviços de manobrista assim como o estabelecimento são solidariamente responsáveis por quaisquer danos causados aos veículos".**

VIII - orientar seus manobristas para que, no exercício de suas funções, observem rigorosamente as normas constantes do Código de Trânsito Brasileiro;
IX - afixar, em local apropriado e visível, observado o disposto no inciso II do artigo 4° desta lei, as seguintes informações:

a) o valor cobrado pelos serviços de "vale park" ou "valet";
b) o endereço onde os veículos serão estacionados;
c) o valor do seguro;
d) o número de vagas que o estacionamento comporta.

X - ser inscrita no Cadastro de Contribuintes do Distrito Federal, enquadrado como contribuinte do Imposto sobre Serviços - ISS;
XI - apresentar declaração do representante legal do restaurante, bar, danceteria, centros comerciais, teatro ou congéneres de anuência com a prestação dos serviços de "vale park" ou "valet".

Art. 3° A frase a que se refere o artigo anterior, deverá ser afixada em locais visíveis e de fácil leitura, cartazes com dimensões não inferiores a vinte e cinco centímetros de altura por cinquenta de comprimento, informando a seus clientes sobre o conteúdo da responsabilidade prevista.

SAIN...Parque Rural....70086-900....Brasília...DF

CÂMARÁ LEGISLATIVA DO **DISTRITO FEDERAL**
GABINETE DO DEPUTADO **PEN1EL PACHECO – PSB**

Art. 4° Na prestação dos serviços mencionados no artigo 1º desta lei é expressamente vedado o uso de via pública para:

I - o estacionamento dos veículos;
II - a colocação de qualquer material destinado a reservar vagas ou limitar o tráfego de veículos tais como cones, cavaletes, caixotes etc.;

Parágrafo único. A colocação de qualquer material destinado à execução e à divulgação dos serviços de "vale park" ou "valet", tais como bancada, cabine, guarda-sol, luminoso, placas etc. deverá ser regulamentada pelo Poder Executivo e deverá ser emitido Termo de Permissão de Uso.

Art. 5° Os restaurantes, bares, danceterias, centros comerciais, boates, teatros e congéneres que contratem, ainda que verbalmente, os serviços prestados pelas empresas mencionadas no artigo 1° desta lei são solidariamente responsáveis por quaisquer danos decorrentes dos serviços de "vale park" ou "valet" causados aos veículos, aos clientes e a terceiros.

Parágrafo primeiro. A responsabilidade de que trata este artigo inclui o pagamento de eventuais multas que sejam aplicadas ao veículo em decorrência do serviço de "vale park" ou "valet".

Parágrafo segundo. A empresa prestadora dos serviços de "vale park" ou "valet" deverá fornecer ao cliente, no prazo de 03 (três) dias a contar da solicitação, declaração com o nome do motorista que estava dirigindo o veículo no dia da infração que originou a multa de que trata o parágrafo anterior, assim como o respectivo número da Carteira Nacional de Habilitação - CNH.

Parágrafo terceiro. Os estabelecimentos mencionados no "caput" deste artigo deverão obter autorização junto ao Detran para o embarque e o desembarque de passageiros em via pública, bem como a correspondente sinalização.

Parágrafo quarto. Os danos pessoais previstos neste artigo referem-se aos prejuízos causados à pessoa da vítima, compreendidos os danos pessoais de ordem patrimonial, moral ou estético, morte, invalidez permanente, invalidez parcial e assistência médica, hospitalar e despesas complementares necessárias.

SAIN...Parque Rural.....70086-900. . . . Brasília....DF

Art. 6° No caso de inobservância das normas previstas nesta lei, a empresa será notificada das irregularidades cometidas para regularização em 30 (trintas) dias, e caso a advertência não seja observada, será aplicada a multa de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) dobrada em caso de reincidência.

Parágrafo primeiro. A multa de que trata o *"caput"* deste artigo será atualizada anualmente pela variação do índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, acumulada no exercício anterior, sendo que no caso de extinção deste índice será adotado outro criado pela legislação federal e que reflita a perda do poder aquisitivo da moeda.

Parágrafo segundo. Na hipótese de não serem atendidas as determinações constantes desta lei, mesmo após a aplicação das multas mencionadas no "caput", poderá ser determinada a interdição e, conforme o caso, o fechamento da empresa de "vale park" ou "valet".

Art. *T* As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentarias próprias, suplementadas se necessárias.

Art. 8° O Poder Executivo regulamentará esta lei, no que couber, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 9° Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Tem sido crescente o número de ocorrências policiais envolvendo furto, colisão e roubo de veículos no Distrito Federal. Muitos desses furtos, colisões e roubos ocorrem em estacionamentos mantidos por estabelecimentos especializados, e principalmente, nos últimos meses, próximos aos restaurantes, bares, danceterias, centros comerciais, boates, teatros e congéneres.

Tem-se verificado que mesmo em estabelecimentos onde funcionam empresas de prestação de serviço de manobrista e guarda de veículos, vários consumidores têm tido prejuízos em decorrência dos estabelecimentos e das referidas empresas não se responsabilizarem pelos danos ocorridos.

SAIN ....Parque Rural....70086-900.... Brasília...DF

O que se pode notar, é que os consumidores que se utilizam dos serviços de manobristas e guarda de veículos, conhecidos como "vale park" ou "valet", têm sofrido com várias irregularidades, desde, a falta de local adequado para estacionar o veículo, a não identificação adequada dos manobristas, o uso de cones para demarcar vagas, uso de bancadas em áreas públicas para embarque e desembarque, sem autorização e principalmente, pela falta de seguro de furto, roubo, colisão, incêndio e de percurso.

Dessa forma, a pessoa que teve o seu veículo furtado, roubado ou de qualquer outra forma danificado, nem sempre, obtém do estabelecimento responsável a reparação imediata do dano sofrido. De uma forma geral, isso só é obtido após longos anos de disputa judicial. Os consumidores, por sua vez, acabam sendo os grandes prejudicados, seguidos pelos próprios donos dos estabelecimentos comerciais.

Além de pagar pelo serviço muitas vezes um valor relativamente caro, os donos dos veículos têm que aguentar ainda manobristas que abusam da velocidade, estacionam os carros sobre as calçadas e avançam o sinal vermelho. Além disso, os carros são deixados nas ruas, o que aumenta o risco de furto de objetos, colisões e até mesmo o roubo do próprio carro.

Na prática, estas empresas deveriam oferecer seguro, o que não acontece em grande parte dos casos. Outro problema é que as empresas que prestam serviço de manobristas nem sempre são vinculadas diretamente ao estabelecimento, de forma que o consumidor acaba enfrentando grandes problemas na hora de procurar o responsável pelo dano. No geral, para não prejudicar o cliente, o dono do estabelecimento acaba arcando com os danos causados.

Neste caso, para o empresário não sair no prejuízo, ao contratar uma empresa de manobrista busque o maior número de informações possíveis sobre a procedência da empresa e exija sempre o seguro de percurso. Além disso, a empresa deve ainda ficar atenta às reclamações de seus clientes, principal fonte para mensurar a qualidade do serviço prestado pela empresa contratada.

No meu entendimento, as empresas prestadoras de serviços de manobristas devem preencher requisitos básicos para exercer sua atividade. São regras idênticas às que estão sujeitos todos e quaisquer cidadãos que pretendem exercer regularmente alguma atividade remunerada na cidade.

SAIN...Parque Rural.....70086-900 - Brasília...DF

CÂMARÁ LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO **PEN1EL PACHECO** - FSB

Afinal, o cliente é cobrado por um serviço que nem sempre é cumprido, ficando sujeito a multas, roubos, furtos e batidas. Prejuízos difíceis de serem recuperados se o consumidor não tiver provas para poder recorrer à Justiça, caso a empresa não queira se responsabilizar pelo dano causado.

Conforto e segurança são, sem sombras de dúvidas, o que todos procuram para suas vidas. Mas na atualidade diversos acontecimentos comprovam que não é possível encontrar esta dupla em todas as esquinas. Hoje, precisamos ter cuidado ao sair de casa, nos faróis, no trajeto e, por incrível que pareça, ao deixar o carro no serviço de manobristas.

Nem todas as casas de espetáculos e restaurantes da cidade têm condições estruturais de oferecer estacionamento grátis para seus clientes e frequentadores, nestes casos, muitas delas, apesar das exigências legais, terceirizam este serviço.

Apesar da seriedade de muitas empresas que prestam este tipo de serviço, algumas têm deixado a desejar, pois existem diversas reclamações protocoladas pela cidade. A mais grave delas é o fato dos manobristas levarem os carros para locais sem segurança, pois a única vítima, em caso de danos, é o proprietário.

A proposição que ora submeto à apreciação desta Casa, tem por escopo estabelecer normas para autorização de funcionamento das empresas de prestação de serviços de manobra e guarda de veículos, em áreas públicas e privadas do Distrito Federal, visando tornar clara a responsabilidade dos estabelecimentos que mantém tais serviços, pelas ocorrências envolvendo veículos deixados sob sua guarda, e com isso, evitar que os usuários destes estabelecimentos precisem enfrentar intermináveis batalhas judiciais para que essa responsabilidade seja reconhecida e, assim, lograr a reparação pelos danos causados a seus veículos.

Em alguns casos, vê-se nos estabelecimentos placas ou inscrições nos tíquetes com alertas do tipo "não nos responsabilizamos por furtos, danos ou roubos de veículos ou de objetos de seu interior". Segundo o Código de Defesa do Consumidor, são nulas as cláusulas que exonerem ou atenuem a responsabilidade do prestador de serviços nesse caso.

SAIN...Parque Rural....70086-900.... Brasília – DF

Ora, o que se busca com o presente projeto de lei, é a regulamentação e o funcionamento das empresas de prestação de serviços de manobra e guarda de veículos, em áreas públicas e privadas do Distrito Federal, bem como a responsabilidade civil solidária dos estabelecimentos, previsto na presente Lei, quanto a obrigatoriedade de contratação de seguro de incêndio, furto, roubo, colisão e de percurso em decorrência de danos sobrevindos a terceiros. Assegurando-se ao lesado a garantia de indenização por possíveis danos causados aos seus veículos, aos moldes das mais abalizadas doutrinas e da mais avançadas legislações alienígenas, instituindo-se a obrigatoriedade da contratação de seguro para fazer face a tais infortúnios.

Vale dizer que o objetivo de instituir a obrigatoriedade da contratação de um seguro tarifado tem a finalidade de garantir a indenizabilidade do terceiro lesado até os montantes previstos no projeto. Diante da garantia de ressarcimento, representada pelo seguro compulsório e da responsabilidade civil, nos termos do projeto, assenta-se na teoria da culpa.

Nesta linha de entendimento, estribado na teoria do risco proveito e risco criado, que encontram substrato nas máximas *ubi ernolumentun, íbi onus, ubi commoda e ibi incommoda.* Fundam-se na necessidade de se estabelecer um controle social com base na ideia de que todo dano cometido é indenizável, prescindindo-se assim, da demonstração de culpa do responsável, bastando a prova do dano e da relação de causa e efeito entre o dano e a ação ou omissão.

O novo Código Civil de 2002 adotou, expressamente, a teoria objetiva da responsabilidade civil, consolidando, assim, uma tendência doutrinária e jurisprudencial já existentes, passando assim a conviver concomitantemente com a teoria subjetiva, senão vejamos:

> *"Art 929. Aquele que, por ato ilícito, causar dano a outrem, é obrigado a repará-lo.*
>
> *Parágrafo único. Todavia, haverá a obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, grande risco para os direitos de outrem. "*

SAIN...Parque Rural....70086-900.... Brasília...DF

A responsabilidade da empresa no caso de furto ou dano do veículo ocorrido em seu estacionamento já foi determinada pela Justiça, que criou uma jurisprudência sobre o assunto. A Súmula 130 do Superior Tribunal de Justiça (STJ), de março de 95, diz que o estacionamento deve indenizar a pessoa que teve seu veículo furtado ou danificado em seus estabelecimentos. A decisão é válida também para supermercados, casas de show, restaurantes, entre outros.

Dano, no conceito fornecido por Maria Helena Diniz *"pode ser definido como lesão (diminuição ou destruição) que, devido a um certo evento, sofre uma pessoa, contra sua vontade, em qualquer bem ou interesse jurídico, patrimonial ou moral".*

Já o nosso Código Consumerista, positivou a ressarcibilidade do Dano moral, no seu art. 6°:

"Art. 6°. São direitos básicos do consumidor:

(...)

VI- a efetiva reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos e difusos.

Por outro lado, o presente Projeto encontra base legal no art. 24, inciso VIII, da Constituição Federal, que dispõe da competência concorrente à União, aos Estados e ao Distrito Federal para legislar em matéria de responsabilidade por dano ao consumidor.

Por fim, vale ressaltar, que é fato que bons e maus profissionais existem em quaisquer profissões e que quando estamos dispostos a fazer algo bem feito sempre é possível. Infelizmente, as notícias nos levam a crer que no que diz respeito aos serviços previstos nesta lei tem predominado um tipo de profissionalismo que precisa ser reestruturado.

No contexto geral desta situação é preciso ficar claro que existem sérias e idóneas empresas de garagens e estacionamentos que não podem e não devem fazer parte destas reclamações.

SAIN...Parque Rural....70086-900.... Brasília....DF

Como visto, é a empresa, com fulcro nos princípios da transparência, da confiança e da boa-fé, como norteadores da política nacional de consumo, que tem de assumir os prejuízos suportados pelo consumidor, em virtude de ato de preposto seu. Isto porque tem responsabilidade sobre aqueles que contrata, tanto por mal eleger, quanto por mal vigiar, bem como pela atividade que pratica.

Isso posto e por considerar que o projeto de lei ora apresentado é de grande alcance social e contribui para tornar mais efetiva a proteção dos direitos dos consumidores, espero contar com o apoio dos meus ilustres pares na aprovação desta proposição.

Sala das Sessões, em

PENIEL PACHECO
Deputado Distrital - PSB

SAIN...Parque Rural.....70086-900....Brasília...DF

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO CHICO VIGILANTE - PT

PL 956/2003

Em 26/11/03
Assessoria de Plenário

PROJETO DE LEI N° 03
(Do Deputado Chico Vigilante)

Estabelece alíquotas progressivas do Imposto Sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU para imóveis urbanos edificados e não ocupados, conforme previsto no art. 156, § 1°, inciso II e art. 182 da Constituição Federal.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

Art. 1° Ficam instituídas alíquotas progressivas do Imposto Sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU para os imóveis urbanos edificados e não ocupados ininterruptamente durante 12 (doze) meses.

§ 1° As alíquotas progressivas serão majoradas em 0,5% anualmente, pelo prazo máximo de 5 (cinco) anos, sendo a inicial fixada em 3%.

§ 2° Comprovada, a qualquer tempo, a efetiva ocupação ou venda do imóvel, será interrompida a cobrança do imposto progressivo, retornando a alíquota legal arbitrada para imóvel edificado exclusivamente para fins residenciais.

§ 3° Decorridos os cinco anos da cobrança do IPTU progressivo no tempo sem que se dê a ocupação do imóvel, estabelecer-se-á a cobrança pela alíquota máxima de 5%, até a data da ocupação efetiva ou venda.

Art. 2° Os proprietários dos imóveis desocupados ou seus representantes legais serão notificados da cobrança do IPTU progressivo com antecedência mínima de 1 (um) mês antes da cobrança, obedecidos os princípios do contraditório e da anterioridade.

Parágrafo único. Comprovado pelo proprietário ou seu representante legal a improcedência do objeto da notificação, a cobrança pela alíquota diferenciada será cancelada de ofício.

Art. 3° Os síndicos de prédios e de condomínios deverão informar anualmente, em novembro, a lista de imóveis desocupados ininterruptamente por 12 (meses).

SAIN - Parque Rural - 70086-900 - Tel.: 348-8112 a 348-8116 - Brasília-DF
www.chicovigilante.com.br

Art. 4° A Secretaria de Estado da Fazenda, em conjunto com outras Secretarias, adotará os procedimentos necessários de modo a balizar as alíquotas e aferir a desocupação do imóvel, inclusive arbitrando as penalidades pecuniárias para o condomínio que descumprir esta lei, independentemente das penalidades judiciais cabíveis.

Art. 5° Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 6° Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICAÇÃO

Da Oportunidade

Segundo Censo 2000, do IBGE, há no Brasil 6.029.756 unidades habitacionais particulares não ocupadas. Cabe salientar que nesse universo não estão computados os imóveis fechados (proprietários não encontrados na ocasião do Censo, porém habitados) e aqueles de uso ocasional, como, as casas de veraneio. No Distrito Federal, são 58.374 imóveis nessa situação.

2. A partir destes dados, surgiu a ideia deste projeto, que desde já, asseveramos, não tem finalidade fiscal, arrecadatória. Com a sua consecução, buscamos meramente contribuir para a diminuição dos abusivos preços dos imóveis e dos aluguéis no âmbito do DF, em observância a preceitos constitucionais que alteiam a função social da cidade e da propriedade. Seu mérito será o de promover a ocupação dos imóveis desocupados sem que seja transgredido, mormente, o inciso XXII, do artigo 5°, da Constituição Federal, que garante o direito de propriedade a todos os brasileiros.

3. É preciso exigir dos proprietários de imóveis urbanos sua adequada utilização, conforme prevê o art. 182 da Constituição Federal. A legislação atual encara essa necessidade do ponto de vista da edificação, isto é, como se bastasse edificar no imóvel para que ele cumprisse sua função social.

4. Não basta. É preciso que o imóvel funcione em consonância com a sua destinação, seja residencial, comercial ou industrial. No caso de imóveis residenciais, é a ocupação da edificação, o uso do imóvel como moradia, a condição final e essencial capaz de consolidar o cumprimento da função social, não sendo suficiente, embora requisito daquela, a existência da construção.

5. O número de imóveis desocupados no Distrito Federal poderia abrigar uma cidade de médio porte. Serve, no entanto, tão somente, para estoque de capital e para especulação imobiliária, em benefício de uns poucos e em detrimento de toda a sociedade que demanda casa para morar.

6. A cada ano, é preciso disponibilizar estoques de terras para expansão da rede urbana, em locais distantes, que dificultam a vida dos moradores, havendo, ainda, a necessidade de implantar toda uma infra-estrutura onerosa ao contribuinte. Enquanto isso, os imóveis desocupados permanecem desfrutando de uma oferta de serviços desperdiçada, e se valorizando em função dela.

7. Em várias cidades da Europa, como Londres, Paris e Berlim, é legítimo invadir imóveis urbanos vazios, obtendo-se na justiça a proteção dessa ocupação por meio de instituto jurídico conhecido como "squatting". Segundo o Correio Braziliense, edição de 27 de julho do corrente, existem no Reino Unido cerca de 18 mil pessoas vivendo como ocupantes, ou "squatters".

8. No Brasil, estamos nos valendo dos instrumentos previstos na Ccnstituição Federal, quais sejam, aqueles arrolados no art. 156, § 1°, inciso II e no § 4°do art. 182, sobretudo o IPTU progressivo, para combater a especulação imobiliária urbana. Como o assunto foi definido de forma ampla na Constituição, ao nosso alvedrio, já passa da hora de incluir nos arcabouços normativos locais a seguinte doutrina: **" a propriedade edificada e não ocupada não cumpre uma função social".** Conseqüentemente, conquanto não seja passível de desapropriação, deve ser sobretaxada.

Dos Aspectos legais

9. Reza o § 4°, do art. 182, da Carta Magna:

> § 4° É facultado ao poder público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir , nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado **ou não utilizado (grifo nosso)** que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de:
>
> I - parcelamento ou edificações compulsórios;
> II - imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo;
> III - desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovadas pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.

10. De outro modo, o art. 2° da Lei 10.257, de 10 de julho de 2001 - Estatuto da Cidade elencou algumas diretrizes gerais que objetivam ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, entre as quais citamos algumas:

Art. 2°.....

VI - ordenação e controle do solo, de forma a evitar:

a) a utilização inadequada dos imóveis urbanos;
e) a retenção especulativa do imóvel urbano, que resulte na sua subutilização ou não utilização;

11. Já no Capítulo II, DOS INSTRUMENTOS DA POLÍTICA URBANA, Seção II, Dos instrumentos em geral, fica estabelecido:

Art. 4° Para fins desta Lei, serão utilizados, entre outros instrumentos:

I –
II –
III-
IV institutos tributários e financeiros;
a. imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - IPTU;
b. contribuição de melhoria;
c. incentivos e benefícios fiscais e financeiros;

12. Observe-se que a lei, respeitando a dinâmica social, enumerou apenas alguns instrumentos, remetendo ao arbítrio dos municípios e do Distrito Federal a edição de outros. Nossa proposição, pois, se coaduna com esse desígnio legal.

13. O artigo 5° do mesmo diploma, ao incorporar ditames constitucionais, dispõe que lei municipal específica para área incluída no Plano Diretor poderá determinar o parcelamento, a edificação ou a utilização compulsórios do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, devendo fixar as condições e os prazos para implementação da referida obrigação.

14. Detendo-nos nesses aspectos legais, fazemos algumas indagações: a) a propriedade urbana edificada e não utilizada pode classificar-se como "solo urbano não utilizado" ? b) o arbítrio tácito inserido na nossa proposição de que a propriedade edificada e não utilizada não cumpre uma função social pode ser arbitrada em lei ordinária do legislativo, quando deveria ser matéria a ser definida no Plano Diretor?

15. O Estatuto da Cidade incorporou à legislação federal alguns instrumentos jurídicos que só se faziam presentes em alguns planos diretores municipais. Um deles, previsto no art. 28, chama-se "Da outorga onerosa do direito de construir", também conhecido como "solo criado". A respeito desse conceito, aduzimos texto do livro Estatuto da Cidade, guia para implementação pelos municípios e cidadãos, pag. 67:

" Já em 1977, uma primeira formulação do instrumento em âmbito nacional foi feita pela Comissão Nacional de regiões Metropolitanas e Política Urbana da Secretaria do Planejamento da Presidência da

República (CNPU), incluída no anteprojeto da Lei de Desenvolvimento Urbano. A proposta de institucionalização do solo criado nos anos 70 causou enorme controvérsia e foi finalmente abortada. Desde então, vários anteprojetos de lei federal foram redigidos incluindo o solo criado, em várias versões, sem nenhum êxito. Entretanto, desde o final dos anos 70, em várias cidades brasileiras já existiam anteprojetos de lei de solo criado em tramitação.

Uma das dimensões fundamentais da controvérsia era a natureza jurídica da cobrança, e sua consíitucionalidade. Com o objetivo de dar suporte para as propostas em discussão no país, o CEPAM (órgão de apoio às administrações municipais paulistas) organizou em 1977 um Congresso sobre o solo criado na cidade de Embu, reunindo urbanistas e juristas, do qual resultou a "Carta de Embu" . A Carta explicita que " admite-se que, assim como loteador é obrigado a entregar ao poder público áreas destinadas ao sistema viário, equipamentos públicos e lazer, igualmente o criador de solo deverá oferecer à coletividade as compensações necessárias ao reequilíbrio urbano reclamado por solo adicional. **De acordo com o raciocínio presente na carta, " a moderna tecnologia da construção civil permite intensificar a utilização dos terrenos, multiplicando o número de pavimentos pela ocupação do espaço aéreo ou do subsolo e esta intensificação sobrecarrega toda infra-estrutura urbana, a saber, a capacidade das vias, das redes de água, esgoto e energia elétrica, assim como a dos equipamentos sociais, tais como escolas, áreas verdes, etc.**"(grifo nosso)

Ao comparar o criador do solo com o loteador, e ao definir a contrapartida a ser paga pelo criador de solo como espaços públicos e equipamentos ou seu equivalente monetário, a Carta de Embu enquadra claramente a outorga onerosa do direito de construir como ônus e não como tributo."

16 Portanto, há pelo menos 25 anos, o conceito de solo urbano está associado também com edificações. Esse reconhecimento legal e conceituai da edificação como solo urbano é corroborado pelo Plano Diretor do Município de São Paulo, publicado em 2002, conforme disposto no seu § 4° do artigo 201, transcrito *ipsi literis*:

§ 4° - É considerado **solo urbano não utilizado todo tipo de edificação nos** distritos da Sé, República, Bom Retiro, Consolação, Brás, Liberdade, Cambuci, Pari, Santa Cecília e Bela Vista que tenham, no mínimo, 80% (oitenta por cento) de sua área construída desocupada há mais de cinco anos, ressalvados os casos em que a desocupação decorra de impossibilidades jurídicas ou resultantes de pendências judiciais incidentes sobre o imóvel. (grifo nosso).

17. A propósito, naquele diploma é determinado a cobrança progressiva do IPTU. Vejamos:

Art. 201

§ 10 - As edificações enquadradas no parágrafo 4° deste artigo deverão estar ocupadas no prazo máximo de um ano a partir do recebimento da notificação.

Art. 202. - No caso de descumprimento das etapas e dos prazos estabelecidos no artigo anterior, o Município aplicará alíquotas progressivas de IPTU, majoradas anualmente, pelo prazo de 5 (cinco) anos consecutivos até que o proprietário cumpra com a obrigação de parcelar, edificar ou **utilizar** conforme o caso (grifo nosso).

18. Centramo-nos, agora, na nossa segunda questão, o da edição de lei ordinária para disciplinar a matéria.

19. O artigo 321, da Lei Orgânica do Distrito Federal dispõe que " é atribuição do Poder Executivo conduzir, no âmbito do processo de planejamento do Distrito Federal, as bases de discussão e elaboração dos planos diretores de ordenamento territorial e locais, bem como a sua implementação". Destarte, não poderíamos ter essa iniciativa via edição de planos diretores locais.

20. Por sinal, a falta de iniciativa do Governo do Distrito Federal em fazer valer os instrumentos políticos e jurídicos aduzidos na Lei Orgânica do Distrito Federal e no Estatuto da Cidade, seja por falta de recepção da lei, por falta de regulamentação específica ou mesmo por omissão resultou em representação, por nós protocolizada no Ministério Público, responsabilizando as autoridades públicas, mormente o Governador do Distrito Federal, Joaquim Domingos Roriz, e a Secretária de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Ivelise Maria Longhi Pereira da Silva, por danos ambientais e patrimoniais causados à ordem urbanística.

21. Considerando esse limitador, , partimos para a elaboração de lei ordinária, com estribo no art. *58,* da Lei Orgânica do Distrito Federal, ***in verbis***:

> Art. 58. Cabe à Câmara Legislativa, com a sanção do Governador, não exigida esta para o especificado no art. 60 desta Lei Orgânica, dispor sobre todas as matérias de competência do Distrito Federal, especialmente sobre:
> I- matéria tributária, observado o disposto nos arts. 145, 147, 150, 152, 155, 156 e 162 da Constituição federal;

22. Como o assunto envolve, outrossim, o conceito objetivo (presente subjetivamente na nossa proposição) sobre a função social da propriedade edificada, a ser definida em Plano Diretor, baseamo-nos nas palavras da eminente Dra. Liana Portilho Mattos, advogada, especialista em análise urbana, permitindo-nos transcrever um longo trecho, dada a sua importância (LIANA MATTOS, A Efetividade da Função Social da Propriedade Urbana à Luz do Estatuto da Cidade. 2003. Ed. Temas e Ideias, página 109-111):

> " O Estatuto da Cidade reafirma, portanto, o status constitucional dado ao Plano Diretor - de instrumento básico da política urbana - e, nessa condição , responsável pela edição de normas que disponham sobre os limites, as faculdades e as obrigações do proprietário referentes ao exercício do seu

direito de propriedade. Desse modo, parece não haver dúvida de que competirá ao plano diretor cumprir a atribuição que lhe foi conferida tanto pela Constituição Federal quanto, agora, pelo Estatuto da Cidade, qual seja a de estabelecer normas que contenham "exigências" que, atendidas, tornarão efetivo o princípio da função social da propriedade.

Todavia, é importante lembrar que essas exigências jamais poderão ser vistas como exatas e fechadas, veiculadoras de um rol taxativo de requisitos que devem ser atendidas pela propriedade urbana, pois, dessa forma, estar-se-ia contrariando frontalmente o princípio da função social da propriedade urbana em seu fundamento constitucional, equiparando-a, inadequadamente, à noção da função social da propriedade rural. Ao contrário, essas exigências deve dizer respeito às especificidades e à realidade locais, constituindo aquilo que Nelson Saule Júnior chamou de "uma ordem legal urbana própria e específica, tendo como instrumentos fundamentais a Lei Orgânica municipal e o plano diretor.

É de se mencionar, ainda, que o Estatuto da Cidade contribuiu para a ampliação da efetividade da função social da propriedade, via plano diretor, na medida em que estabeleceu novas hipóteses de obrigatoriedade de aprovação desse instrumento para além daquela única exigência constitucional referentes às cidades com mais de vinte mil habitantes (artigo 41). A par disso, a definição de um conteúdo mínimo para os planos diretores, feita no artigo 42, também pode contribuir para que se definam outras possibilidades de aplicação do principio da função social.

Não obstante as afirmações empreendidas até aqui - aparentemente óbvias - , sobretudo a de que o plano diretor não é o único instrumento de política urbana, mas sim o instrumento básico, um enorme obstáculo ainda tem-se verificado para que se dê efetividade à função social da propriedade. Esse obstáculo decorre da interpretação equívoca - diga-se já - do mencionado artigo 182, § 2°, da Constituição (reafirmado no artigo 39 do Estatuto da Cidade). Vale transcrevê-lo uma outra vez:

"art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo poder público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetiyo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

.....

.....§ 2° A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor."

A interpretação a que se fez referência tem dado à norma do § 2° do artigo 182 um sentido que ela está longe de ter, vazado nos seguintes termos: a propriedade urbana cumpre sua função social somente quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.

A consequência primeira dessa interpretação torta é evidente: a inefetividade da função social da propriedade na imensa maioria dos municípios brasileiros que ainda não têm o "sumo requisito" do plano diretor, tendo em vista que sua inexistência vem sendo entendida como sinónimo da impossibilidade da aplicação da função social da propriedade, o que desde logo se repudia, por absurdo.

O esforço de se combater os argumentos explícitos que sustentam a inefetividade da função social da propriedade tem de ser redobrado, então, neste momento, para desconstituir-se aquilo que foi equivocadamente constituído.

Daí a necessidade de se empreender uma interpretação teleológica do artigo 182, § 2°, da Constituição e do artigo 39 do Estatuto, tendo em vista o fim que o princípio da função social da propriedade busca alcançar (artigo 5° da Lei de Introdução ao Código Civil), dentro de uma perspectiva sistemática que leve em conta as demais normas que guardam correlação com aquele princípio, destacando-se, assim, as diretrizes do artigo 2º do Estatuto da Cidade e o artigo 5°, XXIII da Constituição Federal, que dispõe sobre um direito fundamental.

Diante da demonstração desse perfil do plano diretor, tanto na Constituição quanto no Estatuto da Cidade, e do flagrante descompasso entre tal perfil e a interpretação que tem-se constatado predominantemente - vinculando a efetividade da função social à existência do plano diretor -, já é possível retomar as premissas; a) a efetividade da função social da propriedade não se restringe ao plano diretor; b) o plano diretor não é requisito obrigatório para a propriedade urbana ser compelida a atender uma função social.

Várias razões embasam essas premissas, não obstante se constate que a adesão a elas não tem sido corriqueira, nem na jurisprudência, nem na doutrina. Algumas dessas razões já foram explicitadas aqui, sem uma sistematização articulada com as mencionadas premissas, no entanto.

Em primeiro lugar, o conteúdo mínimo da função social da propriedade encontra hoje pouso certo nas diretrizes gerais do Estatuto da Cidade, sobretudo no seu artigo segundo. Essas diretrizes, à evidencia, podem - e devem - ser complementadas pelos municípios, de acordo com as suas particularidades locais de forma que não as contrarie. Com isso, o Estatuto da Cidade promoveu um alargamento das possibilidades de determinação, de concretização da função social da propriedade que não podem ser negligenciadas quando se opere uma interpretação sistemática e teleológica do princípio. Em consequência, aquele entendimento do plano diretor como único instrumento apto a ditar as regras para o preenchimento do conteúdo da função social da propriedade cai por terra, pois existem agora várias normas infraconstitucionais, gerais, que se prestam a mesma finalidade.

Em segundo lugar, o Estatuto da Cidade, como se diz não esgotou a possibilidade de criação de novos instrumentos urbanísticos voltados para

consecução da política urbana - e, portanto, para o cumprimento da função social da propriedade e da cidade - no ordenamento jurídico brasileiro (art. 4°, caput). Do mesmo modo é possível que o plano diretor não preveja todos os instrumentos urbanísticos a serem utilizados por determinado município, podendo vir a ser criados outros depois da sua aprovação. Se essa hipótese ocorrer, esses instrumentos - apartados do plano diretor - também poderão e deverão ter em mira a consecução da função social da propriedade, pelo que não há como prosperar o argumento de que o plano diretor deve enfeixar todas as exigências de ordenação da cidade, que, se atendidas, resultarão no cumprimento da função social da propriedade (art. 182, § 2°, CF e 39, Estatuto).

Em terceiro lugar, vale dizer aqui o mesmo que se disse para refutar a ideia da função social da propriedade como norma programática: o princípio encontra-se inserido no rol dos direitos e garantias constitucionais fundamentais, bem como o próprio direitos de propriedade:

Art. 5°. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

.....

XXII - é garantido o direito de propriedade;
XXIII - a propriedade atenderá a sua função social;"

Embora a jurisprudência ainda seja vacilante nesse sentido, a doutrina mais abalizada tem procedido à leitura desses dois incisos do artigo 5° da Constituição como se entre eles houvesse implícito um silencioso "desde que". Além disso, há ainda aquela convicção de que as normas contidas naquele artigo, que veiculam direitos e garantias fundamentais, têm aplicação imediata (artigo 5°, § 1°), dispensando posterior regulamentação por legislação infraconstitucional. E por não existir nenhuma distinção sobre as diferentes modalidades de legislações infraconstitucionais naquela norma, não se pode aceitar que a aplicação da função social da propriedade fique subordinada à existência de qualquer delas, nem mesmo de uma lei municipal - o plano diretor.

Em último lugar, a noção da função social da propriedade é, por si, radicalmente incompatível com a ideia de ficar condicionada à existência de uma lei - no caso, o plano diretor - para se tornar exigível. Isso contraria a sua própria natureza: de norma jurídica da mais alta hierarquia no ordenamento (princípio constitucional), plena de normatividade e que integra , sobretudo, o moderno conteúdo do próprio direito de propriedade. Subordinar a efetividade da função social exclusivamente às exigências de uma lei ordinária corresponderia a apartá-la do conteúdo do direito de propriedade e

equipará-la a uma limitação urbanística - exigível somente nos casos previstos em lei.

É diante de todas as razões expostas que se afirma ser um despropositado equívoco a crença no plano diretor como requisito essencial para a efetividade da função social da propriedade.

Essa crença, como se disse, além de guardar relação **estreita** com a defesa da função social como **"** norma programática", é fruto, ainda, de um alto grau de desatenção do intérprete, conferindo ao § 2° do artigo 182 da **Constituição** (e artigo 39, do Estatuto) uma importância e um conteúdo que ele não tem. Por tudo que se **disse,** é urgente que se altere a leitura predominante desse artigo, **"** *a propriedade cumpre sua função social (somente) quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano* ***diretor*****",** para: **"** *a propriedade cumpre sua função social quando (também) atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor."* (grifos nossos).

23. Destrinçadas essas questões, que já nos conferiam segurança quanto a legalidade e pertinência do nosso projeto, a leitura do **art.** 156, § 1°, inciso II da Constituição encerra com quaisquer dúvidas:

> Art. 156. Compete aos Municípios instituir impostos sobre:
>
> I - propriedade predial e territorial urbana;
> **§ 1° O imposto previsto no inciso I poderá ser progressivo, nos termos de lei municipal, de forma a assegurar o cumprimento da função social da propriedade.** (grifo nosso).

24. A respeito do tema, trazemos a esse arrazoado jurisprudência do Supremo Tribunal Federal acerca da constitucionalidade do IPTU progressivo:

RE 248891/ RJ
Recurso Extraordinário
Julgamento 9/11/1999
Publicação: DJ 31.3.000 PP-00063 EMENT Vol-01985-06 PP-0165
Ementa:
EMENTA: TRIBUTÁRIO. IPTU PROGRESSIVO. MUNICÍPIO DO RJ.
PRECEDENTES. 1. É pacífica a jurisprudência desta Corte no sentido de que a progressividade do IPTU, que é imposto de natureza real em **que** não se pode levar em consideração a capacidade económica do contribuinte, só é admissível, em face, da Constituição Federal, para o fim extrafiscal de assegurar o cumprimento da função social da propriedade.

Da efetividade

25. Poder-se-ia, finalmente, altercar um ponto: o projeto é inefetivo, pela absoluta dificuldade em se estabelecer a desocupação do imóvel. Repelimos esse talante, pelo simples fato de ser possível ao estado contornar esse suposto estorvo, mediante a utilização do seu poder de polícia.

26. Aduzimos uma forma de aferição: aquela da obrigatoriedade da prestação de informações pelos síndicos dos prédios e condomínios, que pode, inclusive, não ser a mais eficaz. Com certeza o poder público encontrará soluções viáveis, tais como, padrões mínimos de consumo de energia elétrica, de água, de telefone; apresentação do contrato de locação ou de comodato; apresentação da declaração do Imposto de Renda (neste caso, mediante algum convênio com a Secretaria da Receita Federal, por se tratar de informação sigilosa), etc.

27. O importante, em todos esses casos, é assentar-se a notificação obrigatória e o princípio do contraditório, garantindo-se ampla defesa aos notificados, de modo a não se cometer injustiças.

28. Pelo exposto, conclamo o apoio dos nobres Deputados a este Projeto de Lei. Esperamos que esta experiência pioneira do Distrito Federal se alastre pelo país, especificamente pelo seu aspecto de justiça social.

Sala das Comissões, em de novembro de 2003.

Deputado Chico Vigilante

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Erika Kokay

PL 957/2003

Em 26/11/03
Assessoria do Plenário

PROJETO DE LEI N

(Da Deputada ERIKA KOKAY)

Cria o Conselho Comunitário de apoio à Execução Penal do Distrito Federal e dá outras providências.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

CAPÍTULO I

DA CONSTITUIÇÃO E FINALIDADES

Art. 1º - Fica criado o Conselho Comunitário de Apoio à Execução Penal do Distrito Federal - CCAEP-DF, sem fins lucrativos, em conformidade com os artigos 4°, 61, 66 e 80 da Lei Federal 7.210, de 11 de julho de 1984.

Art. 2º - Compete ao Conselho Comunitário de Apoio à Execução Penal do Distrito Federal, colaborar com a Vara de Execuções Criminais e os órgãos encarregados e responsáveis pelos penitenciários do Distrito Federal, sem, contudo interferir ou substituir as funções do Estado, propondo:

I - visitar, pelo menos mensalmente, os estabelecimentos penais do Distrito Federal;
II - entrevistar os presos;
III - apresentar relatórios mensais ao Juiz de Execução e ao Conselho Penitenciário do Distrito Federal;
IV - diligenciar na obtenção de recursos materiais e humanos para uma melhor assistência ao preso ou internado, em harmonia com a direção dos estabelecimentos;
V - dar assistência ao reeducando e a sua família, com ou sem participação de outras pessoas ou instituições;
VI - estimular a readaptação social dos sentenciados pelos meios e formas adequadas a cada caso;
VII - providenciar a realização de cursos de alfabetização, educação integrada, ensino supletivo, profissional e outros;
VIII - encaminhar a emprego o preso em liberdade condicional e o egresso;
IX - cooperar para a manutenção dos estabelecimentos penais com recursos da comunidade;
X - apresentar relatórios mensais ao Superintendente do Sistema Penitenciário do Distrito Federal;

Gabinete da Dep. Erika Kokay - Tel: 348-8090 - Fax: 348-8093 - SAIN - Parque Rural - 70086-900 - Brasília - DF
E-mail: dep.erika.kokay@cl.df.gov.br

26/11/03 13:15 X

XI buscar o apoio de órgãos federais e do Distrito Federal.

Parágrafo único. O exercício da função de conselhos será gratuito.

Art.3º - O Conselho Comunitário de Apoio à Execução Penal do Distrito Federal será constituído por pessoas e entidades do Distrito Federal, respeitado o disposto na Lei 7.210/84, assim distribuído:
I - um advogado indicado pela Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Distrito Federal;
II - um assistente social indicado pelo Conselho Regional de Assistentes Sociais do Distrito Federal;
III - um psicólogo, indicado pelo Conselho Regional de Psicologia do Distrito Federal;
IV - um representante da Associação Comercial do Distrito Federal;
V - um representante da Federação das Indústrias de Brasília;
VI - um representante da Pastoral Carcerária do Distrito Federal;
VII - um representante do Movimento Nacional de Direitos Humanos;
VIII - um representante do Conselho de Pastores Evangélicos do Distrito Federal;
IX - um representante da Arquidiocese de Brasília;
X - um representante da Federação das Associações de Moradores do Distrito Federal.

Art.4º - O património e a renda da entidade serão constituídos de bens e direitos, contribuições especificadas e espontâneas, donativos ou legados que reverterão em benefício de suas finalidades.

CAPÍTULO II

DA ADMINISTRAÇÃO

Art.5º - São órgãos da administração do Conselho Comunitário de Apoio à Execução Penal do Distrito Federal:

I - Juiz da Vara de Execuções Criminais;
II - Diretoria.

Art.6º - Os membros da Diretoria, não perceberão, sob qualquer pretexto, remuneração pelo exercício de seus mandatos.

Parágrafo único. Se o Conselho Comunitário de Apoio à Execução Penal do Distrito Federal contratar como funcionário algum de seus integrantes, o contratado automaticamente deixará de integrá-lo durante a vigência do contrato de trabalho, efetivando-se a sua exclusão mediante registro no livro de inscrição.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Erika Kokay

SEÇÃO I

DA DIRETORIA

Art.7º - A Diretoria é o órgão executivo do Conselho e compõe-se de:

I - Presidente;
II - Vice-Presidente;
III – 1º Secretário;
IV - 2° Secretário;
VI – 1º Tesoureiro;
VII - 2° Tesoureiro.

Parágrafo único. Os membros da Diretoria serão nomeados pelo Juiz da Vara de Execuções Criminais, para um mandato de dois anos, em conformidade com o item XI do art.66 e o art.80 da Lei 7.210/84.

Art.8º - Compete prioritariamente à Diretoria:

I - representar o Conselho, para efeitos legais;
II - cumprir e fazer cumprir as disposições desta Lei;
III - realizar as finalidades previstas nesta Lei;
V - gerir os interesses económicos e financeiros;
VI - aprovar a inscrição de novos membros do Conselho, mediante registro no livro próprio;
VII - designar comissões de atividades para melhor funcionamento do Conselho;
VIII - deliberar sobre a cessão de bens em geral aos serviços do Sistema Penitenciário do Distrito Federal, destinados à execução de suas atribuições;
IX - prestar contas do andamento do Conselho, sempre que for solicitado.

Art. 9° - A Diretoria reunir-se-á com a presença da maioria de seus membros, mediante convocação do Presidente ou se substituto legal.

Art. 10 - A Diretoria poderá assessorar-se sempre que necessário para a consecução dos objetivos do Conselho.

Parágrafo único. Poderão comparecer às reuniões da Diretoria, na qualidade de convidados especiais, os responsáveis pelos serviços penitenciários, policiais civis e militares, bem como demais entidades do Distrito Federal.

Art.11 - Ao Presidente Compete:

I - superintender as atividades do Conselho;

60

II - convocar e presidir as reuniões da Diretoria;

III - representar ativa e passivamente o Conselho em todos os atos judiciais e extrajudiciais, com poderes amplos e necessários, inclusive de constituir procurador;

IV - assinar, juntamente com o Tesoureiro, documentos que representem obrigações para o Conselho, inclusive cheques;

V - autorizar o pagamento de despesas e contas da entidade;

VI - decidir sobre assuntos urgentes, dando conhecimento à Diretoria em sua primeira reunião;

Art. 12 - Ao Vice-Presidente compete substituir o Presidente em sua ausência e impedimento.

Art. 13 - Ao Primeiro Secretário compete atender o expediente, redigir e assinar com o Presidente, atas e correspondências, bem como outras atividades correlatas.

Art. 14 - Ao Segundo Secretário compete auxiliar e substituir o Primeiro Secretário em suas faltas ou impedimentos.

Art. 15 - Ao Primeiro Tesoureiro compete à responsabilidade do património e controle financeiro do Conselho, a arrecadação de fundos, pagamento de despesas, elaboração de balancetes e, bem assim, da assinatura juntamente com o Presidente, de cheques e demais documentos correlatos.

Art. 16 - Ao Segundo Tesoureiro compete auxiliar e substituir o Primeiro Tesoureiro em suas faltas e impedimentos.

CAPTÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 17 - Os integrantes do Conselho não responderão solidária nem subsidiariamente por atos e obrigações assumidas pela Diretoria, em nome da entidade.

Art. 18 - O Conselho atuará sempre como entidade de apoio e assessoramento, sendo-lhe vedado interferir, a qualquer título, na administração dos estabelecimentos penais.

Art. 19 - O Conselho somente poderá ser dissolvido, por deliberação do juiz da Vara de Execuções Criminais do Distrito Federal, juntamente com todos os

membros da Diretoria constituída, das pessoas e entidades, que venham a integrar a entidade e estejam devidamente inscritas em livro próprio.

Art. 20 - No caso de dissolução, o património do Conselho será doado aos estabelecimentos penais do Distrito Federal.

Art.21 - As doações de terrenos e prédios construídos ou a construir feitas ao Distrito Federal, serão precedidas de encaminhamento, pelo Conselho, à aprovação dos órgãos da administração pública competentes e posterior tombamento no órgão competente, de acordo com a legislação vigente.

Parágrafo único. Tratando-se de construção de prédios novos, deverão ser obedecidos os padrões estipulados por órgão competente do Distrito Federal.

Art.22 - Quando da doação de materiais permanentes, como móveis, máquinas e outros aparelhos, o Conselho fará consulta prévia ao órgão competente do Sistema Penitenciário, visando a padronização dos citados.

Art.23 - As rendas auferidas no art. 4° desta Lei serão depositadas em conta bancária especial, movimentadas exclusivamente pelo Presidente e Tesoureiro do Conselho, ou seus substitutos legais, conjuntamente.

Art.24 - Todos e quaisquer pagamentos serão feitos exclusivamente por cheque bancário, nominal, diretamente ao favorecido.

Art.25 - Os casos omissos nesta Lei serão resolvidos pelo juiz da Vara de Execuções Criminais.

Art.26 - A nomeação da Diretoria do Conselho, ocorrerá no mês de outubro.

Art.27 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.28 - Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

O fundamento deste projeto é o de por em prática o Conselho Comunitário de Apoio à Execução Penal, previsto pela Lei de Execução Penal n° 7.210, de 11 de julho de 1984, visando um acompanhamento mais direto da sociedade para o cumprimento da pena. Para tanto, a Lei criou mecanismos de acompanhamento e fiscalização, que envolva a participação da comunidade. O art. 4° da mesma Lei

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Erika Kokay

prevê que o "***Estado deverá recorrer à cooperação da comunidade nas atividades de execução da pena e da medida de segurança".***

O objetivo da Lei de Execução Penal é efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmónica integração social do condenado e do internado. A ressocialização é direito constitucional assegurado aos apenados. Compete ao Estado adotar as medidas necessárias para levar a bom termo a finalidade ressocializadora da pena.

É preciso, por outro lado, em face das carências existentes e da falta de recursos, contar com a participação de outros segmentos sociais.

Pretendemos com este projeto sensibilizar a sociedade de um modo geral da necessidade de implementar medidas concretas capazes de minimizar a situação precária em que vivem os detentos do Sistema Penitenciário. A ideia é chamar a atenção de todos para a importância do papel da sociedade como fator de reinserção social do indivíduo.

Com isso, se busca diminuir a reincidência e a violência, evitando-se, assim, a perpetração de novo crimes. A sociedade como um todo se beneficia, pois se reduz a incidência criminal e o surgimento de novas vítimas.

Se a tarefa ressocializadora está afeta ao Estado, num primeiro momento, e que se este demonstra que não tem condições de enfrentar o problema na sua inteira dimensão, é necessário alertar a sociedade para isso, fazer um chamamento à reflexão e buscar alternativas.

A Constituição Federal no seu art.5º, inciso XLIX, diz que: **"é *assegurado aos presos o respeito à integridade física e morar.*** Para que se cumpra este dispositivo, a participação da comunidade é de fundamental importância, tanto seja os vários organismos de defesa dos direitos humanos, bem como os Conselhos Comunitários.

Por todo exposto, considerando que esta Casa tem o maior interesse em contribuir para a garantia dos direitos humanos, peço o apoio imprescindível dos nobres colegas para aprovação deste projeto de lei.

ERIKA KOKAY
Deputada Distrital - PT

Gabinete da Dep. Erika Kokay - Tel: 348-8090 - Fax: 348-8093 - SAIN - Parque Rural - 70086-900 - Brasília - DF
E-mail: dep.erika.kokay@cl.df.gov.br

63

CÂMARA LEGISLATIVA
DO DISTRITO FEDERAL

PL 958/2003

PROJETO DE LEI Nº DE 2.003

(Do Senhor Deputado IZALCI LUCAS - PFL)

LIDO
Em 26/11/03
Assessoria de Plenário

Assegura a aquisição de passe estudantil pelos alunos regularmente matriculados na Escola de Esportes da Secretaria de Estado de Esporte e Lazer do Distrito Federal.

A CÂMARÁ LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

Art. 1° Fica assegurada a aquisição de passe estudantil pelos alunos regularmente matriculados na Escola de Esportes da Secretaria de Estado de Esporte e Lazer do Distrito Federal.

Parágrafo único - O passe estudantil de que trata o *caput* será utilizado exclusivamente no transporte dos alunos para frequentar a Escola de Esportes da Secretaria de Esporte e Lazer do Distrito Federal.

Art. 2° Para habilitar-se à compra de passe com desconto, o estudante ou seu responsável legal, deverá inscrever-se junto às empresas operadoras mediante a entrega de documentos, de acordo com a legislação vigente, como segue:

I - documento legal de identificação;

II - duas fotografias 3x4 recentes e de frente;

III - contas de água, luz, telefone ou outro documento que comprove o endereço residencial do aluno ou de seu representante legal;

IV - declaração de matrícula acompanhada do Cadastro de Passe Estudantil da Escola de Esportes da Secretaria de Estado de Esporte e Lazer do Distrito Federal.

Parágrafo único - O aluno estará apto a efetuar a sua primeira compra após sete dias corridos de sua habilitação, sendo que as aquisições subsequentes serão feitas sempre, no mínimo, trinta dias após a última compra, mediante a comprovação mensal da frequência do aluno pelo estabelecimento de ensino.

Art. 3° O benefício de que trata o art. 2° será efetivado da seguinte forma:

I - venda do passe somente durante o período de aulas;

II - pagamento da passagem através de passe próprio emitido pelas operadoras e previamente adquiridos nos postos de venda mantidos pelas mesmas, sendo obrigatória, para sua aquisição, a apresentação do Cadastro de Passe Estudantil mencionado na letra "d" do § 1° do artigo anterior, com controle de frequência mensal, devidamente carimbado e rubricado pelo estabelecimento de ensino;

QQ 26/11/03 15:2 45

III - apresentação obrigatória da Identidade Estudantil expedida pela Escola de Esportes da Secretaria de Estado de Esporte e Lazer do Distrito Federal;

IV - quantidade máxima de passes correspondente ao número de aula/mês.

V - os passes estudantis adquiridos poderão ser utilizados em qualquer empresa que atenda ao deslocamento residência - estabelecimento de ensino e vice-versa;

VI - os passes poderão ter a data de validade impressa na sua face e poderão ser trocados nos postos de venda das empresas onde foram adquiridos, exclusivamente pelo aluno, seus pais ou responsável, sem a necessidade de complementação, mesmo após a ocorrência de alteração tarifária.

VII - apresentação de atestado de frequência mensal do aluno, a ser expedido pela Escola de Esportes da Secretaria de Estado de Esporte e Lazer do Distrito Federal, no qual constará o nome do aluno, filiação ou responsável.

Art. 4° Ficam estabelecidas, através da entidade gestora do Sistema de Transportes Públicos, como de responsabilidade do Governo do Distrito Federal a emissão e a comercialização do passe estudantil de que trata esta Lei.

Art. 5° A entidade gestora do Sistema de Transportes Públicos do Distrito Federal fixará e aplicará multas aos concessionários de transporte público que descumprirem esta Lei.

Art. 6° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7° Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICAÇÃO

O presente projeto de lei tem objetivo assegurar aos alunos da Escola de Esportes da Secretaria de Estado de Esporte e Lazer do Distrito Federal o mesmo direito conferido aos alunos da Rede Pública de Ensino, qual seja, a aquisição do passe estudantil, de maneira que os mesmos possam frequentar com maior facilidade os cursos ministrados no mencionada Escola de Esportes.

Deve ser ressaltado que os alunos que frequentam a Escola da Secretaria de Esporte são oriundos de famílias de baixa renda, sem condições de fazer frente às despesas com transportes, fato que normalmente os leva a faltar às aulas.

Acrescente-se que a referida Escola representa uma excelente alternativa à ociosidade, ou seja, ao frequentá-la, os alunos, além de praticar diversas modalidades esportes, deixam de ficar suscetíveis às ações de aliciadores, sobretudo de traficantes de drogas e outros tipos de marginais.

Ressaltamos que a proposta em tela não se inclui entre aquelas cujo trato é privativo do Chefe do Poder Executivo, tendo em vista a existência de várias leis em vigor versando sobre assunto igual ou análogo, dentre as quais informamos:

a) Lei nº 566/91 - Deputado Benício Tavares;
b) Lei n° 453/93 - Deputado Benício Tavares;
c) Lei nº 280/92 - Deputado Fernando Naves;
d) Lei n° 2250/98 - Deputados Benício Tavares e Tadeu Filippelli;
e) Lei nº 2370/99 - Deputado Daniel Marques;
f) Lei n° 2462/99 - Deputado Benício Tavares;
g) Lei nº 2491/99 - Deputado Renato Rainha.

Por seu turno, a Constituição Federal confere poderes ao Distrito Federal para dispor sobre a matéria em tela, consoante previsto nos seus arts. 30 e 32, *verbis:*

> ***"Art. 30. Compete aos Municípios:***
> ***(...)***
> ***V - organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial; "***
> .....
> ***Art. 32. O Distrito Federal, vedada sua divisão em Municípios, reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos com interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços da Câmara Legislativa, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição.***
> ***§ 1" - Ao Distrito Federal são atribuídas as competências legislativas reservadas aos Estados e Municípios."***

Diante de todo o exposto, rogo aos nobres pares o apoio para a aprovação deste Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em de de 2.003

DEPUTADO IZALCI LUCAS
Autor

Em 26/11/03
Taquigrafia de Plenário

1

CÂMARÁ LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO F FINANCAS

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° PDL 201/2003)03
(Da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças)

Aprova as Contas do Governador do Distrito Federal relativas ao exercício de 1999.

A CÂMARÁ LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

Art. 1° Ficam aprovadas as contas do Governador do Distrito Federal referentes ao exercício de 1999, ressalvadas as responsabilidades imputáveis a autoridades e a outros agentes públicos por infrações legais e danos de qualquer espécie contra a administração pública.

Art. 2° Ficam endossadas as ressalvas, determinações e recomendações constantes do Relatório Analítico e Parecer Prévio sobre as Contas do Governador do Distrito Federal referentes ao exercício de 1999.

Art. 3° Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de suapublicação.

Sala das Comissões em, 26 de novembro de 2003

Deputado *ODILON AIRES*
Presidente

Deputado *PEDRO PASSOS*
Vice Presidente

Deputado *AUGUSTO CARVALHO*
Membro

Deputada *ELIANA PEDROSA*
Membro

Deputado *PAULO TADEU*
Membro

67 Em 26/11/03 Em ___/___/___

Assessoria de Plenário

Secretaria de Plenário

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS

PDL 202/2003

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº
(Da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças)

Aprova as Contas do Governador do Distrito Federal relativas ao exercício de 2001.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

Art. 1° Ficam aprovadas as contas do Governador do Distrito Federal referentes ao exercício de 2001, ressalvadas as responsabilidades imputáveis a autoridades **e** a outros agentes públicos por infrações legais e danos de qualquer espécie contra a administração pública.

Art. 2° Ficam endossadas as ressalvas, determinações e recomendações constantes do Relatório Analítico e Parecer Prévio sobre as Contas do Governador do Distrito Federal referentes ao exercício de 2001.

Art. 3° Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões em, 26 de novembro de 2003

Deputado *ODILONAIRES*
Presidente

Deputado *PEDRO PASSOS*
Vice Presidente

Deputado *AUGUSTO CARVALHO*
Membro

Deputada *ELIANA PEDROSA*
Membro

Deputado *PAULO TADEU*
Membro

Em 26/11/03
Assessoria de Plenário

CÂMARÁ LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS

PDL 203 /2003

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N°
(Da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças)

Aprova as Contas do Governador do Distrito Federal relativas ao exercício de 2002.

A CÂMARÁ LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

Art.1º Ficam aprovadas as contas do Governador do Distrito Federal, referentes ao exercício de 2002, ressalvadas as responsabilidades imputáveis a autoridades e a outros agentes públicos por infrações legais e danos de qualquer espécie contra a administração pública.

Art. 2° Ficam endossadas as ressalvas, determinações e recomendações constantes do Relatório Analítico e Parecer Prévio sobre as Contas do Governador do Distrito Federal referentes ao exercício de 2002.

Art. 3° Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões em, 26 de novembro de 2003.

Deputado *ODILONAIRES*
Presidente

Deputado *PEDRO PASSOS*
Vice Presidente

Deputado *AUGUSTO CARVALHO*
Membro

Deputada *ELIANAPEDROSA*
Membro

Deputado *PAULO TADEV*
Membro

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE PARLAMENTAR DO DEPUTADO DISTRITAL BRUNELLI

PDL 204/2003
Fls. 01
Em 26/11/03
Assessoria de Plenário

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(Do Sr. Deputado Brunelli)

Concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor Cel. QOPM RENATO FERNANDES DE AZEVEDO.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

Art. 1° - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor Cel. QOPM Renato Fernandes de Azevedo.

Art. 2° - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O presente Projeto de Decreto Legislativo tem por objetivo conceder ao Senhor Cel. QOPM Renato Fernandes de Azevedo, o Título de Cidadão Honorário de Brasília. Trata-se de um cidadão da maior respeitabilidade provada e comprovada por seu comportamento sempre ético e sua conduta ilibada.

O homenageado é gaúcho de Porto Alegre - Rio Grande do Sul. É casado com a Sra. Vera Lúcia Dallposso de Azevedo e tem uma filha com 21 anos que se chama Renata Dallposso de Azevedo.

Atualmente o homenageado é o Subcomandante Geral e Chefe do Estado-Maior da Polícia Militar do Distrito Federal. Essa promoção foi por merecimento e também pelo seu espírito dinâmico de liderar, respaldado pelos diversos cursos que possui na área militar, os quais passamos a elencar:

- Curso de Preparação de Oficiais da Reserva do Exército - CPOR - Porto Alegre - Rio Grande do Sul - 1972;
- Estágio de Instrução no Exército Brasileiro - 18° Batalhão de Infantaria Motorizado - 1973 - Porto Alegre - RS;
- Estágio de Serviço no Exército Brasileiro - 18° Batalhão de Infantaria Motorizado - 1973/1977 - Porto Alegre - RS;

09:17 26/11/03 H. FLO CO

- Estágio de Adaptação de Oficiais - Polícia Militar do Distrito Federal – 1977;

- Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais - Centro de Aperfeiçoamento e Estudos Superiores da Polícia Militar do Estado de São Paulo – 1990;

- Curso Superior de Polícia - Academia da Polícia Militar de Brasília – 1995.

Já ocupou diversas funções no serviço público, as principais são:

A - Como Oficial Subalterno

- Oficial de Planejamento, Instrução e Operações - Companhia de Operações Especiais - 1978/1981;

- Instrutor do Centro de Formação de Aperfeiçoamento de Praças – 1982;

- Implantou a Polícia Militar Feminina na PMDF tendo sido o seu primeiro Subcomandante - 1983/1986.

B - Como Oficial Intermediário

- Estado Maior da Polícia Militar do Distrito Federal - 1987;

- Assistente Militar para Assuntos de Segurança Pública - Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal - 1987/1990.

C - Como Oficial Superior

- Assistente Militar para Assuntos de Segurança Pública - Secretaria de Segurança Pública do Distrito federal - 1991/1995;

- Subcomandante do Comando de Policiamento da PMDF - 1995;

- Implantou o Batalhão de Polícia de Trânsito na PMDF tendo sido o seu primeiro Comandante (1995/1998), oportunidade em que idealizou e executou o Projeto de Respeito à Faixa de Pedestres no Distrito Federal – 1997;

- Implantou o Comando de Policiamento de Trânsito na PMDF tendo sido o seu primeiro Comandante - 1998/1999;

- Comandante do Policiamento da PMDF – 1999;

- Corregedor-Geral e Ouvidor-Geral da PMDF – 1999/2000;

- Diretor de Pessoal - 2000/2001/2002;

- Subcomandante-Geral e Chefe do Estado-Maior da PMDF - 2002/2003.

O nosso homenageado é um dos mais preparados oficiais da Polícia Militar, possuindo cursos em diversos Estados da Federal, inclusive no exterior:

CURSOS E ESTÁGIOS DE ESTUDO E INTERCÂMBIO

- No Brasil: Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Bahia, São Paulo, Pernambuco, Pará, Rio Grande do Norte e Amapá;
- No Exterior: Argentina, Portugal, Espanha, França e Itália;
- Intrutor/Palestrante/Palestrista de Cursos de Formação e Especialização em Policiamento Geral e Gerenciamento de Trânsito na Academia da Polícia Militar do Distrito Federal, no Departamento de Trânsito dos Estados de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Pará e Amapá (1995 a 2001);
- I Conferência Internacional sobre Segurança no Trânsito na América do Sul (1996);
- I Simpósio Internacional sobre Gerenciamento de Crises (1997);
- I e II Seminários sobre o Código de Trânsito Brasileiro (1997 e 1998);
- Congresso Brasileiro de Trânsito - Brasiltran (1998);
- Short Course - Traffic Safety Assessment (1998);
- Coordenador de Cursos Intensivos sobre o Código de Trânsito Brasileiro dirigidos à Comunidade do Distrito Federal;
- Assessoria do DENATRAN na formulação da Política Nacional de Trânsito e no desenvolvimento de ações Operativas visando à segurança do trânsito, principalmente nas relações pedestres/motoristas (2000).

Prestando relevantes serviços a nossa comunidade, o homenageado foi condecorado diversas vezes:

- Medalhas de 10, 15, 20, 25 e 30 anos de bons serviços prestados à Polícia Militar do Distrito Federal;
- Medalha Tiradentes - Polícia Militar do Distrito Federal;
- Medalha Juscelino Kubitschek - Polícia Civil do Distrito Federal;
- Medalha Imperador D. Pedro II - Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal;
- Medalha Mérito Alvorada - Governo do Distrito Federal;

- Medalha Buriti - Governo do Distrito Federal;
- Medalha Mérito Brasília - Governo do Distrito Federal;
- Medalha da Defesa Civil - Governo do Distrito Federal;
- Medalha do Pacificador - Exército Brasileiro.

Ser Policial é apaixonante, mas é uma profissão de risco e que incomoda muita gente, principalmente os delinquentes e os traidores da Pátria. É saber a hora de sair, sem saber a hora de voltar, se voltar! É presenciar tragédias, sem se poder comover; é socorrer enfermos, sem poder sofrer; é estar diante de emoções, sem poder chorar; é estar acordado enquanto todos dormem; é amar sem ser amado; é compreender sem ser compreendido; é ser punido no reino da impunidade.

Ser Policial é conviver com a inversão de valores sociais, onde o delinquente é "protegido" pelos Direitos Humanos, Direitos esses que não se apresentam às vítimas, aos cidadãos, aos Policiais mortos nem a suas famílias, mas é eficiente em se apresentar contra a atuação do Estado de Direito, que pune seus criminosos. É ter estrutura para suportar a demagogia e a hipocrisia.

Ser Policial é ter idealismo, é acreditar numa sociedade que dele se lembrará, não somente para resolver interesses particulares ou para criticá-lo, mas que o enxergará como um amigo, uma pessoa com qualidades e defeitos iguais a outras, que não merece ser discriminado e generalizado como alguns infelizes e que, juntos (Polícia e Sociedade) possam construir um Brasil melhor, cavando, como diz o poeta MARCO ANTÓNIO SCALIANTE FOGOLIN, masmorras ao vício e erguendo templos à virtude...

Ser um Policial Militar é uma profissão que engrandece aquele que a exerce, trata-se da proteção dos cidadãos que brevemente estarão no comando de nosso país. No caso de nosso homenageado, o exercício de Policial Militar não só o realiza, mas, especialmente engrandece aqueles que têm a felicidade de tê-lo como exemplo de chefe e amigo.

Acreditando sobejamente demonstrado que a outorga do título de cidadão honorário de Brasília ao Senhor Cel. QOPM Renato Fernandes de Azevedo, é mais que merecida, e se constitui em uma forma de

homenagear todos aqueles que sabem o valor do trabalho e do que é ser um Policial Militar do Distrito Federal.

A referida comenda será outorgada a quem soube entregar a sua própria vida à causa da justiça, a quem sempre lutou para engrandecer as instituições democráticas, a quem se dedicou a difundir a utopia de um país justo, fazendo deste ideal sua principal missão.

Diante do exposto, peço aos meus ilustres pares, apoio para a aprovação desta proposição.

Sala das Sessões, em 2003.

BRUNELLI
Deputado Distrital - PP

74

CÂMARA LEGISLATIVA
DO DISTRITO FEDERAL

Recebido
26/11/03
Coria do Plenário

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO PDL 205 /2003 2003
(Do Senhor Deputado IZALCI LUCAS - PFL)

Ao Protocolo Legislativo para registro e, em seguida, à
Em / /

Concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília *pós-mortem* ao Senhor Rogério de Freitas Cunha.

A CÂMARÁ LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

Art. 1° Fica concedido o Título de Cidadão Honorário de Brasília *pós-mortem* ao Senhor Rogério de Cunha Freitas.

Art. 2° Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Rogério de Freitas Cunha nasceu em Belo Horizonte, Minas Gerais, em 15 de outubro de 1934. Filho de Veríssimo de Freitas Cunha e Malvina Saliba Cunha, estudou em escolas públicas e formou-se em engenharia civil pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG.

Veio para Brasília em 1960 para trabalhar como engenheiro-fiscal da Novacap. Aqui se casou com a senhora Gabriela Reisman Cunha, com quem teve cinco filhos: André, Flávia, Denise, Mônica e Rafael.

Na Novacap esse ilustre Cidadão ocupou os seguintes cargos: Assessor da Sub-Prefeitura do Núcleo Bandeirante, Diretor do Departamento de Obras Complementares - DOC, Presidente da Novacap, cargo que exerceu simultaneamente ao de Secretário de Viação e Obras do GDF, Diretor de Informática da Codeplan, Assessor de Informática do Tribunal de Justiça do DF e Conselheiro da Novacap.

Um dos acontecimentos que mais causaram felicidade ao saudoso Doutor Rogério de Freitas foi a sua participação efetiva na implantação do Guará, foi ali que ele se sentiu realizado, ao desenvolver a atividade da qual mais se orgulhava, qual seja, organizar a edificação das moradias em regime de mutirão. O Guará foi um pedaço importante de sua vida, foi a cidade que ele amou enormemente, sendo esse um amor recíproco e inesquecível para povo guaraense.

04/25/11/03 15:52:17

CÂMARA LEGISLATIVA
DO DISTRITO FEDERAL

Rogério de Freitas Cunha é pioneiro de primeira hora e trabalhou como poucos na construção da Nova Capital da República, por isso merece ser homenageado com o Título de Cidadão Honorário de Brasília *pós-mortem,* posto o seu falecimento em março de 1986.

Diante do exposto, rogo aos nobres pares o apoio para a aprovação desta Moção.

Sala das Sessões, em de de 2.003

DEPUTADO IZALCI LUCAS
Autor

CÂMARÁ LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

MOÇÃO Nº MOÇ 680 /2003 /2003

(Do Senhor Deputado PEDRO PASSOS)

LIDO
Em 26/11/03
Assessoria de Plenário

Parabeniza a Associação dos Micro e Pequenos Empresários do Paranoá, na pessoa de seu Presidente, Sr. ROSIL ALVES DE OLIVEIRA, pela destacada atuacão e contribuição para o desenvolvimento económico do Distrito Federal e participação na implementação de políticas de incentivo aos micro e pequenos empresários.

Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Com base no art. 144 do Regimento Interno desta Casa, proponho aos nobres pares a apresentação da presente Moção que parabeniza a **Associação dos Micro e Pequenos Empresários do Paranoá, na pessoa de seu Presidente, Sr. ROSIL ALVES DE OLIVEIRA,** pela destacada atuacão e contribuição para o desenvolvimento econômico do Distrito Federal e participação na implementação de políticas de incentivo aos micro e pequenos empresários.

JUSTIFICAÇÃO

A presente Moção vem parabenizar a Associação dos Micro e Pequenos Empresários do Paranoá, na pessoa de seu Presidente, Sr. ROSIL ALVES DE OLIVEIRA, pela contribuição destacada ao desenvolvimento econômico de

MOÇ 25/11/03 15:24:59

nossa cidade. Além disso, as associações de micro e pequenos empresários sempre se mostraram interessadas pelas políticas de incentivos económicos, ereditíeios e fiscais que vem sendo implementadas pelo Governo do Distrito Federal. É fato, também, que a classe, inclusive, participou nessa Câmara Legislativa, da elaboração e modificação de projetos para que estes fossem coerentes com a realidade do pequeno e micro empresário do Distrito Federal.

Nesse contexto, a classe tem lutado ferrenhamente pelo sucesso do Pró-DF, e aguardam, ansiosamente, pelo Pró-DF II. Cabe esclarecer que uma das ações que foram implementadas, visando o ideal da geração de empregos e a proliferação de microempresas e empresas de pequeno porte nas cidades satélites, foi o Programa de Promoção do Desenvolvimento Econômico Integrado e Sustentável do Distrito Federal - Pró-DF.

Por um lado, o programa contemplou vários empresários desses segmentos com a possibilidade de se instalarem e começarem a produzir, mas, por outro lado, o Poder Público negligenciou as obras de infra-estrutura, necessárias para o funcionamento de qualquer empresa, como esgoto, rede de águas pluviais e de energia elétrica, asfaltamento, entre outras.

Estas, entre outras, foram reivindicações deveras importantes para o futuro do Distrito Federal e o sucesso dos empreendimentos. São reivindicações que encontram-se inseridas na proposta orçamentaria para o ano que vem e grande parte desse mérito deve-se ao trabalho incansável das associações de pequenos e micro empresários.

Ademais, as microempresas e as empresas de pequeno porte exercem um papel importantíssimo dentro da estrutura produtiva da economia brasileira, em função do grande número de firmas existentes e do expressivo volume do pessoal ocupado; donde se atribui a estas empresas grande influência para a criação de novas oportunidades de negócios, absorção de mão-de-obra e aumento da renda interna.

Nesse contexto, é essencial que as autoridades competentes continuem fornecendo condições para que essas empresas continuem a crescer e se desenvolver. Essa é uma ação que visa, principalmente, garantir um futuro justo e livre do desemprego aos cidadãos do Distrito Federal.

Observados os preceitos regimentais, esta é a Moção de Congratulação que vai devidamente subscrita.

Sala das Sessões, em....

DEPUTADO PEDRO PASSOS
AUTOR

CÂMARÁ LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

MOÇÃO Nº MOÇ 681/2003 /2003

(Do Senhor Deputado PEDRO PASSOS)

Em 26/11/03
Assessoria de Plenário

Parabeniza a Associação dos Micro e Pequenos Empresários do Recanto das Emas, na pessoa de seu Presidente, Sr. ENILDO SOUSA, pela destacada atuação e contribuição para o desenvolvimento económico do Distrito Federal e participação na implementação de políticas de incentivo aos micro e pequenos empresários.

Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Com base no art. 144 do Regimento Interno desta Casa, proponho aos nobres pares a apresentação da presente Moção que parabeniza a **Associação dos Micro** e **Pequenos Empresários do Recanto das Emas, na pessoa de seu Presidente, Sr. ENILDO SOUSA,** peía destacada atuação e contribuição para o desenvolvimento econômico do Distrito Federal e participação na implementação de políticas de incentivo aos micro e pequenos empresários.

JUSTIFICAÇÃO

A presente Moção vem parabenizar a Associação dos Miero e Pequenos Empresários do Recanto das Emas, na pessoa de seu Presidente, Sr. ENILDO SOUSA, pela contribuição destacada ao desenvolvimento econômico de nossa cidade. Além disso, as associações e sindicatos de micro e pequenos

DOL 25/11/03 15:35:29

empresários sempre se mostraram interessadas pelas políticas de incentivos económicos, creditícios e fiscais que vem sendo implementadas pelo Governo do Distrito Federal. É fato, também, que a classe, inclusive, participou, nessa Câmara Legislativa, da elaboração e modificação de projetos para que estes fossem coerentes com a realidade do pequeno e micro empresário do Distrito Federal.

Nesse contexto, a classe tem lutado ferrenhamente pelo sucesso do Pró-DF, e aguarda, ansiosamente, pelo Pró-DF II. Cabe esclarecer que uma das ações que foram implementadas, visando o ideal da geração de empregos e a proliferação de microempresas e empresas de pequeno porte nas cidades satélites, foi o Programa de Promoção do Desenvolvimento Econômico Integrado e Sustentável do Distrito Federal - Pró-DF.

Por um lado, o programa contemplou vários empresários desses segmentos com a possibilidade de se instalarem e começarem a produzir, mas, por outro lado, o Poder Público negligenciou as obras de infra-estrutura, necessárias para o funcionamento de qualquer empresa, como esgoto, rede de águas pluviais e de energia elétrica, asfaltamento, entre outras.

Estas, entre outras, foram reivindicações deveras importantes para o futuro do Distrito Federal e o sucesso dos empreendimentos. São reivindicações que encontram-se inseridas na proposta orçamentaria para o ano que vem e, grande parte desse mérito deve-se ao trabalho incansável das associações de pequenos e micro empresários.

Ademais, as microempresas e as empresas de pequeno porte exercem um papel importantíssimo dentro da estrutura produtiva da economia brasileira, em função do grande número de firmas existentes e do expressivo volume do pessoal ocupado; donde se atribui a estas empresas grande influência para a criação de novas oportunidades de negócios, absorção de mão-de-obra e aumento da renda interna.

Nesse contexto, é essencial que as autoridades competentes continuem fornecendo condições para que essas empresas continuem a crescer e se desenvolver. Essa é uma ação que visa* principalmente, garantir um futuro justo e livre do desemprego aos cidadãos do Distrito Federal.

Observados os preceitos regimentais* esta é a Moção de Congratulação que vai devidamente subscrita.

Sala das Sessões, em....

DEPUTADO PEDRO PASSOS
AUTOR

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

MOÇÃO Nº MOÇ 682 /2003 /2003

(Do Senhor Deputado PEDRO PASSOS)

Em 26/11/03

Assessoria de Plenário

Parabeniza a Feira do Guará, na pessoa de seu Presidente, Sr. KLÉBER NUNES DE SOUZA, pela destacada contribuição ao processo de revitalização e inclusão das feiras no contexto do desenvolvimento econômico do Distrito Federal.

Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Com base no art. 144 do Regimento Interno desta Casa, proponho aos nobres pares a apresentação da presente Moção que parabeniza a Feira do Guará, na pessoa de seu Presidente, Sr. KLÉBER NUNES DE SOUZA, pela destacada contribuição ao processo de revitalização e inclusão das feiras no contexto do desenvolvimento económico do Distrito Federal.

JUSTIFICAÇÃO

A presente Moção vem parabenizar a Feira do Guará, na pessoa de seu Presidente, Sr. KLÉBER NUNES DE SOUZA, pela destacada contribuição ao processo de revitalização e inclusão das feiras no contexto do desenvolvimento económico do Distrito Federal. É fato, também, que a classe vem participando, nesta Câmara Legislativa, da elaboração e modificação da

002 25/11/03 15:55:58

legislação voltada exclusivamente para as feiras do Distrito Federal, para que esta seja coerente cora a realidade do feirante.

Acompanhamos, desde às últimas eleições, a luta do SINDIFEIRA e de todas as associações de feirantes para a inclusão de sua categoria no processo de tomada de decisões que os envolve e afeta diretamente. Nesse sentido, a classe tem lutado incansavelmente pela revitalização das feiras e pelo estabelecimento da justiça social no que concerne à cobrança de impostos. Uma das principais conquistas foi a promessa do Secretário de Fazenda, Sr. Valdivino, de enviar Mensagem à Câmara Legislativa isentando do Simples Candango, o feirante que obtém de renda bruta anual de até 40 mil reais.

Outra ação que envolveu os feirantes foi o combate à comercialização ilegal de produtos, ou seja, pessoas de outros estados comercializando seus produtos no Distrito Federal sem o competente pagamento dos impostos pertinentes e em feiras não autorizadas pela Administração Pública. Tais ações contaram com a atuação destacada da Secretaria de Fiscalização e da Delegacia de Crimes Contra a Ordem Tributária, que, conjuntamente com esta Câmara Legislativa, combateram a ilegalidade convocando Administradores e enviando requerimento de informações à diversas Administrações Regionais que apresentavam irregularidades. A questão é que essas pessoas que estavam praticando comércio irregularmente estavam causando prejuízos de grande monta aos feirantes regularmente estabelecidos, que pagam seus impostos e cumprem a lei.

Estas, entre outras, foram reivindicações deveras importantes para o futuro do Distrito Federal e o sucesso dos empreendimentos. São reivindicações que encontram-se inseridas na proposta orçamentaria para o ano que vem e, grande parte desse mérito deve-se ao trabalho incansável das associações dos feirantes e do SINDIFEIRA.

Além disso, as feiras exercem um papel importantíssimo dentro da estrutura da economia brasileira, em função de seu grande número e do expressivo volume de pessoas que se utilizam de seus serviços; donde se atribui a estes empreendimentos grande influência para a criação de novas oportunidades de negócios, absorção de mão-de-obra e aumento da renda interna. Somente no Distrito Federal, são mais de 19 mil feirantes, que representam o sustento de mais de 75 mil pessoas entre empregos diretos e indiretos.

Nesse contexto, é essencial que as autoridades competentes continuem fornecendo condições para que os feirantes continuem a crescer e tenham condições de se desenvolver. Essa é uma ação que visa, principalmente, garantir um futuro justo às feiras do Distrito Federal.

Observados os preceitos regimentais, esta é a Moção de Congratulação que vai devidamente subscrita.

Sala das Sessões, em....

DEPUTADO PEDRO PASSOS

AUTOR

CÂMARÁ LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

MOÇÃO Nº MOÇ 683 /2003 /2003

(Do Senhor Deputado PEDRO PASSOS)

26/11/03

Assessoria de Plenário

Parabeniza a Feira do Setor 'O' de Ceilândia, na pessoa de seu Presidente, Sr. NATANAEL RIBEIRO DE OLIVEIRA, pela destacada contribuição ao processo de revitalização e inclusão das feiras no contexto do desenvolvimento económico do Distrito Federal.

Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Com base no art. 144 do Regimento Interno desta Casa, proponho aos nobres pares a apresentação da presente Moção que parabeniza a Feira do Setor 'O' de Ceilândia, na pessoa de seu Presidente, Sr. NATANAEL RIBEIRO DE OLIVEIRA, pela destacada contribuição ao processo de revitalização e inclusão das feiras no contexto do desenvolvimento económico do Distrito Federal.

JUSTIFICAÇÃO

A presente Moção vem parabenizar a Feira do Setor 'O' de Ceilândia, na pessoa de seu Presidente, Sr. NATANAEL RIBEIRO DE OLIVEIRA, pela destacada contribuição ao processo de revitalização e inclusão das feiras no contexto do desenvolvimento económico do Distrito Federal. É fato, também, que a classe vem participando, nesta Câmara Legislativa, da elaboração e

o 0: 25/11/03 15:26:15

modificação da legislação voltada exclusivamente para as feiras do Distrito Federal, para que esta seja coerente com a realidade do feirante.

Acompanhamos, desde às últimas eleições, a luta do SINDIFEIRA e de todas as associações de feirantes para a inclusão de sua categoria no processo de tomada de decisões que os envolve e afeta diretamente. Nesse sentido, a classe tem lutado incansavelmente pela revitalização das feiras e pelo estabelecimento da justiça social no que concerne à cobrança de impostos. Uma das principais conquistas foi a promessa do Secretário de Fazenda, Sr. Valdivino, de enviar Mensagem à Câmara Legislativa isentando do Simples Candango, o feirante que obtém de renda bruta anual de até 40 mil reais.

Outra ação que envolveu os feirantes foi o combate à comercialização ilegal de produtos, ou seja, pessoas de outros estados comercializando seus produtos no Distrito Federal sem o competente pagamento dos impostos pertinentes e em feiras não autorizadas pela Administração Pública. Tais ações contaram com a atuação destacada da Secretaria de Fiscalização e da Delegacia de Crimes Contra a Ordem Tributária, que, conjuntamente com esta Câmara Legislativa, combateram a ilegalidade convocando Administradores e enviando requerimento de informações à diversas Administrações Regionais que apresentavam irregularidades. A questão é que essas pessoas que estavam praticando comércio irregularmente estavam causando prejuízos de grande monta aos feirantes regularmente estabelecidos, que pagam seus impostos e cumprem a lei.

Estas, entre outras, foram reivindicações deveras importantes para o futuro do Distrito Federal e o sucesso dos empreendimentos. São reivindicações que encontram-se inseridas na proposta orçamentaria para o ano que vem e, grande parte desse mérito deve-se ao trabalho incansável das associações dos feirantes e do SINDIFEIRA.

Além disso, as feiras exercem um papel importantíssimo dentro da estrutura da economia brasileira, em função de seu grande número e do expressivo volume de pessoas que se utilizam de seus serviços; donde se atribui a estes empreendimentos grande influência para a criação de novas oportunidades de negócios, absorção de mão-de-obra e aumento da renda interna. Somente no Distrito Federal, são mais de 19 mil feirantes, que representam o sustento de mais de 75 mil pessoas entre empregos direíos e indiretos.

Nesse contexto, é essencial que as autoridades competentes continuem fornecendo condições para que os feirantes continuem a crescer e tenham condições de se desenvolver. Essa é uma ação que visa, principalmente, garantir um futuro justo às feiras do Distrito Federal.

Observados os preceitos regimentais, esta é a Moção de Congratulação que vai devidamente subscrita.

Sala das Sessões, em....

DEPUTADO PEDRO PASSOS

AUTOR

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

MOÇÃO Nº MOÇ 684/2003 /2003

(Do Senhor Deputado PEDRO PASSOS)

Recebido em 23/10/03 às 15:03
Assessoria do Plenário

Parabeniza a Feira da Cultura, Arte e Beleza - ASFECAR, na pessoa de seu Presidente, Sr. CARLOS ROBERTO BERNARDES DE MOURA, pela destacada contribuição ao processo de revitalização e inclusão das feiras no contexto do desenvolvimento económico do Distrito Federal.

Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Com base no art. 144 do Regimento Interno desta Casa, proponho aos nobres pares a apresentação da presente Moção que parabeniza a Feira da Cultura, Arte e Beleza - ASFECAR, na pessoa de seu Presidente, Sr. CARLOS ROBERTO BERNARDES DE MOURA, pela destacada contribuição ao processo de revitalização e inclusão das feiras no contexto do desenvolvimento económico do Distrito Federal.

JUSTIFICAÇÃO

A presente Moção vem parabenizar a Feira da Cultura, Arte e Beleza - ASFECAR, na pessoa de seu Presidente, Sr. CARLOS ROBERTO BERNARDES DE MOURA, pela destacada contribuição ao processo de revitalização e inclusão das feiras no contexto do desenvolvimento econômico do Distrito Federal. É fato, também, que a classe vem participando, nesta

23/10/03 15:03 ■ 82

Câmara Legislativa, da elaboração e modificação da legislação voltada exclusivamente para as feiras do Distrito Federal, para que esta seja coerente com a realidade do feirante.

Acompanhamos, desde às últimas eleições, a luta do SINDIFEIRA e de todas as associações de feirantes para a inclusão de sua categoria no processo de tomada de decisões que os envolve e afeta diretamente. Nesse sentido, a classe tem lutado incansavelmente pela revitalização das feiras e pelo estabelecimento da justiça social no que concerne à cobrança de impostos. Uma das principais conquistas foi a promessa do Secretário de Fazenda, Sr. Valdivino, de enviar Mensagem à Câmara Legislativa isentando do Simples Candango, o feirante que obtém de renda bruta anual de até 40 mil reais.

Outra ação que envolveu os feirantes foi o combate à comercialização ilegal de produtos, ou seja, pessoas de outros estados comercializando seus produtos no Distrito Federal sem o competente pagamento dos impostos pertinentes e em feiras não autorizadas pela Administração Pública. Tais ações contaram com a atuação destacada da Secretaria de Fiscalização e da Delegacia de Crimes Contra a Ordem Tributária, que, conjuntamente com esta Câmara Legislativa, combateram a ilegalidade convocando Administradores e enviando requerimento de informações à diversas Administrações Regionais que apresentavam irregularidades. A questão é que essas pessoas que estavam praticando comércio irregularmente estavam causando prejuízos de grande monta aos feirantes regularmente estabelecidos, que pagam seus impostos e cumprem a lei.

Estas, entre outras, foram reivindicações deveras importantes para o futuro do Distrito Federal e o sucesso dos empreendimentos. São reivindicações que encontram-se inseridas na proposta orçamentaria para o ano que vem e, grande parte desse mérito deve-se ao trabalho incansável das associações dos feirantes e do SINDIFEIRA.

Além disso, as feiras exercem um papel importantíssimo dentro da estrutura da economia brasileira, em função de seu grande número e do expressivo volume de pessoas que se utilizam de seus serviços; donde se atribui a estes empreendimentos grande influência para a criação de novas oportunidades de negócios, absorção de mão-de-obra e aumento da renda interna. Somente no Distrito Federal, são mais de 19 mil feirantes, que representam o sustento de mais de 75 mil pessoas entre empregos diretos e indiretos.

Nesse contexto, é essencial que as autoridades competentes continuem fornecendo condições para que os feirantes continuem a crescer e tenham condições de se desenvolver. Essa é uma ação que visa, principalmente, garantir um futuro justo às feiras do Distrito Federal.

Observados os preceitos regimentais, esta é a Moção de Congratulação que vai devidamente subscrita.

Sala das Sessões, em....

DEPUTADO PEDRO PASSOS

AUTOR

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

MOÇÃO Nº MOÇ 685/2003 /2003 L \ D O

(Do Senhor Deputado PEDRO PASSOS) Em 26/11/03

Assessoria de Plenário

Parabeniza as Feiras Livres do Gama, na pessoa de seu Presidente, Sr. ARCANJO LOPES DA SILVA, pela destacada contribuição ao processo de revitalização e inclusão das feiras no contexto do desenvolvimento económico do Distrito Federal.

Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Com base no art. 144 do Regimento Interno desta Casa, proponho aos nobres pares a apresentação da presente Moção que parabeniza a Feiras Livres do Gama, na pessoa de seu Presidente, Sr. ARCANJO LOPES DA SILVA, pela destacada contribuição ao processo de revitalização e inclusão das feiras no contexto do desenvolvimento económico do Distrito Federal.

JUSTIFICAÇÃO

A presente Moção vem parabenizar a Feiras Livres do Gama, na pessoa de seu Presidente, Sr. ARCANJO LOPES DA SILVA, pela destacada contribuição ao processo de revitalização e inclusão das feiras no contexto do desenvolvimento económico do Distrito Federal. É fato, também, que a classe vem participando, nesta Câmara Legislativa, da elaboração e modificação da legislação voltada exclusivamente para as feiras do Distrito Federal, para que esta seja coerente com a realidade do feirante.

005 25/11/03 15:29

Acompanhamos, desde às últimas eleições, a luta do SINDIFEIRA e de todas as associações de feirantes para a inclusão de sua categoria no processo de tomada de decisões que os envolve e afeta diretamente. Nesse sentido, a classe tem lutado incansavelmente pela revitalização das feiras e pelo estabelecimento da justiça social no que concerne à cobrança de impostos. Uma das principais conquistas foi a promessa do. Secretário de Fazenda, Sr. Valdivino, de enviar Mensagem à Câmara Legislativa isentando do Simples Candango, o feirante que obtém de renda bruta anual de até 40 mil reais.

Outra ação que envolveu os feirantes foi o combate à comercialização ilegal de produtos, ou seja, pessoas de outros estados comercializando seus produtos no Distrito Federal sem o competente pagamento dos impostos pertinentes e em feiras não autorizadas pela Administração Pública. Tais ações contaram com a atuação destacada da Secretaria de Fiscalização e da Delegacia de Crimes Contra a Ordem Tributária, que, conjuntamente com esta Câmara Legislativa, combateram a ilegalidade convocando Administradores e enviando requerimento de informações à diversas Administrações Regionais que apresentavam irregularidades. A questão é que essas pessoas que estavam praticando comércio irregularmente estavam causando prejuízos de grande monta aos feirantes regularmente estabelecidos, que pagam seus impostos e cumprem a lei.

Estas, entre outras, foram reivindicações deveras importantes para o futuro do Distrito Federal e o sucesso dos empreendimentos. São reivindicações que encontram-se inseridas na proposta orçamentaria para o ano que vem e, grande

parte desse mérito deve-se ao trabalho incansável das associações dos feirantes e do SINDIFEIRA.

Além disso, as feiras exercem um papel importantíssimo dentro da estrutura da economia brasileira, em função de seu grande número e do expressivo volume de pessoas que se utilizam de seus serviços; donde se atribui a estes empreendimentos grande influência para a criação de novas oportunidades de negócios, absorção de mão-de-obra e aumento da renda interna. Somente no Distrito Federal, são mais de 19 mil feirantes, que representam o sustento de mais de 75 mil pessoas entre empregos diretos e indiretos.

Nesse contexto, é essencial que as autoridades competentes continuem fornecendo condições para que os feirantes continuem a crescer e tenham condições de se desenvolver. Essa é uma ação que visa, principalmente, garantir um futuro justo às feiras do Distrito Federal.

Observados os preceitos regimentais, esta é a Moção de Congratulação que vai devidamente subscrita.

Sala das Sessões, em....

DEPUTADO PEDRO PASSOS

AUTOR

f.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

MOÇÃO Nº MOÇ 686/2003 **/2003**

(Do Senhor Deputado PEDRO PASSOS)

LIDO
Em 26/11/03
Assessoria do Plenário

Parabeniza a Feira Modelo de Sobradinho, na pessoa de sua Presidente, Sra. DEUSELINA DO *VALE* CARVALHO, pela destacada contribuição ao processo de revitalização e inclusão das feiras no contexto do desenvolvimento económico do Distrito Federal.

Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Com base no art. 144 do Regimento Interno desta Casa, proponho aos nobres pares a apresentação da presente Moção que parabeniza a Feira Modelo de Sobradinho, na pessoa de sua Presidente, Sra. DEUSELINA DO VALE CARVALHO, pela destacada contribuição ao processo de revitalização e inclusão das feiras no contexto do desenvolvimento económico do Distrito Federal.

JUSTIFICAÇÃO

A presente Moção vem parabenizar a Feira Modelo de Sobradinho, na pessoa de sua Presidente, Sra. DEUSELINA DO VALE CARVALHO, pela destacada contribuição ao processo de revitalização e inclusão das feiras no contexto do desenvolvimento econômico do Distrito Federal. É fato, também, que a classe vem participando, nesta Câmara Legislativa, da elaboração e

o 01 25/11 x g 15:29:28

modificação da legislação voltada exclusivamente para as feiras do Distrito Federal, para que esta seja coerente com a realidade do feirante.

Acompanhamos, desde às últimas eleições, a luta do SINDIFEIRA e de todas as associações de feirantes para a inclusão de sua categoria no processo de tomada de decisões que os envolve e afeta diretamente. Nesse sentido, a classe tem lutado incansavelmente pela revitalização das feiras e pelo estabelecimento da justiça social no que concerne à cobrança de impostos. Uma das principais conquistas foi a promessa do Secretário de Fazenda, Sr. Valdivino, de enviar Mensagem à Câmara Legislativa isentando do Simples Candango, o feirante que obtém de renda bruta anual de até 40 mil reais.

Outra ação que envolveu os feirantes foi o combate à comercialização ilegal de produtos, ou seja, pessoas de outros estados comercializando seus produtos no Distrito Federal sem o competente pagamento dos impostos pertinentes e em feiras não autorizadas pela Administração Pública. Tais ações contaram com a atuação destacada da Secretaria de Fiscalização e da Delegacia de Crimes Contra a Ordem Tributária, que, conjuntamente com esta Câmara Legislativa, combateram a ilegalidade convocando Administradores e enviando requerimento de informações à diversas Administrações Regionais que apresentavam irregularidades. A questão é que essas pessoas que estavam praticando comércio irregularmente estavam causando prejuízos de grande monta aos feirantes regularmente estabelecidos, que pagam seus impostos e cumprem a lei.

Estas, entre outras, foram reivindicações deveras importantes para o futuro do Distrito Federal e o sucesso dos empreendimentos. São reivindicações que encontram-se inseridas na proposta orçamentaria para o ano que vem e, grande parte desse mérito deve-se ao trabalho incansável das associações dos feirantes e do SINDIFEIRA.

Além disso, as feiras exercem um papel importantíssimo dentro da estrutura da economia brasileira, em função de seu grande número e do expressivo volume de pessoas que se utilizam de seus serviços; donde se atribui a estes empreendimentos grande influência para a criação de novas oportunidades de negócios, absorção de mão-de-obra e aumento da renda interna. Somente no Distrito Federal, são mais de 19 mil feirantes, que representam o sustento de mais de 75 mil pessoas entre empregos diretos e indiretos.

Nesse contexto, é essencial que as autoridades competentes continuem fornecendo condições para que os feirantes continuem a crescer e tenham condições de se desenvolver. Essa é uma ação que visa, principalmente, garantir um futuro justo às feiras do Distrito Federal.

Observados os preceitos regimentais, esta é a Moção de Congratulação que vai devidamente subscrita.

Sala das Sessões, em....

DEPUTADO PEDRO PASSOS

AUTOR

CÂMARÁ LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

MOÇAO N 687 /2003 /2003

(Do Senhor Deputado PEDRO PASSOS)

Em 26/11/03

Assessoria de Plenário

Parabeniza a Feira Central de Santa Maria, na pessoa de seu Presidente, Sr. ALMIR PEREIRA DA SILVA, pela destacada contribuição ao processo de revitalização e inclusão das feiras no contexto do desenvolvimento económico do Distrito Federal.

Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Com base no art. 144 do Regimento Interno desta Casa, proponho aos nobres pares a apresentação da presente Moção que parabeniza a Feira Central de Santa Maria, na pessoa de seu Presidente, Sr. ALMIR PEREIRA DA SILVA, pela destacada contribuição ao processo de revitalização e inclusão das feiras no contexto do desenvolvimento económico do Distrito Federal.

JUSTIFICAÇÃO

A presente Moção vem parabenizar a Feira Central de Santa Maria, na pessoa de seu Presidente, Sr. ALMIR PEREIRA DA SILVA, pela destacada contribuição ao processo de revitalização e inclusão das feiras no contexto do desenvolvimento econômico do Distrito Federal. É fato, também, que a classe vem participando, nesta Câmara Legislativa, da elaboração e modificação da legislação voltada exclusivamente para as feiras do Distrito Federal, para que esta seja coerente com a realidade do feirante.

0 25/11/ 8 15:30:41

Acompanhamos, desde às últimas eleições, a luta do SINDIFEIRA e de todas as associações de feirantes para a inclusão de sua categoria no processo de tomada de decisões que os envolve e afeta diretamente. Nesse sentido, a classe tem lutado incansavelmente pela revitalização das feiras e pelo estabelecimento da justiça social no que concerne à cobrança de impostos. Uma das principais conquistas foi a promessa do Secretário de Fazenda, Sr. Valdivino, de enviar Mensagem à Câmara Legislativa isentando do Simples Candango, o feirante que obtém de renda bruta anual de até 40 mil reais.

Outra ação que envolveu os feirantes foi o combate à comercialização ilegal de produtos, ou seja, pessoas de outros estados comercializando seus produtos no Distrito Federal sem o competente pagamento dos impostos pertinentes e em feiras não autorizadas pela Administração Pública. Tais ações contaram com a atuação destacada da Secretaria de Fiscalização e da Delegacia de Crimes Contra a Ordem Tributária, que, conjuntamente com esta Câmara Legislativa, combateram a ilegalidade convocando Administradores e enviando requerimento de informações à diversas Administrações Regionais que apresentavam irregularidades. A questão é que essas pessoas que estavam praticando comércio irregularmente estavam causando prejuízos de grande monta aos feirantes regularmente estabelecidos, que pagam seus impostos e cumprem a lei.

Estas, entre outras, foram reivindicações deveras importantes para o futuro do Distrito Federal e o sucesso dos empreendimentos. São reivindicações que encontram-se inseridas na proposta orçamentaria para o ano que vem e, grande

parte desse mérito deve-se ao trabalho incansável das associações dos feirantes e do SINDIFEIRA.

Além disso, as feiras exercem um papel importantíssimo dentro da estrutura da economia brasileira, em função de seu grande número e do expressivo volume de pessoas que se utilizam de seus serviços; donde se atribui a estes empreendimentos grande influência para a criação de novas oportunidades de negócios, absorção de mão-de-obra e aumento da renda interna. Somente no Distrito Federal, são mais de 19 mil feirantes, que representam o sustento de mais de 75 mil pessoas entre empregos diretos e indiretos.

Nesse contexto, é essencial que as autoridades competentes continuem fornecendo condições para que os feirantes continuem a crescer e tenham condições de se desenvolver. Essa é uma ação que visa, principalmente, garantir um futuro justo às feiras do Distrito Federal.

Observados os preceitos regimentais, esta é a Moção de Congratulação que vai devidamente subscrita.

Sala das Sessões, em....

DEPUTADO PEDRO PASSOS

AUTOR

100

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

MOÇÃO Nº MOÇ 688 /2003 /2003

(Do Senhor Deputado PEDRO PASSOS)

EIBG Em 26/11/03 Assessoria do Plenário

Parabeniza a Feira Livre da 309/509 do Recanto das Emas, na pessoa de sua Presidente, Sra. MARIA JOSÉ DE SOUZA FERREIRA, pela destacada contribuição ao processo de revitalização e inclusão das feiras no contexto do desenvolvimento económico do Distrito Federal.

Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Com base no art. 144 do Regimento Interno desta Casa, proponho aos nobres pares a apresentação da presente Moção que parabeniza a Feira Livre da 309/509 do Recanto das Emas, na pessoa de sua Presidente, Sra. MARIA JOSÉ DE SOUZA FERREIRA, pela destacada contribuição ao processo de revitalização e inclusão das feiras no contexto do desenvolvimento económico do Distrito Federal.

JUSTIFICAÇÃO

A presente Moção vem parabenizar a Feira Livre da 309/509 do Recanto das Emas, na pessoa de sua Presidente, Sra. MARIA JOSÉ DE SOUZA FERREIRA, pela destacada contribuição ao processo de revitalização e inclusão das feiras no contexto do desenvolvimento económico do Distrito Federal. É fato, também, que a classe vem participando, nesta Câmara

DSG 25/11/03 15:

Legislativa, da elaboração e modificação da legislação voltada exclusivamente para as feiras do Distrito Federal, para que esta seja coerente com a realidade do feirante.

Acompanhamos, desde às últimas eleições, a luta do SINDIFEIRA e de todas as associações de feirantes para a inclusão de sua categoria no processo de tomada de decisões que os envolve e afeta diretamente. Nesse sentido, a classe tem lutado incansavelmente pela revitalização das feiras e pelo estabelecimento da justiça social no que concerne à cobrança de impostos. Uma das principais conquistas foi a promessa do Secretário de Fazenda, Sr. Valdivino, de enviar Mensagem à Câmara Legislativa isentando do Simples Candango, o feirante que obtém de renda bruta anual de até 40 mil reais.

Outra ação que envolveu os feirantes foi o combate à comercialização ilegal de produtos, ou seja, pessoas de outros estados comercializando seus produtos no Distrito Federal sem o competente pagamento dos impostos pertinentes e em feiras não autorizadas pela Administração Pública. Tais ações contaram com a atuação destacada da Secretaria de Fiscalização e da Delegacia de Crimes Contra a Ordem Tributária, que, conjuntamente com esta Câmara Legislativa, combateram a ilegalidade convocando Administradores e enviando requerimento de informações à diversas Administrações Regionais que apresentavam irregularidades. A questão é que essas pessoas que estavam praticando comércio irregularmente estavam causando prejuízos de grande monta aos feirantes regularmente estabelecidos, que pagam seus impostos e cumprem a lei.

Estas, entre outras, foram reivindicações deveras importantes para o futuro do Distrito Federal e o sucesso dos empreendimentos. São reivindicações que encontram-se inseridas na proposta orçamentaria para o ano que vem e, grande parte desse mérito deve-se ao trabalho incansável das associações dos feirantes e do SINDIFEIRA.

Além disso, as feiras exercem um papel importantíssimo dentro da estrutura da economia brasileira, em função de seu grande número e do expressivo volume de pessoas que se utilizam de seus serviços; donde se atribui a estes empreendimentos grande influência para a criação de novas oportunidades de negócios, absorção de mão-de-obra e aumento da renda interna. Somente no Distrito Federal, são mais de 19 mil feirantes, que representam o sustento de mais de 75 mil pessoas entre empregos diretos e indiretos.

Nesse contexto, é essencial que as autoridades competentes continuem fornecendo condições para que os feirantes continuem a crescer e tenham condições de se desenvolver. Essa é uma ação que visa, principalmente, garantir um futuro justo às feiras do Distrito Federal.

Observados os preceitos regimentais, esta é a Moção de Congratulação que vai devidamente subscrita.

Sala das Sessões, em....

DEPUTADO PEDRO PASSOS

AUTOR

CÂMARÁ LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

MOÇÃO Nº MOÇ 689 /2003 /2003

(Do Senhor Deputado PEDRO PASSOS)

LIDO
Em 26/11/03
Assessoria do Plenário

Parabeniza a Feira Livre da Quadra 111/305 do Recanto das Emas, na pessoa de seu Presidente, Sr. DELSON SILVA DA ROCHA, pela destacada contribuição ao processo de revitalização e inclusão das feiras no contexto do desenvolvimento económico do Distrito Federal.

Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Com base no art. 144 do Regimento Interno desta Casa, proponho aos nobres pares a apresentação da presente Moção que parabeniza a Feira Livre da Quadra 111/305 do Recanto das Emas, na pessoa de seu Presidente, Sr. DELSON SILVA DA ROCHA, pela destacada contribuição ao processo de revitalização e inclusão das feiras no contexto do desenvolvimento econômico do Distrito Federal.

JUSTIFICAÇÃO

A presente Moção vem parabenizar a Feira Livre da Quadra 111/305 do Recanto das Emas, na pessoa de seu Presidente, Sr. DELSON SILVA DÁ ROCHA, pela destacada contribuição ao processo de revitalização e inclusão das feiras no contexto do desenvolvimento econômico do Distrito Federal. É fato, também, que a classe vem participando, nesta Câmara Legislativa, da

009 25/11/03 15:01:25

elaboração *e* modificação da legislação voltada exclusivamente para as feiras do Distrito Federal, para que esta seja coerente com a realidade do feirante.

Acompanhamos, desde às últimas eleições, a luta do SINDIFEIRA e de todas as associações de feirantes para a inclusão de sua categoria no processo de tomada de decisões que os envolve e afeta diretamente. Nesse sentido, a classe tem lutado incansavelmente pela revitalização das feiras e pelo estabelecimento da justiça social no que concerne à cobrança de impostos. Uma das principais conquistas foi a promessa do Secretário de Fazenda, Sr. Valdivino, de enviar Mensagem à Câmara Legislativa isentando do Simples Candango, o feirante que obtém de renda bruta anual de até 40 mil reais.

Outra ação que envolveu os feirantes foi o combate à comercialização ilegal de produtos, ou seja, pessoas de outros estados comercializando seus produtos no Distrito Federal sem o competente pagamento dos impostos pertinentes e em feiras não autorizadas pela Administração Pública. Tais ações contaram com a atuação destacada da Secretaria de Fiscalização e da Delegacia de Crimes Contra a Ordem Tributária, que, conjuntamente com esta Câmara Legislativa, combateram a ilegalidade convocando Administradores e enviando requerimento de informações à diversas Administrações Regionais que apresentavam irregularidades. A questão é que essas pessoas que estavam praticando comércio irregularmente estavam causando prejuízos de grande monta aos feirantes regularmente estabelecidos, que pagam seus impostos e cumprem a lei.

Estas, entre outras, foram reivindicações deveras importantes para o futuro do Distrito Federal e o sucesso dos empreendimentos. São reivindicações que encontram-se inseridas na proposta orçamentaria para o ano que vem e, grande parte desse mérito deve-se ao trabalho incansável das associações dos feirantes e do SINDIFEIRA.

Além disso, as feiras exercem um papel importantíssimo dentro da estrutura da economia brasileira, em função de seu grande número e do expressivo volume de pessoas que se utilizam de seus serviços; donde se atribui a estes empreendimentos grande influência para a criação de novas oportunidades de negócios, absorção de mão-de-obra e aumento da renda interna. Somente no Distrito Federal, são mais de 19 mil feirantes, que representam o sustento de mais de 75 mil pessoas entre empregos diretos e indiretos.

Nesse contexto, é essencial que as autoridades competentes continuem fornecendo condições para que os feirantes continuem a crescer e tenham condições de se desenvolver. Essa é uma ação que visa, principalmente, garantir um futuro justo às feiras do Distrito Federal.

Observados os preceitos regimentais, esta é a Moção de Congratulação que vai devidamente subscrita.

Sala das Sessões, em....

DEPUTADO PEDRO PASSOS

AUTOR

106

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

MOÇÃO Nº 690 /2003 **/2003**

(Do Senhor Deputado PEDRO PASSOS)

Em 26/11/03

Assessoria de Plenário

Parabeniza a Feira Permanente da 'L' Norte, na pessoa de sua Presidente, Sra. MARIA SALETE MACIEL, pela destacada contribuição ao processo de revitalização e inclusão das feiras no contexto do desenvolvimento económico do Distrito Federal.

Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Com base no art. 144 do Regimento Interno desta Casa, proponho aos nobres pares a apresentação da presente Moção que parabeniza a Feira Permanente da 'L' Norte, na pessoa de sua Presidente, Sra. MARIA SALETE MACIEL, pela destacada contribuição ao processo de revitalização e inclusão das feiras no contexto do desenvolvimento económico do Distrito Federal.

JUSTIFICAÇÃO

A presente Moção vem parabenizar a Feira Permanente da 'L'Norte, na pessoa de sua Presidente, Sra. MARIA SALETE MACIEL, pela destacada contribuição ao processo de revitalização e inclusão das feiras no contexto do desenvolvimento económico do Distrito Federal. É fato, também, que a classe vem participando, nesta Câmara Legislativa, da elaboração e modificação da legislação voltada exclusivamente para as feiras do Distrito Federal, para que esta seja coerente com a realidade do feirante.

P-to 2311/2003 15:31:37

Acompanhamos, desde às últimas eleições, a luta do SINDIFEIRA e de todas as associações de feirantes para a inclusão de sua categoria no processo de tomada de decisões que os envolve e afeta diretamente. Nesse sentido, a classe tem lutado incansavelmente pela revitalização das feiras e pelo estabelecimento da justiça social no que concerne à cobrança de impostos. Uma das principais conquistas foi a promessa do Secretário de Fazenda, Sr. Valdivino, de enviar Mensagem à Câmara Legislativa isentando do Simples Candango, o feirante que obtém de renda bruta anual de até 40 mil reais.

Outra ação que envolveu os feirantes foi o combate à comercialização ilegal de produtos, ou seja, pessoas de outros estados comercializando seus produtos no Distrito Federal sem o competente pagamento dos impostos pertinentes e em feiras não autorizadas pela Administração Pública. Tais ações contaram com a atuação destacada da Secretaria de Fiscalização e da Delegacia de Crimes Contra a Ordem Tributária, que, conjuntamente com esta Câmara Legislativa, combateram a ilegalidade convocando Administradores e enviando requerimento de informações à diversas Administrações Regionais que apresentavam irregularidades. A questão é que essas pessoas que estavam praticando comércio irregularmente estavam causando prejuízos de grande monta aos feirantes regularmente estabelecidos, que pagam seus impostos e cumprem a lei.

Estas, entre outras, foram reivindicações deveras importantes para o futuro do Distrito Federal e o sucesso dos empreendimentos. São reivindicações que encontram-se inseridas na proposta orçamentaria para o ano que vem e, grande

parte desse mérito deve-se ao trabalho incansável das associações dos feirantes e do SINDIFEIRA.

Além disso, as feiras exercem um papel importantíssimo dentro da estrutura da economia brasileira, em função de seu grande número e do expressivo volume de pessoas que se utilizam de seus serviços; donde se atribui a estes empreendimentos grande influência para a criação de novas oportunidades de negócios, absorção de mão-de-obra e aumento da renda interna. Somente no Distrito Federal, são mais de 19 mil feirantes, que representam o sustento de mais de 75 mil pessoas entre empregos diretos e indiretos.

Nesse contexto, é essencial que as autoridades competentes continuem fornecendo condições para que os feirantes continuem a crescer e tenham condições de se desenvolver. Essa é uma ação que visa, principalmente, garantir um futuro justo às feiras do Distrito Federal.

Observados os preceitos regimentais, esta é a Moção de Congratulação que vai devidamente subscrita.

Sala das Sessões, em....

DEPUTADO PEDRO PASSOS

AUTOR

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

MOÇÃO Nº MOÇ 691/2003 /2003

(Do Senhor Deputado PEDRO PASSOS)

LIDO
Em 06/10/03
Assessoria de Plenário

Parabeniza a Feira da 306/300 do Recanto das Emas, na pessoa de seu Presidente, Sr. JUVENAL, pela destacada contribuição ao processo de revitalização e inclusão das feiras no contexto do desenvolvimento económico do Distrito Federal.

Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Com base no art. 144 do Regimento Interno desta Casa, proponho aos nobres pares a apresentação da presente Moção que parabeniza a Feira da 306/300 do Recanto das Emas, na pessoa de seu Presidente, Sr. JUVENAL, pela destacada contribuição ao processo de revitalização e inclusão das feiras no contexto do desenvolvimento econômico do Distrito Federal.

JUSTIFICAÇÃO

A presente Moção vem parabenizar a Feira da 306/300 do Recanto das Emas, na pessoa de seu Presidente, Sr. JUVENAL, pela destacada contribuição ao processo de revitalização e inclusão das feiras no contexto do desenvolvimento econômico do Distrito Federal. É fato, também, que a classe vem participando, nesta Câmara Legislativa, da elaboração e modificação da legislação voltada exclusivamente para as feiras do Distrito Federal, para que esta seja coerente com a realidade do feirante.

01 25/11 Ó 15:20

Acompanhamos, desde às últimas eleições, a luta do SINDIFEIRA e de todas as associações de feirantes para a inclusão de sua categoria no processo de tomada de decisões que os envolve e afeta diretamente. Nesse sentido, a classe tem lutado incansavelmente pela revitalização das feiras e pelo estabelecimento da justiça social no que concerne à cobrança de impostos. Uma das principais conquistas foi a promessa do Secretário de Fazenda, Sr. Valdivino, de enviar Mensagem à Câmara Legislativa isentando do Simples Candango, o feirante que obtém de renda bruta anual de até 40 mil reais.

Outra ação que envolveu os feirantes foi o combate à comercialização ilegal de produtos, ou seja, pessoas de outros estados comercializando seus produtos no Distrito Federal sem o competente pagamento dos impostos pertinentes e em feiras não autorizadas pela Administração Pública. Tais ações contaram com a atuação destacada da Secretaria de Fiscalização e da Delegacia de Crimes Contra a Ordem Tributária, que, conjuntamente com esta Câmara Legislativa, combateram a ilegalidade convocando Administradores e enviando requerimento de informações à diversas Administrações Regionais que apresentavam irregularidades. A questão é que essas pessoas que estavam praticando comércio irregularmente estavam causando prejuízos de grande monta aos feirantes regularmente estabelecidos, que pagam seus impostos e cumprem a lei.

Estas, entre outras, foram reivindicações deveras importantes para o futuro do Distrito Federal e o sucesso dos empreendimentos. São reivindicações que encontram-se inseridas na proposta orçamentaria para o ano que vem e, grande

parte desse mérito deve-se ao trabalho incansável das associações dos feirantes e do SINDIFEIRA.

Além disso, as feiras exercem um papel importantíssimo dentro da estrutura da economia brasileira, em função de seu grande número e do expressivo volume de pessoas que se utilizam de seus serviços; donde se atribui a estes empreendimentos grande influência para a criação de novas oportunidades de negócios, absorção de mão-de-obra e aumento da renda interna. Somente no Distrito Federal, são mais de 19 mil feirantes, que representam o sustento de mais de 75 mil pessoas entre empregos diretos e indiretos.

Nesse contexto, é essencial que as autoridades competentes continuem fornecendo condições para que os feirantes continuem a crescer e tenham condições de se desenvolver. Essa é uma ação que visa, principalmente, garantir um futuro justo às feiras do Distrito Federal.

Observados os preceitos regimentais, esta é a Moção de Congratulação que vai devidamente subscrita.

Sala das Sessões, em....

DEPUTADO PEDRO PASSOS

AUTOR

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

MOÇÃO Nº MOÇ 692 /2003

(Do Senhor Deputado PEDRO PASSOS)

Em 26/11/03

Assessoria de Plenário

Parabeniza a Feira do JK, na pessoa de seu Presidente, Sr. GEYSON GONÇALVES PEREIRA, pela destacada contribuição ao processo de revitalização e inclusão das feiras no contexto do desenvolvimento económico do Distrito Federal.

Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Com base no art. 144 do Regimento Interno desta Casa, proponho aos nobres pares a apresentação da presente Moção que parabeniza a Feira do JK, na pessoa de seu Presidente, Sr. GEYSON GONÇALVES PEREIRA, pela destacada contribuição ao processo de revitalização e inclusão das feiras no contexto do desenvolvimento económico do Distrito Federal.

JUSTIFICAÇÃO

A presente Moção vem parabenizar a Feira do JK, na pessoa de seu Presidente, Sr. GEYSON GONÇALVES PEREIRA, pela destacada contribuição ao processo de revitalização e inclusão das feiras no contexto do desenvolvimento económico do Distrito Federal. É fato, também, que a classe vem participando, nesta Câmara Legislativa, da elaboração e modificação da legislação voltada exclusivamente para as feiras do Distrito Federal, para que esta seja coerente com a realidade do feirante.

01W 25/11/03 15:42:84

Acompanhamos, desde às últimas eleições, a luta do SINDIFEIRA e de todas as associações de feirantes para a inclusão de sua categoria no processo de tomada de decisões que os envolve e afeta diretamente. Nesse sentido, a classe tem lutado incansavelmente pela revitalização das feiras e pelo estabelecimento da justiça social no que concerne à cobrança de impostos. Uma das principais conquistas foi a promessa do Secretário de Fazenda, Sr. Valdivino, de enviar Mensagem à Câmara Legislativa isentando do Simples Candango, o feirante que obtém de renda bruta anual de até 40 mil reais.

Outra ação que envolveu os feirantes foi o combate à comercialização ilegal de produtos, ou seja, pessoas de outros estados comercializando seus produtos no Distrito Federal sem o competente pagamento dos impostos pertinentes e em feiras não autorizadas pela Administração Pública. Tais ações contaram com a atuação destacada da Secretaria de Fiscalização e da Delegacia de Crimes Contra a Ordem Tributária, que, conjuntamente com esta Câmara Legislativa, combateram a ilegalidade convocando Administradores e enviando requerimento de informações à diversas Administrações Regionais que apresentavam irregularidades. A questão é que essas pessoas que estavam praticando comércio irregularmente estavam causando prejuízos de grande monta aos feirantes regularmente estabelecidos, que pagam seus impostos e cumprem a lei.

Estas, entre outras, foram reivindicações deveras importantes para o futuro do Distrito Federal e o sucesso dos empreendimentos. São reivindicações que encontram-se inseridas na proposta orçamentaria para o ano que vem e, grande

parte desse mérito deve-se ao trabalho incansável das associações dos feirantes e do SINDIFEIRA.

Além disso, as feiras exercem um papel importantíssimo dentro da estrutura da economia brasileira, em função de seu grande número e do expressivo volume de pessoas que se utilizam de seus serviços; donde se atribui a estes empreendimentos grande influência para a criação de novas oportunidades de negócios, absorção de mão-de-obra e aumento da renda interna. Somente no Distrito Federal, são mais de 19 mil feirantes, que representam o sustento de mais de 75 mil pessoas entre empregos diretos e indiretos.

Nesse contexto, é essencial que as autoridades competentes continuem fornecendo condições para que os feirantes continuem a crescer e tenham condições de se desenvolver. Essa é uma ação que visa, principalmente, garantir um futuro justo às feiras do Distrito Federal.

Observados os preceitos regimentais, esta é a Moção de Congratulação que vai devidamente subscrita.

Sala das Sessões, em....

DEPUTADO PEDRO PASSOS
AUTOR

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

MOÇÃO Nº MOÇ 693 /2003 /2003

(Do Senhor Deputado PEDRO PASSOS)

LIDO
Em 26/11/03
Assessoria de Plenário

Parabeniza a Feira de Plantas do Núcleo Bandeirante, na pessoa de seu Presidente, Sr. HAROLDO TAKERU INATOMI, pela destacada contribuição ao processo de revitalização e inclusão das feiras no contexto do desenvolvimento económico do Distrito Federal.

Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Com base no art. 144 do Regimento Interno desta Casa, proponho aos nobres pares a apresentação da presente Moção que parabeniza a Feira de Plantas do Núcleo Bandeirante, na pessoa de seu Presidente, Sr. HAROLDO TAKERU INATOMI, pela destacada contribuição ao processo de revitalização e inclusão das feiras no contexto do desenvolvimento económico do Distrito Federal.

JUSTIFICAÇÃO

A presente Moção vem parabenizar a Feira de Plantas do Núcleo Bandeirante, na pessoa de seu Presidente, Sr. HAROLDO TAKERU INATOMI, pela destacada contribuição ao processo de revitalização e inclusão das feiras no contexto do desenvolvimento económico do Distrito Federal. É fato, também, que a classe vem participando, nesta Câmara Legislativa, da elaboração e modificação da legislação voltada exclusivamente

01. 25/11/03 15:32:53

para as feiras do Distrito Federal, para que esta seja coerente com a realidade do feirante.

Acompanhamos, desde às últimas eleições, a luta do SINDIFEIRA e de todas as associações de feirantes para a inclusão de sua categoria no processo de tomada de decisões que os envolve e afeta diretamente. Nesse sentido, a classe tem lutado incansavelmente pela revitalização das feiras e pelo estabelecimento da justiça social no que concerne à cobrança de impostos. Uma das principais conquistas foi a promessa do Secretário de Fazenda, Sr. Valdivino, de enviar Mensagem à Câmara Legislativa isentando do Simples Candango, o feirante que obtém de renda bruta anual de até 40 mil reais.

Outra ação que envolveu os feirantes foi o combate à comercialização ilegal de produtos, ou seja, pessoas de outros estados comercializando seus produtos no Distrito Federal sem o competente pagamento dos impostos pertinentes e em feiras não autorizadas pela Administração Pública. Tais ações contaram com a atuação destacada da Secretaria de Fiscalização e da Delegacia de Crimes Contra a Ordem Tributária, que, conjuntamente com esta Câmara Legislativa, combateram a ilegalidade convocando Administradores e enviando requerimento de informações à diversas Administrações Regionais que apresentavam irregularidades. A questão é que essas pessoas que estavam praticando comércio irregularmente estavam causando prejuízos de grande monta aos feirantes regularmente estabelecidos, que pagam seus impostos e cumprem a lei.

Estas, entre outras, foram reivindicações deveras importantes para o futuro do Distrito Federal e o sucesso dos empreendimentos. São reivindicações que encontram-se inseridas na proposta orçamentaria para o ano que vem e, grande parte desse mérito deve-se ao trabalho incansável das associações dos feirantes e do SINDIFEIRA.

Além disso, as feiras exercem um papel importantíssimo dentro da estrutura da economia brasileira, em função de seu grande número e do expressivo volume de pessoas que se utilizam de seus serviços; donde se atribui a estes empreendimentos grande influência para a criação de novas oportunidades de negócios, absorção de mão-de-obra e aumento da renda interna. Somente no Distrito Federal, são mais de 19 mil feirantes, que representam o sustento de mais de 75 mil pessoas entre empregos diretos e indiretos.

Nesse contexto, é essencial que as autoridades competentes continuem fornecendo condições para que os feirantes continuem a crescer e tenham condições de se desenvolver. Essa é uma ação que visa, principalmente, garantir um futuro justo às feiras do Distrito Federal.

Observados os preceitos regimentais, esta é a Moção de Congratulação que vai devidamente subscrita.

Sala das Sessões, em....

DEPUTADO PEDRO PASSOS

AUTOR

CÂMARÁ LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

MOÇÃO Nº MOÇ 694/2003 /2003

(Do Senhor Deputado PEDRO PASSOS)

Lido
em 26/11/03
Assessoria de Plenário

Parabeniza a Feira Modelo do Gama, na pessoa de seu Presidente, Sr. ANTÔNIO RÉGIS GOMES BEZERRA, pela destacada contribuição ao processo de revitalização e inclusão das feiras no contexto do desenvolvimento económico do Distrito Federal.

Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Com base no art. 144 do Regimento Interno desta Casa, proponho aos nobres pares a apresentação da presente Moção que parabeniza a Feira Modelo do Gama, na pessoa de seu Presidente, Sr. ANTÔNIO RÉGIS GOMES BEZERRA, pela destacada contribuição ao processo de revitalização e inclusão das feiras no contexto do desenvolvimento econômico do Distrito Federal.

JUSTIFICAÇÃO

A presente Moção vem parabenizar a Feira Modelo do Gama, na pessoa de seu Presidente, Sr. ANTÔNIO RÉGIS GOMES BEZERRA, pela destacada contribuição ao processo de revitalização e inclusão das feiras no contexto do desenvolvimento econômico do Distrito Federal. É fato, também, que a classe

04/25/11/ g 15:38:10

vem participando, nesta Câmara Legislativa, da elaboração e modificação da legislação voltada exclusivamente para as feiras do Distrito Federal, para que esta seja coerente com a realidade do feirante.

Acompanhamos, desde às últimas eleições, a luta do SINDIFEIRA e de todas as associações de feirantes para a inclusão de sua categoria no processo de tomada de decisões que os envolve e afeta diretamente. Nesse sentido, a classe tem lutado incansavelmente pela revitalização das feiras e pelo estabelecimento da justiça social no que concerne à cobrança de impostos. Uma das principais conquistas foi a promessa do Secretário de Fazenda, Sr. Valdivino, de enviar Mensagem à Câmara Legislativa isentando do Simples Candango, o feirante que obtém de renda bruta anual de até 40 mil reais.

Outra ação que envolveu os feirantes foi o combate à comercialização ilegal de produtos, ou seja, pessoas de outros estados comercializando seus produtos no Distrito Federal sem o competente pagamento dos impostos pertinentes e em feiras não autorizadas pela Administração Pública. Tais ações contaram com a atuação destacada da Secretaria de Fiscalização e da Delegacia de Crimes Contra a Ordem Tributária, que, conjuntamente com esta Câmara Legislativa, combateram a ilegalidade convocando Administradores e enviando requerimento de informações à diversas Administrações Regionais que apresentavam irregularidades. A questão é que essas pessoas que estavam praticando comércio irregularmente estavam causando prejuízos de grande monta aos feirantes regularmente estabelecidos, que pagam seus impostos e cumprem a lei.

Estas, entre outras, foram reivindicações deveras importantes para o futuro do Distrito Federal e o sucesso dos empreendimentos. São reivindicações que encontram-se inseridas na proposta orçamentaria para o ano que vem e, grande parte desse mérito deve-se ao trabalho incansável das associações dos feirantes e do SINDIFEIRA.

Além disso, as feiras exercem um papel importantíssimo dentro da estrutura da economia brasileira, em função de seu grande número e do expressivo volume de pessoas que se utilizam de seus serviços; donde se atribui a estes empreendimentos grande influência para a criação de novas oportunidades de negócios, absorção de mão-de-obra e aumento da renda interna. Somente no Distrito Federal, são mais de 19 mil feirantes, que representam o sustento de mais de 75 mil pessoas entre empregos diretos e indiretos.

Nesse contexto, é essencial que as autoridades competentes continuem fornecendo condições para que os feirantes continuem a crescer e tenham condições de se desenvolver. Essa é uma ação que visa, principalmente, garantir um futuro justo às feiras do Distrito Federal.

Observados os preceitos regimentais, esta é a Moção de Congratulação que vai devidamente subscrita.

Sala das Sessões, em....

DEPUTADO PEDRO PASSOS

AUTOR

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

MOÇÃO Nº MOÇ 695 /2003 /2003

(Do Senhor Deputado PEDRO PASSOS)

Em 26/11/03

fissessoria de Plenário

Parabeniza a Feira Nova Guariroba de Ceilândia, na pessoa de seu Presidente, Sr. MARQUES CÉLIO RODRIGUES DE ALMEIDA, pela destacada contribuição ao processo de revitalização e inclusão das feiras no contexto do desenvolvimento económico do Distrito Federal.

Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Com base no art. 144 do Regimento Interno desta Casa, proponho aos nobres pares a apresentação da presente Moção que parabeniza a Feira Nova Guariroba de Ceilândia, na pessoa de seu Presidente, Sr. MARQUES CÉLIO RODRIGUES DE ALMEIDA, pela destacada contribuição ao processo de revitalização e inclusão das feiras no contexto do desenvolvimento econômico do Distrito Federal.

JUSTIFICAÇÃO

A presente Moção vem parabenizar a Feira Nova Guariroba de Ceilândia, na pessoa de seu Presidente, Sr. MARQUES CÉLIO RODRIGUES DE ALMEIDA, pela destacada contribuição ao processo de revitalização e inclusão das feiras no contexto do desenvolvimento econômico do Distrito Federal. É fato, também, que a classe vem participando, nesta Câmara

Recebido em 25/11/03 15:43

Legislativa, da elaboração e modificação da legislação voltada exclusivamente para as feiras do Distrito Federal, para que esta seja coerente com a realidade do feirante.

Acompanhamos, desde às últimas eleições, a luta do SINDIFEIRA e de todas as associações de feirantes para a inclusão de sua categoria no processo de tomada de decisões que os envolve e afeta diretamente. Nesse sentido, a classe tem lutado incansavelmente pela revitalização das feiras e pelo estabelecimento da justiça social no que concerne à cobrança de impostos. Uma das principais conquistas foi a promessa do Secretário de Fazenda, Sr. Valdivino, de enviar Mensagem à Câmara Legislativa isentando do Simples Candango, o feirante que obtém de renda bruta anual de até 40 mil reais.

Outra ação que envolveu os feirantes foi o combate à comercialização ilegal de produtos, ou seja, pessoas de outros estados comercializando seus produtos no Distrito Federal sem o competente pagamento dos impostos pertinentes e em feiras não autorizadas pela Administração Pública. Tais ações contaram com a atuação destacada da Secretaria de Fiscalização e da Delegacia de Crimes Contra a Ordem Tributária, que, conjuntamente com esta Câmara Legislativa, combateram a ilegalidade convocando Administradores e enviando requerimento de informações à diversas Administrações Regionais que apresentavam irregularidades. A questão é que essas pessoas que estavam praticando comércio irregularmente estavam causando prejuízos de grande monta aos feirantes regularmente estabelecidos, que pagam seus impostos e cumprem a lei.

Estas, entre outras, foram reivindicações deveras importantes para o futuro do Distrito Federal e o sucesso dos empreendimentos. São reivindicações que encontram-se inseridas na proposta orçamentaria para o ano que vem e, grande parte desse mérito deve-se ao trabalho incansável das associações dos feirantes e do SINDIFEIRA.

Além disso, as feiras exercem um papel importantíssimo dentro da estrutura da economia brasileira, em função de seu grande número e do expressivo volume de pessoas que se utilizam de seus serviços; donde se atribui a estes empreendimentos grande influência para a criação de novas oportunidades de negócios, absorção de mão-de-obra e aumento da renda interna. Somente no Distrito Federal, são mais de 19 mil feirantes, que representam o sustento de mais de 75 mil pessoas entre empregos diretos e indiretos.

Nesse contexto, é essencial que as autoridades competentes continuem fornecendo condições para que os feirantes continuem a crescer e tenham condições de se desenvolver. Essa é uma ação que visa, principalmente, garantir um futuro justo às feiras do Distrito Federal.

Observados os preceitos regimentais, esta é a Moção de Congratulação que vai devidamente subscrita.

Sala das Sessões, em....

DEPUTADO PEDRO PASSOS

AUTOR

CÂMARÁ LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

MOÇÃO Nº MOÇ nnn /2003

(Do Senhor Deputado PEDRO PASSOS)

Em 26/11/03

Assessoria do Plenário

Parabeniza a Feira do Galpão do Gama, na pessoa de seu Presidente, Sr. SEVERINO ROSENO, pela destacada contribuição ao processo de revitalização e inclusão das feiras no contexto do desenvolvimento económico do Distrito Federal.

Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Com base no art. 144 do Regimento Interno desta Casa, proponho aos nobres pares a apresentação da presente Moção que parabeniza a Feira do Galpão do Gama, na pessoa de seu Presidente, Sr. SEVERINO ROSENO, pela destacada contribuição ao processo de revitalização e inclusão das feiras no contexto do desenvolvimento económico do Distrito Federal.

JUSTIFICAÇÃO

A presente Moção vem parabenizar a Feira do Galpão do Gama, na pessoa de seu Presidente, Sr. SEVERINO ROSENO, pela destacada contribuição ao processo de revitalização e inclusão das feiras no contexto do desenvolvimento económico do Distrito Federal. É fato, também, que a classe vem participando, nesta Câmara Legislativa, da elaboração e modificação da

legislação voltada exclusivamente para as feiras do Distrito Federal, para que esta seja coerente com a realidade do feirante.

Acompanhamos, desde às últimas eleições, a luta do SINDIFEIRA e de todas as associações de feirantes para a inclusão de sua categoria no processo de tomada de decisões que os envolve e afeta diretamente. Nesse sentido, a classe tem lutado incansavelmente pela revitalização das feiras e pelo estabelecimento da justiça social no que concerne à cobrança de impostos. Uma das principais conquistas foi a promessa do Secretário de Fazenda, Sr. Valdivino, de enviar Mensagem à Câmara Legislativa isentando do Simples Candango, o feirante que obtém de renda bruta anual de até 40 mil reais.

Outra ação que envolveu os feirantes foi o combate à comercialização ilegal de produtos, ou seja, pessoas de outros estados comercializando seus produtos no Distrito Federal sem o competente pagamento dos impostos pertinentes e em feiras não autorizadas pela Administração Pública. Tais ações contaram com a atuação destacada da Secretaria de Fiscalização e da Delegacia de Crimes Contra a Ordem Tributária, que, conjuntamente com esta Câmara Legislativa, combateram a ilegalidade convocando Administradores e enviando requerimento de informações à diversas Administrações Regionais que apresentavam irregularidades. A questão é que essas pessoas que estavam praticando comércio irregularmente estavam causando prejuízos de grande monta aos feirantes regularmente estabelecidos, que pagam seus impostos e cumprem a lei.

Estas, entre outras, foram reivindicações deveras importantes para o futuro do Distrito Federal e o sucesso dos empreendimentos. São reivindicações que encontram-se inseridas na proposta orçamentaria para o ano que vem e, grande parte desse mérito deve-se ao trabalho incansável das associações dos feirantes e do SINDIFEIRA.

Além disso, as feiras exercem um papel importantíssimo dentro da estrutura da economia brasileira, em função de seu grande número e do expressivo volume de pessoas que se utilizam de seus serviços; donde se atribui a estes empreendimentos grande influência para a criação de novas oportunidades de negócios, absorção de mão-de-obra e aumento da renda interna. Somente no Distrito Federal, são mais de 19 mil feirantes, que representam o sustento de mais de 75 mil pessoas entre empregos diretos e indiretos.

Nesse contexto, é essencial que as autoridades competentes continuem fornecendo condições para que os feirantes continuem a crescer e tenham condições de se desenvolver. Essa é uma ação que visa, principalmente, garantir um futuro justo às feiras do Distrito Federal.

Observados os preceitos regimentais, esta é a Moção de Congratulação que vai devidamente subscrita.

Sala das Sessões, em....

DEPUTADO PEDRO PASSOS

AUTOR

CÂMARÁ LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

MOÇÃO Nº MOÇ 697/2003 /2003

(Do Senhor Deputado PEDRO PASSOS)

LIDO
Em 26/11/03
Assessoria de Plenário

Parabeniza a Feira Central da Brazlândia, na pessoa de seu Presidente, Sn LUÍS LOURENÇO DOS SANTOS, péla destacada contribuição ao processo de revitalização e inclusão das feiras no contexto do desenvolvimento económico do Distrito Federal.

Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Com base no art. 144 do Regimento Interno desta Casa, proponho aos nobres pares a apresentação da presente Moção que parabeniza a Feira Central da Brazlândia, na pessoa de seu Presidente, Sr. LUÍS LOURENÇO DOS SANTOS, pela destacada contribuição ao processo de revitalização e inclusão das feiras no contexto do desenvolvimento económico do Distrito Federal.

JUSTIFICAÇÃO

A presente Moção vem parabenizar a Feira Central da Brazlândia, na pessoa de seu Presidente, Sr. LUÍS LOURENÇO DOS SANTOS, pela destacada contribuição ao processo de revitalização e inclusão das feiras no contexto do desenvolvimento económico do Distrito Federal. É fato, também, que a classe vem participando, nesta Câmara Legislativa, da elaboração e

QUI 27/NOV 15:34:15

modificação da legislação voltada exclusivamente para as feiras do Distrito Federal, para que esta seja coerente com a realidade do feirante.

Acompanhamos, desde às últimas eleições, a luta do SINDIFEIRA e de todas as associações de feirantes para a inclusão de sua categoria no processo de tomada de decisões que os envolve e afeta diretamente. Nesse sentido, a classe tem lutado incansavelmente pela revitalização das feiras e pelo estabelecimento da justiça social no que concerne à cobrança de impostos. Uma das principais conquistas foi a promessa do Secretário de Fazenda, Sr. Valdivino, de enviar Mensagem à Câmara Legislativa isentando do Simples Candango, o feirante que obtém de renda bruta anual de até 40 mil reais.

Outra ação que envolveu os feirantes foi o combate à comercialização ilegal de produtos, ou seja, pessoas de outros estados comercializando seus produtos no Distrito Federal sem o competente pagamento dos impostos pertinentes e em feiras não autorizadas pela Administração Pública. Tais ações contaram com a atuação destacada da Secretaria de Fiscalização e da Delegacia de Crimes Contra a Ordem Tributária, que, conjuntamente com esta Câmara Legislativa, combateram a ilegalidade convocando Administradores e enviando requerimento de informações à diversas Administrações Regionais que apresentavam irregularidades. A questão é que essas pessoas que estavam praticando comércio irregularmente estavam causando prejuízos de grande monta aos feirantes regularmente estabelecidos, que pagam seus impostos e cumprem a lei.

Estas, entre outras, foram reivindicações deveras importantes para o futuro do Distrito Federal e o sucesso dos empreendimentos. São reivindicações que encontram-se inseridas na proposta orçamentaria para o ano que vem e, grande parte desse mérito deve-se ao trabalho incansável das associações dos feirantes e do SINDIFEIRA.

Além disso, as feiras exercem um papel importantíssimo dentro da estrutura da economia brasileira, em função de seu grande número e do expressivo volume de pessoas que se utilizam de seus serviços; donde se atribui a estes empreendimentos grande influência para a criação de novas oportunidades de negócios, absorção de mão-de-obra e aumento da renda interna. Somente no Distrito Federal, são mais de 19 mil feirantes, que representam o sustento de mais de 75 mil pessoas entre empregos diretos e indiretos.

Nesse contexto, é essencial que as autoridades competentes continuem fornecendo condições para que os feirantes continuem a crescer e tenham condições de se desenvolver. Essa é uma ação que visa, principalmente, garantir um futuro justo às feiras do Distrito Federal.

Observados os preceitos regimentais, esta é a Moção de Congratulação que vai devidamente subscrita.

Sala das Sessões, em....

DEPUTADO PEDRO PASSOS

AUTOR

130

CÂMARÁ LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

MOÇÃO Nº MOÇ 698 /2003 /2003

(Do Senhor Deputado PEDRO PASSOS)

Em 06/11/03

Assessoria de Plenário

Parabeniza a Feira Permanente do Núcleo Bandeirante, na pessoa de sua Presidente, Srª. FRANCISCA RAIMUNDA OLIVEIRA MIRANDA, pela destacada contribuição ao processo de revitalização e inclusão das feiras no contexto do desenvolvimento económico do Distrito Federal.

Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Com base no art. 144 do Regimento Interno desta Casa, proponho aos nobres pares a apresentação da presente Moção que parabeniza a Feira Permanente do Núcleo Bandeirante, na pessoa de sua Presidente, Srª. FRANCISCA RAIMUNDA OLIVEIRA MIRANDA, pela destacada contribuição ao processo de revitalização e inclusão das feiras no contexto do desenvolvimento económico do Distrito Federal.

JUSTIFICAÇÃO

A presente Moção vem parabenizar a Feira Permanente do Núcleo Bandeirante, na pessoa de sua Presidente, Srª. FRANCISCA RAIMUNDA OLIVEIRA MIRANDA, pela destacada contribuição ao processo de revitalização e inclusão das feiras no contexto do desenvolvimento económico

05/11/03 15:45:54 018

do Distrito Federal. É fato, também, que a classe vem participando, nesta Câmara Legislativa, da elaboração e modificação da legislação voltada exclusivamente para as feiras do Distrito Federal, para que esta seja coerente com a realidade do feirante.

Acompanhamos, desde às últimas eleições, a luta do SINDIFEIRA e de todas as associações de feirantes para a inclusão de sua categoria no processo de tomada de decisões que os envolve e afeta diretamente. Nesse sentido, a classe tem lutado incansavelmente pela revitalização das feiras e pelo estabelecimento da justiça social no que concerne à cobrança de impostos. Uma das principais conquistas foi a promessa do Secretário de Fazenda, Sr. Valdivino, de enviar Mensagem à Câmara Legislativa isentando do Simples Candango, o feirante que obtém de renda bruta anual de até 40 mil reais.

Outra ação que envolveu os feirantes foi o combate à comercialização ilegal de produtos, ou seja, pessoas de outros estados comercializando seus produtos no Distrito Federal sem o competente pagamento dos impostos pertinentes e em feiras não autorizadas pela Administração Pública. Tais ações contaram com a atuação destacada da Secretaria de Fiscalização e da Delegacia de Crimes Contra a Ordem Tributária, que, conjuntamente com esta Câmara Legislativa, combateram a ilegalidade convocando Administradores e enviando requerimento de informações à diversas Administrações Regionais que apresentavam irregularidades. A questão é que essas pessoas que estavam praticando comércio irregularmente estavam causando prejuízos de grande monta aos feirantes regularmente estabelecidos, que pagam seus impostos e cumprem a lei.

Estas, entre outras, foram reivindicações deveras importantes para o futuro do Distrito Federal e o sucesso dos empreendimentos. São reivindicações que encontram-se inseridas na proposta orçamentaria para o ano que vem e, grande parte desse mérito deve-se ao trabalho incansável das associações dos feirantes e do SINDIFEIRA.

Além disso, as feiras exercem um papel importantíssimo dentro da estrutura da economia brasileira, em função de seu grande número e do expressivo volume de pessoas que se utilizam de seus serviços; donde se atribui a estes empreendimentos grande influência para a criação de novas oportunidades de negócios, absorção de mão-de-obra e aumento da renda interna. Somente no Distrito Federal, são mais de 19 mil feirantes, que representam o sustento de mais de 75 mil pessoas entre empregos diretos e indiretos.

Nesse contexto, é essencial que as autoridades competentes continuem fornecendo condições para que os feirantes continuem a crescer e tenham condições de se desenvolver. Essa é uma ação que visa, principalmente, garantir um futuro justo às feiras do Distrito Federal.

Observados os preceitos regimentais, esta é a Moção de Congratulação que vai devidamente subscrita.

Sala das Sessões, em....

DEPUTADO PEDRO PASSOS

AUTOR

133

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

MOÇÃO Nº MOÇ 699 /2003 **/2003**

(Do Senhor Deputado PEDRO PASSOS)

LIDO
Em 26/11/03
Assessoria de Plenário

Parabeniza a Feira Permanente do Gama, na pessoa de seu Presidente, Sr. ANTÔNIO ANICETE MARTINS, pela destacada contribuição ao processo de revitalização e inclusão das feiras no contexto do desenvolvimento económico do Distrito Federal.

Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Com base no art. 144 do Regimento Interno desta Casa, proponho aos nobres pares a apresentação da presente Moção que parabeniza a Feira Permanente do Gama, na pessoa de seu Presidente, Sr. ANTÔNIO ANICETE MARTINS, pela destacada contribuição ao processo de revitalização e inclusão das feiras no contexto do desenvolvimento económico do Distrito Federal.

JUSTIFICAÇÃO

A presente Moção vem parabenizar a Feira Permanente do Gama, na pessoa de seu Presidente, Sr. ANTÔNIO ANICETE MARTINS, pela destacada contribuição ao processo de revitalização e inclusão das feiras no contexto do desenvolvimento econômico do Distrito Federal. É fato, também, que a classe

0193 27/11/03 15 1 CO

vem participando, nesta Câmara Legislativa, da elaboração e modificação da legislação voltada exclusivamente para as feiras do Distrito Federal, para que esta seja coerente com a realidade do feirante.

Acompanhamos, desde às últimas eleições, a luta do SINDIFEIRA e de todas as associações de feirantes para a inclusão de sua categoria no processo de tomada de decisões que os envolve e afeta diretamente. Nesse sentido, a classe tem lutado incansavelmente pela revitalização das feiras e pelo estabelecimento da justiça social no que concerne à cobrança de impostos. Uma das principais conquistas foi a promessa do Secretário de Fazenda, Sr. Valdivino, de enviar Mensagem à Câmara Legislativa isentando do Simples Candango, o feirante que obtém de renda bruta anual de até 40 mil reais.

Outra ação que envolveu os feirantes foi o combate à comercialização ilegal de produtos, ou seja, pessoas de outros estados comercializando seus produtos no Distrito Federal sem o competente pagamento dos impostos pertinentes e em feiras não autorizadas pela Administração Pública. Tais ações contaram com a atuação destacada da Secretaria de Fiscalização e da Delegacia de Crimes Contra a Ordem Tributária, que, conjuntamente com esta Câmara Legislativa, combateram a ilegalidade convocando Administradores e enviando requerimento de informações à diversas Administrações Regionais que apresentavam irregularidades. A questão é que essas pessoas que estavam praticando comércio irregularmente estavam causando prejuízos de grande monta aos feirantes regularmente estabelecidos, que pagam seus impostos e cumprem a lei.

Estas, entre outras, foram reivindicações deveras importantes para o futuro do Distrito Federal e o sucesso dos empreendimentos. São reivindicações que encontram-se inseridas na proposta orçamentaria para o ano que vem e, grande parte desse mérito deve-se ao trabalho incansável das associações dos feirantes e do SINDIFEIRA.

Além disso, as feiras exercem um papel importantíssimo dentro da estrutura da economia brasileira, em função de seu grande número e do expressivo volume de pessoas que se utilizam de seus serviços; donde se atribui a estes empreendimentos grande influência para a criação de novas oportunidades de negócios, absorção de mão-de-obra e aumento da renda interna. Somente no Distrito Federal, são mais de 19 mil feirantes, que representam o sustento de mais de 75 mil pessoas entre empregos diretos e indiretos.

Nesse contexto, é essencial que as autoridades competentes continuem fornecendo condições para que os feirantes continuem a crescer e tenham condições de se desenvolver. Essa é uma ação que visa, principalmente, garantir um futuro justo às feiras do Distrito Federal.

Observados os preceitos regimentais, esta é a Moção de Congratulação que vai devidamente subscrita.

Sala das Sessões, em....

DEPUTADO PEDRO PASSOS

AUTOR

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

MOÇÃO Nº MOÇ 700 /2003 /2003

(Do Senhor Deputado PEDRO PASSOS)

LIDO
Em 26/11/03
Assessoria do Plenário

Parabeniza a Feira Permanente de Sobradinho II, na pessoa de seu Presidente, Sr. ACLIMÍNIO BARBOSA MOURA, pela destacada contribuição ao processo de revitalização e inclusão das feiras no contexto do desenvolvimento económico do Distrito Federal.

Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Com base no art. 144 do Regimento Interno desta Casa, proponho aos nobres pares a apresentação da presente Moção que parabeniza a Feira Permanente de Sobradinho II, na pessoa de seu Presidente, Sr. ACLIMÍNIO BARBOSA MOURA, pela destacada contribuição ao processo de revitalização e inclusão das feiras no contexto do desenvolvimento económico do Distrito Federal.

JUSTIFICAÇÃO

A presente Moção vem parabenizar a Feira Permanente de Sobradinho II, na pessoa de seu Presidente, Sr. ACLIMÍNIO BARBOSA MOURA, pela destacada contribuição ao processo de revitalização e inclusão das feiras no contexto do desenvolvimento económico do Distrito Federal. É fato, também,

020 25/11/03 15:45:31

que a classe vem participando, nesta Câmara Legislativa, da elaboração e modificação da legislação voltada exclusivamente para as feiras do Distrito Federal, para que esta seja coerente com a realidade do feirante.

Acompanhamos, desde às últimas eleições, a luta do SINDIFEIRA e de todas as associações de feirantes para a inclusão de sua categoria no processo de tomada de decisões que os envolve e afeta diretamente. Nesse sentido, a classe tem lutado incansavelmente pela revitalização das feiras e pelo estabelecimento da justiça social no que concerne à cobrança de impostos. Uma das principais conquistas foi a promessa do Secretário de Fazenda, Sr. Valdivino, de enviar Mensagem à Câmara Legislativa isentando do Simples Candango, o feirante que obtém de renda bruta anual de até 40 mil reais.

Outra ação que envolveu os feirantes foi o combate à comercialização ilegal de produtos, ou seja, pessoas de outros estados comercializando seus produtos no Distrito Federal sem o competente pagamento dos impostos pertinentes e em feiras não autorizadas pela Administração Pública. Tais ações contaram com a atuação destacada da Secretaria de Fiscalização e da Delegacia de Crimes Contra a Ordem Tributária, que, conjuntamente com esta Câmara Legislativa, combateram a ilegalidade convocando Administradores e enviando requerimento de informações à diversas Administrações Regionais que apresentavam irregularidades. A questão é que essas pessoas que estavam praticando comércio irregularmente estavam causando prejuízos de grande monta aos feirantes regularmente estabelecidos, que pagam seus impostos e cumprem a lei.

Estas, entre outras, foram reivindicações deveras importantes para o futuro do Distrito Federal e o sucesso dos empreendimentos. São reivindicações que encontram-se inseridas na proposta orçamentaria pára o ano que vem e, grande parte desse mérito deve-se ao trabalho incansável das associações dos feirantes e do SINDIFEIRA.

Além disso, as feiras exercem um papel importantíssimo dentro da estrutura da economia brasileira, em função de seu grande número e do expressivo volume de pessoas que se utilizam de seus serviços; donde se atribui a estes empreendimentos grande influência para a criação de novas oportunidades de negócios, absorção de mão-de-obra e aumento da renda interna. Somente no Distrito Federal, são mais de 19 mil feirantes, que representam o sustento de mais de 75 mil pessoas entre empregos diretos e indiretos.

Nesse contexto, é essencial que as autoridades competentes continuem fornecendo condições para que os feirantes continuem a crescer e tenham condições de se desenvolver. Essa é uma ação que visa, principalmente, garantir um futuro justo às feiras do Distrito Federal.

Observados os preceitos regimentais, esta é a Moção de Congratulação que vai devidamente subscrita.

Sala das Sessões, em....

DEPUTADO PEDRO PASSOS

AUTOR

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

MOÇÃO Nº MOÇ 701/2003 **/2003**

(Do Senhor Deputado PEDRO PASSOS)

Em 26/11/03
Assessoria de Plenário

Parabeniza a Feira Central da Santa Maria, na pessoa de seu Presidente, Sr. ALMIR PEREIRA DA SILVA, pela destacada contribuição ao processo de revitalização e inclusão das feiras no contexto do desenvolvimento económico do Distrito Federal.

Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Com base no art. 144 do Regimento Interno desta Casa, proponho aos nobres pares a apresentação da presente Moção que parabeniza a Feira Central da Santa Maria, na pessoa de seu Presidente, Sr. ALMIR PEREIRA DA SILVA, pela destacada contribuição ao processo de revitalização e inclusão das feiras no contexto do desenvolvimento económico do Distrito Federal.

JUSTIFICAÇÃO

A presente Moção vem parabenizar a Feira Central da Santa Maria, na pessoa de seu Presidente, Sr. ALMIR PEREIRA DA SILVA, pela destacada contribuição ao processo de revitalização e inclusão das feiras no contexto do desenvolvimento económico do Distrito Federal. É fato, também, que a classe vem participando, nesta Câmara Legislativa, da elaboração e modificação da

Of. 25/11/03 15:05

legislação voltada exclusivamente para as feiras do Distrito Federal, para que esta seja coerente com a realidade do feirante.

Acompanhamos, desde às últimas eleições, a luta do SINDIFEIRA e de todas as associações de feirantes para a inclusão de sua categoria no processo de tomada de decisões que os envolve e afeta diretamente. Nesse sentido, a classe tem lutado incansavelmente pela revitalização das feiras e pelo estabelecimento da justiça social no que concerne à cobrança de impostos. Urna das principais conquistas foi a promessa do Secretário de Fazenda, Sr. Valdivino, de enviar Mensagem à Câmara Legislativa isentando do Simples Candango, o feirante que obtém de renda bruta anual de até 40 mil reais.

Outra ação que envolveu os feirantes foi o combate à comercialização ilegal de produtos, ou seja, pessoas de outros estados comercializando seus produtos no Distrito Federal sem o competente pagamento dos impostos pertinentes e em feiras não autorizadas pela Administração Pública. Tais ações contaram com a atuação destacada da Secretaria de Fiscalização e da Delegacia de Crimes Contra a Ordem Tributária, que, conjuntamente com esta Câmara Legislativa, combateram a ilegalidade convocando Administradores e enviando requerimento de informações à diversas Administrações Regionais que apresentavam irregularidades. A questão é que essas pessoas que estavam praticando comércio irregularmente estavam causando prejuízos de grande monta aos feirantes regularmente estabelecidos, que pagam seus impostos e cumprem a lei.

Estas, entre outras, foram reivindicações deveras importantes para o futuro do Distrito Federal e o sucesso dos empreendimentos. São reivindicações que encontram-se inseridas na proposta orçamentaria para o ano que vem e, grande parte desse mérito deve-se ao trabalho incansável das associações dos feirantes e do SINDIFEIRA.

Além disso, as feiras exercem um papel importantíssimo dentro da estrutura da economia brasileira, em função de seu grande número e do expressivo volume de pessoas que se utilizam de seus serviços; donde se atribui a estes empreendimentos grande influência para a criação de novas oportunidades de negócios, absorção de mão-de-obra e aumento da renda interna. Somente no Distrito Federal, são mais de 19 mil feirantes, que representam o sustento de mais de 75 mil pessoas entre empregos diretos e indiretos.

Nesse contexto, é essencial que as autoridades competentes continuem fornecendo condições para que os feirantes continuem a crescer e tenham condições de se desenvolver. Essa é uma ação que visa, principalmente, garantir um futuro justo às feiras do Distrito Federal.

Observados os preceitos regimentais, esta é a Moção de Congratulação que vai devidamente subscrita.

Sala das Sessões, em....

DEPUTADO PEDRO PASSOS

AUTOR

142

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

MOO 702/2003

MOÇÃO Nº /2003

(Do Senhor Deputado PEDRO PASSOS)

Em 26/11/03

Assessoria de Plenário

Parabeniza a Feira Modelo do Cruzeiro, na pessoa de sua Presidente, Sra. MARIA VITÓRIA LAUREANO, pela destacada contribuição ao processo de revitalização e inclusão das feiras no contexto do desenvolvimento económico do Distrito Federal.

Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Com base no art. 144 do Regimento Interno desta Casa, proponho aos nobres pares a apresentação da presente Moção que parabeniza a Feira Modelo do Cruzeiro, na pessoa de sua Presidente, Sra. MARIA VITÓRIA LAUREANO, pela destacada contribuição ao processo de revitalização e inclusão das feiras no contexto do desenvolvimento económico do Distrito Federal.

JUSTIFICAÇÃO

A presente Moção vem parabenizar a Feira Modelo do Cruzeiro, na pessoa de sua Presidente, Sra. MARIA VITÓRIA LAUREANO, pela destacada contribuição ao processo de revitalização e inclusão das feiras no contexto do desenvolvimento económico do Distrito Federal. É fato, também, que a classe

022 21/11/03 15:46:44
KJ

vem participando, nesta Câmara Legislativa, da elaboração e modificação da legislação voltada exclusivamente para as feiras do Distrito Federal, para que esta seja coerente com a realidade do feirante.

Acompanhamos, desde às últimas eleições, a luta do SINDIFEIRA e de todas as associações de feirantes para a inclusão de sua categoria no processo de tomada de decisões que os envolve e afeta diretamente. Nesse sentido, a classe tem lutado incansavelmente pela revitalização das feiras e pelo estabelecimento da justiça social no que concerne à cobrança de impostos. Uma das principais conquistas foi a promessa do Secretário de Fazenda, Sr. Valdivino, de enviar Mensagem à Câmara Legislativa isentando do Simples Candango, o feirante que obtém de renda bruta anual de até 40 mil reais.

Outra ação que envolveu os feirantes foi o combate à comercialização ilegal de produtos, ou seja, pessoas de outros estados comercializando seus produtos no Distrito Federal sem o competente pagamento dos impostos pertinentes e em feiras não autorizadas pela Administração Pública. Tais ações contaram com a atuação destacada da Secretaria de Fiscalização e da Delegacia de Crimes Contra a Ordem Tributária, que, conjuntamente com esta Câmara Legislativa, combateram a ilegalidade convocando Administradores e enviando requerimento de informações à diversas Administrações Regionais que apresentavam irregularidades. A questão é que essas pessoas que estavam praticando comércio irregularmente estavam causando prejuízos de grande monta aos feirantes regularmente estabelecidos, que pagam seus impostos e cumprem a lei.

Estas, entre outras, foram reivindicações deveras importantes para o futuro do Distrito Federal e o sucesso dos empreendimentos. São reivindicações que encontram-se inseridas na proposta orçamentaria para o ano que vem e, grande parte desse mérito deve-se ao trabalho incansável das associações dos feirantes e do SINDIFEIRA.

Além disso, as feiras exercem um papel importantíssimo dentro da estrutura da economia brasileira, em função de seu grande número e do expressivo volume de pessoas que se utilizam de seus serviços; donde se atribui a estes empreendimentos grande influência para a criação de novas oportunidades de negócios, absorção de mão-de-obra e aumento da renda interna. Somente no Distrito Federal, são mais de 19 mil feirantes, que representam o sustento de mais de 75 mil pessoas entre empregos diretos e indiretos.

Nesse contexto, é essencial que as autoridades competentes continuem fornecendo condições para que os feirantes continuem a crescer e tenham condições de se desenvolver. Essa é uma ação que visa, principalmente, garantir um futuro justo às feiras do Distrito Federal.

Observados os preceitos regimentais, esta é a Moção de Congratulação que vai devidamente subscrita.

Sala das Sessões, em....

DEPUTADO PEDRO PASSOS

AUTOR

145

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

MOÇÃO Nº MOÇ 703 /2003 **/2003**

(Do Senhor Deputado PEDRO PASSOS)

LIDO
Em 26/11/03
Assessoria de Plenário

Parabeniza a Feira Central de Ceilândia, na pessoa de seu Presidente, Sr. FRANCISCO DAS CHAGAS NOGUEIRA, pela destacada contribuição ao processo de revitalização e inclusão das feiras no contexto do desenvolvimento económico do Distrito Federal.

Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Com base no art. 144 do Regimento Interno desta Casa, proponho aos nobres pares a apresentação da presente Moção que parabeniza a Feira Central de Ceilândia, na pessoa de seu Presidente, Sr. FRANCISCO DAS CHAGAS NOGUEIRA, pela destacada contribuição ao processo de revitalização e inclusão das feiras no contexto do desenvolvimento económico do Distrito Federal.

JUSTIFICAÇÃO

A presente Moção vem parabenizar a Feira Central de Ceilândia, na pessoa de seu Presidente, Sr. FRANCISCO DAS CHAGAS NOGUEIRA, pela destacada contribuição ao processo de revitalização e inclusão das feiras no contexto do desenvolvimento económico do Distrito Federal. É fato, também,

que a classe vem participando, nesta Câmara Legislativa, da elaboração e modificação da legislação voltada exclusivamente para as feiras do Distrito Federal, para que esta seja coerente com a realidade do feirante.

Acompanhamos, desde às últimas eleições, a luta do SINDIFEIRA e de todas as associações de feirantes para a inclusão de sua categoria no processo de tomada de decisões que os envolve e afeta diretamente. Nesse sentido, a classe tem lutado incansavelmente pela revitalização das feiras e pelo estabelecimento da justiça social no que concerne à cobrança de impostos. Uma das principais conquistas foi a promessa do Secretário de Fazenda, Sr. Valdivino, de enviar Mensagem à Câmara Legislativa isentando do Simples Candango, o feirante que obtém de renda bruta anual de até 40 mil reais.

Outra ação que envolveu os feirantes foi o combate à comercialização ilegal de produtos, ou seja, pessoas de outros estados comercializando seus produtos no Distrito Federal sem o competente pagamento dos impostos pertinentes e em feiras não autorizadas pela Administração Pública. Tais ações contaram com a atuação destacada da Secretaria de Fiscalização e da Delegacia de Crimes Contra a Ordem Tributária, que, conjuntamente com esta Câmara Legislativa, combateram a ilegalidade convocando Administradores e enviando requerimento de informações à diversas Administrações Regionais que apresentavam irregularidades. A questão é que essas pessoas que estavam praticando comércio irregularmente estavam causando prejuízos de grande monta aos feirantes regularmente estabelecidos, que pagam seus impostos e cumprem a lei.

Estas, entre outras, foram reivindicações deveras importantes para o futuro do Distrito Federal e o sucesso dos empreendimentos. São reivindicações que encontram-se inseridas na proposta orçamentaria para o ano que vem e, grande parte desse mérito deve-se ao trabalho incansável das associações dos feirantes e do SINDIFEIRA.

Além disso, as feiras exercem um papel importantíssimo dentro da estrutura da economia brasileira, em função de seu grande número e do expressivo volume de pessoas que se utilizam de seus serviços; donde se atribui a estes empreendimentos grande influência para a criação de novas oportunidades de negócios, absorção de mão-de-obra e aumento da renda interna. Somente no Distrito Federal, são mais de 19 mil feirantes, que representam o sustento de mais de 75 mil pessoas entre empregos diretos e indiretos.

Nesse contexto, é essencial que as autoridades competentes continuem fornecendo condições para que os feirantes continuem a crescer e tenham condições de se desenvolver. Essa é uma ação que visa, principalmente, garantir um futuro justo às feiras do Distrito Federal.

Observados os preceitos regimentais, esta é a Moção de Congratulação que vai devidamente subscrita.

Sala das Sessões, em....

DEPUTADO PEDRO PASSOS

AUTOR

CÂMARÁ LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

MOÇÃO Nº MOÇ 704/2003 /2003

(Do Senhor Deputado PEDRO PASSOS)

LIDO
Em 26/10/11 p 3
Assessoria de Plenário

Parabeniza a Feira Central de Planaltina, na pessoa de seu Presidente, Sr. JÚLIO KUNZLER, pela destacada contribuição ao processo de revitalização e inclusão das feiras no contexto do desenvolvimento económico do Distrito Federal.

Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Com base no art. 144 do Regimento Interno desta Casa, proponho aos nobres pares a apresentação da presente Moção que parabeniza a Feira Central de Planaltina, na pessoa de seu Presidente, Sr. JÚLIO KUNZLER, pela destacada contribuição ao processo de revitalização e inclusão das feiras no contexto do desenvolvimento econômico do Distrito Federal.

JUSTIFICAÇÃO

A presente Moção vem parabenizar a Feira Central de Planaltina, na pessoa de seu Presidente, Sr. JÚLIO KUNZLER, pela destacada contribuição ao processo de revitalização e inclusão das feiras no contexto do desenvolvimento econômico do Distrito Federal. É fato, também, que a classe vem participando, nesta Câmara Legislativa, da elaboração e modificação da

legislação voltada exclusivamente para as feiras do Distrito Federal, para que esta seja coerente com a realidade do feirante.

Acompanhamos, desde às últimas eleições, a luta do SINDIFEIRA e de todas as associações de feirantes para a inclusão de sua categoria no processo de tomada de decisões que os envolve e afeta diretamente. Nesse sentido, a classe tem lutado incansavelmente pela revitalização das feiras e pelo estabelecimento da justiça social no que concerne à cobrança de impostos. Uma das principais conquistas foi a promessa do Secretário de Fazenda, Sr. Valdivino, de enviar Mensagem à Câmara Legislativa isentando do Simples Candango, o feirante que obtém de renda bruta anual de até 40 mil reais.

Outra ação que envolveu os feirantes foi o combate à comercialização ilegal de produtos, ou seja, pessoas de outros estados comercializando seus produtos no Distrito Federal sem o competente pagamento dos impostos pertinentes e em feiras não autorizadas pela Administração Pública. Tais ações contaram com a atuação destacada da Secretaria de Fiscalização e da Delegacia de Crimes Contra a Ordem Tributária, que, conjuntamente com esta Câmara Legislativa, combateram a ilegalidade convocando Administradores e enviando requerimento de informações à diversas Administrações Regionais que apresentavam irregularidades. A questão é que essas pessoas que estavam praticando comércio irregularmente estavam causando prejuízos de grande monta aos feirantes regularmente estabelecidos, que pagam seus impostos e cumprem a lei.

Estas, entre outras, foram reivindicações deveras importantes para o futuro do Distrito Federal e o sucesso dos empreendimentos. São reivindicações que encontram-se inseridas na proposta orçamentaria para o ano que vem e, grande parte desse mérito deve-se ao trabalho incansável das associações dos feirantes e do SINDIFEIRA.

Além disso, as feiras exercem um papel importantíssimo dentro da estrutura da economia brasileira, em função de seu grande número e do expressivo volume de pessoas que se utilizam de seus serviços; donde se atribui a estes empreendimentos grande influência para a criação de novas oportunidades de negócios, absorção de mão-de-obra e aumento da renda interna. Somente no Distrito Federal, são mais de 19 mil feirantes, que representam o sustento de mais de 75 mil pessoas entre empregos diretos e indiretos.

Nesse contexto, é essencial que as autoridades competentes continuem fornecendo condições para que os feirantes continuem a crescer e tenham condições de se desenvolver. Essa é uma ação que visa, principalmente, garantir um futuro justo às feiras do Distrito Federal.

Observados os preceitos regimentais, esta é a Moção de Congratulação que vai devidamente subscrita.

Sala das Sessões, em....

DEPUTADO PEDRO PASSOS

AUTOR

CÂMARÁ LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

MOÇÃO Nº 705 /2003 **/2003**

(Do Senhor Deputado PEDRO PASSOS)

LIDO
Em 26/11/03
Assessoria de Plenário

Parabeniza a Feira do Jardim Roriz, na pessoa de seu Presidente, Sr. JOÃO BOSCO, pela destacada contribuição ao processo de revitalização e inclusão das feiras no contexto do desenvolvimento económico do Distrito Federal.

Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Com base no art. 144 do Regimento Interno desta Casa, proponho aos nobres pares a apresentação da presente Moção que parabeniza a Feira do Jardim Roriz, na pessoa de seu Presidente, Sr. JOÃO BOSCO, pela destacada contribuição ao processo de revitalização e inclusão das feiras no contexto do desenvolvimento económico do Distrito Federal.

JUSTIFICAÇÃO

A presente Moção vem parabenizar a Feira do Jardim Roriz, na pessoa de seu Presidente, Sr. JOÃO BOSCO, pela destacada contribuição ao processo de revitalização e inclusão das feiras no contexto do desenvolvimento econômico do Distrito Federal. É fato, também, que a classe vem participando, nesta Câmara Legislativa, da elaboração e modificação da legislação voltada

025 25/11/03 15:47:10

exclusivamente para as feiras do Distrito Federal, para que esta seja coerente com a realidade do feirante.

Acompanhamos, desde às últimas eleições, a luta do SINDIFEIRA e de todas as associações de feirantes para a inclusão de sua categoria no processo de tomada de decisões que os envolve e afeta diretamente. Nesse sentido, a classe tem lutado incansavelmente pela revitalização das feiras e pelo estabelecimento da justiça social no que concerne à cobrança de impostos. Uma das principais conquistas foi a promessa do Secretário de Fazenda, Sr. Valdivino, de enviar Mensagem à Câmara Legislativa isentando do Simples Candango, o feirante que obtém de renda bruta anual de até 40 mil reais.

Outra ação que envolveu os feirantes foi o combate à comercialização ilegal de produtos, ou seja, pessoas de outros estados comercializando seus produtos no Distrito Federal sem o competente pagamento dos impostos pertinentes e em feiras não autorizadas pela Administração Pública. Tais ações contaram com a atuação destacada da Secretaria de Fiscalização e da Delegacia de Crimes Contra a Ordem Tributária, que, conjuntamente com esta Câmara Legislativa, combateram a ilegalidade convocando Administradores e enviando requerimento de informações à diversas Administrações Regionais que apresentavam irregularidades. A questão é que essas pessoas que estavam praticando comércio irregularmente estavam causando prejuízos de grande monta aos feirantes regularmente estabelecidos, que pagam seus impostos e cumprem a lei.

Estas, entre outras, foram reivindicações deveras importantes para o futuro do Distrito Federal e o sucesso dos empreendimentos. São reivindicações que encontram-se inseridas na proposta orçamentaria para o ano que vem e, grande parte desse mérito deve-se ao trabalho incansável das associações dos feirantes e do SINDIFEIRA.

Além disso, as feiras exercem um papel importantíssimo dentro da estrutura da economia brasileira, em função de seu grande número e do expressivo volume de pessoas que se utilizam de seus serviços; donde se atribui a estes empreendimentos grande influência para a criação de novas oportunidades de negócios, absorção de mão-de-obra e aumento da renda interna. Somente no Distrito Federal, são mais de 19 mil feirantes, que representam o sustento de mais de *15* mil pessoas entre empregos diretos e indiretos.

Nesse contexto, é essencial que as autoridades competentes continuem fornecendo condições para que os feirantes continuem a crescer e tenham condições de se desenvolver. Essa é uma ação que visa, principalmente, garantir um futuro justo às feiras do Distrito Federal.

Observados os preceitos regimentais, esta é a Moção de Congratulação que vai devidamente subscrita.

Sala das Sessões, em....

DEPUTADO PEDRO PASSOS

AUTOR

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

MOÇÃO Nº MOÇ 706 /2003 **/2003**

(Do Senhor Deputado PEDRO PASSOS)

LIDO
Em 26/11/03
Assessoria de Plenário

Parabeniza a Feira do Setor P Norte de Ceilândia, na pessoa de seu Presidente, Sr. JOSÉ LEITE DOS PASSOS, pela destacada contribuição ao processo de revitalização e inclusão das feiras no contexto do desenvolvimento económico do Distrito Federal.

Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Com base no art. 144 do Regimento Interno desta Casa, proponho aos nobres pares a apresentação da presente Moção que parabeniza a Feira do Setor P Norte de Ceilândia, na pessoa de seu Presidente, Sr. JOSÉ LEITE DOS PASSOS, pela destacada contribuição ao processo de revitalização e inclusão das feiras no contexto do desenvolvimento económico do Distrito Federal.

JUSTIFICAÇÃO

A presente Moção vem parabenizar a Feira do Setor P Norte de Ceilândia, na pessoa de seu Presidente, Sr. JOSÉ LEITE DOS PASSOS, pela destacada contribuição ao processo de revitalização e inclusão das feiras no contexto do desenvolvimento económico do Distrito Federal. É fato, também, que a classe vem participando, nesta Câmara Legislativa, da elaboração e

modificação da legislação voltada exclusivamente para as feiras do Distrito Federal, para que esta seja coerente com a realidade do feirante.

Acompanhamos, desde às últimas eleições, a luta do SINDIFEIRA e de todas as associações de feirantes para a inclusão de sua categoria no processo de tomada de decisões que os envolve e afeta diretamente. Nesse sentido, a classe tem lutado incansavelmente pela revitalização das feiras e pelo estabelecimento da justiça social no que concerne à cobrança de impostos. Uma das principais conquistas foi a promessa do Secretário de Fazenda, Sr. Valdivino, de enviar Mensagem à Câmara Legislativa isentando do Simples Candango, o feirante que obtém de renda bruta anual de até 40 mil reais.

Outra ação que envolveu os feirantes foi o combate à comercialização ilegal de produtos, ou seja, pessoas de outros estados comercializando seus produtos no Distrito Federal sem o competente pagamento dos impostos pertinentes e em feiras não autorizadas pela Administração Pública. Tais ações contaram com a atuação destacada da Secretaria de Fiscalização e da Delegacia de Crimes Contra a Ordem Tributária, que, conjuntamente com esta Câmara Legislativa, combateram a ilegalidade convocando Administradores e enviando requerimento de informações à diversas Administrações Regionais que apresentavam irregularidades. A questão é que essas pessoas que estavam praticando comércio irregularmente estavam causando prejuízos de grande monta aos feirantes regularmente estabelecidos, que pagam seus impostos e cumprem a lei.

Estas, entre outras, foram reivindicações deveras importantes para o futuro do Distrito Federal e o sucesso dos empreendimentos. São reivindicações que encontram-se inseridas na proposta orçamentaria para o ano que vem e, grande parte desse mérito deve-se ao trabalho incansável das associações dos feirantes e do SINDIFEIRA.

Além disso, as feiras exercem um papel importantíssimo dentro da estrutura da economia brasileira, em função de seu grande número e do expressivo volume de pessoas que se utilizam de seus serviços; donde se atribui a estes empreendimentos grande influência para a criação de novas oportunidades de negócios, absorção de mão-de-obra e aumento da renda interna. Somente no Distrito Federal, são mais de 19 mil feirantes, que representam o sustento de mais de 75 mil pessoas entre empregos diretos e indiretos.

Nesse contexto, é essencial que as autoridades competentes continuem fornecendo condições para que os feirantes continuem a crescer e tenham condições de se desenvolver. Essa é uma ação que visa, principalmente, garantir um futuro justo às feiras do Distrito Federal.

Observados os preceitos regimentais, esta é a Moção de Congratulação que vai devidamente subscrita.

Sala das Sessões, em....

DEPUTADO PEDRO PASSOS

AUTOR

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

MOÇÃO Nº MOÇ 707/2003 /2003

(Do Senhor Deputado PEDRO PASSOS)

LIDO Em 26/11/03 Assessoria de Plenário

Parabeniza a Feira da 26/30 P Sul de Ceilândia, na pessoa de seu Presidente, Srª. ANAÍLDE BRANDÃO DE SOUZA, pela destacada contribuição ao processo de revitalização e inclusão das feiras no contexto do desenvolvimento económico do Distrito Federal.

Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Com base no art. 144 do Regimento Interno desta Casa, proponho aos nobres pares a apresentação da presente Moção que parabeniza a Feira da 26/30 P Sul de Ceilândia, na pessoa de seu Presidente, Srª. ANAÍLDE BRANDÃO DE SOUZA, pela destacada contribuição ao processo de revitalização e inclusão das feiras no contexto do desenvolvimento econômico do Distrito Federal.

JUSTIFICAÇÃO

A presente Moção vem parabenizar a Feira da 26/30 P Sul de Ceilândia, na pessoa de seu Presidente, Srª. ANAÍLDE BRANDÃO DE SOUZA, pela destacada contribuição ao processo de revitalização e inclusão das feiras no contexto do desenvolvimento econômico do Distrito Federal. É fato, também,

H 25/11/03 15:47:42

que a classe vem participando, nesta Câmara Legislativa, da elaboração e modificação da legislação voltada exclusivamente para as feiras do Distrito Federal, para que esta seja coerente com a realidade do feirante.

Acompanhamos, desde às últimas eleições, a luta do SINDIFEIRA e de todas as associações de feirantes para a inclusão de sua categoria no processo de tomada de decisões que os envolve e afeta diretamente. Nesse sentido, a classe tem lutado incansavelmente pela revitalização das feiras e pelo estabelecimento da justiça social no que concerne à cobrança de impostos. Uma das principais conquistas foi a promessa do Secretário de Fazenda, Sr. Valdivino, de enviar Mensagem à Câmara Legislativa isentando do Simples Candango, o feirante que obtém de renda bruta anual de até 40 mil reais.

Outra ação que envolveu os feirantes foi o combate à comercialização ilegal de produtos, ou seja, pessoas de outros estados comercializando seus produtos no Distrito Federal sem o competente pagamento dos impostos pertinentes e em feiras não autorizadas pela Administração Pública. Tais ações contaram com a atuação destacada da Secretaria de Fiscalização e da Delegacia de Crimes Contra a Ordem Tributária, que, conjuntamente com esta Câmara Legislativa, combateram a ilegalidade convocando Administradores e enviando requerimento de informações à diversas Administrações Regionais que apresentavam irregularidades. A questão é que essas pessoas que estavam praticando comércio irregularmente estavam causando prejuízos de grande monta aos feirantes regularmente estabelecidos, que pagam seus impostos e cumprem a lei.

Estas, entre outras, foram reivindicações deveras importantes para o futuro do Distrito Federal e o sucesso dos empreendimentos. São reivindicações que encontram-se inseridas na proposta orçamentaria para o ano que vem e, grande parte desse mérito deve-se ao trabalho incansável das associações dos feirantes e do SINDIFEIRA.

Além disso, as feiras exercem um papel importantíssimo dentro da estrutura da economia brasileira, em função de seu grande número e do expressivo volume de pessoas que se utilizam de seus serviços; donde se atribui a estes empreendimentos grande influência para a criação de novas oportunidades de negócios, absorção de mão-de-obra e aumento da renda interna. Somente no Distrito Federal, são mais de 19 mil feirantes, que representam o sustento de mais de 75 mil pessoas entre empregos diretos e indiretos.

Nesse contexto, é essencial que as autoridades competentes continuem fornecendo condições para que os feirantes continuem a crescer e tenham condições de se desenvolver. Essa é uma ação que visa, principalmente, garantir um futuro justo às feiras do Distrito Federal.

Observados os preceitos regimentais, esta é a Moção de Congratulação que vai devidamente subscrita.

Sala das Sessões, em....

DEPUTADO PEDRO PASSOS

AUTOR

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

MOÇÃO Nº MOÇ 708 /2003 /2003

(Do Senhor Deputado PEDRO PASSOS)

EIDG
Em 26/11/03
Assessoria de Plenário

Parabeniza a Feira do Atacado e Produtor Rural de Ceilândia, na pessoa de seu Presidente, Sr. WALTER LUÍS DE SOUSA, pela destacada contribuição ao processo de revitalização e inclusão das feiras no contexto do desenvolvimento económico do Distrito Federal.

Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Com base no art. 144 do Regimento Interno desta Casa, proponho aos nobres pares a apresentação da presente Moção que parabeniza a Feira do Atacado e Produtor Rural de Ceilândia, na pessoa de seu Presidente, Sr. WALTER LUÍS DE SOUSA, pela destacada contribuição ao processo de revitalização e inclusão das feiras no contexto do desenvolvimento econômico do Distrito Federal.

JUSTIFICAÇÃO

A presente Moção vem parabenizar a Feira do Atacado e Produtor Rural de Ceilândia, na pessoa de seu Presidente, Sr. WALTER LUÍS DE SOUSA, pela destacada contribuição ao processo de revitalização e inclusão das feiras no contexto do desenvolvimento econômico do Distrito Federal. É fato,

o 26 25 11/ g 15 CO

também, que a classe vem participando, nesta Câmara Legislativa, da elaboração e modificação da legislação voltada exclusivamente para as feiras do Distrito Federal, para que esta seja coerente com a realidade do feirante.

Acompanhamos, desde às últimas eleições, a luta do SINDIFEIRA e de todas as associações de feirantes para a inclusão de sua categoria no processo de tomada de decisões que os envolve e afeta diretamente. Nesse sentido, a classe tem lutado incansavelmente pela revitalização das feiras e pelo estabelecimento da justiça social no que concerne à cobrança de impostos. Uma das principais conquistas foi a promessa do Secretário de Fazenda, Sr. Valdivino, de enviar Mensagem à Câmara Legislativa isentando do Simples Candango, o feirante que obtém de renda bruta anual de até 40 mil reais.

Outra ação que envolveu os feirantes foi o combate à comercialização ilegal de produtos, ou seja, pessoas de outros estados comercializando seus produtos no Distrito Federal sem o competente pagamento dos impostos pertinentes e em feiras não autorizadas pela Administração Pública. Tais ações contaram com a atuação destacada da Secretaria de Fiscalização e da Delegacia de Crimes Contra a Ordem Tributária, que, conjuntamente com esta Câmara Legislativa, combateram a ilegalidade convocando Administradores e enviando requerimento de informações à diversas Administrações Regionais que apresentavam irregularidades. A questão é que essas pessoas que estavam praticando comércio irregularmente estavam causando prejuízos de grande monta aos feirantes regularmente estabelecidos, que pagam seus impostos e cumprem a lei.

Estas, entre outras, foram reivindicações deveras importantes para o futuro do Distrito Federal e o sucesso dos empreendimentos. São reivindicações que encontram-se inseridas na proposta orçamentaria para o ano que vem e, grande parte desse mérito deve-se ao trabalho incansável das associações dos feirantes e do SINDIFEIRA.

Além disso, as feiras exercem um papel importantíssimo dentro da estrutura da economia brasileira, em função de seu grande número e do expressivo volume de pessoas que se utilizam de seus serviços; donde se atribui a estes empreendimentos grande influência para a criação de novas oportunidades de negócios, absorção de mão-de-obra e aumento da renda interna. Somente no Distrito Federal, são mais de 19 mil feirantes, que representam o sustento de mais de 75 mil pessoas entre empregos diretos e indiretos.

Nesse contexto, é essencial que as autoridades competentes continuem fornecendo condições para que os feirantes continuem a crescer e tenham condições de se desenvolver. Essa é uma ação que visa, principalmente, garantir um futuro justo às feiras do Distrito Federal.

Observados os preceitos regimentais, esta é a Moção de Congratulação que vai devidamente subscrita.

Sala das Sessões, em....

DEPUTADO PEDRO PASSOS

AUTOR

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

MOÇÃO Nº MOÇ 709/2003 **/2003**

(Do Senhor Deputado PEDRO PASSOS)

Em 26/11/03

Assessoria de Plenário

Parabeniza a Feira da Ceilândia Sul, na pessoa de seu Presidente, Sr. IVALDO PEREIRA DA SILVA, pela destacada contribuição ao processo de revitalização e inclusão das feiras no contexto do desenvolvimento económico do Distrito Federal.

Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Com base no art. 144 do Regimento Interno desta Casa, proponho aos nobres pares a apresentação da presente Moção que parabeniza a Feira da Ceilândia Sul, na pessoa de seu Presidente, Sr. IVALDO PEREIRA DA SILVA, pela destacada contribuição ao processo de revitalização e inclusão das feiras no contexto do desenvolvimento económico do Distrito Federal.

JUSTIFICAÇÃO

A presente Moção vem parabenizar a Feira da Ceilândia Sul, na pessoa de seu Presidente, Sr. IVALDO PEREIRA DA SILVA, pela destacada contribuição ao processo de revitalização e inclusão das feiras no contexto do desenvolvimento econômico do Distrito Federal. É fato, também, que a classe vem participando, nesta Câmara Legislativa, da elaboração e modificação da

030 25/11/03 15:48:45

legislação voltada exclusivamente para as feiras do Distrito Federal, para que esta seja coerente com a realidade do feirante.

Acompanhamos, desde às últimas eleições, a luta do SINDIFEIRA e de todas as associações de feirantes para a inclusão de sua categoria no processo de tomada de decisões que os envolve e afeta diretamente. Nesse sentido, a classe tem lutado incansavelmente pela revitalização das feiras e pelo estabelecimento da justiça social no que concerne à cobrança de impostos. Uma das principais conquistas foi a promessa do Secretário de Fazenda, Sr. Valdivino, de enviar Mensagem à Câmara Legislativa isentando do Simples Candango, o feirante que obtém de renda bruta anual de até 40 mil reais.

Outra ação que envolveu os feirantes foi o combate à comercialização ilegal de produtos, ou seja, pessoas de outros estados comercializando seus produtos no Distrito Federal sem o competente pagamento dos impostos pertinentes e em feiras não autorizadas pela Administração Pública. Tais ações contaram com a atuação destacada da Secretaria de Fiscalização e da Delegacia de Crimes Contra a Ordem Tributária, que, conjuntamente com esta Câmara Legislativa, combateram a ilegalidade convocando Administradores e enviando requerimento de informações à diversas Administrações Regionais que apresentavam irregularidades. A questão é que essas pessoas que estavam praticando comércio irregularmente estavam causando prejuízos de grande monta aos feirantes regularmente estabelecidos, que pagam seus impostos e cumprem a lei.

Estas, entre outras, foram reivindicações deveras importantes para o futuro do Distrito Federal e o sucesso dos empreendimentos. São reivindicações que encontram-se inseridas na proposta orçamentaria para o ano que vem e, grande parte desse mérito deve-se ao trabalho incansável das associações dos feirantes e do SINDIFEIRA.

Além disso, as feiras exercem um papel importantíssimo dentro da estrutura da economia brasileira, em função de seu grande número e do expressivo volume de pessoas que se utilizam de seus serviços; donde se atribui a estes empreendimentos grande influência para a criação de novas oportunidades de negócios, absorção de mão-de-obra e aumento da renda interna. Somente no Distrito Federal, são mais de 19 mil feirantes, que representam o sustento de mais de 75 mil pessoas entre empregos diretos e indiretos.

Nesse contexto, é essencial que as autoridades competentes continuem fornecendo condições para que os feirantes continuem a crescer e tenham condições de se desenvolver. Essa é uma ação que visa, principalmente, garantir um futuro justo às feiras do Distrito Federal.

Observados os preceitos regimentais, esta é a Moção de Congratulação que vai devidamente subscrita.

Sala das Sessões, em....

DEPUTADO PEDRO PASSOS

AUTOR

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

MOÇÃO Nº MOÇ 710 /2003 /2003

(Do Senhor Deputado PEDRO PASSOS)

LIDO
Em 26/11/03
Assessoria de Plenário

Parabeniza a Feira Livre da Estrutural, na pessoa de seu Presidente, Sr. ANTÔNIO VÁLTER DO NASCIMENTO, pela destacada contribuição ao processo de revitalização e inclusão das feiras no contexto do desenvolvimento económico do Distrito Federal.

Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Com base no art. 144 do Regimento Interno desta Casa, proponho aos nobres pares a apresentação da presente Moção que parabeniza a Feira Livre da Estrutural, na pessoa de seu Presidente, Sr. ANTÔNIO VÁLTER DO NASCIMENTO, pela destacada contribuição ao processo de revitalização e inclusão das feiras no contexto do desenvolvimento econômico do Distrito Federal.

JUSTIFICAÇÃO

A presente Moção vem parabenizar a Feira Livre da Estrutural, na pessoa de seu Presidente, Sr. ANTÔNIO VÁLTER DO NASCIMENTO, pela destacada contribuição ao processo de revitalização e inclusão das feiras no contexto do desenvolvimento econômico do Distrito Federal. É fato, também,

(G 25/11/ g 15:48:57

que a classe vem participando, nesta Câmara Legislativa, da elaboração e modificação da legislação voltada exclusivamente para as feiras do Distrito Federal, para que esta seja coerente com a realidade do feirante.

Acompanhamos, desde às últimas eleições, a luta do SINDIFEIRA e de todas as associações de feirantes para a inclusão de sua categoria no processo de tomada de decisões que os envolve e afeta diretamente. Nesse sentido, a classe tem lutado incansavelmente pela revitalização das feiras e pelo estabelecimento da justiça social no que concerne à cobrança de impostos. Uma das principais conquistas foi a promessa do Secretário de Fazenda, Sr. Valdivino, de enviar Mensagem à Câmara Legislativa isentando do Simples Candango, o feirante que obtém de renda bruta anual de até 40 mil reais.

Outra ação que envolveu os feirantes foi o combate à comercialização ilegal de produtos, ou seja, pessoas de outros estados comercializando seus produtos no Distrito Federal sem o competente pagamento dos impostos pertinentes e em feiras não autorizadas pela Administração Pública. Tais ações contaram com a atuação destacada da Secretaria de Fiscalização e da Delegacia de Crimes Contra a Ordem Tributária, que, conjuntamente com esta Câmara Legislativa, combateram a ilegalidade convocando Administradores e enviando requerimento de informações à diversas Administrações Regionais que apresentavam irregularidades. A questão é que essas pessoas que estavam praticando comércio irregularmente estavam causando prejuízos de grande monta aos feirantes regularmente estabelecidos, que pagam seus impostos e cumprem a lei.

Estas, entre outras, foram reivindicações deveras importantes para o futuro do Distrito Federal e o sucesso dos empreendimentos. São reivindicações que encontram-se inseridas na proposta orçamentaria para o ano que vem e, grande parte desse mérito deve-se ao trabalho incansável das associações dos feirantes e do SINDIFEIRA.

Além disso, as feiras exercem um papel importantíssimo dentro da estrutura da economia brasileira, em função de seu grande número e do expressivo volume de pessoas que se utilizam de seus serviços; donde se atribui a estes empreendimentos grande influência para a criação de novas oportunidades de negócios, absorção de mão-de-obra e aumento da renda interna. Somente no Distrito Federal, são mais de 19 mil feirantes, que representam o sustento de mais de 75 mil pessoas entre empregos diretos e indiretos.

Nesse contexto, é essencial que as autoridades competentes continuem fornecendo condições para que os feirantes continuem a crescer e tenham condições de se desenvolver. Essa é uma ação que visa, principalmente, garantir um futuro justo às feiras do Distrito Federal.

Observados os preceitos regimentais, esta é a Moção de Congratulação que vai devidamente subscrita.

Sala das Sessões, em....

DEPUTADO PEDRO PASSOS

AUTOR

CÂMARÁ LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

MOÇÃO Nº MOÇ 711/2003 /2003

(Do Senhor Deputado PEDRO PASSOS)

LIDO
Em 26/11/03
Assessoria de Plenário

Parabeniza a Feira Livre da 210 da Samambaia, na pessoa de sua Presidente, Srª. MARIA IDÁLIA OLIVEIRA DA SILVA, pela destacada contribuição ao processo de revitalização e inclusão das feiras no contexto do desenvolvimento económico do Distrito Federal.

Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Com base no art. 144 do Regimento Interno desta Casa, proponho aos nobres pares a apresentação da presente Moção que parabeniza a Feira Livre da 210 da Samambaia, na pessoa de sua Presidente, Srª. MARIA IDÁLIA OLIVEIRA DA SILVA, pela destacada contribuição ao processo de revitalização e inclusão das feiras no contexto do desenvolvimento econômico do Distrito Federal.

JUSTIFICAÇÃO

A presente Moção vem parabenizar a Feira Livre da 210 da Samambaia, na pessoa de sua Presidente, Srª. MARIA IDÁLIA OLIVEIRA DA SILVA, pela destacada contribuição ao processo de revitalização e inclusão das feiras no contexto do desenvolvimento econômico do Distrito Federal. É fato,

o 32 25 11 x g 15:49:15

também, que a classe vem participando, nesta Câmara Legislativa, da elaboração e modificação da legislação voltada exclusivamente para as feiras do Distrito Federal, para que esta seja coerente com a realidade do feirante.

Acompanhamos, desde às últimas eleições, a luta do SINDIFEIRA e de todas as associações de feirantes para a inclusão de sua categoria no processo de tomada de decisões que os envolve e afeta diretamente. Nesse sentido, a classe tem lutado incansavelmente pela revitalização das feiras e pelo estabelecimento da justiça social no que concerne à cobrança de impostos. Uma das principais conquistas foi a promessa do Secretário de Fazenda, Sr. Valdivino, de enviar Mensagem à Câmara Legislativa isentando do Simples Candango, o feirante que obtém de renda bruta anual de até 40 mil reais.

Outra açao que envolveu os feirantes foi o combate à comercialização ilegal de produtos, ou seja, pessoas de outros estados comercializando seus produtos no Distrito Federal sem o competente pagamento dos impostos pertinentes e em feiras não autorizadas pela Administração Pública. Tais ações contaram com a atuação destacada da Secretaria de Fiscalização e da Delegacia de Crimes Contra a Ordem Tributária, que, conjuntamente com esta Câmara Legislativa, combateram a ilegalidade convocando Administradores e enviando requerimento de informações à diversas Administrações Regionais que apresentavam irregularidades. A questão é que essas pessoas que estavam praticando comércio irregularmente estavam causando prejuízos de grande monta aos feirantes regularmente estabelecidos, que pagam seus impostos e cumprem a lei.

Estas, entre outras, foram reivindicações deveras importantes para o futuro do Distrito Federal e o sucesso dos empreendimentos. São reivindicações que encontram-se inseridas na proposta orçamentaria para o ano que vem e, grande parte desse mérito deve-se ao trabalho incansável das associações dos feirantes e do SINDIFEIRA.

Além disso, as feiras exercem um papel importantíssimo dentro da estrutura da economia brasileira, em função de seu grande número e do expressivo volume de pessoas que se utilizam de seus serviços; donde se atribui a estes empreendimentos grande influência para a criação de novas oportunidades de negócios, absorção de mão-de-obra e aumento da renda interna. Somente no Distrito Federal, são mais de 19 mil feirantes, que representam o sustento de mais de 75 mil pessoas entre empregos diretos e indiretos.

Nesse contexto, é essencial que as autoridades competentes continuem fornecendo condições para que os feirantes continuem a crescer e tenham condições de se desenvolver. Essa é uma ação que visa, principalmente, garantir um futuro justo às feiras do Distrito Federal.

Observados os preceitos regimentais, esta é a Moção de Congratulação que vai devidamente subscrita.

Sala das Sessões, em....

DEPUTADO PEDRO PASSOS

AUTOR

172

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

MOÇÃO Nº 712 /2003

(Do Senhor Deputado PEDRO PASSOS)

Em 26/11/03
Assessoria de Plenário

Parabeniza a Feira Central de São Sebastião, na pessoa de seu Presidente, Sr. JOSÉ TIAGO DOS SANTOS, pela destacada contribuição ao processo de revitalização e inclusão das feiras no contexto do desenvolvimento económico do Distrito Federal.

Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Com base no art. 144 do Regimento Interno desta Casa, proponho aos nobres pares a apresentação da presente Moção que parabeniza a Feira Central de São Sebastião, na pessoa de seu Presidente, Sr. JOSÉ TIAGO DOS SANTOS, pela destacada contribuição ao processo de revitalização e inclusão das feiras no contexto do desenvolvimento económico do Distrito Federal.

JUSTIFICAÇÃO

A presente Moção vem parabenizar a Feira Central de São Sebastião, na pessoa de seu Presidente, Sr. JOSÉ TIAGO DOS SANTOS, pela destacada contribuição ao processo de revitalização e inclusão das feiras no contexto do desenvolvimento económico do Distrito Federal. É fato, também, que a classe vem participando, nesta Câmara Legislativa, da elaboração e modificação da

03 25/11/03 15:48 03

legislação voltada exclusivamente para as feiras do Distrito Federal, para que esta seja coerente com a realidade do feirante.

Acompanhamos, desde às últimas eleições, a luta do SINDIFEIRA e de todas as associações de feirantes para a inclusão de sua categoria no processo de tomada de decisões que os envolve e afeta diretamente. Nesse sentido, a classe tem lutado incansavelmente pela revitalização das feiras e pelo estabelecimento da justiça social no que concerne à cobrança de impostos. Uma das principais conquistas foi a promessa do Secretário de Fazenda, Sr. Valdivino, de enviar Mensagem à Câmara Legislativa isentando do Simples Candango, o feirante que obtém de renda bruta anual de até 40 mil reais.

Outra ação que envolveu os feirantes foi o combate à comercialização ilegal de produtos, ou seja, pessoas de outros estados comercializando seus produtos no Distrito Federal sem o competente pagamento dos impostos pertinentes e em feiras não autorizadas pela Administração Pública. Tais ações contaram com a atuação destacada da Secretaria de Fiscalização e da Delegacia de Crimes Contra a Ordem Tributária, que, conjuntamente com esta Câmara Legislativa, combateram a ilegalidade convocando Administradores e enviando requerimento de informações à diversas Administrações Regionais que apresentavam irregularidades. A questão é que essas pessoas que estavam praticando comércio irregularmente estavam causando prejuízos de grande monta aos feirantes regularmente estabelecidos, que pagam seus impostos e cumprem a lei.

Estas, entre outras, foram reivindicações deveras importantes para o futuro do Distrito Federal e o sucesso dos empreendimentos. São reivindicações que encontram-se inseridas na proposta orçamentaria para o ano que vem e, grande parte desse mérito deve-se ao trabalho incansável das associações dos feirantes e do SINDIFEIRA.

Além disso, as feiras exercem um papel importantíssimo dentro da estrutura da economia brasileira, em função de seu grande número e do expressivo volume de pessoas que se utilizam de seus serviços; donde se atribui a estes empreendimentos grande influência para a criação de novas oportunidades de negócios, absorção de mão-de-obra e aumento da renda interna. Somente no Distrito Federal, são mais de 19 mil feirantes, que representam o sustento de mais de 75 mil pessoas entre empregos diretos e indiretos.

Nesse contexto, é essencial que as autoridades competentes continuem fornecendo condições para que os feirantes continuem a crescer e tenham condições de se desenvolver. Essa é urna ação que visa, principalmente, garantir um futuro justo às feiras do Distrito Federal.

Observados os preceitos regimentais, esta é a Moção de Congratulação que vai devidamente subscrita.

Sala das Sessões, em....

DEPUTADO PEDRO PASSOS

AUTOR

175

CÂMARÁ LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

MOÇÃO Nº MOÇ 7 /2003

(Do Senhor Deputado PEDRO PASSOS)

26/11/03

Assessoria do Plenário

Parabeniza a Feira Permanente da Samambaia, na pessoa de seu Presidente, Sr. EDGARD MACIEL LUCAS, pela destacada contribuição ao processo de revitalização e inclusão das feiras no contexto do desenvolvimento económico do Distrito Federal.

Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Com base no art. 144 do Regimento Interno desta Casa, proponho aos nobres pares a apresentação da presente Moção que parabeniza a Feira Permanente da Samambaia, na pessoa de seu Presidente, Sr. EDGARD MACIEL LUCAS, pela destacada contribuição ao processo de revitalização e inclusão das feiras no contexto do desenvolvimento económico do Distrito Federal.

JUSTIFICAÇÃO

A presente Moção vem parabenizar a Feira Permanente da Samambaia, na pessoa de seu Presidente, Sr. EDGARD MACIEL LUCAS, pela destacada contribuição ao processo de revitalização e inclusão das feiras no contexto do desenvolvimento económico do Distrito Federal. É fato, também, que a classe

g 01 &to co 25/11/03 qua

vem participando, nesta Câmara Legislativa, da elaboração e modificação da legislação voltada exclusivamente para as feiras do Distrito Federal, para que esta seja coerente com a realidade do feirante.

Acompanhamos, desde às últimas eleições, a luta do SINDIFEIRA e de todas as associações de feirantes para a inclusão de sua categoria no processo de tomada de decisões que os envolve e afeta diretamente. Nesse sentido, a classe tem lutado incansavelmente pela revitalização das feiras e pelo estabelecimento da justiça social no que concerne à cobrança de impostos. Urna das principais conquistas foi a promessa do Secretário de Fazenda, Sr. Valdivino, de enviar Mensagem à Câmara Legislativa isentando do Simples Candango, o feirante que obtém de renda bruta anual de até 40 mil reais.

Outra ação que envolveu os feirantes foi o combate à comercialização ilegal de produtos, ou seja, pessoas de outros estados comercializando seus produtos no Distrito Federal sem o competente pagamento dos impostos pertinentes e em feiras não autorizadas pela Administração Pública. Tais ações contaram com a atuação destacada da Secretaria de Fiscalização e da Delegacia de Crimes Contra a Ordem Tributária, que, conjuntamente com esta Câmara Legislativa, combateram a ilegalidade convocando Administradores e enviando requerimento de informações à diversas Administrações Regionais que apresentavam irregularidades. A questão é que essas pessoas que estavam praticando comércio irregularmente estavam causando prejuízos de grande monta aos feirantes regularmente estabelecidos, que pagam seus impostos e cumprem a lei.

Estas, entre outras, foram reivindicações deveras importantes para o futuro do Distrito Federal e o sucesso dos empreendimentos. São reivindicações que encontram-se inseridas na proposta orçamentaria para o ano que vem e, grande parte desse mérito deve-se ao trabalho incansável das associações dos feirantes e do SINDIFEIRA.

Além disso, as feiras exercem um papel importantíssimo dentro da estrutura da economia brasileira, em função de seu grande número e do expressivo volume de pessoas que se utilizam de seus serviços; donde se atribui a estes empreendimentos grande influência para a criação de novas oportunidades de negócios, absorção de mão-de-obra e aumento da renda interna. Somente no Distrito Federal, são mais de 19 mil feirantes, que representam o sustento de mais de 75 mil pessoas entre empregos diretos e indiretos.

Nesse contexto, é essencial que as autoridades competentes continuem fornecendo condições para que os feirantes continuem a crescer e tenham condições de se desenvolver. Essa é uma ação que visa, principalmente, garantir um futuro justo às feiras do Distrito Federal.

Observados os preceitos regimentais, esta é a Moção de Congratulação que vai devidamente subscrita.

Sala das Sessões, em....

DEPUTADO PEDRO PASSOS

AUTOR

178

CÂMARÁ LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

MOÇÃO Nº [illegible] /2003

(Do Senhor Deputado PEDRO PASSOS)

LIDO
Em 26/11/03
Assessoria de Plenário

Parabeniza a Feira Permanente da Candangolândia, na pessoa de seu Presidente, Sr. AMPHRISIO ROMEIRO SANTOS, pela destacada contribuição ao processo de revitalização e inclusão das feiras no contexto do desenvolvimento económico do Distrito Federal.

Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Com base no art. 144 do Regimento Interno desta Casa, proponho aos nobres pares a apresentação da presente Moção que parabeniza a Feira Permanente da Candangolândia, na pessoa de seu Presidente, Sr. AMPHRISIO ROMEIRO SANTOS, pela destacada contribuição ao processo de revitalização e inclusão das feiras no contexto do desenvolvimento económico do Distrito Federal.

JUSTIFICAÇÃO

A presente Moção vem parabenizar a Feira Permanente da Candangolândia, na pessoa de seu Presidente, Sr. AMPHRISIO ROMEIRO SANTOS, pela destacada contribuição ao processo de revitalização e inclusão das feiras no contexto do desenvolvimento económico do Distrito Federal. É

o 35 25/11x03 15:49:54

fato, também, que a classe vem participando, nesta Câmara Legislativa, da elaboração e modificação da legislação voltada exclusivamente para as feiras do Distrito Federal, para que esta seja coerente com a realidade do feirante.

Acompanhamos, desde às últimas eleições, a luta do SINDIFEIRA e de todas as associações de feirantes para a inclusão de sua categoria no processo de tomada de decisões que os envolve e afeta diretamente. Nesse sentido, a classe tem lutado incansavelmente pela revitalização das feiras e pelo estabelecimento da justiça social no que concerne à cobrança de impostos. Uma das principais conquistas foi a promessa do Secretário de Fazenda, Sr. Valdivino, de enviar Mensagem à Câmara Legislativa isentando do Simples Candango, o feirante que obtém de renda bruta anual de até 40 mil reais.

Outra ação que envolveu os feirantes foi o combate à comercialização ilegal de produtos, ou seja, pessoas de outros estados comercializando seus produtos no Distrito Federal sem o competente pagamento dos impostos pertinentes e em feiras não autorizadas pela Administração Pública. Tais ações contaram com a atuação destacada da Secretaria de Fiscalização e da Delegacia de Crimes Contra a Ordem Tributária, que, conjuntamente com esta Câmara Legislativa, combateram a ilegalidade convocando Administradores e enviando requerimento de informações à diversas Administrações Regionais que apresentavam irregularidades. A questão é que essas pessoas que estavam praticando comércio irregularmente estavam causando prejuízos de grande monta aos feirantes regularmente estabelecidos, que pagam seus impostos e cumprem a lei.

Estas, entre outras, foram reivindicações deveras importantes para o futuro do Distrito Federal e o sucesso dos empreendimentos. São reivindicações que encontram-se inseridas na proposta orçamentaria para o ano que vem e, grande parte desse mérito deve-se ao trabalho incansável das associações dos feirantes e do SINDIFEIRA.

Além disso, as feiras exercem um papel importantíssimo dentro da estrutura da economia brasileira, em função de seu grande número e do expressivo volume de pessoas que se utilizam de seus serviços; donde se atribui a estes empreendimentos grande influência para a criação de novas oportunidades de negócios, absorção de mão-de-obra e aumento da renda interna. Somente no Distrito Federal, são mais de 19 mil feirantes, que representam o sustento de mais de 75 mil pessoas entre empregos diretos e indiretos.

Nesse contexto, é essencial que as autoridades competentes continuem fornecendo condições para que os feirantes continuem a crescer e tenham condições de se desenvolver. Essa é uma ação que visa, principalmente, garantir um futuro justo às feiras do Distrito Federal.

Observados os preceitos regimentais, esta é a Moção de Congratulação que vai devidamente subscrita.

Sala das Sessões, em....

DEPUTADO PEDRO PASSOS

AUTOR

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

MOÇÃO Nº MOÇ 715 /2003 **/2003**

(Do Senhor Deputado PEDRO PASSOS)

Em 26/11/03

Assessoria de Plenário

Parabeniza a Feira da Rodoviária Grã-Circular, na pessoa de seu Presidente, Sr. RAIMUNDO ALVES DE OLIVEIRA, pela destacada contribuição ao processo de revitalização e inclusão das feiras no contexto do desenvolvimento econômico do Distrito Federal.

Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Com base no art. 144 do Regimento Interno desta Casa, proponho aos nobres pares a apresentação da presente Moção que parabeniza a Feira da Rodoviária Grã-Circular, na pessoa de seu Presidente, Sr. RAIMUNDO ALVES DE OLIVEIRA, pela destacada contribuição ao processo de revitalização e inclusão das feiras no contexto do desenvolvimento econômico do Distrito Federal.

JUSTIFICAÇÃO

A presente Moção vem parabenizar a Feira da Rodoviária Grã-Circular, na pessoa de seu Presidente, Sr. RAIMUNDO ALVES DE OLIVEIRA, pela destacada contribuição ao processo de revitalização e inclusão das feiras no contexto do desenvolvimento econômico do Distrito Federal. É fato, também,

que a classe vem participando, nesta Câmara Legislativa, da elaboração e modificação da legislação voltada exclusivamente para as feiras do Distrito Federal, para que esta seja coerente com a realidade do feirante.

Acompanhamos, desde às últimas eleições, a luta do SINDIFEIRA e de todas as associações de feirantes para a inclusão de sua categoria no processo de tomada de decisões que os envolve e afeta diretamente. Nesse sentido, a classe tem lutado incansavelmente pela revitalização das feiras e pelo estabelecimento da justiça social no que concerne à cobrança de impostos. Uma das principais conquistas foi a promessa do Secretário de Fazenda, Sr. Valdivino, de enviar Mensagem à Câmara Legislativa isentando do Simples Candango, o feirante que obtém de renda bruta anual de até 40 mil reais.

Outra ação que envolveu os feirantes foi o combate à comercialização ilegal de produtos, ou seja, pessoas de outros estados comercializando seus produtos no Distrito Federal sem o competente pagamento dos impostos pertinentes e em feiras não autorizadas pela Administração Pública. Tais ações contaram com a atuação destacada da Secretaria de Fiscalização e da Delegacia de Crimes Contra a Ordem Tributária, que, conjuntamente com esta Câmara Legislativa, combateram a ilegalidade convocando Administradores e enviando requerimento de informações à diversas Administrações Regionais que apresentavam irregularidades. A questão é que essas pessoas que estavam praticando comércio irregularmente estavam causando prejuízos de grande monta aos feirantes regularmente estabelecidos, que pagam seus impostos e cumprem a lei.

Estas, entre outras, foram reivindicações deveras importantes para o futuro do Distrito Federal e o sucesso dos empreendimentos. São reivindicações que encontram-se inseridas na proposta orçamentaria para o ano que vem e, grande parte desse mérito deve-se ao trabalho incansável das associações dos feirantes e do SINDIFEIRA.

Além disso, as feiras exercem um papel importantíssimo dentro da estrutura da economia brasileira, em função de seu grande número e do expressivo volume de pessoas que se utilizam de seus serviços; donde se atribui a estes empreendimentos grande influência para a criação de novas oportunidades de negócios, absorção de mão-de-obra e aumento da renda interna. Somente no Distrito Federal, são mais de 19 mil feirantes, que representam o sustento de mais de 75 mil pessoas entre empregos diretos e indiretos.

Nesse contexto, é essencial que as autoridades competentes continuem fornecendo condições para que os feirantes continuem a crescer e tenham condições de se desenvolver. Essa é uma ação que visa, principalmente, garantir um futuro justo às feiras do Distrito Federal.

Observados os preceitos regimentais, esta é a Moção de Congratulação que vai devidamente subscrita.

Sala das Sessões, em....

DEPUTADO PEDROPASSOS

AUTOR

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

MOÇAO Nº MOÇ 716 /2003 /2003

(Do Senhor Deputado PEDRO PASSOS)

LIDO
Em 26/11/03
Assessoria de Plenário

Parabeniza a Feira Livre do Paranoá, na pessoa de seu Presidente, Sr. RAIMUNDO MARCELO NETO, pela destacada contribuição ao processo de revitalização e inclusão das feiras no contexto do desenvolvimento económico do Distrito Federal.

Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Com base no art. 144 do Regimento Interno desta Casa, proponho aos nobres pares a apresentação da presente Moção que parabeniza a Feira Livre do Paranoá, na pessoa de seu Presidente, Sr. RAIMUNDO MARCELO NETO, pela destacada contribuição ao processo de revitalização e inclusão das feiras no contexto do desenvolvimento econômico do Distrito Federal.

JUSTIFICAÇÃO

A presente Moção vem parabenizar a Feira Livre do Paranoá, na pessoa de seu Presidente, Sr. RAIMUNDO MARCELO NETO, pela destacada contribuição ao processo de revitalização e inclusão das feiras no contexto do desenvolvimento econômico do Distrito Federal. É fato, também, que a classe vem participando, nesta Câmara Legislativa, da elaboração e modificação da

25/11/03 15:50:33

legislação voltada exclusivamente para as feiras do Distrito Federal, para que esta seja coerente com a realidade do feirante.

Acompanhamos, desde às últimas eleições, a luta do SINDIFEIRA e de todas as associações de feirantes para a inclusão de sua categoria no processo de tornada de decisões que os envolve e afeta diretamente. Nesse sentido, a classe tem lutado incansavelmente pela revitalização das feiras e pelo estabelecimento da justiça social no que concerne à cobrança de impostos. Uma das principais conquistas foi a promessa do Secretário de Fazenda, Sr. Valdivino, de enviar Mensagem à Câmara Legislativa isentando do Simples Candango, o feirante que obtém de renda bruta anual de até 40 mil reais.

Outra ação que envolveu os feirantes foi o combate à comercialização ilegal de produtos, ou seja, pessoas de outros estados comercializando seus produtos no Distrito Federal sem o competente pagamento dos impostos pertinentes e em feiras não autorizadas pela Administração Pública. Tais ações contaram com a atuação destacada da Secretaria de Fiscalização e da Delegacia de Crimes Contra a Ordem Tributária, que, conjuntamente com esta Câmara Legislativa, combateram a ilegalidade convocando Administradores e enviando requerimento de informações à diversas Administrações Regionais que apresentavam irregularidades. A questão é que essas pessoas que estavam praticando comércio irregularmente estavam causando prejuízos de grande monta aos feirantes regularmente estabelecidos, que pagam seus impostos e cumprem a lei.

Estas, entre outras, foram reivindicações deveras importantes para o futuro do Distrito Federal e o sucesso dos empreendimentos. São reivindicações que encontram-se inseridas na proposta orçamentaria para o ano que vem e, grande parte desse mérito deve-se ao trabalho incansável das associações dos feirantes e do SINDIFEIRA.

Além disso, as feiras exercem um papel importantíssimo dentro da estrutura da economia brasileira, em função de seu grande número e do expressivo volume de pessoas que se utilizam de seus serviços; donde se atribui a estes empreendimentos grande influência para a criação de novas oportunidades de negócios, absorção de mão-de-obra e aumento da renda interna. Somente no Distrito Federal, são mais de 19 mil feirantes, que representam o sustento de mais de 75 mil pessoas entre empregos diretos e indiretos.

Nesse contexto, é essencial que as autoridades competentes continuem fornecendo condições para que os feirantes continuem a crescer e tenham condições de se desenvolver. Essa é uma ação que visa, principalmente, garantir um futuro justo às feiras do Distrito Federal.

Observados os preceitos regimentais, esta é a Moção de Congratulação que vai devidamente subscrita.

Sala das Sessões, em....

DEPUTADO PEDRO PASSOS

AUTOR

187

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

MOÇÃO Nº MOÇ 717/2003 **/2003**

(Do Senhor Deputado PEDRO PASSOS)

Em 26/11/03

Assessoria de Plenário

Parabeniza a Feira dos Importados de Taguatinga, na pessoa de seu Presidente, Sr. ANTÔNIO BEZERRA (Maranhão), pela destacada contribuição ao processo de revitalização e inclusão das feiras no contexto do desenvolvimento económico do Distrito Federal.

Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Com base no art. 144 do Regimento Interno desta Casa, proponho aos nobres pares a apresentação da presente Moção que parabeniza a Feira dos Importados de Taguatinga, na pessoa de seu Presidente, Sr. ANTÔNIO BEZERRA (Maranhão), pela destacada contribuição ao processo de revitalização e inclusão das feiras no contexto do desenvolvimento econômico do Distrito Federal.

JUSTIFICAÇÃO

A presente Moção vem parabenizar a Feira dos Importados de Taguatinga, na pessoa de seu Presidente, Sr. ANTÔNIO BEZERRA (Maranhão), pela destacada contribuição ao processo de revitalização e inclusão das feiras no contexto do desenvolvimento econômico do Distrito

07/25/11/03 15:50:51 g

Federal. É fato, também, que a classe vem participando, nesta Câmara Legislativa, da elaboração e modificação da legislação voltada exclusivamente para as feiras do Distrito Federal, para que esta seja coerente com a realidade do feirante.

Acompanhamos, desde às últimas eleições, a luta do SINDIFEIRA e de todas as associações de feirantes para a inclusão de sua categoria no processo de tomada de decisões que os envolve e afeta diretamente. Nesse sentido, a classe tem lutado incansavelmente pela revitalização das feiras e pelo estabelecimento da justiça social no que concerne à cobrança de impostos. Uma das principais conquistas foi a promessa do Secretário de Fazenda, Sr. Valdivino, de enviar Mensagem à Câmara Legislativa isentando do Simples Candango, o feirante que obtém de renda bruta anual de até 40 mil reais.

Outra ação que envolveu os feirantes foi o combate à comercialização ilegal de produtos, ou seja, pessoas de outros estados comercializando seus produtos no Distrito Federal sem o competente pagamento dos impostos pertinentes e em feiras não autorizadas pela Administração Pública. Tais ações contaram com a atuação destacada da Secretaria de Fiscalização e da Delegacia de Crimes Contra a Ordem Tributária, que, conjuntamente com esta Câmara Legislativa, combateram a ilegalidade convocando Administradores e enviando requerimento de informações à diversas Administrações Regionais que apresentavam irregularidades. A questão é que essas pessoas que estavam praticando comércio irregularmente estavam causando prejuízos de grande monta aos feirantes regularmente estabelecidos, que pagam seus impostos e cumprem a lei.

Estas, entre outras, foram reivindicações deveras importantes para o futuro do Distrito Federal e o sucesso dos empreendimentos. São reivindicações que encontram-se inseridas na proposta orçamentaria para o ano que vem e, grande parte desse mérito deve-se ao trabalho incansável das associações dos feirantes e do SINDIFEIRA.

Além disso, as feiras exercem um papel importantíssimo dentro da estrutura da economia brasileira, em função de seu grande número e do expressivo volume de pessoas que se utilizam de seus serviços; donde se atribui a estes empreendimentos grande influência para a criação de novas oportunidades de negócios, absorção de mão-de-obra e aumento da renda interna. Somente no Distrito Federal, são mais de 19 mil feirantes, que representam o sustento de mais de 75 mil pessoas entre empregos diretos e indiretos.

Nesse contexto, é essencial que as autoridades competentes continuem fornecendo condições para que os feirantes continuem a crescer e tenham condições de se desenvolver. Essa é uma ação que visa, principalmente, garantir um futuro justo às feiras do Distrito Federal.

Observados os preceitos regimentais, esta é a Moção de Congratulação que vai devidamente subscrita.

Sala das Sessões, em....

DEPUTADO PEDRO PASSOS

AUTOR

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

MOÇÃO Nº MOÇ 718 /2003 /2003

(Do Senhor Deputado PEDRO PASSOS)

RECEBIDO
Em 26/11/03
Assessoria de Plenário

Parabeniza a Feira Livre da Quadra 510 da Samambaia, na pessoa de sua Presidente, Srª. FRANCISCA, pela destacada contribuição ao processo de revitalização e inclusão das feiras no contexto do desenvolvimento económico do Distrito Federal.

Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Com base no art. 144 do Regimento Interno desta Casa, proponho aos nobres pares a apresentação da presente Moção que parabeniza a Feira Livre da Quadra 510 da Samambaia, na pessoa de sua Presidente, Srª. FRANCISCA, pela destacada contribuição ao processo de revitalização e inclusão das feiras no contexto do desenvolvimento económico do Distrito Federal.

JUSTIFICAÇÃO

A presente Moção vem parabenizar a Feira Livre da Quadra 510 da Samambaia, na pessoa de sua Presidente, Srª. FRANCISCA, pela destacada contribuição ao processo de revitalização e inclusão das feiras no contexto do desenvolvimento económico do Distrito Federal. É fato, também, que a classe vem participando, nesta Câmara Legislativa, da elaboração e modificação da

03E25_1/03 15:51:0W

legislação voltada exclusivamente para as feiras do Distrito Federal, para que esta seja coerente com a realidade do feirante.

Acompanhamos, desde às últimas eleições, a luta do SINDIFEIRA e de todas as associações de feirantes para a inclusão de sua categoria no processo de tomada de decisões que os envolve e afeta diretamente. Nesse sentido, a classe tem lutado incansavelmente pela revitalização das feiras e pelo estabelecimento da justiça social no que concerne à cobrança de impostos. Uma das principais conquistas foi a promessa do Secretário de Fazenda, Sr. Valdivino, de enviar Mensagem à Câmara Legislativa isentando do Simples Candango, o feirante que obtém de renda bruta anual de até 40 mil reais.

Outra ação que envolveu os feirantes foi o combate à comercialização ilegal de produtos, ou seja, pessoas de outros estados comercializando seus produtos no Distrito Federal sem o competente pagamento dos impostos pertinentes e em feiras não autorizadas pela Administração Pública. Tais ações contaram com a atuação destacada da Secretaria de Fiscalização e da Delegacia de Crimes Contra a Ordem Tributária, que, conjuntamente com esta Câmara Legislativa, combateram a ilegalidade convocando Administradores e enviando requerimento de informações à diversas Administrações Regionais que apresentavam irregularidades. A questão é que essas pessoas que estavam praticando comércio irregularmente estavam causando prejuízos de grande monta aos feirantes regularmente estabelecidos, que pagam seus impostos e cumprem a lei.

Estas, entre outras, foram reivindicações deveras importantes para o futuro do Distrito Federal e o sucesso dos empreendimentos. São reivindicações que encontram-se inseridas na proposta orçamentaria para o ano que vem e, grande parte desse mérito deve-se ao trabalho incansável das associações dos feirantes e do SINDIFEIRA.

Além disso, as feiras exercem um papel importantíssimo dentro da estrutura da economia brasileira, em função de seu grande número e do expressivo volume de pessoas que se utilizam de seus serviços; donde se atribui a estes empreendimentos grande influência para a criação de novas oportunidades de negócios, absorção de mão-de-obra e aumento da renda interna. Somente no Distrito Federal, são mais de 19 mil feirantes, que representam o sustento de mais de 75 mil pessoas entre empregos diretos e indiretos.

Nesse contexto, é essencial que as autoridades competentes continuem fornecendo condições para que os feirantes continuem a crescer e tenham condições de se desenvolver. Essa é uma ação que visa, principalmente, garantir um futuro justo às feiras do Distrito Federal.

Observados os preceitos regimentais, esta é a Moção de Congratulação que vai devidamente subscrita.

Sala das Sessões, em....

DEPUTADO PEDRO PASSOS

AUTOR

193

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

MOÇÃO Nº MOC 719 /2003 **/2003**

EIDO Em 26/11/03

Assessoria de Plenário

(Do Senhor Deputado PEDRO PASSOS)

Parabeniza a Associação das Feiras Livres de Taguatinga, na pessoa de seu Presidente, Sr. ELMIRO DA CUNHA PINTO, pela destacada contribuição ao processo de revitalização e inclusão das feiras no contexto do desenvolvimento económico do Distrito Federal.

Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Com base no art. 144 do Regimento Interno desta Casa, proponho aos nobres pares a apresentação da presente Moção que parabeniza a Associação das Feiras Livres de Taguatinga, na pessoa de seu Presidente, Sr. ELMIRO DA CUNHA PINTO, pela destacada contribuição ao processo de revitalização e inclusão das feiras no contexto do desenvolvimento económico do Distrito Federal.

JUSTIFICAÇÃO

A presente Moção vem parabenizar a Associação das Feiras Livres de Taguatinga, na pessoa de seu Presidente, Sr. ELMIRO DA CUNHA PINTO, pela destacada contribuição ao processo de revitalização e inclusão das feiras no contexto do desenvolvimento económico do Distrito Federal. É fato,

029 26/11/03 15:51:21

também, que a classe vem participando, nesta Câmara Legislativa, da elaboração e modificação da legislação voltada exclusivamente para as feiras do Distrito Federal, para que esta seja coerente com a realidade do feirante.

Acompanhamos, desde às últimas eleições, a luta do SINDIFEIRA e de todas as associações de feirantes para a inclusão de sua categoria no processo de tomada de decisões que os envolve e afeta diretamente. Nesse sentido, a classe tem lutado incansavelmente pela revitalização das feiras e pelo estabelecimento da justiça social no que concerne à cobrança de impostos. Uma das principais conquistas foi a promessa do Secretário de Fazenda, Sr. Valdivino, de enviar Mensagem à Câmara Legislativa isentando do Simples Candango, o feirante que obtém de renda bruta anual de até 40 mil reais.

Outra ação que envolveu os feirantes foi o combate à comercialização ilegal de produtos, ou seja, pessoas de outros estados comercializando seus produtos no Distrito Federal sem o competente pagamento dos impostos pertinentes e em feiras não autorizadas pela Administração Pública. Tais ações contaram com a atuação destacada da Secretaria de Fiscalização e da Delegacia de Crimes Contra a Ordem Tributária, que, conjuntamente com esta Câmara Legislativa, combateram a ilegalidade convocando Administradores e enviando requerimento de informações à diversas Administrações Regionais que apresentavam irregularidades. A questão é que essas pessoas que estavam praticando comércio irregularmente estavam causando prejuízos de grande monta aos feirantes regularmente estabelecidos, que pagam seus impostos e cumprem a lei.

Estas, entre outras, foram reivindicações deveras importantes para o futuro do Distrito Federal e o sucesso dos empreendimentos. São reivindicações que encontram-se inseridas na proposta orçamentaria para o ano que vem e, grande parte desse mérito deve-se ao trabalho incansável das associações dos feirantes e do SINDIFEIRA.

Além disso, as feiras exercem um papel importantíssimo dentro da estrutura da economia brasileira, em função de seu grande número e do expressivo volume de pessoas que se utilizam de seus serviços; donde se atribui a estes empreendimentos grande influência para a criação de novas oportunidades de negócios, absorção de mão-de-obra e aumento da renda interna. Somente no Distrito Federal, são mais de 19 mil feirantes, que representam o sustento de mais de 75 mil pessoas entre empregos diretos e indiretos.

Nesse contexto, é essencial que as autoridades competentes continuem fornecendo condições para que os feirantes continuem a crescer e tenham condições de se desenvolver. Essa é uma ação que visa, principalmente, garantir um futuro justo às feiras do Distrito Federal.

Observados os preceitos regimentais, esta é a Moção de Congratulação que vai devidamente subscrita.

Sala das Sessões, em....

DEPUTADO PEDRO PASSOS

AUTOR

196

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
*Gabinete da Deputada Dl ; Brito - **PMDB***

LIDO 26/11/03
Assessoria de Plenário

MOÇ 720 /2003

MOÇÃO N° 003
(Da Deputada EURIDES BRITO)

Apresentar votos de congratulações pelo transcurso do Dia Nacional dos Técnicos de Segurança do Trabalho.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Com base no art. 144, § 3° do Regimento Interno desta Casa, proponho aos nobres pares apresentar votos de congratulações pelo transcurso do Dia Nacional dos Técnicos de Segurança do Trabalho - 27 de novembro.

J U S T I F I C A Ç Ã O

No próximo dia 27 de novembro estará sendo festejado o Dia Nacional dos Técnicos de Segurança do Trabalho, profissionais que têm papel de destaque nos meios produtivos, técnicos e científico do país, participando da elaboração de normas de segurança, saúde e meio ambiente, na área da educação e da nova formação profissional, nas pesquisas dentro de instituições e nos acordos e convenções coletivas do trabalho.

Em 1985, mais precisamente no **dia 27 de novembro,** era promulgada a Lei n° 7.410, que dispõe sobre a especialização dos profissionais da área, fazendo do Técnico de Segurança do Trabalho um servidor importantíssimo, na ligação entre trabalhadores, engenheiros, médicos e a direção das empresas.

Merece ser destacada a atuação da Federação Nacional dos Técnicos de Segurança do Trabalho - FENATEST, entidade representativa de classe, que lutou pela elevação e reconhecimento do profissional especializado.

Efetivamente, o 27 de novembro, é um acontecimento de alta significação nacional e local, uma comemoração muito especial para todos nós brasilienses, o que nos faz apresentar esta Moção, solicitando o apoio dos demais colegas desta Casa.

Sala das Sessões, em 25 de novembro de 2003.

*Deputada **EURIDES BRITO***

SAIN - Parque Rural, Gab. 22 - CEP 70086-900 - Brasília-DF - Fone: 348-8220/8221 - FAX: 348-8223
e-mail: dep.eurides.brito@cl.df.gov.br

045 25/11/03 15:16

197

Em 26/11/03
Assessoria de Plenário

CÂMARÁ LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDRAL
GABINETE D. CA DO PT

MOÇ 721/2003

MOÇÃO N° , de 2003
(Da Bancada do Partido dos Trabalhadores) c/ VARIOS DEPUTADOS

Manifesta ao Senhor Raimundo Alcimar da Silva aplauso por seu ato de coragem, solidariedade e heroísmo, ao salvar criança que se afogava no Lago Paranoá no dia 24 de novembro de 2003.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Com fundamento no art. 144, § 3°, do Regimento Interno, propomos que esta Casa manifeste votos de aplauso ao Senhor Raimundo Alcimar da Silva por seu ato de coragem, solidariedade e heroísmo, ao salvar criança que se afogava no Lago Paranoá, no dia 24 de novembro de 2003, com o seguinte teor:

*"**A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL** vem, por iniciativa dos Parlamentares da Bancada do Partido dos Trabalhadores, Deputados Chico Vigilante, Arlete Sampaio, Chico Floresta, Érika Kokay e Paulo Tadeu, manifestar votos de aplauso por seu ato de coragem e solidariedade, ao salvar criança que se afogava no Lago Paranoá, no dia 24 de novembro de 2003, acreditando esta Casa que este singelo reconhecimento retrata o sentimento de emoção e orgulho de toda a população do Distrito Federal, quanto mais pelo fato de que, sem o seu ato de coragem, a criança teria perdido a vida e, como reza um antigo provérbio hebraico, "quem salva uma vida, salva o mundo inteiro". Parabéns!"*

JUSTIFICATIVA

A presente Moção tem por fim possibilitar que esta Casa possa reconhecer um dos mais emocionantes atos de coragem, solidariedade e heroísmo, praticado por uma pessoa do povo, o Sr. Raimundo Alcimar da Silva, que, no dia 24 de novembro último, teve a iniciativa de resgatar uma criança de um ano e um mês que, no interior do carro conduzido por sua mãe, se afogava nas águas do Lago Paranoá, nas proximidades da Ponte do Bragueto, no Lago Norte, fato de grande repercussão, noticiado nos vários meios de imprensa. O fato, que deixou emocionada a maioria

26/11/03 15:47:11

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDRAL
GABINETE DA LIDERANÇA DO PT

da população de Brasília, ocorreu no dia 23 de novembro, por volta das 14h30, na pista que liga a L2 Norte à W3 Norte, às margens do Lago Paranoá.

O carro, conduzido pela Senhora Fernanda Ferraz Guedes saiu da pista que liga as duas vias caiu no Lago. O bebê estava no banco traseiro e foi resgatado inconsciente pelo Sr. Raimundo Alciomar e logo entregue aos cuidados do Corpo de Bombeiros. Inegavelmente, a ação de resgate foi decisiva para a salvação da vida da criança.

O ato do Senhor Alciomar representa, sem dúvida alguma, o mais importante gesto que alguém, em situações extremamente dramáticas como aquela, pode praticar no sentido de salvar a vida de um semelhante, ainda que para tanto tenha que arriscar a sua.

A comunidade presenciou, emocionada, o gesto do Senhor Raimundo, que, por seu ato de bravura, receberá, inclusive, do nosso glorioso Corpo de Bombeiros Militar, o Título de Bombeiro Honorário.

Por fim, solicitamos que, aprovada a presente moção, seja a mesma encaminhada ao seguinte endereço: QNP 10, Conjunto "C", Casa 05, - Setor P-Sul - Ceilândia - DF.

Desta forma, conclamamos os nobres pares a votar favoravelmente à aprovação da presente moção, certos de que estaremos externando o sentimento de todas as pessoas que tiveram notícia do fato.

Sala das Sessões,

Deputado CHICO VIGILANTE
Líder da Bancada

Deputada ARLETE SAMPAIO
Vice-Líder

Deputado CHICO FLORESTA

Deputada ÉRIKA KOKAY

Deputado PAULO TADEU

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE PARLAMENTAR DO DEPUTADO DISTRITAL BRUNELLI

RQ 778/2003

Em 26/11/03

Assessoria de Plenário

REQUERIMENTO N° 003
(De Vários Deputados)

Requer tramitação em regime de urgência do PL n° 869/03, que "dispõe sobre a carreira magistério público do Distrito Federal e dá outras providências".

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Requeremos, nos termos dos Art. 162, inciso V; Art. 135, inciso III, letra i e art. 145, inciso XVI, do Regimento Interno, a tramitação em regime de urgente do PL n° 869/03, que "dispõe sobre a carreira magistério público do Distrito Federal e dá outras providências".

JUSTIFICAÇÃO

A categoria dos professores do Distrito Federal, por sua importância no contexto de nossa sociedade, merecem o nosso respeito e, principalmente, um instrumento que os valorize em seu trabalho.

Dessa forma, o Poder Executivo encaminhou a esta Casa, o Projeto de Lei em tela, que objetiva resgatar a dignidade do professor, entretanto, é preciso que se dê celeridade ao processo legislativo, aprovando este requerimento de urgência.

Sala de Sessões, em

BRUNELLI
Deputado Distrital – PP

ANILCÉIA MACHADO
Deputada Distrital – PMDB

ARLETE SAMPAIO
Deputada Distrital - PT

AUGUSTO DE CARVALHO
Deputado Distrital - PPS

026/26/11/03 18:28:20

SAIN - Parque Rural - 70086-900 - Brasília-DF - Gabinete 19 - Telefones: 348-8190 a 8196 – Fax: 348-8193
E-mail: dep.brunelli@cl.df.gov.br - www.juniorbrunelli.com.br

BENÍCIO TAVARES
Deputado Distrital - PMDB

CARLOS XAVIER
Deputado Distrital - PMDB

CHICO FLORESTA
Deputado Distrital - PT

CHICO LEITE
Deputado **Distrital** - PcdoB

CHICO VIGILANTE
Deputado Distrital - PT

ELIANA PEDROSA
Deputada Distrital – PFL

ERIKA KOKAY
Deputada Distrital - PT

EURIDES BRITO
Deputada **Distrital** - PMDB

FÁBIO BARCELLOS
Deputado Distrital – PFL

GIM ARGELLO
Deputado Distrital – PMDB

IZALCI LUCAS
Deputado Distrital – **PFL**

LEONARDO PRUDENTE
Deputado Distrital - PMDB

JORGE CAUHY
Deputado Distrital – PFL

JOSÉ EDMAR
Deputado Distrital - PMDB

ODILON AIRES
Deputado Distrital - PMDB

PAULO TADEU
Deputado Distrital - PT

PEDRO **PASSOS**
Deputado **Distrital – PMDB**

PENIEL PACHECO
Deputado Distrital - **PSB**

RÔNEY **NEMER**
Deputado Distrital - PMDB

WIGBERTO TARTUCE
Deputado **Distrital** - PP

201

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO PEDRO PASSOS

Em 26/11/03
Assessoria de Plenário

RQ 780/2003

REQUERIMENTO N J3

(Dos Senhores Deputados PEDRO PASSOS

Requer a realização de Sessão Solene no dia 1° (segunda-feira) de dezembro do ano de 2003, às 14 horas, no plenário desta Câmara Legislativa, em comemoração ao Dia do Síndico.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Requeremos, nos termos do art. 145, V, combinado com o art. 99, IV, art. 124, art. 135, I, a, a realização de Sessão Solene no dia 1° de dezembro (segunda-feira) de 2004, ás 14 horas, no plenário desta Câmara Legislativa em comemoração ao Dia do Síndico.

JUSTIFICAÇÃO

Nesta semana, é comemorado o Dia do Síndico (30/11). A data tem o objetivo de homenagear esta classe que nem sempre é devidamente reconhecida.

Existem mais de 1.500 síndicos no Distrito Federal, tanto de condomínios, quanto de prédios residenciais. Há que se homenagear e reconhecê-los pelos serviços que prestam à comunidade e à sociedade como um todo. Estes cidadãos não somente cuidam dos interesses de seus condôminos, mas também os

SAIN - Parque Rural Gabinete 21 - CEP 70086-900 - Brasília-DF - Tel.: 348-8212 - Fax: 348-8215

DATA RESERVADA NA AGENDA GERAL DE EVENTOS: 1º 12/03
HORA: 14 LOCAL: Plenário
PAULO DOMINGUES
Chefe do Cerimonial

Fábio Barcellos

056 25x11/03 16:37:21

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO PEDRO PASSOS

representam nas suas reivindicações junto aos órgãos legalmente constituídos. Cita-se como exemplo, a luta de todos os síndicos de condomínios do Distrito Federal que, nesta Câmara Legislativa, no Senado Federal, na Câmara Federal e no Poder Executivo, clamam por uma alternativa ao modelo da licitação para que esses moradores de condomínios possam adquirir a propriedade de suas moradias. Tais ações culminaram com a aprovação, nesta Câmara Legislativa, do Projeto de Lei Complementar n° 10/2003, que prevê a venda direta de lotes em condomínios.

Esta Sessão Solene será um reconhecimento público pelo trabalho desenvolvido por esses voluntários, que têm contribuído de maneira especial para o bom funcionamento dos condomínios da capital.

DEPUTADO PEDRO PASSOS
AUTOR

DEPUTADO BENÍCIO TAVARES
AUTOR

SAIN - Parque Rural Gabinete 21 - CEP 70086-900 - Brasília-DF - Tel.: 348-8212 - Fax: 348-8215

CÂMARÁ LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO PEDRO PASSOS

Em 26/11/03
Assessoria de Plenário

REQUERIMENTO Nº RQ 781/2003 /2003

(Do Senhor Deputado PEDRO PASSOS

Requer a realização de Sessão Solene no dia 5 (sexta-feira) de dezembro do ano de 2003, às 10 horas, no plenário desta Câmara Legislativa, em comemoração ao DIA INTERNACIONAL DO VOLUNTARIADO.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Requeremos, nos termos do art. 145, V, combinado com o art. 99, IV, art. 124, art. 135, I, a, a realização de Sessão Solene no dia 5 de dezembro (sexta-feira) de 2004, ás 10 horas, no plenário desta Câmara Legislativa em comemoração ao DIA INTERNACIONAL DO VOLUNTARIADO.

JUSTIFICAÇÃO

As comemorações no dia 5 de dezembro, Dia Internacional do Voluntário, vêm crescendo no mundo todo.

O Dia Internacional do Voluntário para o Desenvolvimento Económico e Social foi criado em 17 de dezembro de 1985 pela Assembleia Geral das Nações Unidas com o objetivo de incentivar a

SAIN - Parque Rural Gabinete 21 - CEP 70086-900 - Brasília-DF - Tel.: 348-8212 - Fax: 348-8215

DATA RESERVADA NA AGENDA GERAL DE EVENTOS: 5/12/03 HORA: 10 LOCAL: Plenário

Chefe do Cerimonial

Recebido em 26/11/03 às 15:52
Mto

participação voluntária no mundo inteiro. Na Resolução sobre a criação do Dia Internacional do Voluntário, a Assembleia Geral reconhece a importância do voluntariado e convida a todos os setores da sociedade - Governos, organizações não-governamentais e a sociedade civil, a incentivarem e divulgarem o importante trabalho dos voluntários.

Nas igrejas, nos bairros e comunidades, nos grupos de auto-ajuda e nos clubes, nas associações culturais e esportivas, nas instituições sociais e nas empresas, um número imenso de pessoas se ajudam umas às outras e ajudam a quem está em situação mais difícil. Ainda que não se chamem a si mesmos de voluntários.

Ao doarem sua energia e sua generosidade, os voluntários estão respondendo a um impulso humano básico: o desejo de ajudar, de colaborar, de compartir alegrias, de aliviar sofrimentos, de melhorar a qualidade da vida em comum. Compaixão e solidariedade, altruísmo e responsabilidade são sentimentos profundamente humanos e são também virtudes cívicas.

Não é algo que fazem por imposição de alguém. É um compromisso livremente assumido. É claro que, ao doar, também esperam receber: fazem pelo próximo o que esperam que façam um dia por eles, caso precisem.

Ao se preocuparem com a sorte dos outros, ao se mobilizarem por causas de interesse social e comunitário, estabelecem laços de solidariedade e confiança mútua que protegem a todos em tempos de crise, que tornam a sociedade mais unida e fazem de cada um de nós um ser humano melhor.

aos

Pelos benefícios que traz para o próprio voluntário, para as pessoas com quem o voluntário se relaciona, para a comunidade e a sociedade como um todo, é que o voluntariado merece ser valorizado, apoiado, divulgado e fortalecido.

Convocados pela International Association for Volunteer Effort (LAVE), voluntários de todo o mundo aprovaram, em 1990, a Declaração Universal do Voluntariado. O documento, inspirado na Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, e na Convenção dos Direitos da Criança, de 1989, define os seguintes critérios da ação voluntária:

"O VOLUNTARIADO

• É baseado numa escolha e motivação pessoal, livremente assumida;

• É uma forma de estimular a cidadania ativa e o envolvimento comunitário;

• É exercido em grupos, geralmente inseridos em uma organização;

• Valoriza o potencial humano, a qualidade de vida e a solidariedade;

• Dá respostas aos grandes desafios que se colocam para a construção de um mundo melhor e mais pacífico;

• Contribui para a vitalidade económica, criando empregos e novas profissões.

O VOLUNTÁRIO põe em prática os seguintes princípios:

• *Reconhece a cada* ***homem,*** *mulher e criança o direito de se associar, independente de raça, religião, condição* ***física,*** *social e económica;*

• *Respeita a dignidade e cultura de cada ser humano;*

• *Oferece seus serviços, sem remuneração, dentro do espírito de solidariedade e esforço mútuo;*

• *Detecta necessidades e estimula a atuação da comunidade para solução de seus próprios problemas;*

• *Está aberto a crescer como pessoa, através do voluntariado, adquirindo novas habilidades e conhecimentos, desenvolvendo seu potencial, autoconfiança, criatividade e capacitando outras pessoas a resolverem seus problemas;*

• *Estimula responsabilidade social e promove solidariedade familiar, comunitária e internacional*

Considerando estes ***princípios,*** *O VOLUNTÁRIO deve:*

• *Encorajar o comprometimento individual nos movimentos* ***coletivos;***

• *Procurar o fortalecimento de sua organização, informando-se e aderindo a suas metas e* ***políticas;***

• *Empenhar-se no cumprimento das tarefas* ***definidas*** *em conjunto, levando em conta as suas* ***aptidões*** *pessoais, tempo disponível e responsabilidades aceitas;*

• *Cooperar com os outros membros da organização, dentro do espírito de mútua compreensão e respeito;*

• *Empenhar-se nos treinamentos, quando necessário;*

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO PEDRO PASSOS

• *Guardar a* ***confidencialidade****das suas* ***atividades;***

AS ORGANIZAÇÕES, levando em conta os ***direitos*** *humanos e os princípios do voluntariado, devem:*

• *Divulgar as políticas necessárias para o* ***desenvolvimento*** *da* ***atividade*** *voluntária, definir critérios de participação do voluntário e verificar que as funções indicadas sejam cumpridas por* ***todos;***

• *Confiar a cada pessoa tarefas* ***adequadas,*** *garantindo treinamento apropriado;*

• *Fazer avaliação regular e reconhecer o trabalho do voluntário;*

• *Prover ao voluntário cobertura e proteção adequada contra riscos, durante a execução da sua tarefa, bem como providenciar cobertura por danos causados a terceiros;*

• ***Facilitar*** *o reembolso das despesas do voluntário;*

• *Definir as condições sob as quais a organização ou o voluntário podem encerrar seu compromisso um com o* ***outro.***

PROCLAMAÇÃO

Os voluntários reunidos pela IA ***VE*** *declaram sua fé na ação voluntária, como* ***uma fo****rça criativa e mediadora para.*

• *Promover o respeito à dignidade de todas as pessoas, bem como estimular a capacidade de melhorar suas vidas e exercitar seus direitos de cidadãos;*

• *Ajudar a resolver problemas sociais e ambientais;*

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO PEDRO PASSOS

• ***Construir uma sociedade mais humana, mais justa e baseada na cooperação mundial.***

Convidamos os governos, instituições internacionais, empresários e meios de comunicação a se unirem a nós, na tarefa de criar um clima internacional favorável ao voluntariado, como instrumento da solidariedade entre pessoas e nações."

Esta Sessão Solene será um reconhecimento público pelo trabalho desenvolvido por esses voluntários, que têm contribuído de maneira essencial para uma sociedade mais solidária, humana, caridosa e preocupada com o bem-estar do próximo.

Sala das Sessões, em....

DEPUTADO PEDRO PASSOS
AUTOR

DEPUTADA ANILCÉIA MACHADO

DEPUTADO BENÍCIO TAVARES

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO

DEPUTADO BRUNELLI

DEPUTADO AUGUSTO CARVALHO

DEPUTADO CARLOS XAVIER

SAIN - Parque Rural Gabinete 21 - CEP 70086-900 - Brasília-DF - Tel.: 348-8212 - Fax: 348-8215

CÂMARA LEGISLATIVA *DO* DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO PEDRO PASSOS

DEPUTADO IZALCI LUCAS

DEPUTADO CHICO FLORESTA

DEPUTADO JORGE CAUHY

DEPUTADO CHICO LEITE

DEPUTADO JOSÉ EDMAR

DEPUTADO CHICO VIGILANTE

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE

DEPUTADA ELIANA PEDROSA

DEPUTADO ODILON AIRES

DEPUTADA ERIKA KOKAY

DEPUTADO PAULO TADEU

DEPUTADA EURIDES BRITO

DEPUTADO PENIEL PACHECO

DEPUTADO FÁBIO BARCELLOS

DEPUTADO RÔNEY NEMER

DEPUTADO GIM ARGELLO

DEPUTADO VIGÃO

SAIN - Parque Rural Gabinete 21 - CEP 70086-900 - Brasília-DF - Tel.: 348-8212 - Fax: 348-8215

210

Lido
Em 26/11/03
Assessoria de Plenário

CÂMARÁ LEGISLATIVA *DO* DISTRITO FEDERAL

REQUERIMENTO nº RQ 782 tt00S **.... 2003**

(Da Deputada Aríete Sampaio)

Requer informações à Secretaria de Estado de Educação sobre o plano quadrienal de educação da gestão 1999/2002.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Requeiro, nos termos do art. 60, inciso XXXIII da Lei Orgânica do Distrito Federal e do art. 40, I, alíneas "a" e "b" do Regimento Interno, que seja solicitada à Sra. Secretária de Estado de Educação do Distrito Federal cópia do Plano Quadrienal de Educação da gestão 1999/2002.

Assessoria de Plenário
Recebi em 26/11/03 às 10:05
1207/60
Assinatura

JUSTIFICAÇÃO

Na área de educação, o planejamento é um instrumento fundamental, tanto no fazer pedagógico dentro da escola quanto na elaboração de políticas públicas. Foi em razão da importância do planejamento que a Lei LDB (Lei 9394/96) obrigou os sistemas de ensino a elaborarem planejamentos na área de educação.

Ø

No Distrito Federal, a Lei Orgânica no seu Art. 245 obriga o Poder Público a elaborar plano plurianual de educação:

> *"Art. 245. O Poder Público elaborará plano de educação, de duração plurianual, com vistas a articulação e desenvolvimento do ensino de todos os níveis, em consonância com o art. 214 da Constituição Federal.*
>
> *Parágrafo Único. O plano de educação do Distrito Federal determinará as ações governamentais para o período de quatro anos e será submetido à apreciação da Câmara Legislativa do Distrito Federal dentro dos cento e oitenta dias iniciais do mandato do Governador."*

Diante do exposto, encaminhamos este requerimento, tendo em vista que as informações aqui solicitadas são necessárias para subsidiar nossa atuação parlamentar.

Sala das Sessões, de de 2003.

Arlete Sampaio

Deputada Distrital - PT

212

CÂMARA LEGISLATIVA
DO DISTRITO FEDERAL

LIDO
Em 26/11/03
Assessoria de Plenário

RQ 783/2003

REQUERIMENTO N" DE 2.003

(Do Senhor Deputado IZALCI LUCAS - PFL)

Requer a tramitação conjunta dos Projetos de Lei nº 484/2003, 487/2003 e 494/2003.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Requeiro, nos termos dos artigos 154, § 1º do Regimento Interno desta Casa, a tramitação conjunta dos Projetos de Lei nº 484/2003, 487/2003 e 494/2003.

JUSTIFICAÇÃO

Os Projetos acima mencionados tratam de matéria análoga, qual seja, a defesa sanitária vegetal no Distrito Federal. Assim sendo, entendemos que os mesmos devem tramitar em conjunto, em observância ao disposto no art. 154, § 1º do Regimento Internos desta Casa, *in verbis*:

"Art. 154. A tramitação conjunta ocorrerá quando proposições da mesma espécie tratarem de matéria análoga ou correlata.
§ 1° A tramitação conjunta será determinada pela Mesa Diretora, de ofício, ou a requerimento de qualquer Deputado Distrital ou Comissão."

Sala das Sessões, em de de 2.003

DEPUTADO IZALCI LUCAS
Autor

SAIN – Parque Rural – CEP: 70086-900 – Brasília - DF

§ O 26x11/03 15:20:57

213

CÂMARA LEGISLATIVA
DO DIS—

Lido
26/11/03
Assessoria de Plenário

REQUERIMENTO Nº RQ 784/2003 DE 2.003

(Do Senhor Deputado IZALCI LUCAS - PFL)

Requer a tramitação conjunta dos Projetos de Lei n" 106/2003 e 668/2003.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Requeiro, nos termos dos artigos 154, § 1º do Regimento Interno desta Casa, a tramitação conjunta dos Projetos de Lei n" 106/2001 e 668/2003.

JUSTIFICAÇÃO

Os Projetos acima mencionados tratam de matéria análoga, qual seja, a defesa sanitária vegetal no Distrito Federal. Assim sendo, entendemos que os mesmos devem tramitar em conjunto, em observância ao disposto no art. 154, § 1º do Regimento Internos desta Casa, *in verbis*:

"Art. 154. A tramitação conjunta ocorrerá quando proposições da mesma espécie tratarem de matéria análoga ou correlata.
§ 1° A tramitação conjunta será determinada pela Mesa Diretora, de ofício, ou a requerimento de qualquer Deputado Distrital ou Comissão."

Sala das Sessões, em de de 2.003

DEPUTADO IZALCI LUCAS
Autor

SAIN - Parque Rural - CEP: 70086-900 - Brasília - DF

& S-11 x 08 15:21:05

214

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUS

Em 26/11/03
Assessoria de Plenário

RQ 785/2003

REQUERIMENTO N)03
(Da Comissão de Constituição e Justiça)

Requer à Procuradoria Geral do Distrito Federal relação de igrejas em débito com o Distrito Federal ou inscritas na Dívida Ativa da Secretaria de Estado de Fazenda.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Com fundamento nas disposições do art. 56, IV combinado com o que preceitua o art. 40, I, "b" do Regimento Interno desta Casa, com a observância do que ainda dispõe o art. 42, h, 13 do mesmo diploma legal, esta Comissão de Constituição e Justiça requer a Vossa Excelência que sejam encaminhadas a esta CLDF uma relação detalhando quais as igrejas que se encontram em débito junto à fazenda pública do Distrito Federal e as que estão inscritas na Dívida Ativa da Secretaria de Estado de Fazenda, informando, ainda, o valor da dívida de cada uma.

JUSTIFICAÇÃO

Esta Câmara Legislativa, defensora que é dos direitos constítucionalmente assegurados às coletividades urbanas do Distrito Federal, tem especial cuidado por aqueles que se constituem em associações de caráter não lucrativo voltados à disseminação de práticas cristãs de amor e solidariedade entre as pessoas.

Particularmente esta CCJ não se furtará, jamais, ao acompanhamento dos procedimentos de natureza administrativa do Poder Público que direta ou indiretamente interfiram na continuidade dos trabalhos destas entidades.

É sabido que muitas entidades religiosas se estabeleceram no Distrito Federal a partir de movimentos da própria sociedade em busca de uma maior proximidade com Deus, mas, sob o aspecto administrativo, algumas padecem da proteção legal pela inexperiência, desconhecimento e falta de intimidade com processos e normas emitidas pelo Estado, assim, cumpre-nos verificar em que situação se encontram estas entidades perante os órgãos da administração pública.

SAIN - Parque Rural - 70086-900 - Brasília-DF - Gabinete 19 - Telefones: 348-8190 a 8196 - Fax: 348-8193
E-mail: dep.brunelli@cl.df.gov.br - www.juniorbrunelli.com.br

26/11/03 15:48:58

para que possamos viabilizar as medidas saneadoras pertinentes, e, assim, recuperarmos a tranquilidade de ação que precisam ter aqueles que lideram importantes atividades de natureza moral, social e espiritual, reconhecidamente necessárias por todos homens de boa vontade.

Interessa-nos analisar todos os processos contrários às igrejas, no particular os relacionados às dívidas com o Estado para viabilizarmos propostas de solução para esta questão.

Sala das sessões, em

BRUNELLI
Deputado Distrital - PP

216

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE PARLAMENTAR DO DEPUTADO DISTRITAL BRUNELLI

RQ 786/2003

REQUERIMENTO N° 2003
(De Vários Deputados)

Em 26/11/03
Assessoria de Plenário

Requer tramitação em regime de urgência do PL n° 869/03, que "dispõe sobre a carreira magistério público do Distrito Federal e dá outras providências".

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Requeremos, nos termos dos Art. 162, inciso V; Art.135, inciso III, letra i e art. 145, inciso XVI, do Regimento Interno, a tramitação em regime de urgente do PL n° 869/03, que "dispõe sobre a carreira magistério público do Distrito Federal e dá outras providências".

JUSTIFICAÇÃO

A categoria dos professores do Distrito Federal, por sua importância no contexto de nossa sociedade, merecem o nosso respeito e, principalmente, um instrumento que os valorize em seu trabalho.

Dessa forma, o Poder Executivo encaminhou a esta Casa, o Projeto de Lei em tela, que objetiva resgatar a dignidade do professor, entretanto, é preciso que se dê celeridade ao processo legislativo, aprovando este requerimento de urgência.

Sala de Sessões, em

BRUNELLI
Deputado Distrital - PP

ANILCÉIA MACHADO
Deputada Distrital - PMDB

ARLETE SAMPAIO
Deputada Distrital - PT

AUGUSTO DE CARVALHO
Deputado Distrital - PPS

QUA 26/11/03 18:28:23

SAIN - Parque Rural - 70086-900 - Brasllia-DF - Gabinete 19 - Telefones: 348-8190 a 8196 - Fax: 348-8193
E-mail: dep.brunelli@cl.df.gov.br - www.juniorbrunelli.com.br

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE PARLAMENTAR DO DEPUTADO DISTRITAL BRUNELLI

BENÍCIO TAVARES
Deputado Distrital - PMDB

CARLOS XAVIER
Deputado Distrital - PMDB

CHICO FLORESTA
Deputado Distrital - PT

CHICO LEITE
Deputado Distrital - PcdoB

CHICO VIGILANTE
Deputado Distrital - PT

ELIANA PEDROSA
Deputada Distrital – PFL

ERIKA KOKAY
Deputada Distrital - PT

EURIDES BRITO
Deputada **Distrital** - PMDB

FÁBIO BARCELLOS
Deputado **Distrital – PFL**

GIM ARGELLO
Deputado **Distrital – PMDB**

IZALCI LUCAS
Deputado Distrital - PFL

LEONARDO PRUDENTE
Deputado Distrital - PMDB

JORGE CAUHY
Deputado Distrital – PFL

JOSÉ EDMAR
Deputado Distrital - PMDB

ODILON AIRES
Deputado Distrital - PMDB

PAULO TADEU
Deputado Distrital - PT

PEDRO PASSOS
Deputado Distrital – PMDB

PENIEL **PACHECO**
Deputado Distrital – PSB

RÔNEY NEMER
Deputado Distrital - PMDB

WIGBERTO TARTUCE
Deputado D**istrital - PP**

SAIN - Parque Rural - 70086-900 - Brasília-DF - Gabinete 19 -Telefones: 348-8190 a 8196 - Fax: 348-8193
E-mail: dep.brunelli@cl.df.gov.br - www.juniorbrunelli.com.br

218

CLDF
Em 26/11/03
Assessoria de Plenário

CÂMARÁ LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO PEDRO PASSOS

IND 1765/2003

INDICAÇÃO Nº /2003
(Do Senhor Deputado PEDRO PASSOS - PTB)

Sugere ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Infra-Estrutura e Obras do Distrito Federal a construção de quadra poliesportiva na quadra 403 da Região Administrativa de Santa Maria RA-XIII.

A CÂMARÁ LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143 do seu Regimento Interno, sugere ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Infra-Estrutura e Obras do Distrito federal a construção de quadras poliesportivas na Região Administrativa de Santa Maria RA - XIII.

JUSTIFICAÇÃO

A presente Indicação tem por objetivo sensibilizar o GDF sobre a necessidade da construção de quadra poliesportiva na quadra 403 na cidade de Santa Maria, de forma que os seus moradores possam ter melhores condições de lazer e entretenimento, sobretudo as crianças, jovens e adolescentes.

É imprescindível que o Senhor Secretário de Obras empreenda esforços no sentido de atender a esse relevante pleito, posto que o mesmo possibilitará melhoria na qualidade de vida da comunidade de Santa Maria.

Diante do exposto, rogo aos nobres pares o apoio para a aprovação desta Indicação.

Sala das Sessões, em

DEPUTADO PEDRO PASSOS
Autor

Assessoria de Plenário
Recebido em 25/11/03 às 11:00
Assinatura

SAIN - Parque Rural - CEP 70086-900 - Brasília-DF
Tel.:61 - 348.8212 - Fax: 61 - 348.8213

219

LIDO
Em 26/11/03
Assessoria de Plenário

CÂMARÁ LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO PEDRO PASSOS

IND 1766/2003

INDICAÇÃO N- /2003
(Do Senhor Deputado PEDRO PASSOS - PTB)

Sugere ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Infra-Estrutura e Obras do Distrito Federal a construção de quadra de vôlei de areia iluminada na quadra 37 **do Setor Leste do Gama RA-II.**

A CÂMARÁ LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143 do seu Regimento Interno, sugere ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Infra-Estrutura e Obras do Distrito federal a construção de quadra de vôlei de areia iluminada na quadra 37 do Setor Leste do Gama RA-II.

JUSTIFICAÇÃO

A presente Indicação tem por objetivo sensibilizar o GDF sobre a necessidade da construção de quadra de vôlei de areia na Qd. 37 do Setor Leste, de forma que os seus moradores possam ter melhores condições de lazer e entretenimento, sobretudo as crianças, jovens e adolescentes.

Cabe ressaltar que no Gama não existe nenhuma quadra de vôlei de areia iluminada, sendo que nas demais cidades satélites como Taguatinga, Sobradinho e outras, existem diversas quadras.

É imprescindível que o Senhor Secretário de Obras empreenda esforços no sentido de atender a esse relevante pleito, posto que o mesmo possibilitará melhoria na qualidade de vida desta comunidade.

Diante do exposto, rogo aos nobres pares o apoio para a aprovação desta Indicação.

Sala das Sessões, em

Assessoria de Plenário
Recebi em 26/11/03 às 11:00
Assinatura

DEPUTADO PEDRO PASSOS
Autor

SAIN - Parque Rural – CEP 70086-900 - Brasília-DF
Tel.:61 - 348.8212 - Fax: 61 - 348.8213

220

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO PEDRO PASSOS

IND 1767/2003

INDICAÇÃO Nº /2003

(Autor: Deputado PEDRO PASSOS)

RECEBIDO
Em 26/11/03
Assessoria de Plenário

Sugere à Companhia Energética de Brasília - CEB, a iluminação da quadra de vôlei de areia da Praça Castelinho do Setor Oeste do Gama - RA II.

A CÂMARÁ LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143, do Regimento Interno desta Casa, sugere à Companhia Energética de Brasília - CEB, a iluminação da quadra de vôlei de areia da Praça Castelinho do Setor Oeste do Gama - RA II

JUSTIFICAÇÃO

Os moradores do Setor Oeste do Gama reclamam a iluminação da quadra de vôlei de areia da Praça Castelinho. Conforme relato dos mesmos, esta é uma reivindicação antiga que ainda não encontrou solução.

Cabe ressaltar que na cidade satélite do Gama não existe nenhuma quadra de vôlei de areia iluminada, sendo que na maioria das outras cidades satélites como Guará, Taguatinga e Sobradinho, existem várias.

Assessoria de Plenário
Recebi em 25/11/03 às 11:00
Assinatura

CÂMARÁ LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO PEDRO PASSOS

A presente Indicação ampara-se nas reivindicações dos jovens que normalmente estudam durante o dia e gostariam de usar a quadra durante a noite, e estão impossibilitados pela falta de iluminação.

Sendo esse pleito de relevante interesse público, proponho aos nobres pares a aprovação da presente Indicação.

Sala das Sessões, em de de 2003.

DEPUTADO PEDRO PASSOS
AUTOR

222

CÂMARÁ LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO PEDRO PASSOS

INDICAÇÃO Nº 1768 /2003

INDICAÇÃO Nº /2003
(Do Senhor Deputado PEDRO PASSOS - PTB)

Em 26/11/03
Assessoria do Plenário

Sugere ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Companhia Urbanizadora da Nova Capital - NOVACAP o aterro da última rua frente à BR-040 da Qd. 11 Cj A do Setor Sul do Gama – RA II.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143 do seu Regimento Interno, sugere ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Companhia Urbanizadora da Nova Capital - NOVACAP o aterro da última rua frente à BR-040 da Qd. 11 Cj A do Setor Sul do Gama - RA II.

JUSTIFICAÇÃO

O Setor Sul do Gama tem sofrido com erosões de diversos tamanhos, buracos enormes que infelizmente algumas pessoas mal informadas usam para jogar lixo e entulho.

Nesta rua em questão a erosão chegou até os portões das residências, impedindo o acesso à rua, e colocando em risco a vida da população e principalmente das crianças, que se caírem nos buracos, podem sofrer escoriações ou ferimentos graves.

O Poder Público tem o dever de zelar pelo bem estar das crianças e adolescentes, conforme versa a nossa Constituição, A Lei Orgânica do DF e o Estatuto da Criança e do Adolescente.

SAIN - Parque Rural - CEP 70086-900 - Brasília-DF
Tel.:61 - 348.8212 - Fax: 61 - 348.8213

Assessoria de Plenário
Recebi em 26/11/03 às 11:00
Assinatura

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO PEDRO PASSOS

É imprescindível que o Senhor Presidente da NOVACAP empreenda esforços no sentido de atender a esse relevante pleito, posto que o mesmo possibilitará melhoria na qualidade de vida da comunidade do Setor Sul.

Diante do exposto, rogo aos nobres pares o apoio para a aprovação desta Indicação.

Sala das Sessões, em

DEPUTADO PEDRO PASSOS
Autor

SAIN - Parque Rural - CEP 70086-900 - Brasília-DF
Tel.:61 - 348.8212 – Fax: 61 – 348.8213

224

CÂMARÁ LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO PEDRO PASSOS

INDICAÇÃO Nº IND 1769/2003 **/2003**

(Autor: Deputado PEDRO **PASSOS)**

LIDO
Em 26/11/03
Assessoria de Plenário

Sugere à Companhia Energética de Brasília - CEB, a complementação da rede de iluminação pública da última rua da Qd. 11 Cj. A Setor Sul do Gama - RA II.

.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143, do Regimento Interno desta Casa, sugere à Companhia Energética de Brasília - CEB, a complementação da rede de iluminação pública da última rua da Qd. 11 Cj. A Setor Sul do Gama - RA II.

JUSTIFICAÇÃO

Os moradores da Qd; 11 Conjunto A Setor Sul do Gama reclamam a complementação da rede de iluminação pública da última rua, frente para a BR- 040, somente a metade da rua, possui iluminação pública. Conforme relato dos mesmos, esta é uma reivindicação antiga que ainda não encontrou solução.

A presente Indicação ampara-se nas reivindicações da população do Setor Sul, sendo que os moradores já sofrem com diversos outros problemas, como falta erosão gigantesca, falta de policiamento, etc.

Cabe ao Poder Público alcançar solução definitiva para esse **pleito. Vale ressaltar que o Setor Sul do Gama é antigo, e nesta região residem diversas**

Assessoria de Plenário
Recebi em 25/11/03 às 11:00
Assinatura

CÂMARÁ LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO PEDRO PASSOS

famílias, com crianças e adolescentes que estudam a noite, e transitam pelas vias sem nenhuma iluminação.

A complementação da rede de iluminação pública desta rua contribuirá para a melhoria da qualidade de vida da população.

Sendo esse pleito de relevante interesse público, proponho aos nobres pares a aprovação da presente Indicação.

Sala das Sessões, em de de 2003.

DEPUTADO PEDRO PASSOS

CÂMARÁ LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO PEDRO PASSOS

INDICAÇÃO Nº IND 1770/2003 **/2003**

(Do Senhor Deputado PEDRO PASSOS)

RECEBIDO
Em 06/11/03
Assessoria de Plenário

Sugere à Excelentíssima Secretária de Coordenação das Administrações Regionais e ao Senhor Administrador do Gama, a construção da feira de produtor rural, no Núcleo Rural Casa Grande Região Administrativa do Gama - RA II.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143, do Regimento Interno desta Casa, sugere à Excelentíssima Secretária de Coordenação das Administrações Regionais e ao Senhor Administrador do Gama, a construção da feira de produtor rural, no Núcleo Rural Casa Grande Região Administrativa do Gama - RA II.

JUSTIFICAÇÃO

Ao Poder Executivo compete garantir o bem-estar da população, fornecendo condições para que se desenvolvam e tenham efetivados seus direitos previstos nas normas que regem o nosso país.

A presente Indicação ampara-se nas reivindicações dos moradores rurais da região do Núcleo Rural Casa Grande, que pleiteiam melhores condições para comercializarem seus produtos, e dos moradores do Gama, que desejam adquirir mercadorias num local limpo, organizado e bem estruturado.

Assessoria de Plenário
Recebi em 5/11/03 às 11:00
Assinatura

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO PEDRO PASSOS

Esforços contínuos devem ser envidados para a construção da Feira do Produtor Rural e de outras feiras do Distrito Federal. Por isso, urge que as autoridades competentes encaminhem as providências necessárias, objetivando o bem-estar dos habitantes daquela localidade..

É obrigação dos órgãos responsáveis alcançar solução para amenizar os problemas que afetam os produtores rurais.

Sendo esse pleito de relevante interesse público, proponho aos nobres pares a aprovação da presente Indicação.

Sala das Sessões, em...

DEPUTADO PEDRO PASSOS
AUTOR

228

CÂMARÁ LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Distrital Eliana Pedrosa

IND 1771/2003 LIDO 26/11/03
Assessoria de Plenário

INDICAÇÃO N
(Da Sra. Deputada Eliana Pedrosa)

Sugere ao Poder Executivo do Distrito Federal, por intermédio da Companhia Energética de Brasília - CEB, a complentação da rede de energia elétrica nas ruas transversais da Vila Nova Esperança, na Região Administrativa de Planaltina - RA VI.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal, nos termos do art. 143 do seu Regimento Interno, sugere ao Poder Executivo, por intermédio da Companhia Energética de Brasília - CEB, a complentação da rede de energia elétrica nas ruas transversais da Vila Nova Esperança, na Região Administrativa de Planaltina - RA VI.

J U S T I F I C A Ç Ã O

A presente Indicação tem por finalidade sugerir ao Poder Executivo, por intermédio da Companhia Energética de Brasília - CEB, a complentação da rede de energia elétrica nas ruas transversais da Vila Nova Esperança na Região Administrativa de Planaltina - RA VI.

040 25/11 às 15:51:02

A sugestão visa dotar a Vila Nova Esperança, em Planaltina, de melhores condições de iluminação publica, oferecendo maior conforto aos seus moradores.

Por se tratar de um justo pleito, conclamo os nobres Deputados no sentido de aprovarmos a presente proposição.

Sala das Sessões, em de de 2003

ELIANA PEDROSA
Deputada Distrital

cmp

230

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE PARLAMENTAR DO DEPUTADO **ODILON AIRES**

INDICAÇÃO N° IND 17)2/2003
(Do Senhor Deputado ODILON **AIRES**)

Em 26/11/03
Assessoria do Plenário

Sugere ao Poder Executivo, por intermédio do Transporte Urbano do Distrito Federal - DFTRANS, providências no sentido de que seja implantado uma linha de ônibus regular no local que menciona.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal, nos termos do artigo 143 do Regimento Interno desta Casa, sugere ao Poder Executivo, por intermédio do Transporte Urbano do Distrito Federal - DFTRANS, providências no sentido de que seja implantada uma linha de ônibus regular na associação de pequenos produtores rurais de São Bartolomeu, localizado na RA-São Sebastião.

JUSTIFICAÇÃO

Temos recebido em nosso Gabinete Parlamentar diversos pedidos de moradores da associação dos pequenos produtores rurais de São Bartolomeu em relação à dificuldade de transporte na região. Não existe linha de ônibus regular para o Plano Piloto, fazendo com que a população residente em torno de 720 habitantes fique isolada. Por isso, pedimos ao DFTRANS a implantação de 01 linha regular de ônibus para fazer o transporte destas pessoas.

Diante do exposto, contamos com apoio dos Nobres Pares para a aprovação da presente Indicação.

Sala das sessões, em 23 de outubro de 2.003.

Deputado *ODILON AIRES*
PMDB/DF

049 25/11/03 23:19:51

SAIN - Parque Rural Gabinete 20 - CEP 70086-900 - Brasília-DF - Tel.: 348-8202 - Fax: 348-8203

231

CÂMARÁ LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE PARLAMENTAR DO DEPUTADO ODILON AIRES

IND 1773/2003

LIDO
Em 26/11/03
Assessoria de Plenário

INDICAÇÃO N°
(Do Senhor Deputado **ODILON AIRES)**

Sugere ao Poder Executivo, por intermédio da Companhia Energética de Brasília - CEB, providências no sentido de que seja instalada a rede elétrica no local que menciona.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal, nos termos do artigo 143 do Regimento Interno desta Casa, sugere ao Poder Executivo, por intermédio da Companhia Energética de Brasília - CEB, providências no sentido de que seja instalada a rede elétrica na associação de pequenos produtores rurais de São Bartolomeu, localizado na RA-São Sebastião.

JUSTIFICAÇÃO

Temos recebido em nosso Gabinete Parlamentar diversos pedidos de moradores da associação dos pequenos produtores rurais de São Bartolomeu na área do Capão Comprido, devido a falta de segurança proporcionada pela ausência de um sistema de iluminação pública na região. Há necessidade de instalações elétricas em 30 residências. Por isso, pedimos à CEB a instalação da rede elétrica no local.

Diante do exposto, contamos com apoio Nobres Pares, para a aprovação da presente Indicação.

Sala das sessões, em 23 de outubro de 2.003.

Deputado ***ODILON AIRES***
PMDB/DF

050 25/11 16:20:00

SAIN - Parque Rural Gabinete 20 - CEP 70086-900 - Brasília-DF - Tel.: 348-8202 - Fax: 348-8203

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE PARLAMENTAR DO DEPUTADO ODILON AIRES

INDICAÇÃO N° IND 1774/2003
(Do Senhor Deputado **ODILON AIRES**)

Em 26/11/03
Assessoria de Plenário

Sugere ao Poder Executivo, por intermédio do Departamento de Estradas de Rodagem Do Distrito Federal - DER, providências no sentido de que seja incluída no mapa do DRE indicação da entrada na DF 135.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal, nos termos do artigo 143 do Regimento Interno desta Casa, sugere ao Poder Executivo, por intermédio do Departamento de Estradas de Rodagem Do Distrito Federal - DER, providências no sentido de que seja no sentido de que seja incluída no mapa do DRE indicação da entrada na DF 135.

J U S T I F I C A Ç Ã O

Devido a falta de uma indicação no mapa do DER, os moradores da região de Nova Betânia encontram grande dificuldade em explicar o endereço de suas respectivas residências a prováveis visitantes. Como a região está em expansão a população se sente prejudicada. Por isso, pedimos ao DER, a indicação da entrada na DF 135, em seus mapas.

Diante do exposto, contamos com apoio Nobres Pares, para a aprovação da presente Indicação.

Sala das sessões, em 23 de outubro de 2.003.

Deputado ***ODILON AIRES***
PMDB/DF

DSL 25/11/03 OW 1 OT 20:15

SAIN - Parque Rural Gabinete 20 - CEP 70086-900 - Brasília-DF - Tel.: 348-8202 - Fax: 348-8203

CÂMARÁ LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE PARLAMENTAR DO DEPUTADO ODILON AIRES

IND 1775/2003

Em 26/11/03

Assessoria de Plenário

INDICAÇÃO N° ____
(Do Senhor Deputado **ODILON AIRES**)

Sugere ao Poder Executivo, por intermédio do Serviço de Ajardinamento e Limpeza Urbana do Distrito Federal - BELACAP, providências no sentido de que seja instalado 3 conteiners no local que menciona.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal, nos termos do artigo 143 do Regimento Interno desta Casa, sugere ao Poder Executivo, por intermédio do Serviço de Ajardinamento e Limpeza Urbana do Distrito Federal - BELACAP, providências no sentido de que seja instalada 3 conteiners na associação de pequenos produtores rurais de Nova Betânia, localizado na RA-São Sebastião.

J U S T I F I C A Ç Ã O

Temos recebido em nosso Gabinete Parlamentar diversos pedidos de moradores da associação dos pequenos produtores rurais de Nova Betânia em relação à dificuldade de depositar o lixo. Por isso, pedimos à BELACAP a instalação de 03 conteiners de lixo para fazer o recolhimento do mesmo.

Diante do exposto, contamos com apoio Nobres Pares, para a aprovação da presente Indicação.

Sala das sessões, em 23 de outubro de 2.003.

Deputado ***ODILON AIRES***
PMDB/DF

05 25/11 08 16:20:26

SAIN - Parque Rural Gabinete 20 - CEP 70086-900 - Brasília-DF - Tel.: 348-8202 - Fax: 348-8203

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE PARLAMENTAR DO DEPUTADO ODILON AIRES

IND filBUM»

INDICAÇÃO N' ...

(Do Senhor Deputado **ODILON AIRES**)

LIDO
Em 26/11/03
Assessoria de Plenário

Sugere ao Poder Executivo, por intermédio do Serviço de Ajardinamento e Limpeza Urbana do Distrito Federal - BELACAP, providências no sentido de que seja instalado 04 conteiners no local que menciona.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal, nos termos do artigo 143 do Regimento Interno desta Casa, sugere ao Poder Executivo, por intermédio do Serviço de Ajardinamento e Limpeza Urbana do Distrito Federal - BELACAP, providências no sentido de que seja instalada 04 conteiners na associação de pequenos produtores rurais de São Bartolomeu, localizado na RA-São Sebastião.

JUSTIFICAÇÃO

Temos recebido em nosso Gabinete Parlamentar diversos pedidos de moradores da associação dos pequenos produtores rurais de São Bartolomeu em relação à dificuldade de depositar o lixo. Por isso, pedimos à BELACAP a instalação de 04 conteiners de lixo para fazer o recolhimento do mesmo.

Diante do exposto, contamos com apoio Nobres Pares, para a aprovação da presente Indicação.

Sala das sessões, em 23 de outubro de 2.003.

Deputado ***ODILON AIRES***
PMDB/DF

054 25/11/03 ⊠ 08:20:47

235

CÂMARÁ LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE PARLAMENTAR DO DEPUTADO ODILON AIRES

IND 1777/2003

Em 26/11/03
Assessoria de Plenário

INDICAÇÃO N°
(Do Senhor Deputado **ODILON AIRES**)

Sugere ao Poder Executivo, por intermédio da Transporte Urbano do Distrito Federal - DFTRANS, providências no sentido de que seja implantado uma linha de ônibus regular no local que menciona.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal, nos termos do artigo 143 do Regimento Interno desta Casa, sugere ao Poder Executivo, por intermédio do Transporte Urbano do Distrito Federal - DFTRANS, providências no sentido de que seja implantada uma linha de ônibus regular na associação de pequenos produtores rurais de Nova Betânia, localizada na RA-São Sebastião.

JUSTIFICAÇÃO

Temos recebido em nosso Gabinete Parlamentar diversos pedidos de moradores da associação dos pequenos produtores rurais de Nova Betânia em relação à dificuldade de transporte na região. Não existe linha de ônibus regular para o Plano Piloto, fazendo com que a população residente em torno de 1200 habitantes fique isolada. Por isso, pedimos ao DFTRANS a implantação de 01 linha regular de ônibus para fazer o transporte destas pessoas.

Diante do exposto, contamos com apoio dos Nobres Pares para a aprovação da presente Indicação.

Sala das sessões, em 23 de outubro de 2.003.

Deputado ***ODILON AIRES***
PMDB/DF

25/11 16:21:07

SAIN - Parque Rural Gabinete 20 - CEP 70086-900 - Brasília-DF - Tel.: 348-8202 - Fax: 348-8203

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado Distrital Gim

LIDO
Em 26/11/03
Assessoria de Plenário

INDICAÇÃO Nº IND 1778 /2003 DE 2003.

(Do Sr. Deputado GIM ARGELLO)

*Sugere ao Senhor Governador do Distrito Federal a construção de uma Unidade Regional do DETRAN no Setor de Indústria e **Abastecimento** - **SIA,** da Região Administrativa do **Guará.***

*Senhor Presidente da Câmara Legislativa do **Distrito** Federal:*

*Com fulcro no art 143 do **Regimento Interno** da Câmara Legislativa do **Distrito** Federal, solicito que esta Casa sugira ao Senhor Governador do Distrito Federal a construção de uma Unidade Regional do DETRAN no Setor de Indústria e **Abastecimento** - SM, da Região **Administrativa** do **Guará.***

051 KJ 5/11/03 17:48 W8

JUSTIFICAÇÃO

A presente indicação sugere ao Senhor Governador a construção do Departamento de Trânsito como unidade regional no Setor de Indústria e Abastecimento - ***SAI,*** *na Região Administrativa do* ***Guará.***

A reivindicação do pleito acima é do ***SINCODIV-DF*** *-* ***Sindicato*** *dos Concessionários e Distribuidores de Veículos do Distrito* ***Federal,*** *que representa os empresários do setor de concessionárias de* ***veículos.***

Segundo o SINCODIV-DF existe hoje uma grande concentração de veículos que precisam ser ***vistoriados,*** *regularizados e transferidos para que possam* ***comercializá-los*** *com maior* ***segurança.*** *Com a construção de uma unidade regional naquele setor, o atendimento a essas empresas melhoraria, bem como, beneficiava a população do* ***Distrito*** *Federal*

O SINCODIV-DF organizou em novembro uma grande feira de venda de automóveis, conseguindo congregar todas as concessionárias, comercializando mais de mil veículos em um único final de ***semana.*** *O que demonstra claramente a necessidade urgente da construção de uma unidade regional do DETRAN no* ***SIA.*** *Neste episódio queremos abrir um parêntese para parabenizar o Presidente* ***Luis*** *Fernando e toda Diretoria do SINCODIV-DF pela união, organização e criatividade na realização deste grande evento comercial, pois trata-se de jovens empresários que estão dando um novo impulso à economia do Distrito Federal, com novas ideias para sair da crise que assolava o mercado de venda de veículos.*

Diante do exposto, conclamo aos meus pares a aprovação da presente indicação.

Sala das Sessões,

Deputado ***GIM ARGELLO***

238

CÂMA
DO DI

IND 1779 /2003

26/11/03

Assessoria de Plenário

INDICAÇO N° DE 2.003

(Do Senhor Deputado IZALCI LUCAS– PFL)

Sugere ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Infra-estrutura e Obras do Distrito Federal a execução de pavimentação asfáltica nas ruas 67, 68, 68 A, 68 B, 69, 69 A, 70 e 71 da Vila São Sebastião, na Região Administrativa de São Sebastião - RA XIV

A CÂMARÁ LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143 do seu Regimento Interno, sugere ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Infra-estrutura e Obras Distrito Federal a execução de pavimentação asfáltica nas ruas 67, 68, 68 A, 68 B, 69, 69 A, 70 e 71 da Vila São Sebastião, na Região Administrativa de São Sebastião - RA XIV.

JUSTIFICAÇÃO

A pavimentação asfáltica das ruas 67, 68, 68 A, 68 B, 69, 69 A, 70 e 71 da Vila São Sebastião é uma antiga reivindicação dos moradores daquela localidade que vislumbram na realização da obra, melhoria na qualidade de vida, posto que estão obrigados a conviver durante o período das chuvas com a lama, e na seca com a poeira, o que, além dos transtornos pertinentes, causa enormes prejuízos aos laboriosos empresários ali estabelecidos, sem contar que inibe a geração de empregos para a sociedade e renda para os cofres públicos.

Dessa forma, deve o Senhor Secretário de obras envidar esforços no sentido de atender ao pleito apresentado nesta oportunidade, o qual é de grande relevância para a comunidade de São Sebastião.

Diante do exposto, rogo aos nobres pares o apoio para a aprovação desta Indicação.

Sala das Sessões, em de de 2.003.

DEPUTADO IZALCI LUCAS
/ *II* Autor

003 08/11/03 15:29:58

SAIN - Parque Rural - Gabinete 07 - 70086-900 - Brasília - DF
Telefone: 61 - 348.8075 - Fax: 61 - 348.8074

EIDO
Em 26/11/03
Assessoria de Plenário

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

IND 1780/2003

INDICAÇÃO N°_____, DE 2003
(Do Sr. Deputado Chico Leite)

Sugere aos Excelentíssimos Senhores Secretários de Esporte e Lazer, Cultura e Infra-Estrutura e Obras que executem medidas tendentes a providenciar, com a maior brevidade possível, **a construção de um Centro de Lazer, Cuitura e Atividades variadas, na área situada entre as superquadras *214* e 215 Sul, Asa Sul, Brasília-DF, para a humanização e a melhoria das condições de vida dos idosos, nos termos do que preceitua o Estatuto do Idoso, Lei 10.741, de 1° de outubro de 2003.**

A Câmara Legislativa do Distrito Federal, nos termos do art. 143 do Regimento Interno, sugere aos Excelentíssimos Senhores Secretários de Esporte e Lazer, Cultura e Infra-Estrutura e Obras que executem medidas tendentes a providenciar, com a maior brevidade possível, a construção de um **Centro de Lazer, Cultura, Esportes e Atividades variadas,** na área situada entre as superquadras 214 e 215 Sul, Asa Sul, Brasília-DF, para a humanização e a melhoria das condições de vida dos idosos, nos termos do que preceitua o Estatuto do Idoso, Lei 10.741, de 1° de outubro de 2003.

JUSTIFICAÇÃO

A sugestão ora apresentada visa implementar o que preceitua o Estatuto do Idoso, ao estabelecer a institucionalização de mecanismos para a humanização e a melhoria das condições de vida dos idosos.

A área em comento é um espaço vazio, sem nenhuma utilização, está bem localizada, eis que fica próxima à estação do metro e, certamente, poderá ser utilizada para implementação do que dispõe o Estatuto do Idoso, no sentido de garantir aos idosos todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade.

O Estatuto do Idoso, em seu Capítulo V, artigo 20, dispõe sobre o direito do idoso, *m litíeris:*

g 15:25 /11/03 g

> ***"Art.20. O idoso tem direito a educação, cultura, esporte, lazer, diversões, espetáculos, produtos e serviços que respeitem sua peculiar condição de idade".***

Nos artigos seguintes, preceitua a incumbência do Poder Público em criar oportunidades ao idoso, ***in verbis***:

> ***"Art. 21. O Poder Público criará oportunidades de acesso do idoso à educação, adequando currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais a ele destinados.***
>
> ***§ l- Os cursos especiais para idosos incluirão conteúdo relativo às técnicas de comunicação, computação e demais avanços tecnológicos, para sua integração à vida moderna.***
>
> ***§ 2- Os idosos participarão das comemorações de caráter cívico ou cultural, para transmissão de conhecimentos e vivências às demais gerações, no sentido da preservação da memória e da identidade culturais."***

Na mencionada área há espaço suficiente para se implementar o Centro de Lazer a ser destinado à população idosa do Distrito Federal, conforme prevê o Estatuto do Idoso. Para tanto, o Poder Público deverá providenciar:

- Banheiros Públicos Masculino e Feminino;
- Arborização do Local;
- Aquisição de equipamentos de Ginástica;
- Piscinas;
- Quadra poliesportiva;
- Salões de jogos;
- Anfiteatro;
- Salões de dança;
- Área para telefones públicos;
- Guarita de Segurança;
- Iluminação pública adequada;
- Cursos voltados para a educação, cultura, esporte, lazer, diversões, espetáculos, produtos e serviços que respeitem a peculiar condição de idade dos idosos.

Ressalte-se que a mencionada área, atualmente encontra-se em estado de puro abandono, advindo disso a sua inteira depredação, servindo, apenas e tão-somente de trânsito para desocupados, pois apresenta em toda sua extensão buracos e matagais.

A Lei Orgânica do Distrito Federal prevê que o Governo do Distrito Federal implementará políticas de desenvolvimento urbano, com objetivo de

ordenar *"o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade, garantido o bem-estar social de seus habitantes"*.

Portanto, sugerimos a construção de um **Centro de Lazer, Cultura, Esportes e Atividades variadas,** na área situada entre as superquadras 214 e 215 Sul, Asa Sul, Brasília-DF, para a humanização e a melhoria das condições de vida dos idosos, nos termos do que preceitua o Estatuto do Idoso, Lei 10.741, de 1° de outubro de 2003.

Sala das Sessões, em

Deputado CHICO LEITE

2 - ORDEM DO DIA

(1°) **ITEM 1:** Discussão e votação, em 2° turno, do **Projeto de Resolução n° 41, de 2003,** de autoria do Deputado Rôney Nemer (PMDB), que "Altera dispositivos no art. 69-B da Resolução n° 181, de 11 de março de 2002". **APROVADO** com 17 votos favoráveis. Houve 7 ausências.
- Apreciação da **redação final. APROVADA** nos termos do § 5° do art. 204 do Regimento Interno.

(2°) ITEM 2: Discussão e votação, em 1° turno, do **Projeto de Lei n° 871, de 2003,** de autoria do Poder Executivo, que "Dispõe sobre a criação de unidades orgânicas na estrutura da Secretaria de Estado de Fiscalização de Atividades Urbanas do Distrito Federal (SEFAU) e dá outras providências". **APROVADO** com 13 votos favoráveis e 5 votos contrários. Houve 6 ausências.

(3°) **ITEM 3:** Discussão e votação, em 1° turno, do **Projeto de Lei n° 699, de 2003,** de autoria do Poder Executivo, que "Dispõe sobre a criação da Coordenadoria de Fomento ao Pequeno Negócio no âmbito da Agência de Desenvolvimento Económico e Comércio Exterior do Distrito Federal". **APROVADO** com 13 votos favoráveis e 5 votos contrários. Houve 6 ausências.

(4°) **ITEM 4:** Discussão e votação, em turno único, do **Projeto de Decreto Legislativo n° 654, de 2001,** de autoria do Deputado Gim Argello (PMDB), que "Concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Staikos Georges Tzemos". **APROVADO** por votação em processo simbólico (19 deputados presentes).
- Apreciação da **redação final. APROVADA** nos termos do § 5° do art. 204 do Regimento Interno.

(5°) **ITEM 5:** Discussão e votação, em turno único, do **Projeto de Decreto Legislativo n° 106, de 2003,** de autoria do Deputado Peniel Pacheco (PSB), que "Concede o título de Cidadão Honorário do Distrito Federal ao empresário Humberto Luiz Ribeiro". **APROVADO** por votação em processo simbólico (19 deputados presentes).

(6°) **ITEM 6:** Discussão e votação, em turno único, do **Projeto de Decreto Legislativo n° 117, de 2003,** de autoria do Deputado Peniel Pacheco (PSB), que "Concede o título de Cidadão Honorário do Distrito Federal ao reverendo John William Garrison". **APROVADO** por votação em processo simbólico (18 deputados presentes).

(7°) **ITEM 7:** Discussão e votação, em turno único, do **Projeto de Decreto Legislativo n° 820, de 2002,** de autoria do Deputado Jorge Cauhy (PFL), que "Concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao senhor Gustavo Augusto Aurnhemeir Ribeiro". **APROVADO** por votação em processo simbólico (18 deputados presentes).
- Apreciação da **redação final. APROVADA** nos termos do § 5° do art. 204 do Regimento Interno.

(8°) **ITEM 8:** Discussão e votação, em turno único, do **Projeto de Decreto Legislativo n° 69, de 2003,** de autoria do Deputado Chico Vigilante (PT), que "Concede o título de Cidadã Honorária de Brasília à senhora Rosa Maria Said". **APROVADO** por votação em processo simbólico (19 deputados presentes).
- Apreciação da **redação final. APROVADA** nos termos do § 5° do art. 204 do Regimento Interno.

(9°) **ITEM 10:** Discussão e votação, em 1° turno, do **Projeto de Lei n° 2.868, de 2002,** de autoria do Deputado Leonardo Prudente (PMDB), que "Inclui no calendário oficial de eventos de Brasília o *Projeto Brasília Capital Cultural* e dá outras providências". **APROVADO** por votação em processo simbólico (18 deputados presentes).

(10°) **ITEM 11:** Discussão e votação, em 1° turno, do **Projeto de Lei n° 550, de 2003,** de autoria do Deputado Leonardo Prudente (PMDB), que "Cria, no âmbito do Distrito Federal, o *Programa Habitacional para os Trabalhadores na Área de Limpeza,* residentes no Distrito Federal, e dá outras providências". **APROVADO** por votação em processo simbólico (18 deputados presentes).

(11°) **ITEM 13:** Discussão e votação, em 1° turno, do **Projeto de Lei n° 228, de 2003,** de autoria da Deputada Eliana Pedrosa (PFL), que "Define 'Receita Orçamentaria do Distrito Federal' para fins de aplicação do disposto no art. 195 da Lei Orgânica do Distrito Federal". **APROVADO** por votação em processo (18 deputados presentes).

(12°) **ITEM 14:** Discussão e votação, em 1° turno, do **Projeto de Lei n° 607, de 1999,** de autoria do Deputado Benício Tavares (PMDB), que "Determina aos hotéis e motéis do DF que promovam adaptações indispensáveis ao acesso em suas dependências de pessoas portadoras de deficiência física, inclusive no mínimo 10% (dez por centro) de seus quartos, apartamentos e suítes e dá outras providências". **APROVADO** por votação em processo simbólico (18 deputados presentes).

(13°) ITEM 16: Discussão e votação, em 1° turno, do **Projeto de Lei n° 1.494, de 2000,** de autoria do Deputado Benício Tavares (PMDB), que "Dá a denominação de 'Praça índio Pataxó Galdino Jesus dos Santos' à chamada Praça do Compromisso, situada na 703/704 Sul na Região Administrativa de Brasília - RA l, e dá outras providências". **APROVADO** por votação em processo simbólico (18 deputados presentes).

(14º) ITEM **17:** Discussão e votação, em 1° turno, do **Projeto de Lei n° 557, de 2003,** de autoria da Deputada Eliana Pedrosa (PFL), que "Dispõe sobre a expedição do alvará de funcionamento para micro e pequenas empresas instaladas no Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Universidade de Brasília (CDT/UNB), integrantes do projeto 'Incubadora de Empresas". **APROVADO** por votação em processo simbólico (19 deputados presentes).

(15º) **ITEM 18:** Discussão e votação, em 1° turno, do **Projeto de Lei n° 335, de 2003,** de autoria do Deputado Augusto Carvalho (PPS), que "Regulamenta a instalação e manutenção de cercas elétricas no DF e dá outras providências".
- Parecer favorável do relator da CSEG, Deputado Leonardo Prudente, acatando as emendas aditivas n^{os} 1 e 2 e as emendas modificativas n^{os} 3, 5, 6 e 7. **APROVADO** por votação em processo simbólico (19 deputados presentes).
- Parecer favorável do relator da CCJ, Deputado Chico Leite, nos termos do parecer da CSEG. **APROVADO** por votação em processo simbólico (19 deputados presentes).
- Parecer favorável do relator da CEOF, Deputado Odilon Aires, nos termos do parecer da CSEG. **APROVADO** por votação em processo simbólico (19 deputados presentes).
- Votação do projeto em 1° turno. **APROVADO** por votação em processo simbólico (19 deputados presentes).

(16º) **ITEM 19:** Discussão e votação, em 1º turno, do **Projeto de Lei n° 53, de 2003,** de autoria do Deputado Izalci Lucas (PFL), que "Dispõe sobre a inclusão do Dia do Estudante no calendário de eventos do DF". **APROVADO** por votação em processo simbólico (19 deputados presentes).

(17º) ITEM 20: Discussão e votação, em 1° turno, do **Projeto de Lei n° 3.199, de 2002,** de autoria do Deputado José Edmar (PMDB), que "Permite o funcionamento noturno, nos finais de semana, da feira da torre de TV da RA I - Brasília".
- Parecer favorável do relator da CAF, Deputado Brunelli, acatando a emenda apresentada. **APROVADO** por votação em processo simbólico (19 deputados presentes).
- Parecer favorável do relator da CCJ, Deputado Chico Leite, nos termos do parecer da CAF. **APROVADO** por votação em processo simbólico (19 deputados presentes).
- Votação do projeto em 1° turno. **APROVADO** por votação em processo simbólico (19 deputados presentes).

(18°) **ITEM 21:** Discussão e votação, em 1° turno, do **Projeto de Lei Complementar n° 37, de 2003,** de autoria do Poder Executivo, que "Institui no âmbito do Distrito Federal a dívida ativa do Departamento de Trânsito do Distrito Federal (Detran-DF) e dá outras providências".
- Parecer favorável do relator da CCJ, Deputada Eurides Brito, acatando as emendas apresentadas. **APROVADO** por votação em processo simbólico (19 deputados presentes).
- Votação do projeto em 1º turno. **ADIADA A VOTAÇÃO.**

(19°) **ITEM 22:** Discussão e votação, em 1° turno, do **Projeto de Lei n° 8, de 2003,** de autoria do Deputado Fábio Barcellos (PFL), que "Dispõe sobre as restrições à comercialização de peças de uniformes, distintivos ou insígnias da Polícia Civil, da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros Militar e do Departamento de Trânsito do Distrito Federal". **APROVADO** por votação em processo simbólico (18 deputados presentes).

(20°) **ITEM 23:** Discussão e votação, em 1° turno, do **Projeto de Lei n° 2.962, de 2002,** de autoria do Deputado Odilon Aires (PMDB), que "Disciplina a atribuição de placas identificativas de veículos licenciados para transporte individual de passageiros no âmbito do DF e dá outras providências". **APROVADO** por votação em processo simbólico (18 deputados presentes).

(21°) **ITEM 24:** Discussão e votação, em 1° turno, do **Projeto de Lei n° 418, de 2003,** de autoria do Deputado Odilon Aires (PMDB), que "Dispõe sobre o licenciamento ambiental de locais destinados à disposição de resíduos minerais, de que trata a Lei n° 41, de 13 de setembro de 1989, que 'dispõe sobre a política ambiental do Distrito Federal e dá outras providências'". **APROVADO** por votação em processo simbólico (19 deputados presentes).

(22°) **ITEM 25:** Discussão e votação, em 1° turno, do **Projeto de Lei n° 257, de 2003,** de autoria do Deputado Paulo Tadeu (PT), que "Dispõe sobre o uniforme dos alunos matriculados em instituições privadas de ensino e dá outras providências". **APROVADO** por votação em processo simbólico (19 deputados presentes). Houve 1 voto contrário.

(23°) **ITEM 26:** Discussão e votação, em 1° turno, do **Projeto de Lei nº 873, de 1999,** de autoria do Deputado Paulo Tadeu (PT), que "Dá o nome de 'Avenida Gilnei Roberto Garcia de Lima' à Rodovia DF-420, na Região Administrativa de Sobradinho - RA V". **LIDO.**

(24°) ITEM 28: Discussão e votação, em 1° turno, do **Projeto de Lei n° 641, de 2003**, de autoria do Deputado Pedro Passos (PMDB), que "Institui o Dia do Desarmamento Infantil no âmbito do Distrito Federal". **APROVADO** por votação em processo simbólico (19 deputados presentes).

(25°) **ITEM 29:** Discussão e votação, em 1° turno, do **Projeto de Lei n° 112, de 2003,** de autoria da Deputada Eurides Brito (PMDB), que "Altera a redação do art. 4° da Lei n° 1.799, de 23 de dezembro de 1997, que 'dispõe sobre a posse e o exercício em cargos públicos da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal'". **APROVADO** por votação em processo simbólico (19 deputados presentes).

(26°) **ITEM 30:** Discussão e votação, em 1° turno, do **Projeto de Lei n° 678, de 2003,** de autoria do Deputado Gim Argello (PMDB), que "Dispõe sobre a inclusão, no calendário oficial do Distrito Federal, da 'Copa Brasília Internacional de Judô'". **APROVADO** por votação em processo simbólico (19 deputados presentes).

(27°) **ITEM 31:** Discussão e votação, em 1° turno, do **Projeto de Lei n° 129, de 2003,** de autoria do Deputado Chico Leite (PC do B), que "Institui a obrigatoriedade de afixação, nos estabelecimentos comerciais, de material de interesse do consumidor e de informações relativas a todos os órgãos integrantes do sistema de defesa do consumidor". **APROVADO** por votação em processo simbólico (19 deputados presentes).

(28°) **ITEM 32:** Discussão e votação, em 1° turno, do **Projeto de Lei n° 131, de 2003,** de autoria do Deputado Chico Leite (PC do B), que "Institui a obrigatoriedade de os estabelecimentos comerciais, que atendam pelo sistema 0800, enviarem para a residência do consumidor protocolo das reclamações e solicitações feitas por telefone e dá outras providências." **APROVADO** por votação em processo simbólico (18 deputados presentes).

(29°) **ITEM 33:** Discussão e votação, em 1° turno, do **Projeto de Lei n° 355, de 2003,** de autoria do Deputado Augusto Carvalho (PPS), que "Cria o *Cadastro Central Informatizado dos Estudantes* no Distrito Federal e dá outras providências." **APROVADO** por votação em processo simbólico (18 deputados presentes).

(30°) **ITEM 34:** Discussão e votação, em 1° turno, do **Projeto de Resolução n° 6, de 2003,** de autoria do Deputado José Edmar (PMDB), que "Dispõe sobre a averbação do tempo de serviço público federal dos servidores da Câmara Legislativa do Distrito Federal". **LIDO.**

(31º) **ITEM 36:** Discussão e votação, em 1º turno, do **Projeto de Lei n° 875, de 2003,** de autoria do Deputado Vigão (PPB), que "Dispõe sobre a Semana da Mulher no Distrito Federal".
- Parecer favorável do relator da CCJ, Deputado Brunelli. **APROVADO** por votação em processo simbólico (19 deputados presentes).
- Votação do projeto em 1° turno. **APROVADO** por votação em processo simbólico (19 deputados presentes).

(32°) **ITEM 37:** Discussão e votação, em 1° turno, do **Projeto de Lei n° 723, de 2003,** de autoria do Poder Executivo, que "Autoriza o Governo do Distrito Federal a alienar bens imóveis e dá outras providências". **LIDO.**

(33°) ITEM **INCLUÍDO: Discussão** e votação, em 1° turno, do **Projeto de Lei n° 922, de 1999,** de autoria do Deputado Gim Argello, que "Altera dispositivo da Lei n° 901, de 22 de agosto de 1995, que regulamenta a utilização de áreas públicas do DF por *traillers*, quiosques e similares e dá outras providências".
Obs.: Em tramitação conjunta com o **Projeto de Lei n° 539, de 2003,** de autoria do Deputado Izalci Lucas, que "Dispõe sobre a regularização das ocupações em áreas públicas por *trailers*, quiosques e similares e dá outras providências."
- Parecer favorável do relator da CAF, Deputado Pedro Passos. **APROVADO** por votação em processo simbólico (19 deputados presentes).
- Parecer favorável do relator da CCJ, Deputado Brunelli. **APROVADO** por votação em processo simbólico (19 deputados presentes).
- Votação do projeto em 1° turno. **APROVADO** por votação em processo simbólico (19 deputados presentes).

(34°) **ITEM INCLUÍDO:** Discussão e votação, em turno único, do **Projeto de Decreto Legislativo n° 201, de 2003,** de autoria da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, que "Aprova as contas do Governo do Distrito Federal relativas ao exercício de 1999". **APROVADO** com 13 votos favoráveis. Houve 11 ausências. - Apreciação da **redação final. APROVADA** nos termos do § 5° do art. 204 do Regimento Interno.

(35°) **ITEM INCLUÍDO:** Discussão e votação, em turno único, do **Projeto de Decreto Legislativo n° 202, de 2003,** de autoria da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, que "Aprova as contas do Governo do Distrito Federal relativas ao exercício de 2001". **APROVADO** com 13 votos favoráveis. Houve 11 ausências. - Apreciação da **redação final. APROVADA** nos termos do § 5° do art. 204 do Regimento Interno.

(36°) **ITEM INCLUÍDO:** Discussão e votação, em turno único, do **Projeto de Decreto Legislativo n° 203,** de 2003, de autoria da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, que "Aprova as contas do Governo do Distrito Federal relativas ao exercício de 2002". **APROVADO** com 13 votos favoráveis. Houve 11 ausências. - Apreciação da **redação final. APROVADA** nos termos do § 5° do art. 204 do Regimento Interno.

(37°) **ITEM INCLUÍDO:** Discussão e votação, em 1° turno, do **Projeto de Lei n° 715, de 2003,** de autoria do Deputado Rôney Nemer, que "Reconhece a encenação da Paixão de Cristo ao vivo, em Samambaia, como evento oficial do Distrito Federal e dá outras providências".
- Parecer favorável do relator da CAS, Deputado Fábio Barcellos. **APROVADO** por votação em processo simbólico (14 deputados presentes).
- Parecer favorável do relator da CCJ, Deputado Brunelli. **APROVADO** por votação em processo simbólico (14 deputados presentes).
- Parecer favorável do relator da CEOF, Deputado Odilon Aires. **APROVADO** por votação em processo simbólico (14 deputados presentes).
- Votação do projeto em 1° turno. **APROVADO** por votação em processo simbólico (14 deputados presentes).

(38°) **ITEM INCLUÍDO:** Discussão e votação, em 1° turno, do **Projeto de Lei n° 951, de 2003,** de autoria do Poder Executivo, que "Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional à Lei Orçamentaria Anual do Distrito Federal, no valor de R$ 15.734.950,00 (quinze milhões, setecentos e trinta e quatro mil e novecentos e cinquenta reais)". **APROVADO** por votação em processo simbólico (14 deputados presentes).

(39°) **ITEM INCLUÍDO:** Discussão e votação, em 1° turno, do **Projeto de Lei n° 210, de 2003,** de autoria do Deputado Chico Floresta, que "Proíbe o lançamento de nome de mutuário em atraso com as prestações do Sistema Financeiro da Habitação no cadastro dos serviços de proteção ao crédito e dá outras providências". **APROVADO** por votação em processo simbólico (15 deputados presentes).
- Obs.: O número do projeto não corresponde à ementa especificada.

(40°) ITEM **INCLUÍDO: Discussão** e votação, em 1° turno, do **Projeto de Lei n° 830, de 2003,** de autoria da Deputada Anilcéia Machado, que "Cria na estrutura do Instituto de Medicina Legal do Distrito Federal (IML) o *Serviço de Atendimento Especial às Mulheres Vítimas de Violência e Maus Tratos* e dá outras providências".
- Parecer favorável do relator da CCJ, Deputado Brunelli. **APROVADO** por votação em processo simbólico (15 deputados presentes).
- Votação do projeto em 1° turno. **APROVADO** por votação em processo simbólico (15 deputados presentes).

(41°) ITEM **INCLUÍDO: Discussão** e votação, em 1° turno, do **Projeto de Lei n° 23, de 2003,** de autoria da Deputada Eliana Pedrosa, que "Institui reserva de vagas nas universidades e faculdades públicas do Distrito Federal de, no mínimo, 40% (quarenta por cento) por curso e por turno para alunos oriundos de escolas públicas". **APROVADO** por votação em processo simbólico (15 deputados presentes). Houve 1 voto contrário.

(42°) ITEM **INCLUÍDO: Discussão** e votação, em 1° turno, do **Projeto de Lei n° 190, de 2003,** de autoria da Deputada Eliana Pedrosa, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade da adoção de plano de gerenciamento dos resíduos dos serviços de saúde no âmbito do Distrito Federal". **APROVADO** por votação em processo simbólico (15 deputados presentes).

(43°) ITEM **INCLUÍDO: Discussão** e votação, em 1° turno, do **Projeto de Lei n° 561, de 2003,** de autoria da Deputada Anilcéia Machado, que "Dispõe sobre a exigência de apresentação de plano de gerenciamento de resíduos sólidos nos editais de licitação pública pertinentes a obras". **APROVADO** por votação em processo simbólico (15 deputados presentes).

3 - ENCERRAMENTO

Presidente (Deputado Benício Tavares):

- Declara encerrada a sessão.

Eu, Primeiro(a) Secretário(a), nos termos do art. 128 do Regimento Interno, lavro a presente Ata.

Primeiro(a) Secretário(a)

(In/Ni/Tof

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Está aberta a sessão extraordinária.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, estou satisfeito em ver estampada nas páginas do *Correio Braziliense* de hoje uma matéria sobre o IPTU progressivo.

Apresentei ontem um projeto - e ele já tramita nesta Casa - que cria o IPTU progressivo no Distrito Federal. Soubemos, por meio de documentos do IBGE, que há cinquenta e dois mil imóveis fechados no Distrito Federal prontos para ser habitados e que se encontram para especulação imobiliária. Esse projeto sobre o IPTU progressivo fará com que as pessoas que estão com esses imóveis fechados os disponibilizem por meio de venda ou de aluguel. Se quiserem continuar com os imóveis fechados, que paguem mais IPTU.

Esse é, portanto, um projeto do mais alto alcance social apresentado ontem nesta Casa. Espero contar com o apoio dos demais Deputados.

Deputado Benício Tavares, conto com a sensibilidade de V.Exa., do Deputado Gim Argello e do Deputado Brunelli, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, importante comissão desta Casa. Espero que

todos apoiem esse projeto, que promoverá justiça social, pois fará com esses imóveis sejam desencalhados e abertos para o uso da comunidade.

No Brasil, há seis milhões de imóveis fechados, imóveis construídos e fechados para especulação imobiliária. Isso é um absurdo! Solicito a V.Exa., Sr. Presidente, que esses dados fiquem consignados na Ata desta sessão.

DEPUTADO ODILON AIRES - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO ODILON AIRES (PMDB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, fiquei extremamente empolgado e satisfeito com o novo IPTU, que se apresenta como IPTU progressivo. Tenho acompanhado a discussão do IPTU em todo o Brasil, inclusive em São Paulo.

O IPTU progressivo deve ser aplicado, mas dificilmente, Deputado Chico Vigilante, poderemos aplicá-lo aqui em Brasília, porque as terras daqui são públicas. Se há especulação imobiliária no Distrito Federal, ela é feita pela Terracap e pela UnB. A UnB perdoou uma dívida de R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) contraída pelo Governo Cristovam Buarque quando S.Exa. era Reitor daquela universidade. Portanto, dificilmente será aplicado o imposto progressivo em Brasília, porque a propriedade aqui titulada está nas mãos de poucos. Quem paga IPTU é inquilino e em Brasília há muitos inquilinos. Se V.Exa. quiser, junto conosco, transferir a cobrança do IPTU para o titular do imóvel, aí, sim. Porém, imóvel

de particular para especulação imobiliária não existe. Existem condomínios dos quais alguém diz ser o dono, mas não é; diz ser dono da gleba de terra, mas não é. IPTU progressivo, em Brasília, dificilmente se aplicará.

Eu também gostaria de discutir com V.Exas. sobre o direito de superfície, que tem de ser aplicado nesta cidade. Porém, IPTU progressivo, em Brasília, somente se cobrado do Governo.

DEPUTADO CARLOS XAVIER - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Tem a palavra V. Exa.

DEPUTADO CARLOS XAVIER (PMDB. Sem revisão do orador.) - Também tenho acompanhado esta matéria, observando, inclusive, os argumentos do Deputado Odilon Aires. Ainda não tenho um conhecimento geral do projeto, mas parece-me que ele é inconstitucional, porque esta Casa não tem poder para legislar sobre impostos e para definir qualquer diretriz a respeito de IPTU ou de qualquer outra cobrança.

De antemão, informo que a minha assessoria jurídica está analisando a questão, mas já tenho algumas informações de que esse projeto é inconstitucional.

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a bancada do PT está apresentando a este Plenário uma moção de louvor, por ato de coragem, solidariedade e heroísmo, ao Sr. Raimundo Alcimar da Silva, que salvou uma criança que estava se afogando no lago. Ontem, ele recebeu uma menção honrosa do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal. Solicito aos Parlamentares que assinem a moção apresentada para que possamos inseri-la na pauta de hoje.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Solicito que a Mesa encaminhe a matéria para que todos os Parlamentares a assinem, tendo em vista que esse assunto é relevante - e entendemos que essa homenagem é muito justa. A matéria constará da pauta assim que todos a tiverem assinado.

Passa-se à

ORDEM DO DIA.

Item n° 1:

"Discussão e votação, em 2° turno, do Projeto de Resolução n° 41, de 2003, de autoria do Deputado Rôney Nemer, que 'altera dispositivos no art. 69-B da Resolução n° 181, de 11 de março de 2002'.

Relatores: Deputado Izalci - GMD

Deputado - CCJ"

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o projeto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)

5.1

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

☐ **SESSÃO ORDINÁRIA** ☒ **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA** **Data:** 76? / 11 /2003
VOTAÇÃO EM ☐ **1º TURNO** ☒ **2º TURNO** ☐ **TURNO ÚNICO** ☒ **APRECIADA REDAÇÃO FINAL** 76/ y/2003
D PARECER ORAL
☐ **CCJ** ☐ **CEOF** ☐ **CAS** ☐ **CDDHCEDP** ☐ **CAF** ☐ **CDC** ☐ **CES** ☐ **CS** ☐ **CDESCTMA** ☐ **M. DIR.**
☐ PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S)_____
☐ **PROJETO** DE LEI COMPLEMENTAR **Nº(S)**_____
☐ **PROJETO** DE LEI **Nº(S)**_____
☐ **PROJETO** DE DECRETO LEGISLATIVO **Nº(S)**_____
☒ **PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S)** 41/03
☐ **OUTROS**_____
Autor: **Deputado(a):** Rôney Nemer **O Executivo**
Relator: **Deputado(a):**

NOME DO PARLAMENTAR	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
DEPUTADA ANILCEIA MACHADO - PMDB				X	
DEPUTADA ARLETE SAMPAIO -PT	X				
DEPUTADO AUGUSTO CARVALHO - PPS	X				
DEPUTADO **BRUNELLI** - PP	X				
DEPUTADO CARLOS XAVIER - PMDB	X				
DEPUTADO CHICO FLORESTA - PT				X	
DEPUTADO **CHICO** LEITE - PC do B	X				
DEPUTADO CHICO VIGILANTE - PT	X				
DEPUTADA ELIANA PEDROSA - PFL	X				
DEPUTADA ERIÇA **KOKAY – PT**	X				
DEPUTADA **EURIDES** BRITO - PMDB	X				
DEPUTADO FÁBIO BARCELLOS - PFL	X				
DEPUTADO **GIM** ARGELLO - PMDB	X				
DEPUTADO IZALCI **LUCAS – PFL**	X				
DEPUTADO JORGE **CAUHY – PFL**	X				
DEPUTADO JOSÉ **EDMAR – PMDB**				X	
DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE -PMDB	X				
DEPUTADO ODILON AIRES - PMDB	X				
DEPUTADO PAULO **TADEU – PT**				X	
DEPUTADO PEDRO PASSOS - PMDB				X	
DEPUTADO PENIEL PACHECO - PSB				X	
DEPUTADO RÔNEY NEMER - PMDB	X				
DEPUTADO WIGÃO – PP				X	
DEPUTADO BENÍCIO TAVARES - PMDB	ff*				
TOTAL	ff			07	

ASSP
SECRETÁRIO DEP.
ASSP
Nº /
Fls.º

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 17 votos favoráveis. Houve 7 ausências.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO GIM ARGELLO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Tem a palavra V. Exa.

DEPUTADO GIM ARGELLO (PMDB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de S. Exa.. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

"Discussão da redação final do Projeto de Resolução n° 41, de 2003, de autoria do Deputado Rôney Nemer, que 'altera dispositivos no art. 69-B da Resolução n° 181, de 11 de março de 2002'."

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à promulgação.

Item n° 4:

"Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo n° 654, de 2001, de autoria do Deputado Gim Argello, que 'concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Staikos Georges Tzemos'.

Relatoras: Deputada Anilcéia Machado - CAS
Deputada Eurides Brito - CCJ"

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 19 Parlamentares.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO GIM ARGELLO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Com a palavra o Deputado Gim Argello.

DEPUTADO GIM ARGELLO (PMDB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de S. Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

"Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo n° 654, de 2001, de autoria do Deputado Gim Argello, que 'concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Staikos Georges Tzemos'."

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à promulgação.

Item n° 5:

"Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo n° 106, de 2003, de autoria do Deputado Peniel Pacheco, que 'concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao empresário Humberto Luiz Ribeiro'.

Relatores: Deputado Paulo Tadeu - CAS
Deputado Brunelli - CCJ"

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 19 Parlamentares.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item n° 2:

"Discussão e votação, em 1° turno, do Projeto de Lei n° 871, de 2003, de autoria do Poder Executivo, que 'dispõe sobre a criação de unidades orgânicas na estrutura da Secretaria de Estado de Fiscalização de Atividades Urbanas do Distrito Federal - SEFAU e dá outras providências'.

Relatores: Deputado Jorge Cauhy - CAS
Deputado Pedro Passos - CEOF
Deputado Brunelli - CCJ"

DEPUTADO CHICO VIGILANTE - Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, este projeto segue uma linha adotada pelo Governo do Distrito Federal. Sinceramente, eu não sei o motivo do contrato feito, no início do Governo anterior do Sr. Joaquim Roriz, com a Fundação Getúlio Vargas, que discutiu a estrutura organizacional do Distrito Federal.

De lá para cá, o que vemos é a criação de secretarias e mais secretarias, de cargos e mais cargos, de administrações e mais administrações, sem haver respeito pelo princípio da impessoalidade e pelos servidores públicos concursados, que deveriam ocupar esses cargos, como determina a boa técnica administrativa. Criam-se cargos e mais cargos, gerando, assim, mais despesas. Até parece que o Distrito Federal tem dinheiro sobrando.

Este projeto, por exemplo, com as medidas de manutenção e extinção de criação de cargos, implica em despesa da ordem de R$ 181.257,74 (cento e oitenta e um mil, duzentos e cinquenta e sete reais e setenta e quatro centavos) para o ano de 2004; e da ordem de R$ 4.137.248,31 (quatro milhões, cento e trinta e sete mil, duzentos e quarenta e oito reais e trinta e um centavos). O projeto segue a mesma linha, conforme eu já mencionei, adotada pelo Governo, que é a de desregulamentar a estrutura do serviço público no Distrito Federal. Alguns governos aderiram a essa linha de enxugamento da máquina administrativa - não estou falando de governos do meu partido -, como, por exemplo, o Governo de Minas Gerais, que é do PSDB, tanto é que houve uma redução drástica do número de secretarias, autarquias e órgãos públicos daquele Estado.

Eu assisti a uma briga entre o Governador de Minas Gerais, Aécio Neves, que é do PSDB, e o Renan Calheiros, que é do PMDB de Alagoas. O Governador Aécio Neves disse que o Estado de Minas Gerais não suportará a Reforma Previdenciária, se não estipular um subteto. O Renan Calheiros, por sua vez, disse que não poderá haver subteto. O Governador Aécio Neves disse que o Estado de Alagoas é extremamente rico, logo não precisaria de subteto.

O mesmo está acontecendo no Distrito Federal. Estaríamos de acordo com uma discussão sobre estruturação e racionalização do serviço público no Distrito Federal, sobre a diminuição do número de secretarias e dos cargos comissionados. Mas o problema não é esse. Há uma verdadeira

farra de criação de cargos comissionados, nunca contratados pela competência gerencial e administrativa. Esse é o problema que está havendo no Distrito Federal. Assim, estão sendo criadas taxas e mais taxas, impostos e mais impostos, para aumentar a arrecadação.

Eu, particularmente, orgulho-me de, juntamente com os Deputados que compõem a CPI dos Combustíveis, ter contribuído para o aumento da arrecadação do Distrito Federal, por meio das denúncias que fizemos sobre sonegação fiscal. Nós não aumentamos a arrecadação do Distrito Federal para os recursos serem mal utilizados; aumentamos a arrecadação do Distrito Federal para que eles sejam aplicados na Educação, na Segurança e na Saúde do Distrito Federal.

Portanto, esse projeto seguirá essa linha. Haverá mais administrações, mais subsecretárias e mais cargos a serem criados. Sinceramente, não dá para concordar com essa farra.

Portanto, votaremos contra o projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Para encaminhar a favor, concedo a palavra ao Deputado Rôney Nemer.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, como sou oriundo da carreira de fiscalização, eu gostaria de solicitar aos nobre Pares a aprovação deste projeto, pois trata-se da estruturação de uma das secretarias mais importantes para a melhoria e manutenção da qualidade de vida do Distrito Federal. A categoria de fiscalização é uma categoria muito importante. Hoje, existe a Secretaria e várias atividades

ainda são feitas nas administrações regionais. O que queremos é a centralização de todas essas atividades em um mesmo local, com uma só estruturação, para que possamos continuar mantendo Brasília em primeiro lugar no IDH. Sabemos o quanto são importantes as fiscalizações, em todos os sentidos: a fiscalização ambiental, a de obras, a de postura, a sanitária, etc. Portanto, para nós, é muito importante a criação dessa estrutura, o que garantirá, sobremaneira, a qualidade de vida da sociedade do Distrito Federal.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o projeto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)

12.1

CÂMARA **LEGISLATIVA** DO DISTRITO FEDERAL

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

☐ **SESSÃO ORDINÁRIA** ☒ **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA** **Data:** 26/11/2003

VOTAÇÃO EM ☒ **1º TURNO** ☐ **2º TURNO** ☐ **TURNO ÚNICO DA PRECIADA REDAÇÃO FINAL** /__/2003

☐ **PARECER ORAL**

☐ **CCJ** ☐ **CEOF** ☐ **CAS** ☐ **CDDHCEDP** ☐ **CAF** ☐ **CDC** ☐ **CES** ☐ **CS** ☐ **CDESCTMA** ☐ **M.** DIR.

☐ PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA **Nº(S)**

☐ **PROJETO** DE LEI COMPLEMENTAR **Nº(S)**

☒ **PROJETO DE LEI Nº(S)** 871/03

☐ **PROJETO** DE DECRETO LEGISLATIVO **Nº(S)**

☐ **PROJETO** DE RESOLUÇÃO **Nº(S)**

☐ **OUTROS**

Autor: **Deputado(a):** ☒ **Executivo**

Relator: **Deputado(a):**

NOME DO PARLAMENTAR	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
(DEPUTADA ANILCEIA MACHADO - PMDB				X	
DEPUTADA ARLETE SAMPAIO -PT		X			
PEPUTADO AUGUSTO CARVALHO - PPS		X			
pEPUTADO BRUNELLI - PP	X				
DEPUTADO CARLOS XAVIER - PMDB	X				
DEPUTADO CHICO FLORESTA - PT				X	
DEPUTADO CHICO LEITE - PC do B		X			
DEPUTADO CHICO VIGILANTE - PT		X			
(DEPUTADA ELIANA PEDROSA - PFL	X				
[DEPUTADA ERIÇA **KOKAY – PT**		X			
[DEPUTADA **EURIDES** BRITO - PMDB	X				
DEPUTADO FÁBIO BARCELLOS - PFL	X				
DEPUTADO GIM ARGELLO - PMDB	X				
DEPUTADO IZALCI LUCAS – **PFL**	X				
DEPUTADO JORGE **CAUHY** - PFL	X				
DEPUTADO JOSÉ EDMAR - PMDB				X	
DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE -PMDB	X				
(DEPUTADO ODILON AIRES - PMDB	X				
DEPUTADO PAULO **TADEU – PT**				X	
PEPUTADO PEDRO PASSOS - PMDB				X	
(DEPUTADO PENIEL PACHECO - PSB				X	
DEPUTADO RÔNEY NEMER - PMDB	X				
DEPUTADO WIGÃO - PP	X				
PEPUTADO BENÍCIO TAVARES - PMDB	X				
TOTAL	13	05		06	

ASSP — ASSP — SECRETÁRIO DEP. — ASSP Nº ___/___ Fls. º

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 13 votos favoráveis, 5 votos contrários. Houve 6 ausências.

Está aprovado.

O projeto segue a tramitação regimental.

Item n° 3:

"Discussão e votação, em 1° turno, do Projeto de Lei n° 699, de 2003, de autoria do Poder Executivo, que 'dispõe sobre a criação da Coordenadoria de Fomento ao Pequeno Negócio no âmbito da Agência de Desenvolvimento Económico e Comércio Exterior do Distrito Federal'.

Relatores: Deputado Jorge Cauhy - CAS

Deputado Pedro Passos - CEOF

Deputado - CCJ"

Estão inscritos, para falar contrariamente ao projeto, o Deputado Chico Vigilante e o Deputado Chico Leite.

(Assume a Presidência o Deputado Gim Argello.)

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite.

DEPUTADO CHICO LEITE (PC do B. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, na realidade, o item n° 3 trata especificamente do Projeto de Lei n° 699, de 2003, de autoria do Poder Executivo, que, de novo, entra na linha de criação de cargos em um momento de contenção de despesas, de austeridade, em que falta emprego, falta dinheiro para a Saúde e para a Educação. Temos uma proposição que

cria sete cargos e, como sempre, Sr. Presidente, de livre provimento. Queremos que se criem cargos por meio de concurso público, para que os jovens possam lutar por ele. Não queremos cargos para os apadrinhados políticos.

Sr. Presidente, com a aprovação deste projeto, teremos um impacto acumulado de R$526.000,00 (quinhentos e vinte e seis mil reais) na folha de pagamento de 2003, 2004 e 2005. Isso é mais um cabide em empregos, para contemplar os apaniguados políticos. Tenho dito que, entre empregar os afilhados políticos e investir na Saúde, precisamos optar pela Saúde; entre contratar as empresas sem licitação e optar pela Educação, precisamos optar pela Educação. Só assim faremos crescer este País.

É por isso que encaminho o voto contrário ao projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Com a palavra Deputado Leonardo Prudente.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (PMDB. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, cumprimento, em primeiro lugar, o nosso Governador, a nossa Secretaria e a nossa Agência de Desenvolvimento Económico, na pessoa do nosso querido Secretário Rogério Rosso, não só pela intenção, mas também pela determinação de dotar aquela agência da estrutura compatível com o caminho de desenvolvimento traçado para Brasília.

Não podemos deixar de comentar que aqueles Deputados que votarem contra este projeío estarão sendo também contra o pequeno e o microempresário, porque essa coordenadoria está sendo criada para

fomentar não só os negócios no âmbito do comércio exterior, mas, especialmente, o pequeno negócio no âmbito daquela secretaria e daquela agência. Portanto, faço um apelo aos Deputados, especialmente aos do Partido dos Trabalhadores e do Bloco Independente, para que votem favoravelmente a este projeto, que será uma grande oportunidade. Futuramente, vocês dirão a seus filhos que ajudaram a construir um comércio forte, seja ele pequeno ou grande, para o desenvolvimento sustentável do Distrito Federal.

Muito obrigado a todos.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Com a palavra o Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu e o Deputado Leonardo Prudente nos conhecemos há muito tempo. S.Exa. sabe que eu e a bancada do Partido dos Trabalhadores não seríamos capazes de encaminhar aqui qualquer proposição contrária ao pequeno e ao microempresário do Distrito Federal. Até porque, Deputado Leonardo Prudente, foi exatamente o Governo Lula que lançou o maior programa de microtécnico do mundo. Isso se deu com o apoio de V.Exa., que agora faz parte da base de sustentação do Governo Lula. Antes de ontem mesmo tive a oportunidade de conversar, por uma hora e meia, com o Líder do partido de V.Exa. no Congresso Nacional, Deputado Inocêncio de Oliveira, que veio a esta Casa. Foi realmente uma boa conversa.

O Governo não está preocupado com a exportação do pequeno e do microempresário. Se estivesse, essa agência de desenvolvimento já teria que estar dotada de um departamento para cuidar disso. A preocupação do Governo, Deputado Chico Leite, é criar mais alguns "carguinhos", um CNE 5, um CNE 6. E aí vai mais uma "despesazinha" de R$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) mensais. Se ele quisesse discutir, efetivamente, exportação, teria chamado os empresários qualificados da área. V.Exa. sabe que eles existem nesta cidade.

Vejo ali na galeria o Sr. Gilberto Rossi, que está exportando para quase todo o mundo. Essa estrutura no GDF não está bem resolvida; há a Secretaria de Desenvolvimento Económico e a Agência de Desenvolvimento Económico. Isso tem que ser resolvido. Talvez a criação desses cargos venha atrapalhar a exportação que está sendo feita hoje, e é por isso que estamos nos posicionando contrariamente a este projeto. Ele não visa ao bem estar do pequeno, do médio e do microempresário, mas à criação de mais cargos para pessoas que estão por aí.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Com a palavra o nobre Deputado Vigão.

DEPUTADO VIGÃO (PP. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a discussão em torno desse item é desnecessária porque, por si só, ele já expressa a competência do Governo ao encaminhar para esta Casa, para apreciação, este projeto de lei que cria a Coordenadoria do Fomento ao Pequeno Negócio, no âmbito da Coordenadoria Econômica e Comércio Exterior do Distrito Federal.

Até parece que o Deputado Chico Vigilante não mora em Brasília! Acho até que S.Exa. mudou-se para o Estado do Goiás. O Distrito Federal, por meio do Governo, decide criar incentivos para o pequeno e médio produtor, para ter condição de competitividade com o Brasil e com o mundo, e alguém vem aqui, a esta tribuna, cometer o disparate de dizer que isso não é legal!

Entendo o papel da Oposição. Sempre entendi que ela tem de fazer o seu papel, porque se não existisse verso, não haveria o anverso. Não existe democracia sem oposição - mas quando ela é saudável.

Eu até sugiro aos Deputados Chico Leite e Chico Vigilante que venham novamente à tribuna retirar o que disseram, porque foi o maior acinte aos pequenos e microempresários desta cidade!

É como se nós adotássemos o apelo do próprio Governo Federal, encontrando meios de financiamento para as pequenas instituições, com recursos do Banco do Brasil e da Caixa Económica, exatamente para esses pequenos e microempresários com necessidades, aqui no Distrito Federal.

Os senhores aí não vão ficar sem esses recursos e sem a designação do Governo do Distrito Federal, porque antes de ser grande, todos nós nascemos pequenos. É preciso respeitar o pequeno e o microempresário e dar a eles condição de subsistência para tornar este País grande e decente em todos os sentidos.

Portanto, vejo essas manifestações como uma simples explosão de desabafo, sem nenhum fundamento e sem nenhuma verdade, sobretudo.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o projeto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)

18.1

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E **DISTRIBUIÇÃO**

☐ **SESSÃO ORDINÁRIA** ☒ **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA** **Data;** 26 / 11 /2003

VOTAÇÃO EM ☒ **1º TURNO** ☐ **2º TURNO** ☐ **TURNO ÚNICO** ☐ **APRECIADA REDAÇÃO FINAL** / /2003

☐ **PARECER ORAL**

☐ **CCJ** ☐ **CEOF** ☐ **CAS** ☐ **CDDHCEDP** . **DIR.**

☐ PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S)

☐ **PROJETO** DE LEI COMPLEMENTAR **Nº(S)**

☒ **PROJETO** DE LEI Nº(S) 699/03

☐ **PROJETO** DE DECRETO LEGISLATIVO **Nº(S)**

☐ **PROJETO** DE RESOLUÇÃO **Nº(S)**

☐ OUTROS

Autor: **Deputado(a):** ☒ **Executivo**

Relator: **Deputado(a):**

NOME DO PARLAMENTAR	SIM	NÃO	**ABST**	AUS	DV
DEPUTADA **ANILCEIA** MACHADO - PMDB	+				
DEPUTADA ARLETE SAMPAIO -PT		+			
DEPUTADO AUGUSTO CARVALHO - PPS		+			
DEPUTADO BRUNELLI - PP	+				
DEPUTADO CARLOS XAVIER - PMDB	+				
DEPUTADO CHICO FLORESTA - PT				+	
DEPUTADO CHICO LEITE - PC do B		+			
DEPUTADO CHICO VIGILANTE - PT		+			
DEPUTADA ELIANA PEDROSA - PFL	+				
DEPUTADA ERIÇA **KOKAY – PT**		+			
DEPUTADA **EURIDES** BRITO - PMDB	+				
DEPUTADO FÁBIO BARCELLOS - PFL				+	
DEPUTADO **GIM** ARGELLO - PMDB	+				
DEPUTADO IZALCI LUCAS - PFL	+				
DEPUTADO JORGE **CAUHY** – PFL	+				
DEPUTADO JOSÉ EDMAR - PMDB				+	
DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE -PMDB	+				
DEPUTADO ODILON AIRES - PMDB	+				
DEPUTADO PAULO **TADEU – PT**				+	
DEPUTADO PEDRO PASSOS - PMDB				+	
DEPUTADO PENIEL PACHECO - PSB				+	
DEPUTADO RÔNEY NEMER - PMDB	+				
DEPUTADO **WIGÃO** - PP	+				
DEPUTADO BENÍCIO TAVARES - PMDB	+				
TOTAL	13	5		&	

ASSP

ASSP

SECRETÁRIO DEP.

ASSP

Nº /

Fls. º

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 13 votos favoráveis e 5 votos contrários. Houve 6 ausências.

Está aprovado.

O projeto segue a tramitação regimental.

(Assume a Presidência o Deputado Benício Tavares.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Item n° 6:

"Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo n° 117, de 2003, de autoria do Deputado Peniel Pacheco, que 'concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao reverendo John William Garrison'.

Relatores: Deputado Jorge Cauhy - CAS

Deputado Brunelli - CCJ"

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 18 Parlamentares.

Item n° 7:

"Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo n° 820, de 2002, de autoria do Deputado Jorge Cauhy, que 'concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Gustavo Augusto Aurnhemeir Ribeiro'.

Relatores: Deputado Paulo Tadeu - CAS

Deputada Eurides Brito - CCJ"

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 18 Parlamentares.

DEPUTADO JORGE CAUHY - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Tem a palavra V. Exa.

DEPUTADO JORGE CAUHY (PFL. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

"Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo n° 820, de 2002, de autoria do Deputado Jorge Cauhy, que 'concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Gustavo Augusto Aurnhemeir Ribeiro'."

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à promulgação.

Item n° 8:

"Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo n° 69, de 2003, de autoria do Deputado Chico Vigilante, que 'concede o título de Cidadã Honorária de Brasília a Sra. Rosa Maria Said'.

Relatores: Deputada Erika Kokay - CAS

Deputada Eurides Brito - CCJ"

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 19 Parlamentares.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Tem a palavra V. Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, solicito dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

"Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo n° 69, de 2003, de autoria do Deputado Chico Vigilante, que 'concede o título de Cidadã Honorária de Brasília a Sra. Rosa Maria Said'."

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à promulgação.

Esta Presidência informa que o Item n° 9 foi transferido para último item da pauta a ser apreciado.

Item nº 10:

"Discussão e votação, em 1° turno, do Projeto de Lei n° 2.868, de 2002, de autoria do Deputado Leonardo Prudente, que 'inclui no Calendário Oficial de Eventos de Brasília o Projeto Brasília Capital Cultural, e dá outras providências'.

Relatores: Deputada Erika Kokay - CAS

Deputado Brunelli - CCJ"

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 18 Parlamentares.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item n° 11:

"Discussão e votação, em 1° turno, do Projeto de Lei n° 550, de 2003, de autoria do Deputado Leonardo Prudente, que 'cria, no âmbito do Distrito Federal, o Programa Habitacional para os Trabalhadores na Área de Limpeza residentes no Distrito Federal e dá outras providências'.

Relatores: Deputado Brunelli - CAF

Deputado Brunelli - CCJ"

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 18 Parlamentares.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 13:

"Discussão e votação, em 1° turno, do Projeto de Lei n° 228, de 2003, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa, que 'define receita orçamentaria do Distrito Federal para fins de aplicação do disposto no art. 195 da Lei Orgânica do Distrito Federal'.

Relatores: Deputado Paulo Tadeu - CEOF

Deputado Rôney Nemer - CCJ"

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 18 Parlamentares.

A matéria segue a tramitação regimental.

(Assume a Presidência o Deputado Gim Argello.)

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Item n° 14:

"Discussão e votação, em 1° turno, do Projeto de Lei n° 607, de 1999, de autoria do Deputado Benício Tavares, que 'determina aos hotéis e motéis do DF que promovam adaptações indispensáveis ao acesso em suas dependências de pessoas portadoras de deficiência física, inclusive no mínimo 10% (dez por cento) de seus quartos, apartamentos e suítes, e dá outras providências'.

Relatores: Deputado João Carlos - CAS

Deputada Eurides Brito - CCJ"

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 18 Parlamentares.

A matéria segue a tramitação regimental.

(Assume a Presidência o Deputado Benício Tavares.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Item n° 15:

"Discussão e votação, em 1° turno, do Projeto de Lei n° 182, de 2003, de autoria do Poder Executivo, que 'concede remissão e isenção de Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU relativo ao imóvel que menciona, e dá outras providências'.

Relatores: Deputado Odilon Aires - CEOF

Deputada Eurides Brito - CCJ"

A Deputada Eurides Brito, Líder do Governo, solicita que este item seja o último da pauta de votação.

(Assume a Presidência o Deputado Gim Argello.)

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Item n° 16:

"Discussão e votação, em 1° turno, do Projeto de Lei n° 1.494, de 2000, de autoria do Deputado Benício Tavares, que 'dá a denominação de *Praça índio Pataxó Galdino Jesus dos Santos* à chamada Praça do Compromisso, situada na 703/704 Sul, na Região Administrativa de Brasília - RA-I, e dá outras providências'.

Relatores: Deputado Pedro Passos - CAF

Deputada Lúcia Carvalho - CCJ"

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 18 Parlamentares.

A matéria segue a tramitação regimental.

(Assume a Presidência o Deputado Benício Tavares.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Item n° 17:

"Discussão e votação, em 1° turno, do Projeto de Lei n° 557, de 2003, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa, que 'dispõe sobre a expedição do alvará de funcionamento para micro e pequenas empresas instaladas no Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Universidade de Brasília - CDT/UnB, integrantes do projeto Incubadora de Empresas'.

Relatores: Deputado Rôney Nemer - CDESCTMA

Deputado Brunelli - CCJ"

Em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PFL. Para discutir. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, prezados colegas, peço o obséquio da atenção de todos para que aprovemos este projeto que vem atualizar a nossa legislação e abrigar, dentro dos espaços acadêmicos das universidades, as empresas incubadas.

Hoje, a nossa legislação não permite que se dê alvará de funcionamento para empresas fomentadas no âmbito das incubadoras por entender que os espaços acadêmicos não são próprios para negócios. Essa

é uma atualização necessária porque hoje as incubadoras das universidades são um pólo nascedouro de empresas de alta tecnologia e virão a ser da maior importância para o Distrito Federal.

Sr. Presidente, é importante que sempre estejamos acompanhando aquilo que se torna uma realidade positiva. Temos de agir eliminando todos os emperramentos que existem, a fim de que as empresas e o setor produtivo de Brasília possam prosperar. Hoje, essas empresas têm grandes dificuldades, não conseguem tirar alvará de funcionamento e, com isso, ficam impedidas de conseguir financiamentos.

Por isso, solicito aos nobres Pares que ajudem na aprovação deste projeto, que é muito importante para o desenvolvimento dessas empresas e do nosso Distrito Federal.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Continua em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Aríete Sampaio.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, a nossa bancada apoia o projeto de autoria da Deputada Eliana Pedrosa, que vem ao encontro dos interesses dessas empresas que, objetivamente, têm tido dificuldades para obtenção do alvará de funcionamento.

O projeto é procedente e merece o apoio de todos os Pares desta Casa.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 18 Parlamentares.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 18:

"Discussão e votação, em 1° turno, do Projeto de Lei n° 335, de 2003, de autoria do Deputado Augusto Carvalho, que 'regulamenta a instalação e manutenção de cercas elétricas no DF e dá outras providências'.

Relatores: Deputado Fábio Barcellos - CSEG
Deputado Chico Leite - CCJ
Deputado Odilon Aires - CEOF"

Em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Augusto Carvalho.

DEPUTADO AUGUSTO CARVALHO (PPS. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu e o Deputado Chico Vigilante elaboramos algumas emendas que visam aprimorar o texto. São emendas que obtiveram acordo de todas as lideranças que foram consultadas, dos membros da Comissão de Constituição e Justiça e do Presidente da Comissão de Segurança, Deputado Leonardo Prudente.

Solicito a V.Exa. que submeta o projeto à votação junto com as emendas de plenário apresentadas.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Deputado Augusto Carvalho, se todos os Deputados concordarem com isso, submeterei a solicitação de V.Exa. à apreciação das lideranças, conforme fiz anteriormente.

Em discussão a solicitação do Deputado Augusto Carvalho. (Pausa.)

Não havendo quem discorde dela, acato a solicitação de V.Exa. As comissões darão parecer sobre as emendas apresentadas em plenário.

Solicito ao Presidente da Comissão de Segurança, Deputado Leonardo Prudente, que indique relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE - Sr. Presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Solicito ao Relator, Deputado Leonardo Prudente, que profira o parecer da Comissão de Segurança sobre a matéria.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Segurança ao Projeto de Lei n° 335, de 2003, de autoria do Deputado Augusto Carvalho, que "regulamenta a instalação e manutenção de cercas elétricas no DF e dá outras providências".

Foram apresentadas sete emendas ao projeto: As Emendas Aditivas n°s 1 e 2, de autoria do Deputado Augusto Carvalho; a Emenda

Modificativa n° 3, de autoria do Deputado Augusto Carvalho; a Emenda Modificativa n° 4 foi retirada pelo próprio autor, Deputado Chico Vigilante; a Emenda Modificativa n° 5, de autoria do Deputado Chico Vigilante; a Emenda Modificativa n° 6, de autoria do Deputado Chico Vigilante; e a Emenda Modificativa n° 7, de autoria do Deputado Augusto Carvalho.

A Comissão de Segurança fez a análise do mérito das emendas e entende que estão sendo aprimoradas questões de redação e técnica. Os assuntos foram discutidos amplamente pela comunidade.

Somos pela aprovação das Emendas n°s 1, 2, 3, 5, 6 e 7. Foi retirada a Emenda Modificativa n° 4.

É o meu voto.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Em discussão o parecer da Comissão de Segurança. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 19 Parlamentares.

Concedo a palavra ao Relator, Deputado Chico Leite, para proferir parecer pela Comissão de Constituição e Justiça.

DEPUTADO CHICO LEITE (PC do B. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, parecer às Emendas Modificativas n° 7, 6, 5, 3, 2 e 1 ao Projeto de Lei n° 335, de 2003, de autoria do Deputado Augusto Carvalho, que "regulamenta a instalação e

manutenção de cercas elétricas no DF e dá outras providências". A Emenda Modificativa n° 4, conforme colocado textualmente, foi retirada e, por isso, não merecerá desta Comissão a avaliação do ponto de vista da admissibilidade.

A Comissão de Constituição e Justiça analisa a constitucionalidade, a legalidade, a juridicidade, a técnica legislativa e a redação. Quanto a esses aspectos básicos de admissibilidade, as emendas aperfeiçoam o projeto. Nada tem esta Comissão a opor às emendas, consubstanciando matéria perfeitamente admissível porque é constitucional, legal, jurídica, perfeita do ponto de vista redacional e do ponto de vista técnico-legislativo.

Somos pela admissibilidade das emendas.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 19 Parlamentares.

Solicito ao Relator, Deputado Odilon Aires, que profira parecer pela Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

DEPUTADO ODILON AIRES (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, parecer às emendas ao

Projeto de Lei n° 335, de 2003, de autoria do Deputado Augusto Carvalho, que "regulamenta a instalação e manutenção de cercas elétricas no DF e dá outras providências". Esta Comissão recebe Emendas de Plenário n°s 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7.

Somos pela admissibilidade e acatamento das Emendas n°s 1, 2, 3, 5, 6, 7 e pela rejeição da Emenda n° 4.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Em discussão o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 19 Parlamentares.

Em discussão o Projeto de Lei n° 335, de 2003, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 19 Parlamentares.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 19:

"Discussão e votação, em 1° turno, do Projeto de Lei n° 53, de 2003, de autoria do Deputado Izalci, que 'dispõe sobre a inclusão do Dia do Estudante no calendário de eventos do DF'.

Relatores: Deputada Erika Kokay - CAS

Deputado Brunelli - CCJ"

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 19 Parlamentares.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, neste momento encontram-se presentes no plenário a Deputada Erika Kokay, Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, e o Deputado Carlos Xavier, Corregedor desta Casa. Estamos com um projeto de resolução elaborado pela Mesa, com dezessete assinaturas, para ser apreciado. Ontem fiz uma solicitação e V.Exa. nos garantiu que ele seria incluído na pauta de hoje.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Deputado Chico Vigilante, o projeto consta na pauta da sessão ordinária.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE - Sr. Presidente, mas já estamos na sessão extraordinária.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Deputado Chico Vigilante, perguntei ontem se o projeto deveria constar na pauta da sessão ordinária e V.Exa. me respondeu que sim. Então, o projeto foi incluído na pauta da sessão ordinária.

Havia uma dúvida sobre a tramitação do projeto e já recebi a informação de que ela está perfeita. O projeto já passou pela Comissão de Constituição e Justiça, pela Mesa, e está pronto para ser votado.

Amanhã votaremos esse projeto.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE - Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que esse projeto seja o primeiro item da pauta a ser apreciado. Se regimentalmente for possível, que ele figure na pauta da sessão ordinária e na da sessão extraordinária para que, não sendo votado em uma, o seja na outra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Acato a solicitação de V.Exa. O referido projeto será colocado como primeiro item da Ordem do Dia da sessão ordinária de amanhã. Se houver alguma dificuldade para sua apreciação, comprometo-me com V.Exa. a incluí-lo na pauta da sessão extraordinária.

Item n° 20:

"Discussão e votação, em 1° turno, do Projeto de Lei n° 3.199, de 2002, de autoria do Deputado José Edmar, que 'permite o funcionamento noturno, nos finais de semana, da feira da Torre de TV, da RA-I - Brasília'.

Relatores: Deputado Brunelli - CAF

Deputada Eurides Brito - CCJ"

A Presidência informa que foram apresentadas emendas a este projeto.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (PMDB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, apresentei uma emenda ao projeto que já foi discutida com o Deputado José Edmar . A emenda tem a anuência de S.Exa. porque não mexe na essência do projeto, ela só o aperfeiçoa.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Consulto os Líderes se há algum problema em proferir o parecer sobre a emenda em plenário. (Pausa.)

A Presidência informa ao Deputado Leonardo Prudente que há negociação sobre a matéria e que o projeto ainda não se encontra na Mesa. Quando ele chegar à Mesa, faremos a conferência e o apreciaremos novamente.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, por uma questão de isonomia, tendo em vista que, há pouco, seis emendas apresentadas a um projeto de autoria do Deputado Augusto Carvalho foram apreciadas em plenário, concordo que se dê o mesmo tratamento a essa.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Perfeito. Deputado Leonardo Prudente, faremos a apreciação do projeto assim que ele chegar à Mesa.

DEPUTADO ODILON AIRES - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO ODILON AIRES (PMDB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu gostaria de cumprimentar V.Exa. pelo seu espírito público, democrático e progressista. V.Exa. fez parte da elaboração da Lei Orgânica, que, em seu art. 325, inciso II, alínea a, faz a previsão, cria na seção dos Instrumentos das Políticas de Ordenamento Territorial e de Desenvolvimento Urbano, o tão falado Imposto Predial e Territorial Urbano Progressivo.

Em relação a esse imposto, Brasília saiu na frente. O Estatuto das Cidades, que foi votado no Congresso Nacional pelo então Senador Pompeu de Sousa - que era do meu partido -, tramitou durante doze anos

naquela Casa; e a Lei Orgânica, já fazendo uma previsão, cita o imposto progressivo. O que faltou foi a implantação desse imposto aqui em Brasília, o que não procede.

Eu gostaria que o Deputado Chico Vigilante tivesse cobrado do seu Governo, à época, a implantação do imposto progressivo. Se for o caso, vamos nos somar à Lei Orgânica.

A Deputada Aríete Sampaio, que já foi Governadora, quer fazer a defesa, mas isso não cabe a S.Exa., porque o Governador...

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO ODILON AIRES - Não. Com relação ao dispositivo da Lei Orgânica, art. 325, é constitucional a criação do imposto. Depois de doze anos, veio o Estatuto das Cidades e instituiu, no tempo, o imposto progressivo. Ocorre que em Brasília a implantação desse imposto é muito difícil, porque as terras são públicas.

Até solicito à Deputada Aríete Sampaio que justifique o erro de não se ter implantado o sonho do Deputado Chico Vigilante do imposto progressivo.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, apenas para esclarecer a situação. O Governo Cristovam Buarque encaminhou a esta Casa projeto sobre o imposto progressivo, que

foi derrotado. Inclusive, foram à Justiça para impedir que ele fosse implantado. Agora, quero dizer que não entendi por que um projeto que foi apresentado ontem nesta Casa está sofrendo tanto bombardeio. Obviamente, esse projeto passará pelas Comissões e será debatido no tempo previsto. O Deputado Chico Vigilante inscreveu esse projeto ontem na Casa e ele já está sofrendo uma onda de bombardeios e não entendo por quê. Vamos deixar o projeto tramitar nas Comissões para que o debate seja feito.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Item n° 21:

"Discussão e votação, em 1° turno, do Projeto de Lei Complementar n° 37, de 2003, de autoria do Poder Executivo, que 'institui, no âmbito do Distrito Federal, a dívida ativa do Departamento de Trânsito do Distrito Federal/DETRAN-DF e dá outras providências'.

Relatores: Deputado Jorge Cauhy - CEOF

Deputado - CCJ"

Há emendas a este projeto, e a CCJ deverá se manifestar com relação a elas.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Tem a palavra V. Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (PMDB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de dizer que também apresentei uma emenda de minha autoria a este projeto do Executivo. Ela foi amplamente

discutida com o Diretor Edmar Brás e sua redação foi acatada. A emenda permite que se façam as inscrições dos nomes das pessoas na dívida ativa, mas não permite que se encaminhem os nomes daquelas que, por ventura, não consigam pagar as suas multas para os institutos de proteção ao crédito, como SPC, Serasa, porque isso seria um problema a mais para a nossa população. Creio que essa foi uma contribuição dada pela Câmara Legislativa e que o Detran, na pessoa do nosso amigo Edmar Brás, acatou com bastante veemência.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Como ainda estamos em processo de negociação sobre as emendas apresentadas ao PLC n° 37, passaremos ao Item n° 22.

Item n° 22:

"Discussão e votação, em 1° turno, do Projeto de Lei n° 8, de 2003, de autoria do Deputado Fábio Barcellos, que 'dispõe sobre as restrições à comercialização de peças de uniformes, distintivos ou insígnias da Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros Militar e Departamento de Trânsito do Distrito Federal'.

Relatores: Deputado Leonardo Prudente - CSEG
Deputado Brunell - CCJ"

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 18 Parlamentares.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item n° 23:

"Discussão e votação, em 1° turno, do Projeto de Lei n° 2.962, de 2002, de autoria do Deputado Odilon Aires, que 'disciplina a atribuição de placas identificativas de veículos licenciados para transporte individual de passageiros no âmbito do DF e dá outras providências'.

Relatores: Deputado Pedro Passos - CEOF

Deputado Rôney Nemer - CCJ"

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 18 Parlamentares.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item n° 24:

"Discussão e votação, em 1° turno, do Projeto de Lei n° 418, de 2003, de autoria do Deputado Odilon Aires, que 'dispõe sobre o licenciamento ambiental de locais destinados à disposição de resíduos minerais, de que trata a Lei n° 41, de 13 de setembro de 1989, que *dispõe sobre a política ambiental do Distrito Federal* e dá outras providências'.

Relatores: Deputado Rôney Nemer - CDESCTMA

Deputado Pedro Passos - CEOF

Deputado Brunelli - CCJ"

Em discussão. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Leonardo Prudente.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (PMDB. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, parabenizo o autor do projeto, Deputado Odilon Aires, uma vez que se trata de matéria de grande envergadura que vem contribuir com as questões ambientais do Distrito Federal, em primeiro lugar, porque define o que são resíduos materiais minerais resultantes de obras e, depois, porque estipula que os mesmos sejam depositados em locais licenciados pelo órgão ambiental do Distrito Federal previamente definidos pelas administrações regionais.

Portanto, em nome da liderança do PMDB, parabenizo o nobre Deputado Odilon Aires pela iniciativa e pelo projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 19 Parlamentares.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item n° 25:

"Discussão e votação, em 1° turno, do Projeto de Lei n° 257, de 2003, de autoria do Deputado Paulo Tadeu, que 'dispõe sobre o uniforme

dos alunos matriculados em instituições privadas de ensino e dá outras providências'.

Relatores: Deputada Aríete Sampaio - CAS
Deputado Augusto Carvalho - CEOF
Deputado Chico Vigilante - CCJ"

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 19 Parlamentares. Houve um voto contrário.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item n° 26:

"Discussão e votação, em 1° turno, do Projeto de Lei n° 873, de 1999, de autoria do Deputado Paulo Tadeu, que 'dá o nome de Avenida Gilnei Roberto Garcia de Lima à Rodovia DF-420, na Região Administrativa de Sobradinho - RA V.

Relatores: Deputado Rodrigo Rollemberg - CAS
Deputada Lúcia Carvalho - CCJ"

Em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite.

DEPUTADO CHICO LEITE (PC do B. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, tão-somente para dizer que reconheço no ex-

jornalista Gilnei, já falecido, seu histórico de prestação de serviços a Sobradinho, de maneira que me manifestarei favoravelmente à aprovação da matéria. Porém, preciso fazer duas observações: a primeira é que não se pode dar nome privado à coisa pública. É fundamental que isso vire um princípio, uma vez que é princípio próprio da *res publica, a* qual nos cabe defender em primeiro lugar.

Em segundo lugar, isso não me parece próprio, porque não foi discutido ainda em série de PDLs, o que é muito importante. Mas é importante, também, que tomemos uma decisão global, porque não me parece ser da índole do Distrito Federal, de Brasília, mesmo no seu crescimento, que déssemos nomes próprios às ruas das cidades.

Então, deixo registrados esses dois protestos, Sr. Presidente, mesmo reconhecendo a importância do jornalista já falecido. Se ele fosse vivo, eu votaria contrariamente, mesmo tendo a importância que tem para a história do Distrito Federal e de Sobradinho.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Diante das afirmações do Deputado Chico Leite e na ausência do Deputado Paulo Tadeu, esta Presidência retira este item da pauta, momentaneamente, até o autor chegar para analisar as razões apresentadas pelo Deputado Chico Leite e para discutir o referido projeto.

Item n° 28:

"Discussão e votação, em 1° turno, do Projeto de Lei n° 641, de 2003, de autoria do Deputado Pedro Passos, que 'institui o dia do desarmamento infantil no âmbito do Distrito Federal'.

Relatores: Deputado Fábio Barcellos - CAS

Deputada Eurides Brito - CCJ"

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 19 Parlamentares.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item n° 29:

"Discussão e votação, em 1° turno, do Projeto de Lei n° 112, de 2003, de autoria da Deputada Eurides Brito, que 'altera a redação do artigo 4° da Lei n° 1.799, de 23 de dezembro de 1997, que *dispõe sobre a posse e o exercício em cargos públicos da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal*'.

Relatores: Deputado Jorge Cauhy - CAS

Deputado Odilon Aires - CEOF

Deputada Eurides Brito - CCJ"

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 19 Parlamentares.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item n° 30:

"Discussão e votação, em 1° turno, do Projeto de Lei n° 678, de 2003, de autoria da Deputado Gim Argello, que 'dispõe sobre a inclusão no Calendário Oficial do Distrito Federal da Copa Brasília Internacional de Judô'.

Relatores: Deputada Anilcéia Machado - CAS
Deputado - CCJ"

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 19 Parlamentares.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item n° 31 :

"Discussão e votação, em 1° turno, do Projeto de Lei n° 129, de 2003, de autoria do Deputado Chico Leite, que 'institui a obrigatoriedade de afixação, nos estabelecimentos comerciais, de material de interesse do consumidor e de informações relativas a todos os órgãos integrantes do sistema de defesa do consumidor'.

Relatores: Deputado Izalci - CDC
Deputado Chico Vigilante - CCJ"

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 19 Parlamentares.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item n° 32:

"Discussão e votação, em 1° turno, do Projeto de Lei n° 131, de 2003, de autoria do Deputado Chico Leite, que 'institui a obrigatoriedade para os estabelecimentos comerciais que atendam pelo sistema 0800 de enviar para a residência do consumidor protocolo das reclamações e solicitações feitas por telefone, e dá outras providências'.

Relatores: Deputado Izalci - CDC

Deputado Chico Vigilante - CCJ"

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 18 Parlamentares.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item n° 33:

"Discussão e votação, em 1° turno, do Projeto de Lei n° 355, de 2003, de autoria do Deputado Augusto Carvalho, que 'cria o Cadastro

Central Informatizado dos estudantes no Distrito Federal e dá outras providências'.

Relatores: Deputada Erika Kokay - CAS

Deputado Paulo Tadeu - CEOF

Deputado Chico Leite - CCJ"

Em discussão.

Com a palavra o Deputado Augusto Carvalho.

DEPUTADO AUGUSTO CARVALHO (PPS. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, apresentamos essa proposta para corrigir uma distorção existente no Distrito Federal. A imprensa, especialmente a televisão, tem sido pródiga ao mostrar as imagens dos nossos estudantes em filas quilométricas, aguardando a renovação dos passes estudantis. Precisamos modernizar esse sistema. O processo que há no Distrito Federal é medieval e inaceitável. O projeto dá um *upgrade* nesse processo, o qual esperamos ser acolhido pelos demais Pares.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 18 Parlamentares.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item n° 34:

"Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Resolução n° 6, de 2003, de autoria do Deputado José Edmar, que 'dispõe sobre a averbação do tempo de serviço público federal dos servidores da Câmara Legislativa do Distrito Federal'.

Relatores: Deputado - GMD
Deputado - CCJ"

Esta Presidência informa que é necessário o parecer da Mesa para este projeto. Portanto, ele não poderá ser apreciado neste momento.

Item n° 36:

"Discussão e votação, em 1° turno, do Projeto de Lei n° 875, de 2003, de autoria do Deputado Wigberto Tartuce, que 'dispõe sobre a semana da mulher no Distrito Federal'.

Relatores: Deputado - CAS
Deputado - CEOF
Deputado - CCJ"

A Presidência designa para relatar o projeto o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Brunelli.

DEPUTADO BRUNELLI (PP. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei n° 875, de 2003, de autoria do Deputado Wigberto Tartuce, que "dispõe sobre a semana da mulher no Distrito Federal".

Sr. Presidente, somos pela admissibilidade do referido projeto.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 19 Parlamentares.

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei n° 875, de 2003. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 19 Parlamentares.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item n° 20:

"Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei n° 3.199, de 2002, de autoria do Deputado José Edmar, que 'permite o funcionamento noturno, nos finais de semana, da feira da torre de TV, da RA I- Brasília'.

Relatores: Deputado Brunelli - CAF

Deputada Eurides Brito - CCJ"

A Presidência designa para relatar o projeto pela Comissão de Assuntos Fundiários o Deputado Brunelli.

DEPUTADO BRUNELLI (PP. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, parecer da Comissão de Assuntos Fundiários ao Projeto de Lei n° 3.199, de 2002, de autoria do Deputado José Edmar, que "permite o funcionamento noturno, nos finais de semana, da feira da torre de TV, da RA l- Brasília".

Sr. Presidente, a Emenda Aditiva n° 1, de primeiro turno, de autoria do Deputado Leonardo Prudente, acrescenta parágrafo único ao art. 1° do presente projeto, que se encontra inserido no art. 62 do nosso Regimento Interno e no art. 70 da Lei Orgânica.

Sendo assim, somos pela admissibilidade do projeto.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 19 Parlamentares.

A Presidência designa para relatar o projeto pela Comissão de Constituição e Justiça o Deputado Chico Leite.

DEPUTADO CHICO LEITE (PC do B. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei n° 3.199, de 2002, de autoria do Deputado José

Edmar, que "permite o funcionamento noturno, nos finais de semana, da feira da torre de TV, da RA l- Brasília".

Sr. Presidente, trata-se da Emenda Aditiva n° 1, da lavra do Deputado Leonardo Prudente, ao Projeto de Lei n° 3.199, de 2002, que "permite o funcionamento noturno, nos finais de semana, da feira da torre de TV, da RA l - Brasília".

A Emenda registra, tão-somente, parágrafo único ao art. 1°, que diz o seguinte: o funcionamento na Torre de TV, de segunda a sexta, de 8h às 18h, será facultativo. Ela não acarreta despesas ao Executivo, apenas acrescenta uma disciplina a respeito do funcionamento.

Cabe à Comissão de Constituição e Justiça relatar sob a constitucionalidade, a juridicidade, a legalidade, a técnica legislativa e a redação.

Por essas óticas, nada há a obstar.

Portanto, no âmbito desta Comissão, consideramos admissível o projeto.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 19 Parlamentares.

Em discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei n° 3.199, de 2002. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 19 Parlamentares.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 21:

"Discussão e votação, em 1° turno, do Projeto de Lei Complementar n° 37, de 2003, de autoria do Poder Executivo, que 'institui no âmbito do Distrito Federal a dívida ativa do Departamento de Trânsito do Distrito Federal/DETRAN-DF, e dá outras providências'.

Relatores: Deputado Jorge Cauhy - CEOF

Deputado - - CCJ"

A Presidência designa para relatar as emendas apresentadas ao projeto, pela Comissão de Constituição e Justiça, a Deputada Eurides Brito.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a Emenda Aditiva n° 1 e as Emendas Modificativas n°s 2 e 3, todas de Plenário, referentes ao Projeto de Lei Complementar n° 37, 2003, que "institui, no âmbito do Distrito Federal, a dívida ativa do Departamento de Trânsito do Distrito Federal/DETRAN-DF, e dá outras providências".

A Comissão de Constituição e Justiça tem competência para examinar a admissibilidade das proposições em geral quanto à constitucionalidade, juridicidade, legalidade, regimentalidade, técnica legislativa e redação.

As emendas em tela foram aprovadas pela Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, apresentando boa técnica legislativa, redacional e constitucional, razão pela qual devem compor o corpo do Projeto de Lei Complementar n° 37, de 2003.

Portanto, diante dos argumentos expendidos, resta-nos somente declarar a admissibilidade da Emenda Aditiva n° 1 e das Emendas Modificativas n°s 2 e 3, apresentadas pelos nobres Deputados Leonardo Prudente, Anilcéia Machado e Odilon Aires, respectivamente.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 19 Parlamentares.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei Complementar n° 37, de 2003.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero chamar a atenção dos Deputados, de toda a população que nos ouve neste momento e, especialmente, da imprensa do Distrito Federal para este projeto.

Deputada Eliana Pedrosa, conversei há pouco com o Secretário do Governo, Sr. José Flávio, sobre este projeto absurdo, que transformará o Detran em uma autarquia com superpoderes, sem vínculo com a Secretaria de Fazenda. A direção do Detran, com este projeto, passará a ter o direito de jogar o nome das pessoas multadas, a bel prazer, na dívida ativa do Distrito Federal.

Não dá para dizer aqui que o Detran está querendo isso porque tem dificuldades para receber as multas, pois, hoje, a Fazenda Pública do Distrito Federal já tem o poder de colocar o nome do cidadão na dívida ativa. As pessoas que não pagarem o IPVA e as multas terão seus nomes inscritos na dívida ativa. O que se pretende é que o Detran, sem controle de nenhum organismo, possa fazer isso diretamente, por meio da sua direção financeira.

Não sei como o Deputado Leonardo Prudente defenderá uma coisa dessas. Isso é uma agressão à população, aos usuários de transporte, aos proprietários de veículos.

Eu disse, há pouco, ao Secretário do Governo, José Flávio, que seria oportuno o Governo retirar esse projeto da pauta, pois ele elimina poderes da Secretaria de Fazenda e cria uma superautarquia, com poderes para fazer o que bem entender. A população ficará à mercê da direção

financeira do Detran. Todas as pessoas que sofrerem uma multa terão seus nomes inscritos na dívida ativa, sem nenhum critério.

Como no Distrito Federal, além do número absurdo de pardais pendurados nos postes, há as chamadas barreiras eletrônicas e os radares móveis, que ficam escondidos embaixo das moitas, para pegar os incautos, é possível que, com este projeto aprovado, mais da metade da população do Distrito Federal tenha o nome incluído na dívida ativa.

Não sei de que forma o Governo encaminhou um projeto como este. O Detran já fixou todo tipo de taxas e tem uma superarrecadação. Enquanto as viaturas da Polícia Civil estão caindo aos pedaços, o Detran compra carros com rodas de magnésio e outras coisas mais para ficar atrás das moitas, multando os incautos.

Creio que seria interessante que o Deputado Leonardo Prudente, ao invés de defender um projeto como este, pedisse a sua retirada de pauta, até para que fosse ouvido o Secretário de Fazenda. Quero saber se o Secretário de Fazenda está de acordo com esse absurdo.

Deputados da base do Governo, V.Exas. estão sendo colocados em uma "fria". A opinião pública do Distrito Federal será contrária a este projeto, pois todos sabem quais as consequências para quem tem o nome na dívida ativa. Vocês, que estão na galeria, pequenos comerciantes que, muitas vezes, têm um carrinho velho, puxando um *trailer,* se sofrerem essa punição, não conseguirão realizar negócio algum em órgão público. Quando alguém possui o nome inscrito na dívida ativa, passa a ser uma pessoa morta para o

Estado. Enquanto ela não sair da dívida ativa não conseguirá fazer nenhum tipo de transação com o Estado.

Sr. Presidente, é importante que o Governo retire este projeto de pauta. Faço um apelo à Líder do Governo, Deputada Eurides Brito, que aqui sempre tem tido bom senso e responsabilidade, para que peça a retirada de pauta deste projeto, que é um verdadeiro absurdo. Não podemos aceitá-lo, Deputado Leonardo Prudente. Sei que V.Exa. está posicionado ao microfone não para defender o projeto, mas para pedir a sua retirada de pauta, a fim de analisá-lo melhor. Creio que todos os Deputados da base do Governo, com o alerta que estou fazendo, pedirão a retirada deste projeto porque, além de desnecessário, ele atrapalha a vida das pessoas de bem do Distrito Federal.

Nobre Deputado Leonardo Prudente, não estamos falando de pessoas que desrespeitam o trânsito. Qualquer um de nós está sujeito a uma multa, afinal os pardais ficam escondidos atrás das moitas. Muitas vezes estamos dirigindo a 80 Km/h, em uma pista de 80, e, de repente, a velocidade permitida passa a ser 60 Km/h. Quando percebemos essa mudança, o pardal já registrou a velocidade. E às vezes não conseguimos pagar essas multas porque o valor é muito alto. Considero um absurdo o que o Detran está tentando implementar. Portanto, espero que a bancada do Governo retire este projeto para uma análise melhor.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Continua em discussão. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Leonardo Prudente.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (PMDB. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, concordo em parte com o pronunciamento do Deputado Chico Vigilante. Penso que seríamos sensatos se deixássemos a votação deste projeto para amanhã ou, se for o caso, para a próxima terça-feira, para que pudéssemos discuti-lo um pouco mais.

Nobre Deputado Chico Vigilante, essa prática referente à divida ativa começou no Governo do Partido dos Trabalhadores, do qual V.Exa. faz parte. O Governador Crístovam e o Miúra foram os primeiros a encaminhar para a dívida ativa as questões inerentes às multas não pagas e aos IPVAs atrasados. O Governador Joaquim Roriz e a Diretoria Geral do Detran estão apenas dando continuidade àquilo que o Partido dos Trabalhadores fez.

Que o projeto precisa ser rediscutido, eu concordo, mas vejo que, com uma emenda encaminhada por nós, e aprovada, houve um grande avanço, pois sabemos que havia a intenção de se enviar tudo para a dívida ativa. Às vezes, a pessoa não faz para ela; é indiferente a dívida ativa. Mas faz muito diferença se o nome dela for para o SPC, para o Serasa, para o DPC ou qualquer instituição de proteção ao crédito. A nossa emenda proíbe tudo isso, o que considero um grande avanço.

Sr. Presidente, não falo aqui em nome da nossa Líder de Governo, mas pela Liderança do PMDB. Se a Presidência e os demais Pares concordarem, reavaliaremos o projeto e o colocaremos em votação amanhã.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Acato a solicitação de V.Exa. Como estamos analisando um pouco desta pauta todo

dia, não vejo nenhuma problema em que a votação desse projeto seja adiada, para uma discussão maior, uma análise mais criteriosa por parte dos Deputados desta Casa.

Fica, então, adiada a votação do Item n° 21.

Item n° 27:

"Discussão e votação, em 1° turno, do Projeto de Lei Complementar nº 36, de 2003, de autoria do Poder Executivo, que 'estabelece critérios de localização e procedimentos para a implantação e o funcionamento de infra-estrutura de telecomunicações no Distrito Federal e dá outras providências'.

Relatores: Deputado Rôney Nemer - CDESCTMA
Deputado - CEOF
Deputado Brunelli - CCJ"

Em discussão. (Pausa.)

DEPUTADO CHICO FLORESTA - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Tem a palavra V. Exa.

DEPUTADO CHICO FLORESTA (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu já havia pedido vista dessa matéria mas, em função da viagem que fiz a Paris, esgotou-se o período para a apresentação do relatório e ele foi apreciado.

Apesar disso, há um conjunto de emendas da minha lavra que eu gostaria de apresentar em plenário e, evidentemente, isso não pode ser feito

hoje. Por esse motivo, solicito a anuência de V.Exa. para deixar para amanhã o processo de votação, de modo que eu possa apresentar, Deputado Carlos Xavier, as emendas e considerações de autoria do Deputado Rôney Nemer, Presidente da Comissão. São emendas para melhorar o projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Eu gostaria que o Deputado Rôney Nemer se manifestasse sobre a matéria. (Pausa.)

Com a palavra o Deputado Chico Vigilante para discutir,

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós fizemos um grande esforço ao apresentar uma série de emendas que procuram adequar este projeto, baseada na legislação internacional e ambiental brasileira.

Trata-se de uma questão, Deputado Carlos Xavier, da qual muita gente não percebe a importância nem a gravidade, mas há um efeito direto sobre a saúde humana. Já existem estudos de entidades internacionais, absolutamente sérias, que apontam para a importância de se ter uma série de cuidados com relação à potência desses transmissores, à potência dessas estações que trazem risco à saúde dos seres humanos.

Então, as nossas emendas não foram acatadas, mas há uma instalação, em uma dessas bases do Guará, contra a qual eu entrei com representação, no Ministério Público, e este, a partir dessa representação, está orientando a seguir uma série de procedimentos para que se analise ambientalmente esse tipo de estação que, como digo, repito e reafirmo, tem um reflexo imediato na saúde humana.

Por isso, de maneira cristalina, eu digo que, do ponto de vista ambiental e da saúde humana, acredito ser uma temeridade o Governo do Distrito Federal acelerar esse processo de instalação dessas antenas sem uma discussão mais aprofundada. A rejeição das emendas só demonstra que, na verdade, existe aqui, nesta Casa, o objetivo de aprovarem-se os projetos do Executivo, mesmo quando esses projetos têm um reflexo negativo sobre a população do Distrito Federal.

Nós, Parlamentares da Oposição, apresentamos emendas, colocamos o nosso conhecimento adquirido a serviço da população do Distrito Federal e não há uma avaliação mais precisa daquilo que nós falamos. Nós estamos dizendo e reafirmando: traz problemas para a saúde humana. Tenho, em mão, um parecer do Ministério Público do Distrito Federal que avalia e apresenta para o Judiciário e para o Executivo a necessidade de avaliação dos impactos dessas estações para a saúde humana.

Se não prevalecer o bom senso, evidentemente que o Governo tem a maioria dos votos, mas quero dizer que não contarão com o nosso voto, porque tenho clareza absoluta, por toda a trajetória técnica que tenho mantido na minha vida, de que este projeto precisa de mais estudos para, realmente, ter uma aprovação séria e que não coloque em risco a saúde da população do Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Continua em discussão.

Com a palavra a Deputada Aríete Sampaio.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, nossa bancada fez um requerimento para que este projeto fosse distribuído também para a Comissão de Defesa do Consumidor e para a Comissão de Educação e Saúde.

Segundo o art. 69 do nosso Regimento Interno, compete à Comissão de Educação e Saúde analisar questões a respeito da saúde pública. E está comprovado, em diversos estudos internacionais, que o campo magnético que se forma em torno dessas antenas propicia, inclusive, o surgimento de leucemia nas pessoas que vivem na área.

Nós acreditamos que também essas comissões devem examinar este projeto. Por isso, quero me somar à fala do Deputado Chico Floresta e solicitar que seja permitida a retomada dessa discussão, à luz das emendas propostas para melhorar o texto, para que possamos aprová-lo sem problemas para o povo do Distrito Federal.

Este é o requerimento que também faço, dirigido à Mesa e ao Secretário Parlamentar: solicito a retirada, neste momento, deste projeto de pauta para que, amanhã, ele retorne, admitindo a possibilidade das emendas em plenário, para que seja aperfeiçoado.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Presidência suspende a sessão por um minuto.

(Suspensa às 17h37min, a sessão é reaberta às 17h38min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Está reaberta a sessão.

Concedo a palavra ao Deputado Gim Argello.

DEPUTADO GIM ARGELLO - Sr. Presidente, eu tenho um projeto muito parecido com o Projeto de Lei Complementar n° 36, de 2003, de autoria do Poder Executivo. Por isso, peço vista deste projeto para verificar a possibilidade de apensá-los e para discutir melhor esses dois projetos junto com a nobre Deputada Aríete Sampaio e o Deputado Chico Floresta.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - A Presidência concede vista ao Deputado Gim Argello.

DEPUTADO GIM ARGELLO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO GIM ARGELLO (PMDB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar que V.Exa., na próxima sessão extraordinária, logo após esta, submetesse à apreciação o Projeto de Lei n° 922/99, de nossa autoria, que "altera dispositivo da Lei n° 901, de 22 de agosto de 1995, que 'regulamenta a utilização de áreas públicas do Distrito Federal por *trailers,* quiosques e similares' e dá outras providências", em tramitação conjunta com o Projeto de Lei n° 539, de 2003, de autoria do nobre Deputado Izalci, que "dispõe sobre a regularização das ocupações em áreas públicas por *trailers,* quiosques e similares e dá outras providências".

Então, Sr. Presidente, tendo em vista que essas pessoas já vieram aqui várias e várias vezes, são pessoas conhecidas em Brasília, lutadoras, que só querem o direito de poder trabalhar com seriedade, com dignidade, eu gostaria que V.Exa. encerrasse esta sessão e começasse outra imediatamente, para apreciarmos este projeto que já foi discutido inúmeras vezes nesta Casa e hoje é um projeto apensado de vários Parlamentares. As pessoas da galeria já fizeram por merecer a apreciação do projeto por tantas vezes que vieram à Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Tendo em vista que foi feito um adendo à Ordem do dia, com a inclusão de alguns projetos não incluídos anteriormente na pauta - há um projeto do Deputado Chico Floresta que também não foi incluído -, eu gostaria que V.Exa. acatasse os novos itens que são os de nºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8. Que apreciemos, em primeiro lugar, o projeto que é de interesse dos quiosqueiros do Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Solicito à Mesa que prepare o adendo à pauta e a distribua aos Parlamentares para que deliberemos sobre ela.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, há um jornalista nesta cidade que trabalha há dezessete

anos na *Rádio Nacional* de Brasília e está há trinta anos na profissão. Falo do amigo de todos nós, o jornalista Valter Lima.

Tendo em vista o falecimento, hoje, da mãe do jornalista Valter Lima, D. Dalva, encareço a V.Exa. que encaminhe ao nosso amigo, em nome da Câmara Legislativa do Distrito Federal - creio que de todos nós, Deputados -, os votos de condolências e pesar.

Que fique registrado o nosso sentimento num momento de grande dor para um homem que muito representa para esta cidade, uma das pessoas mais dignas, honestas e imparciais que conheço, o jornalista Valter Lima.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Faço minhas as palavras de V.Exa. Fica registrado o pesar de toda a Câmara Legislativa do Distrito Federal pelo falecimento da mãe do nosso ilustre jornalista, amigo de todos nós, que durante muitos anos tem defendido esta cidade à frente da *Rádio Nacional.* Que ele receba de toda a Câmara Legislativa o nosso sentimento de pesar pelo falecimento de sua mãe.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura de Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - O lido vai à publicação.

(Expediente publicado no DCL n° 231 , de 08/12/2003 , juntamente com a ata sucinta da 56ª Sessão Ordinária.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Suspenderei a sessão por dez minutos para providenciarmos o adendo à pauta. Logo que distribuirmos o adendo, retornaremos à sessão para a apreciação dos projetos.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 17h44min, a sessão é reaberta às 18h.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Está reaberta a sessão.

Item n° 1 do adendo à pauta:

"Discussão e votação, em 1° turno, do Projeto de Lei n° 922, de 1999, de autoria do Deputado Gim Argello, que 'altera dispositivo da Lei n° 901, de 22 de agosto de 1995, que *regulamenta a utilização de áreas públicas do DF por trailers, quiosques e similares* e dá outras providências', em tramitação conjunta com o Projeto de Lei n° 539, de 2003, de autoria do Deputado Izalci, que 'dispõe sobre a regularização das ocupações em áreas públicas por trailers, quiosques e similares e dá outras providências'.

Relatores: Deputado Rôney Nemer - CDESCTMA
Deputado Brunelli - CCJ
Deputada Eliana Pedrosa - CAF"

Solicito ao Deputado Pedro Passos que emita o parecer da Comissão de Assuntos Fundiários sobre a matéria.

DEPUTADO PEDRO PASSOS (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Fundiários ao Projeto de Lei n° 922, de 1999, de

autoria do Deputado Gim Argello, que "altera dispositivo da Lei n° 901, de 22 de agosto de 1995, que 'regulamenta a utilização de áreas públicas do DF por trailers, quiosques e similares' e dá outras providências", em tramitação conjunta com o Projeto de Lei n° 539, de 2003, de autoria do Deputado Izalci, que "dispõe sobre a regularização das ocupações em áreas públicas por trailers, quiosques e similares e dá outras providências".

No âmbito desta Comissão, somos pela admissibilidade dos Projetos de Lei n°s 922, de 1999, e 539, de 2003, nos termos do substitutivo aprovado pela Comissão de Desenvolvimento Económico Sustentável, Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Em discussão o parecer da CAF. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 19 Parlamentares.

DEPUTADO AUGUSTO CARVALHO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Tem a palavra V. Exa.

DEPUTADO AUGUSTO CARVALHO (PPS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria manifestar o meu voto favorável à

matéria. Conversando com os Deputados Gim Argello e Izalci, vimos que hoje oitenta por cento dos atuais ocupantes desses quiosques estão na ilegalidade, porque os compraram de terceiros. Eles também estão sem os alvarás de funcionamento, o que os impedem de contratar funcionários.

O projeto de autoria do Deputado Izalci remete-se à Lei n° 901, aprovada no Governo Cristovam, na qual há uma série de procedimentos a serem seguidos. Por isso, votaremos favoravelmente à matéria.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Solicito ao Relator, Deputado Brunelli, que apresente o parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO BRUNELLI (PP. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei n° 922, de 1999, de autoria do Deputado Gim Argello, que "altera dispositivo da Lei n° 901, de 22 de agosto de 1995, que 'regulamenta a utilização de áreas públicas do DF por trailers, quiosques e similares' e dá outras providências", em tramitação conjunta com o Projeto de Lei n° 539, de 2003, de autoria do Deputado Izalci, que "dispõe sobre a regularização das ocupações em áreas públicas por trailers, quiosques e similares e dá outras providências".

Sr. Presidente, relembrando os trabalhos que, desde o início desta legislatura, temos feito na Rodoviária, na Rodoferroviária, no Setor de Indústrias Gráficas, no Setor Gráfico do Plano Piloto, nas cidades de Planaltina, Samambaia e Taguatinga, vimos que as necessidades desse segmento são muito prementes. Inclusive, evitamos muitos transtornos com

derrubadas. Fomos em vários lugares e evitamos diversas derrubadas, até entramos com liminares na Justiça. Conhecemos esse problema não é de agora, do plenário, foi estando lá, de sol a sol, ajudando, recorrendo à Justiça, contratando advogados e angariando recursos financeiros para ajudar esse segmento.

Agora, com muita satisfação, damos o nosso parecer pela sua admissibilidade.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 19 Parlamentares.

Em discussão, em primeiro turno, o projeto.

Com a palavra o Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a proposta que está sendo apresentada pelos Deputados Izalci e Gim Argello não é um assunto novo. O Projeto de Lei n° 539, de 2003, propõe alterar a Lei n° 901, de 22/08/95, que determinou a regularização mediante autorização, ou termo precário; instituiu a personalidade válida por cinco anos de renovação; vedou a transferência a terceiros; concedeu prazo de 360 dias para a regularização

de quiosques e trailers em atividade até janeiro de 1995; determinou o cancelamento definitivo da autorização pelo descumprimento das condições regulamentares.

Um ano e meio depois dessa lei, veio a Lei n° 361, de 30/12/96, de autoria do Deputado Geraldo Magela, que diminuiu o prazo do Executivo para regularização de 360 para 180 dias, concedendo, portanto, mais 180 dias. Estendeu o prazo para os que teriam direito a requerer regularização, que era até janeiro de 1995, para janeiro de 1996.

Depois veio a Lei n° 1.365, de 02/01/97, de autoria do Deputado Luiz Estevão, que concedeu prazo de até 60 dias para requerer a regularização; e, se o Executivo não se manifestasse sobre o requerimento em 120 dias, consideraria regularizado o estabelecimento. Portanto, todos que requereram a regularização, obtendo ou não a autorização, consideraram-se regularizados. Foi estabelecido que teriam prioridade no processo seletivo para autorização os estabelecimentos implantados e entregues em agosto de 1995 e em agosto de 1996. Essa lei proibiu a concessão de novas autorizações até o término da regularização dos estabelecimentos que funcionassem até agosto de 1996.

A seguir, veio o Decreto n° 18.462, de 18 de junho de 1997, que manteve a vedação de transferência a terceiros, respeitados os direitos de sucessão e os casos em que houver invalidez permanente ou morte do autorizado.

Depois veio a Lei n° 1.793, de 8/12/97, de autoria dos Deputados Manoelzinho, Luiz Estevão, Lúcia Carvalho e José Edmar, que permitiu a

regularização de estabelecimentos que funcionassem em áreas definidas como passíveis de uso até 1997.

Em seguida, veio a Lei n° 3.038, de 29/07/02, de autoria do Deputado César Lacerda, que proibiu autorizações de trailers no Lago Sul.

Depois veio a Lei n° 3.056, de 22/08/02, que permitiu o preparo de alimentos e a sua comercialização nos estabelecimentos do SAAN - Setor de Armazenagem e Abastecimento Norte, do Plano Piloto.

Agora, Sr. Presidente, vem o projeto do Deputado Izalci, que regulariza os atuais ocupantes, mesmo aqueles que tenham adquirido de terceiros; prevê requerimento para regularização a ser apresentado no prazo de noventa dias e dispõe que a exploração se dará na forma prevista na legislação vigente - conteúdo óbvio e desnecessário, principalmente, obedecendo ao Decreto n° 22.580, de 2001, que está em vigor. Este decreto atribui a competência para conceder novas autorizações ao administrador regional, na forma da lei, e dispõe que serão concedidas, mediante licitação ou processo seletivo simplificado, nada em contrário ao decreto, pois a autorização é por natureza ou termo precário.

Portanto, Deputado Izalci, o que mais há são leis que tratam da questão dos quiosques - eu mostrei aqui quase uma dezenas delas. Entretanto, o administrador, especialmente o do Plano Piloto, continua derrubando. As leis estão aí. Aprovaremos mais uma lei e ele vai continuar derrubando, a não ser que derrubem ele. Lei, há sobrando aqui. Há um monte de leis em vigor, há uma dezena de leis em vigor, que não estão sendo respeitadas. Vamos votar mais uma, e vou votar a favor de mais uma

lei, mesmo considerando que já há dez. E me parece que o administrador não cumpre a lei. Portanto, o problema é de Governo. Há um monte de leis e o Governo não se interessa em resolver. Vamos votar mais uma e, depois, tem de haver pressão para que o Governo efeíivamente resolva essa questão. Porque, Deputada Eliana Pedrosa, há muitas leis em vigor. Já apresentei aqui uma dezena, todas são leis aprovadas e promulgadas por esta Casa. Entretanto, ninguém as cumpre.

Os trabalhadores dos *trailers* continuam pagando o preço. No SAAN, que V.Exa. conhece bem e eu também, há uma lei pela qual eles estavam autorizados a fazer alimentação. O que fez o administrador? Foi lá e retirou todo mundo. Eu, como vigilante, era acostumado a comer naquelas barracas em frente às empresas. Havia pessoas que estavam ali há quinze anos e o administrador foi lá e as retirou, mesmo existindo uma lei que as autorizava a manipular alimentos naquele local.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado em primeiro turno e também o substitutivo apresentado pela Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, com a presença de 19 Parlamentares.

A matéria segue a tramitação regimental.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura de Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no DCL nº 231, de 08/12/2003, juntamente com a ata sucinta da 56ª Sessão Ordinária.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Item n° 2 do adendo à pauta:

"Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo n° 201, de 2003, de autoria da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, que 'aprova as contas do Governo do Distrito Federal relativas ao exercício de 1999'.

Relator: Deputado Odilon Aires - CEOF"

DEPUTADO CHICO VIGILANTE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Tem a palavra V. Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, do ponto de vista da credibilidade do Poder Legislativo, considero esse processo absolutamente lamentável. A análise dessas contas do Governador estavam na CEOF, e hoje houve uma reunião extraordinária desta Comissão. É claro que não estou questionando se o Deputado Odilon Aires cumpriu ou não o Regimento Interno, porque S.Exa. o fez usando a prerrogativa de convocar sessão extraordinária com doze horas de antecedência. Porém, os Deputados não sabiam que a reunião seria para aprovação das contas do Governador, e os membros de Oposição não estavam presentes.

Há pouco, em conversa com a Líder do Governo, Deputada Eurides Brito, eu disse a S.Exa. e também ao Secretário José Flávio: vocês não precisam disso! Esta Casa, além de agir com transparência, tem de parecer que está agindo com transparência, não é? Quer dizer, aprovam

hoje pela manhã e inserem, na pauta da segunda sessão extraordinária de hoje, uma questão que não estava pautada anteriormente.

Portanto, eu, a Deputada Aríete Sampaio e o Deputado Chico Floresta precisamos de tempo para conhecer o inteiro teor dessas contas, a fim de que possamos analisá-las e votá-las. Mesmo se estivermos de acordo com essas contas - não é por ser do Governador Roriz que somos contrários -, não podemos votá-las, porque não as conhecemos.

A solicitação que faço a V.Exa., que tem por dever zelar pela boa imagem desta Casa e tem cumprido com sua obrigação, é que suspenda esta sessão e não aprecie esse item, deixe-o para amanhã. Esperamos que essas contas sejam remetidas à bancada de Oposição para que possamos analisá-las,

Sr. Presidente, já apelei à Líder do Governo e ao Secretário José Flávio - com quem tenho tido um relacionamento respeitoso -, porque acho que V.Exas. não precisam disso! Sr. Presidente, V.Exa. tem agido não como integrante de bancada, mas como Presidente desta Casa - e tem demonstrado muito bem que não é parcial. Faço esse apelo a V.Exa., porque é o nome desta Casa que está em jogo neste momento. Acredito que o Governo não precisa desse tipo de atitude para ter suas contas aprovadas.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, reforço as palavras do Deputado Chico Vigilante. Acho que é um atentado à autonomia de poder da Câmara Legislativa fazer com que essa matéria seja submetida à votação sem, sequer, o prévio conhecimento de cada um dos Deputados. Eu não tive a oportunidade de ler as contas nem o parecer do Tribunal de Contas do Distrito Federal. Como posso votar essa matéria?

Se aceitarmos que a votação seja desta maneira, estaremos atentando para o papel independente que tem a Câmara Legislativa, inclusive o de fiscalizador dos atos do Poder Executivo, que todos nós temos de ter. Hoje, são vocês que estão no Governo; amanhã, podemos ser nós. E não queremos agir dessa maneira em momento algum.

Então, chamo a atenção para o descalabro que é submeter essa votação ao Plenário, intempestivamente, sem que, sequer - pelo menos eu - tenhamos tido a oportunidade de fazer a leitura da prestação de contas ou de conhecer o parecer do Tribunal de Contas do Distrito Federal. E digo mais: se isso for perpetrado, certamente usaremos todos os instrumentos possíveis para demonstrarmos a ilegitimidade dessa votação.

DEPUTADA EURIDES BRITO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, meu pronunciamento segue outra linha. A CEOF se reuniu

e, se membros desta Comissão não estavam presentes, não devem ser punidos os que estavam presentes e cumpriram o seu dever. Se eu tivesse que fazer qualquer observação contrária, eu diria que esse dever está sendo cumprindo até com um certo atraso. No ano passado, eu testemunhei - e os autos dos processos indicam isso - que parlamentar indicado para relator "sentou", de maio a dezembro, em cima do processo, sem devolvê-lo para ser relatado. No último dia, no apagar das luzes, aí, sim, esta Casa se recusou a votá-lo, achando que ele poderia ser votado neste ano. Agora, já vai passar para outro ano! Se houve *quorum,* se ele foi apreciado, temos condições de votá-lo.

DEPUTADO ODILON AIRES - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Tem a palavra V. Exa.

DEPUTADO ODILON AIRES (PMDB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, exerci, como sempre, as minhas atribuições de Presidente da CEOF e cumpri o Regimento desta Casa e a Lei Orgânica do Distrito Federal. Em um prazo de doze horas, convocamos uma sessão extraordinária, em cuja pauta incluí esse item como item extrapauta porque estávamos votando as contas de 1999, 2001 e 2002. Eu gostaria de deixar claro ao Deputado Chico Vigilante que sequer houve um telefonema do Governador, de Secretário do Governo, de Líder do Governo, de Líder de partido, de membro do PMDB para forçar o Presidente desta Casa a votar essa matéria, de tão grande relevância nesta sessão extraordinária. Meu

compromisso é fazer uma limpa de projetos, tanto de autoria de Deputado como do Executivo, que tramitam nesta Casa.

A prestação de contas do ex-Governador Cristovam Buarque foi votada em uma sessão extraordinária e com negociação desta Casa. O Deputado Gim Argello, que se empenhou nessa discussão, precisa responder qual foi a negociação que envolveu a aprovação das contas do Governo Cristovam Buarque. Todos sabiam que aquelas contas não podiam ser aprovadas. Elas deveriam ter sido rejeitadas. Eu e o Deputado José Edmar éramos contrários àquela aprovação. Mesmo assim, no calar da noite, aprovaram aquelas contas com restrições. Inclusive, a Deputada Aríete Sampaio faz parte da prestação de contas de 1998. Sequer houve uma sinalização de negociata, de protelação, ou de benefício. Pergunto ao Deputado Gim Argello o que ocorreu nos bastidores para que fosse aprovada a prestação de contas de 1998.

DEPUTADO CHICO FLORESTA - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO CHICO FLORESTA (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o argumento da Deputada Eurides Brito não tem sustentação. Não é porque o projeto não foi aprovado na Legislatura passada - e todos nós, a rigor, sob o ponto de vista da Lei, somos Parlamentares de uma nova Legislatura -, que ele deve viger nesta. Como bem disse os Deputados Chico Vigilante e Aríete Sampaio, a bancada do

Partido dos Trabalhadores não teve acesso às contas do Governador nesta Legislatura. Isso tem de ser registrado na imprensa. A bancada da Oposição não teve acesso às contas. Não temos um juízo, *a priori,* mas o Poder Legislativo tem o direito, elementar e básico, de avaliar as constas. Não apenas a comissão técnica, mas qualquer Parlamentar tem o direito - o Regimento assegura isso - de conhecer a matéria que será votada, principalmente uma matéria dessa importância.

O Deputado Odilon Aires questionou as contas do ex-Governador Cristovam Buarque e disse que o Deputado Gim Argello as aprovou sem debate, o que não é verdade. O Deputado Gim Argello fará referência ao contexto da verdade. Todos os Parlamentares tiveram acesso às contas e houve debate em plenário. Podemos recorrer às notas taquigráficas. Houve debates acalorados. Por várias vezes, as contas constaram da pauta de votação e não foram aprovadas porque não houve *quorum* para votação. Depois de um grande debate, houve uma votação simbólica, que assegurou as contas. Então, se é para manter o mesmo contexto em que foram aprovadas as contas do Governador Cristovam, o Deputado Gim Argello vai dizer aqui. Houve debate acerca das contas. A votação não foi feita como está sendo feita agora, sem o conhecimento da bancada da Oposição.

É claro que podemos rejeitar as contas, podemos reagir, mas vai ficar uma mancha, ficará uma mácula na aprovação dessas contas. Por que essa celeridade? Por que não assegurar a transparência das contas do Governador? Quem não deve não teme. Vamos mostrar essas contas e abrir um debate acerca da sua aprovação.

DEPUTADO CARLOS XAVIER - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Tem a palavra V. Exa.

DEPUTADO CARLOS XAVIER (PTB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero fazer algumas correções. Primeiro, eu acho um absurdo que se fale aqui que as contas não são conhecidas porque elas estão aqui desde 1999. Segundo, a bancada do PT tem conhecimento, sim, porque a Deputada Maninha se debruçou nas contas do Governador, analisou-as e entregou o processo no último dia. Essa desculpa de que não conhecem as contas não é verdade. Temos de ser sinceros e colocar as coisas nos seus devidos lugares. Terceiro, não há nada de errado nas contas do Governador. Até porque, se houvesse, o Deputado Chico Vigilante, que é um dos fiscais da Casa, já teria tomado conhecimento. Se isso não aconteceu até hoje, é porque realmente não há nada de errado e irregular nas contas do Governador. Quarto, nós votamos as contas do ex-Governador Cristovam por meio de um acordo feito nesta Casa. Não houve nenhuma dificuldade, até porque havia uma recomendação proveniente de um acordo de lideranças nesta Casa.

Estamos tranquilos e conscientes de que estamos fazendo tudo certo. Fico preocupado com essa aliança do PMDB com o PT em nível nacional, porque o PMDB dá todo apoio ao PT nacional e aqui nem as contas do Governador Roriz o PT quer aprovar, e ficam questionando. Que aliança é essa?

Faço um apelo à bancada do PMDB para que levemos esse assunto ao Ministro Chefe da Casa Civil, José Dirceu, porque a bancada do PT aqui é contra o Governador Roriz, não apoia e não ajuda o Governo. Por que o PMDB tem de apoiar o PT em nível nacional? Se a bancada do PT votar contra as contas do Governador, vamos comunicar ao José Dirceu que o PT de Brasília não está contribuindo, não quer ver o bem da nação e está contra o Governo Roriz, que é exemplar, que tem feito muito e que transformou Brasília na Capital da Esperança, na capital de todos. Sr. Presidente, acho que o José Dirceu não vai gostar disso, porque o projeto do PT é nacional e amplo, muito maior que as coisinhas pequenas de Brasília.

Encerro, dizendo que estamos tranquilos e conscientes. Estamos aprovando as contas de 1999, 2001, 2002, e, logo, aprovaremos as de 2003, porque o Governo Roriz é sério, honesto e não tem nada a temer. Não tememos nada porque sabemos que o Governador Roriz é justo e não aceita coisas erradas em seu governo.

DEPUTADO GIM ARGELLO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Tem a palavra V. Exa.

DEPUTADO GIM ARGELLO (PMDB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero fazer referência à aprovação das contas do Governo Cristovam. Ela foi feita da mesma forma como está ocorrendo hoje. As contas foram levadas à Comissão de Economia, Orçamento e Finanças,

onde receberam parecer favorável, com sugestões e ressalvas feitas em plenário. Fizemos um amplo acordo. V.Exa., na época, era o Líder do Governo. Fizemos todas as composições, que foram aprovadas e das quais muito me orgulho. Houve a participação de todos os Parlamentares na votação, como no dia de hoje, e a aprovação foi por unanimidade.

Portanto, não façam referência mais ao passado, porque dele muito me orgulho, principalmente da votação de todas as contas.

Digo a V.Exa. que estou apto a votar, também, as contas do Governo Roriz que hoje se apresentam.

DEPUTADO AUGUSTO CARVALHO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO AUGUSTO CARVALHO (PPS. Sem revisão do orador.) - Não haveria nenhum problema se, na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, tivéssemos conhecimento prévio da pauta da Sessão Extraordinária para a qual fomos convocados ontem à noite.

O Deputado Odilon Aires perguntou-me se poderíamos fazer uma Extraordinária amanhã. Respondi a S.Exa. que tinha dificuldades.

Sabemos de nossas responsabilidades, que não são mutáveis ao talante de quem propõe uma reunião quando bem quer.

Portanto, Sr. Presidente, com a responsabilidade de membro da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças - a Deputada Eliana Pedrosa sabe muito bem da minha frequência, o Deputado Odilon Aires

sabe muito bem da minha responsabilidade -, digo que sequer fiquei sabendo da Ordem do Dia. Não havia pauta para a reunião extraordinária e sequer tivemos também ciência prévia dos itens extrapauta que seriam debatidos.

Quando cheguei, o fato já estava consumado. Não teria havido nenhum problema se tivéssemos tido acesso aos documentos para podermos deliberar sobre a matéria na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. Poderíamos até ter sido derrotados por nosso voto.

Esse atropelo não é positivo para a Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, porque não ilustra a biografia do Presidente da Comissão, Deputado Odilon Aires, e não ilustra, também, a atuação desta Casa, Sr. Presidente.

Por isso, sou obrigado a não assinar esse documento, remetendo-o ao plenário, até porque, sem conhecer matéria de tamanha repercussão e relevância, nego-me a assinar qualquer documento que seja.

Fomos atropelados de maneira inusitada. Não entro no mérito da relação entre o PMDB nacional, o Governo Roriz e o PT. Isso não me importa. O que me interessa é a transparência das decisões e dos procedimentos que a CEOF até agora vinha tendo.

Lamento que, no final deste ano, tenhamos matéria tramitando de maneira tão censurável.

Na ausência do nosso Líder, nós, do Bloco Independente, colocaremo-nos em obstrução no momento da votação dessa matéria.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, ponderamos aqui, com a Líder do Governo e com o Secretário de Governo, a respeito da impossibilidade de votarmos essas contas no dia de hoje.

Tenho a informação de que poderemos discutir e até votar amanhã as contas de 1999 e 2000.

V.Exa. sabe que esse projeto não está em regime de urgência. Dessa forma, temos o direito de pedir vista. E é o que vou fazer. O Regimento Interno desta Casa me permite fazer isso. Pedirei vista para que eu possa me inteirar a respeito dessas contas e votá-la com consciência. Além disso, a nossa Bancada se colocará em obstrução.

Repito: não há a necessidade de votarmos esse projeto no dia de hoje, nesta fatídica noite.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Deputado Chico Vigilante, ainda não começou a discussão.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE - Sr. Presidente, já estou comunicando a V.Exa. que pedirei vista, pois o Regimento Interno me dá esse direito. Sempre procedemos, nesta Casa, com lealdade, e devo alertá-lo que, se esse processo continuar sendo dessa maneira, irei ao Poder Judiciário questionar a legalidade desta sessão.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Deputado Chico Vigilante, entendemos que há uma série de discussões políticas a respeito dessa questão. Peço a V.Exa. que entenda a necessidade de votação de um projeto que tramita nesta Casa há vários anos. Por esse motivo, os Deputados não poderão alegar desconhecimento da matéria. O projeto já tramita nas comissões há vários anos. O nosso entendimento é o de que há pleno conhecimento de todos a respeito da matéria.

Sendo assim, indefiro a questão levantada pelo Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO AUGUSTO CARVALHO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO AUGUSTO CARVALHO (PPS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, indago a V.Exa. quem são os signatários do documento que apresenta o projeto à Mesa.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Os decretos legislativos foram apresentados pelos Deputados Odilon Aires, Eliana Pedrosa e Pedro Passos, que estavam presentes na comissão.

DEPUTADO AUGUSTO CARVALHO - Estão assinados pelos três Deputados?

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Sim, Deputado Augusto Carvalho.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu só gostaria de esclarecer a V.Exa. que assumi meu mandato nesta Casa Legislativa no dia 1° de janeiro deste ano. Eu, como tantos outros Parlamentares, não compúnhamos esta Casa na legislatura anterior. Obviamente, eu teria tido o cuidado de me deter à análise dessa matéria caso eu tivesse sido comunicada previamente de que ela estaria agendada. Logo, o argumento de V.Exa. não é pertinente.

Mais uma vez, reitero que não cometamos nesta Casa uma violência ao direito democrático dos Parlamentares de se pronunciarem sobre questões conhecidas, que nós não procedamos a essa votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Augusto Carvalho.

DEPUTADO AUGUSTO CARVALHO (PPS. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, faço a V.Exa. e aos demais membros desta Casa mais que um apelo, particularmente àqueles da base de sustentação do Governo, para que possamos repensar a matéria. Como falei anteriormente, não haveria nenhum problema se fôssemos derrotados na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

Pela primeira vez, passo por esta Câmara Legislativa e não tenho conhecimento de como eram os procedimentos anteriores, mas estranho que um projeto de tamanha envergadura tenha sido incluído como item extrapauta na Ordem do Dia da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, numa reunião em que eu já havia comunicado a minha dificuldade de comparecer. Mas nem isso seria argumento.

Sr. Presidente, é o Plenário que deverá ser soberano neste momento de decisão, mas eu solicito a V.Exa. a retirada deste item de pauta, para que nós possamos, amanhã, ter a oportunidade de nos pronunciarmos definitivamente. A Oposição, manifestando o seu voto contrário, democraticamente, poderá ser derrotada, mas com conhecimento de causa.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Continua em discussão.

Tem a palavra o Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, V.Exa. tem se pautado aqui pelo respeito às minorias desta Casa. Eu já disse aos integrantes do Governo que V.Exa., neste momento, não se porta como base do Governo, mas como Presidente do Poder Legislativo.

A base do Governo não precisa desta votação, a esta hora da noite, de última hora. Eu não estou questionando a reunião da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. Eu estou questionando o Plenário, neste

momento. V.Exa. não precisa colocar este item em votação no dia de hoje, para ficar com isso em sua biografia.

É uma votação que poderia transcorrer, tranquilamente, no dia de amanhã. Já houve sessões em finais de semana, no sábado e domingo, numa combinação com V.Exa., para votarmos projetos que eram importantes para esta cidade. Se precisarmos estar em outros finais de semana, estaremos novamente.

O que não pode é acontecer esse tipo de votação, para não quebrar a confiança que existe entre nós, nas questões que são discutidas e encaminhadas de maneira consensual. V.Exa. não precisa quebrar essa confiança que existe entre nós. Isso também não precisa ficar registrado em sua biografia, como o Presidente que colocou um projeto, do qual ninguém tinha conhecimento, em votação.

Eu não fui Deputado na legislatura passada e não tenho culpa se os outros Deputados não analisaram o projeto até hoje. Sr. Presidente, não é do nosso conhecimento que esse item estaria na pauta de votação do dia de hoje. V.Exa sabe disso. Ele não estava na pauta da sessão ordinária, não estava na pauta da sessão extraordinária, e aparece agora, como item extrapauta. V.Exa sabe que isso não é bom para o processo legislativo. Se V.Exa. o tivesse pautado na sessão ordinária e na sessão extraordinária, eu não estaria aqui reclamando, porque jogo marcado é jogo jogado. Entretanto, o jogo não estava marcado. Se o jogo não estava marcado, então ele não pode ser jogado.

Assim, está havendo uma quebra de confiança. E ficaremos com aquela ideia de que, a qualquer momento, o Presidente incluirá na pauta algum projeto, sem que os Deputados estejam sabendo. E não venham me dizer que é desinformação, pois nem mesmo os Deputados da base do Governo sabiam que este projeto estaria na pauta do dia de hoje. Não sabiam. Essa é a verdade.

Sr. Presidente, eu creio que a base do Governo não precisa disso, bem como V.Exa., enquanto Presidente desta Casa. Portanto, faço um último apelo a V.Exa.: não submeta este projeto à votação no dia de hoje. Amanhã estaremos aqui, compondo *quorum,* votando contra, mas estaremos aqui.

Eu não sei do que o Governo tem medo. Vejo também que há alguns mais apressadinhos aqui. Deus nos livre desses, um dia, chegarem a presidir esta Casa, porque vai ser o caos. V.Exa. tem se portado com dignidade, tem se portado com sabedoria, sem tomar partido desse ou daquele lado, mas procurando o equilíbrio nesta Casa. Cabe a V.Exa., neste momento, continuar primando por isso. Se o Presidente for integrante de uma facção, será o fim da sua gestão nesta Casa, porque não restará mais confiança entre nós para a discussão dos projetos.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Esta Presidência entende as razões de V.Exa. Também acabo de ouvir o meu amigo Deputado Fábio Barcellos. Obviamente, o Plenário é soberano para decidir sobre as matérias. Eu entendo perfeitamente as razões levantadas por V.Exa., pela Deputada Aríete Sampaio, pelo Deputado Augusto Carvalho

e, por isso, faço o seguinte encaminhamento: o Plenário vai decidir se apreciará hoje ou se deixará para amanhã o Item n° 2. Peço aos Deputados que se pronunciem sobre isso.

Convido o Deputado Izalci para que façamos o encaminhamento. Os Deputados que concordarem em votar a matéria hoje votarão "sim"; os que não concordarem votarão "não".

DEPUTADA ELIANA PEDROSA - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Tem a palavra V. Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PFL Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu gostaria de saber se este precedente vale para outras questões porque, em outras ocasiões, eu também já fiz alguns protestos e a decisão foi da Presidência. Por isso, eu gostaria de saber, por exemplo, sobre alguns pedidos de Comissão Parlamentar de Inquérito em que não há consenso. O Plenário desta Casa poderia deliberar sobre isso.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Esta Presidência vai analisar, com muito cuidado, as ponderações da nobre Deputada para depois externar uma opinião.

Em votação.

Os Deputados que votarem "sim" estarão a favor da apreciação do projeto hoje; os que votarem "não" estarão postergando a votação do projeto para amanhã.

DEPUTADA EURIDES BRITO - Sr. Presidente, solicito a palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu apelo à bancada do Governo para que vote "sim", a fim de que o projeto seja votado hoje.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Continua em votação.

Os Deputados que votarem "sim" estarão a favor da apreciação do projeto hoje; os que votarem "não" estarão postergando a votação do projeto para amanhã

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 13 votos favoráveis, 4 votos contrários. Houve 7 ausências.

Está aprovado.

DEPUTADO AUGUSTO CARVALHO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Tem a palavra V. Exa.

DEPUTADO AUGUSTO CARVALHO (PPS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, como V.Exa. vai colocar em votação a matéria, nós nos consideramos impedidos de votar.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Tem a palavra V. Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, há o precedente perigoso que estamos abrindo nesta Casa, que é de não se respeitarem as pautas que estão estabelecidas. Existia uma pauta normal, uma pauta extraordinária e ficamos aqui até o fim. Mas foi criada uma terceira pauta, da qual nenhum Deputado nesta Casa sabia.

Tendo em vista esse precedente que considero muito ruim para o relacionamento que sempre tivemos, a nossa bancada se ausentará do plenário. E V.Exas. votem a matéria e arquem com as suas

responsabilidades. Iremos questionar essa votação em todas as instâncias, inclusive na judiciária.

DEPUTADO CARLOS XAVIER - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO CARLOS XAVIER (PMDB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, tendo em vista que sabíamos da apreciação deste projeto, porque ele está aqui na Casa desde 1999, nós ficaremos aqui e votaremos "sim".

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Passo, então, à apreciação do Item n° 2.

Item n° 2 do adendo à pauta:

"Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo n° 201, de 2003, de autoria da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, que 'aprova as contas do Governo do Distrito Federal relativas ao exercício de 1999'.

Relator: Deputado Odilon Aires - CEOF"

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o projeto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

93.1

D SESSÃO **ORDINÁRIA** ☒ **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA** **Data:** 26/11/2003

VOTAÇÃO EM ☐ **1º TURNO** ☐ **2º TURNO** ☒ **TURNO ÚNICO** ☐ **APRECIADA REDAÇÃO FINAL** 26/11/2003

☐ **PARECER ORAL**

☐ **CCJ** ☐ **CEOF** ☐ **CAS** ☐ **CDDHCEDP** ☐ **CAF** ☐ **CDC** ☐ **CES** ☐ **CS** ☐ **CDESCTMA** ☐ **M. DIR.**

☐ **PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S)** _____

☐ **PROJETO** DE LEI COMPLEMENTAR **Nº(S)** _____

☐ **PROJETO** DE LEI **Nº(S)** _____

☒ **PROJETO** DE DECRETO **LEGISLATIVO Nº(S)** 201/03

☐ **PROJETO** DE RESOLUÇÃO **Nº(S)** _____

D OUTROS _____

Autor: Deputado(a): _____ ☒ **Executivo**

Relator: **Deputado(a):**

NOME DO PARLAMENTAR	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
(DEPUTADA **ANILCEIA** MACHADO - PMDB	X				
DEPUTADA ARLETE SAMPAIO -PT				X	
[DEPUTADO AUGUSTO CARVALHO - PPS				X	
DEPUTADO BRUNELLI – PP	X				
DEPUTADO CARLOS XAVIER - PMDB	X				
DEPUTADO **CHICO** FLORESTA - PT				X	
DEPUTADO **CHICO** LEITE - PC do B				X	
DEPUTADO CHICO VIGILANTE - PT				Y	
DEPUTADA ELIANA PEDROSA - PFL	Y				
[DEPUTADA ERIÇA **KOKAY – PT**				V	
DEPUTADA **EURIDES** BRITO - PMDB	X				
DEPUTADO FÁBIO BARCELLOS - PFL	X				
DEPUTADO **GIM** ARGELLO - PMDB	X				
DEPUTADO IZALCI **LUCAS – PFL**	•				
DEPUTADO JORGE **CAUHY** - PFL				X	
DEPUTADO **JOSÉ** EDMAR - PMDB				X	
DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE -PMDB	X				
DEPUTADO ODILON AIRES - PMDB	Y				
DEPUTADO PAULO **TADEU – PT**				V	
DEPUTADO PEDRO PASSOS - PMDB	V				
DEPUTADO PENIEL PACHECO - PSB				Y	
DEPUTADO RÔNEY **NEMER** - PMDB	X				
DEPUTADO **WIGÃO** - PP				X	
DEPUTADO BENÍCIO TAVARES - **PMDB**	Y				
TOTAL	H			11	

ASSP _____ SECRETÁRIO **DEP.** _____

ASSP
PDL **Nº** 201/03
Fls. 02

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 13 votos favoráveis. Houve 11 ausências.

Está aprovado.

DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Tem a palavra V. Exa.

DEPUTADO IZALCI (PFL. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação.

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

"Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo n° 201, de 2003, de autoria da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, que 'aprova as contas do Governo do Distrito Federal relativas ao exercício de 1999'."

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à promulgação.

Item n° 3 do adendo à pauta:

"Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo n° 202, de 2003, de autoria da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, que 'aprova as contas do Governo do Distrito Federal relativas ao exercício de 2001'.

Relator: Deputado Odilon Aires - CEOF"

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o projeto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

95 · 1

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

D SESSÃO ORDINÁRIA ☒ **SESSÃO** EXTRAORDINÁRIA **Data:** 26 / 11 /2003

VOTAÇÃO **EM** ☐ **1° TURNO** ☐ **2° TURNO** ☒ TURNO ÚNICO ☐ **APRECIADA** REDAÇÃO **FINAL** 26/11/2003

D PARECER ORAL

☐ **CCJ** ☐ **CEOF** ☐ **CAS** ☐ **CDDHCEDP** ☐ **CAF** ☐ **CDC** ☐ **CES** ☐ **CS** ☐ **CDESCTMA** ☐ **M. DIR.**

☐ **PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA N°(S)** _____

☐ **PROJETO** DE LEI COMPLEMENTAR N°(S) _____

☐ **PROJETO** DE LEI **N°(S)** _____

☒ **PROJETO** DE DECRETO LEGISLATIVO N°(S) 202/03

☐ **PROJETO** DE RESOLUÇÃO **N°(S)** _____

D OUTROS _____

Autor: **Deputado(a):** _____ ☒ **Executivo**

Relator: **Deputado(a):**

NOME DO PARLAMENTAR	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
DEPUTADA **ANILCEIA** MACHADO - PMDB	X				
DEPUTADA **ARLETE SAMPAIO –PT**				X	
DEPUTADO AUGUSTO CARVALHO - PPS				X	
DEPUTADO **BRUNELLI – PP**	Y				
DEPUTADO CARLOS XAVIER - PMDB	X				
DEPUTADO CHICO FLORESTA - PT				Y	
DEPUTADO **CHICO LEITE – PC do B**				X	
DEPUTADO CHICO VIGILANTE - PT				X	
DEPUTADA ELIANA PEDROSA - PFL	X				
DEPUTADA **ÉRICA KOKAY –** PT				X	
DEPUTADA EURIDES BRITO - PMDB	X				
DEPUTADO FÁBIO BARCELLOS - PFL	X				
DEPUTADO **GIM** ARGELLO - PMDB	X				
DEPUTADO IZALCI LUCAS - PFL	X				
DEPUTADO JORGE **CAUHY** - PFL				X	
DEPUTADO JOSÉ **EDMAR – PMDB**				X	
DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE -PMDB	(X				
DEPUTADO ODILON **AIRES – PMDB**	X				
DEPUTADO PAULO **TADEU –PT**				X	
DEPUTADO PEDRO PASSOS - PMDB	X				
DEPUTADO PENIEL PACHECO - PSB				X	
DEPUTADO RÔNEY **NEMER** - PMDB	X				
DEPUTADO **WIGÃO – PP**				X	
DEPUTADO BENÍCIO **TAVARES** - PMDB	V				
TOTAL [J/f	13			11	

ASSP

SECRETÁRIO DEP. _____

ASSP N° _____ / Fls. °

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 13 votos favoráveis. Houve 11 ausências.

Está aprovado.

O projeto segue a tramitação regimental.

DEPUTADO BRUNELLI - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BRUNELLI (PP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, solicito dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - A Presidência acata a solicitação de V.Exa.

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

"Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo n° 202, de 2003, de autoria da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças que 'aprova as contas do Governo do Distrito Federal relativas ao exercício de 2001'."

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à promulgação.

DEPUTADO RÔNEY NEMER - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, solicito a V.Exa. inversão de pauta para que seja votado o Item n° 05.

DEPUTADA ANILCÉIA MACHADO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ANILCÉIA MACHADO (PMDB. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar também a V.Exa. a inversão de pauta para que seja votado o Item n° 08, considerando que eu retirei um projeto de pauta ontem, a pedido dos Parlamentares.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Sr. Deputado Rôney Nemer, há a necessidade de se emitir parecer a esses projetos. Se votarmos o próximo item, prometo que, de antemão, solicito aos Deputados que permaneçam em plenário para mantermos o *quorum,* possibilitando-nos, assim, a votação tanto do projeto de V.Exa. como do da Deputada Anilcéia Machado. Se os Deputados concordam com isso, votaremos o Item n° 04.

Item n° 4 do adendo à pauta:

"Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo n° 203, de 2003, de autoria da Comissão de Economia,

Orçamento e Finanças que 'aprova as contas do Governo do Distrito Federal relativas ao exercício de 2002'.

Relatores: Deputado Odilon Aires - CEOF".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o projeto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

98.1

D SESSÃO **ORDINÁRIA** ☒ **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA** **Data:** 26/11/2003

VOTAÇÃO EM ☐ **1º TURNO** ☐ **2º TURNO** ☒ **TURNO ÚNICO** ☐ **APRECIADA REDAÇÃO FINAL** 26/11/2003

☐ **PARECER ORAL**

☐ **CCJ** ☐ **CEOF** ☐ **CAS** ☐ **CDDHCEDP** ☐ **CAF** ☐ **CDC** ☐ **CES** ☐ **CS** ☐ **CDESCTMA** ☐ **M. DIR.**

☐ **PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S)** _____

☐ **PROJETO** DE LEI COMPLEMENTAR **Nº(S)** _____

☐ **PROJETO** DE LEI **Nº(S)** _____

☒ **PROJETO** DE DECRETO LEGISLATIVO **Nº(S)** 203/03

☐ **PROJETO** DE RESOLUÇÃO Nº(S) _____

☐ OUTROS _____

Autor: **Deputado(a):** _____ ☒ **Executivo**

Relator: **Deputado(a):**

NOME DO PARLAMENTAR	SIM	NÃO	**ABST**	AUS	DV
DEPUTADA **ANILCEIA** MACHADO - PMDB	K				
DEPUTADA **ARLETE** SAMPAIO -PT				x	
DEPUTADO AUGUSTO CARVALHO - PPS				y	
DEPUTADO **BRUNELLI – PP**	x				
DEPUTADO CARLOS **XAVIER** - PMDB	x				
DEPUTADO **CHICO** FLORESTA - PT				Y	
DEPUTADO **CHICO** LEITE - PC do B				x	
DEPUTADO CHICO VIGILANTE - PT				x	
DEPUTADA ELIANA PEDROSA - PFL	(Y				
DEPUTADA ERIÇA **KOKAY** - PT				x	
DEPUTADA **EURIDES** BRITO - PMDB	y				
DEPUTADO FÁBIO BARCELLOS - PFL	y				
DEPUTADO **GIM** ARGELLO - PMDB	x				
DEPUTADO IZALCI LUCAS - PFL	x				
DEPUTADO JORGE **CAUHY – PFL**				x	
DEPUTADO JOSÉ EDMAR - PMDB				x	
DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE -PMDB	ar				
DEPUTADO ODILON AIRES - PMDB	y				
DEPUTADO PAULO **TADEU – PT**				x	
DEPUTADO PEDRO PASSOS - PMDB	(X				
DEPUTADO PENIEL PACHECO - PSB				x	
DEPUTADO RÔNEY NEMER - PMDB	x				
DEPUTADO **WIGÃO** - PP				K	
DEPUTADO BENÍCIO TAVARES - **PMDB**	x				
TOTAL *ftlf*	13			U	

ASSP

SECRETÁRIO **DEP.**

ASSP

Nº /__

Fls. º

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 13 votos favoráveis. Houve 11 ausências.

Está aprovado.

O projeto segue a tramitação regimental.

DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO IZALCI (PFL. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, solicito dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - A Presidência acata a solicitação de V.Exa.

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

"Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo n° 203, de 2003, de autoria da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças que 'aprova as contas do Governo do Distrito Federal relativas ao exercício de 2002'."

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à promulgação.

Item n° 5 do adendo à pauta:

"Discussão e votação, em 1° turno, do Projeto de Lei n° 715, de 2003, de autoria do Deputado Rôney Nemer, que 'reconhece a encenação da Paixão de Cristo ao vivo, em Samambaia, como evento oficial do Distrito Federal e dá outras providências'.

Relatores: Deputado Jorge Cauhy - CAS

Deputado Brunelli - CCJ".

Solicito ao Deputado Fábio Barcellos que apresente o parecer da Comissão de Assuntos Sociais.

DEPUTADO FÁBIO BARCELLOS (PFL. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei n° 715, de 2003, de autoria do Deputado Rôney Nemer, que "reconhece a encenação da Paixão de Cristo, ao vivo, em Samambaia, como evento Oficial do Distrito Federal, e dá outras providências".

Sr. Presidente, não resta dúvidas quanto à pertinência da matéria. No que tange aos critérios de relevância social, no âmbito desta Comissão, somos pela aprovação do Projeto de Lei n° 715, de 2003.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Em discussão o parecer da CAS. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 14 Parlamentares.

Solicito ao Relator, Deputado Brunelli, que apresente o parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

DEPUTADO BRUNELLI (PP. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei n° 715, de 2003, de autoria do Deputado Rôney Nemer, que "reconhece a encenação da Paixão de Cristo, ao vivo, em Samambaia, como evento Oficial do Distrito Federal, e dá outras providências".

Sr. Presidente, nas nossas atribuições regimentais, art. 65, l, colimado com o art. 70 da Lei Orgânica, somos pela admissibilidade do projeto em pauta.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Em discussão o parecer da CCJ. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 14 Parlamentares.

Solicito ao Relator, Deputado Odilon Aires, que apresente o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

DEPUTADO ODILON AIRES (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da

Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei n° 715, de 2003, de autoria do Deputado Rôney Nemer, que "reconhece a encenação da Paixão de Cristo, ao vivo, em Samambaia, como evento Oficial do Distrito Federal, e dá outras providências".

Sr. Presidente, não resta dúvidas quanto à pertinência da matéria. No que tange aos critérios de relevância social, no âmbito desta Comissão, somos pela aprovação do projeto.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Em discussão o parecer da CEOF. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 14 Parlamentares.

Em discussão, em 1° turno, o Projeto de Lei n° 715, de 2003. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 14 Parlamentares.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item n° 6 do adendo à pauta:

"Discussão e votação, em 1° turno, do Projeto de Lei n° 951, de 2003, de autoria do Poder Executivo, que 'autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional à Lei Orçamentaria do Distrito Federal no valor de R$ 15.734.950,00 (quinze milhões, setecentos e trinta e quatro mil, novecentos e cinquenta reais)'.

Relator: Deputado Odilon Aires - CEOF"

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 14 Parlamentares.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item n° 7 do adendo à pauta:

"Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei n° 3.082, de 2002, de autoria da Deputado Chico Floresta, que 'proíbe o lançamento de nome de mutuário em atraso com as prestações do Sistema Financeiro da Habitação no cadastro dos serviços de proteção ao crédito'."

Obs: No item acima, houve alteração do número do projeto conforme comunicado publicado no DCL de 9 de dezembro de 2003.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 15 Parlamentares.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item n° 8 do adendo à pauta:

"Discussão e votação, em 1° turno, do Projeto de Lei n° 830, de 2003, de autoria da Deputada Anilcéia Machado, que 'cria na estrutura do Instituto de Medicina Legal do Distrito Federal - IML - o Serviço de Atendimento Especial às Mulheres Vítimas de Violência e Maus Tratos e dá outras providências'.

Relatores: Deputado Odilon Aires - CEOF
Deputado Brunelli - CCJ"

Solicito ao Relator, Deputado Brunelli, que profira o parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

DEPUTADO BRUNELLI (PP. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei n° 830, de 2003, de autoria da Deputada Anilcéia Machado, que "cria na estrutura do Instituto de Medicina Legal do Distrito Federal - IML – o Serviço de Atendimento Especial às Mulheres Vítimas de Violência e Maus Tratos e dá outras providências".

Sr. Presidente, de acordo com o art. 65, inciso I, em que consta as atribuições da nossa Comissão, colimado com o art. 70 da Lei Orgânica, somos pela sua admissibilidade.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 15 Parlamentares.

Em discussão, em primeiro turno, o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 15 Parlamentares.

A matéria segue a tramitação regimental.

Sobre a Mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura de Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no DCL nº 231 , de 08 / 12 / 2003, juntamente com a ata sucinta da 56ª Sessão Ordinária.)

DEPUTADA ELIANA PEDROSA - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Tem a palavra V. Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PFL. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, solicito a inclusão na pauta, como itens extrapauta, dos PLs nºs 23/03, 190/03 e 561/03.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - A Presidência acata a solicitação de V.Exa.

Solicito à Assessoria que faça um adendo para inclusão na pauta dos referidos projetos.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura de Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no DCL nº 2 V? , de 08/12/2003, juntamente com a ata sucinta da 56ª Sessão Ordinária.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Item n° 9 do adendo à pauta:

"Discussão e votação, em 1° turno, do Projeto de Lei n° 23, de 2003, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa, que 'institui reserva de vagas nas universidades e faculdades públicas do Distrito Federal de, no mínimo, 40% (quarenta por cento) por curso e por turno para alunos oriundos das escolas públicas'."

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 15 Parlamentares. Houve um voto contrário.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item n° 10 do adendo à pauta:

"Discussão e votação, em 1° turno, do Projeto de Lei n° 190, de 2003, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa, que 'dispõe sobre a obrigatoriedade da adoção de plano de gerenciamento dos resíduos dos serviços de saúde no âmbito do Distrito Federal'."

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 15 Parlamentares.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item n° 11 da extrapauta:

"Discussão e votação, em 1° turno, do Projeto de Lei n° 561, de 2003, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa, que 'dispõe sobre a exigência de apresentação de plano de gerenciamento de resíduos sólidos nos editais de licitação pública pertinentes a obras'."

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 15 Parlamentares.

A matéria segue a tramitação regimental.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 19h22min.)